

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências e Letras

Campus de Araraquara

ANA MARIA MACEDO

**A HETEROGENEIDADE SOCIODISCURSIVA DA
ESCRITA EM TEXTOS JORNALÍSTICOS BRASILEIROS
E PORTUGUESES DO SÉCULO XXI**

ARARAQUARA – SP
2017

ANA MARIA MACEDO

**A HETEROGENEIDADE SOCIODISCURSIVA DA ESCRITA EM
TEXTOS JORNALÍSTICOS BRASILEIROS E PORTUGUESES DO
SÉCULO XXI**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito à obtenção do título de Doutora em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Análise fonológica, morfossintática, semântica e pragmática.

Orientadora: Profa. Dra. Angélica Terezinha Carmo Rodrigues.

Bolsa: CAPES

ARARAQUARA – SP
2017

Macedo, Ana Maria

A HETEROGENEIDADE SOCIODISCURSIVA DA ESCRITA EM
TEXTOS JORNALÍSTICOS BRASILEIROS E PORTUGUESES DO
SÉCULO XXI / Ana Maria Macedo – 2017

200 f.

Tese (Doutorado em Linguística e Língua
Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista "Júlio
de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras
(Campus Araraquara)

Orientador: Angélica Terezinha Carmo Rodrigues

1. Escrita. 2. Norma. 3. Português Brasileiro. 4.
Português Europeu. 5. Letramento. I. Título.

ANA MARIA MACEDO

**A HETEROGENEIDADE SOCIODISCURSIVA DA ESCRITA EM
TEXTOS JORNALÍSTICOS BRASILEIROS E PORTUGUESES DO
SÉCULO XXI**

Data da defesa: 27/09/2017

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidenta e Orientadora: Profa. Dra. Angélica Terezinha Carmo Rodrigues
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências e Letras,
Câmpus de Araraquara – SP

Membro Titular: Profa. Dra. Rosane de Andrade Berlinck
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências e Letras,
Câmpus de Araraquara – SP

Membro Titular: Profa. Dra. Maria Helena de Moura Neves
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências e Letras,
Câmpus de Araraquara – SP / Universidade Presbiteriana Mackenzie – SP

Membro Titular: Prof. Dra. Cibele Naidhig de Souza
Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA

Membro Titular: Profa. Dra. Talita de Cássia Marine
Universidade Federal de Uberlândia – MG

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, imaterialidade concreta, concretude imaterial que me deu a vida, a fé, a coragem para continuar mesmo quando perdida nos labirintos da existência.

Aos seres de luz que me guiaram.

A todos que passaram pela minha vida durante os últimos quatro anos e deixaram diferentes rastros em minha vida e meu coração.

Professora Angélica, que foi orientadora e amiga. O primeiro rastro foi o da surpresa pela possibilidade de entrevista, rastro de mudança de rumos na pesquisa. Depois surgiram outros rastros: de conversas, orientação segura, empurrões, passeios e risadas.

Professora Rosane Berlinck, que deixou muitos e diferentes rastros: como professora, o rastro sutil que apontava o caminho apenas pela vontade de seguir. Pelos diversos momentos de solícita contribuição, indicação de leitura, conversas pacientes, deixou pegadas luminosas na pesquisa e no coração.

Professora Maria Helena de Moura Neves, que deixou pegadas com setas em que estava escrita a seguinte frase: mantenha o foco. Olhei meus rastros que formavam diferentes figuras geométricas e decidi fazer um mapa em que houvesse uma rota sem zigue-zague. Tentei manter o foco.

Professora Sanderléia, que deixou rastros cheios de pontos de interrogação, perguntas que me levaram a pensar em como responder.

Aos meus amigos,
Alexandre Mexia, principal responsável pela pesquisa. Sem sua indicação de motivo para me qualificar, eu não teria sequer elaborado um projeto.

Leonardo Arctico, amigo de todas as horas, que dividiu o tempo sendo cado em alguns momentos e, em outros, luz.

Aos meus pais, que mesmo sem estudos, sempre incentivaram os filhos a estudar.

Aos meus irmãos, presenças mesmo nas ausências. Olhares distantes em oração.

À colega Eliana Almeida, pela primeira leitura do projeto e pelo incentivo a continuar.

Ao colega e amigo Joil Antonio da Silva, pelo ouvido atento e solícita atenção em todas as horas em que precisei.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, da FCLAr pelas valiosas aulas que, mesmo quando não ajudaram diretamente na pesquisa, contribuíram para minha formação geral.

Aos funcionários do setor de Pós-Graduação da FCLAr, pela presteza em esclarecer as dúvidas.

À CAPES, pela bolsa que me permitiu domiciliar em Araraquara e ter mais acesso a livros e eventos.

A ciência é um jogo. Um jogo com suas regras precisas. Como o xadrez. No jogo de xadrez, não se admite o uso das regras do jogo de damas. Nem do xadrez chinês. Ou truco. Uma vez escolhido o jogo e suas regras, todos os demais são excluídos. As regras do jogo da ciência definem uma linguagem. Elas definem, primeiro, as entidades que existem dentro dele. As entidades do jogo de xadrez são um tabuleiro quadriculado e as peças. As entidades que existem dentro do jogo linguístico da ciência são, segundo Carnap, “coisas físicas”, isso é, entidades que podem ser ditas por meio de números. Esses são os objetos do léxico da ciência. Mas a linguagem define também uma sintaxe, isso é, a forma como suas entidades se movem. Os movimentos das peças do xadrez são definidos com rigor. E assim também são definidos os movimentos das coisas físicas do jogo da ciência.

[...]

A ciência é coisa muito boa – dentro de seus precisos limites. Quando transformada na única linguagem para se conhecer o mundo, entretanto, ela pode produzir dogmatismo, cegueira e, eventualmente, emburrecimento (ALVES, 2002).

Pode-se observar que o meu mundo é o da cultura escrita. Só me sinto em casa quando estou na ilha do alfabeto. Compartilho essa ilha com muitos que não sabem ler ou escrever, mas cuja mente, como a minha, pertence basicamente à cultura escrita. E, como eu, são ameaçadas pela traição daqueles clérigos que dissolvem as palavras dos livros em apenas um código de comunicação. (ILLICH, 1995).

Os falantes – as pessoas comuns e os poetas – vivem a linguagem (NEVES, 2012).

RESUMO

Esta tese tem como objetivo descrever a norma linguística usada por jornais brasileiros e portugueses no século XXI. A partir dos diferentes conceitos de norma, problematizamos as pesquisas sobre a escrita que a descrevem como norma única, descurando da heterogeneidade que a constitui enquanto língua em uso. Tomamos também a noção de poder simbólico que parece contribuir para manter a divisão entre fala e escrita desde os primeiros estudos sobre oralidade e letramento, associando escrita ora a norma culta ora à norma-padrão. Para isso nos valem dos estudos de autores das ciências sociais, entre os quais estão Havelock (1996a[1963] 1996b[]), Ong (1987), Goody (1986, 2012), como autores da grande divisão proporcionada pela escrita, de linguistas como Coseriu (1973), Rey (2001), Aléong (2001) e Faraco (2002, 2008) sobre norma, Neves (2000, 2003, 2010, 2012), sobre aspectos referentes às escolhas gramaticais, Chaparro (2008), para abordar os aspectos históricos nos países pesquisados e também de Bourdieu (1974, 1998), que nos ajudou a refletir sobre o poder simbólico da escrita enquanto um artefato cultural e os poderes de distinção que o domínio dessa técnica produz no meio acadêmico e reverbera no meio social. Defendemos a tese de que a língua sob forma escrita é constitutivamente heterogênea, por ser língua em uso, logo, social e histórica. As reflexões apresentadas nesta pesquisa envolvem uma abordagem interdisciplinar para a discussão sobre escrita, o que implica considerar as diferentes ordens a partir das quais a escrita é discutida: como tecnologia e como manifestação da língua. Partindo de trabalhos de diversas áreas que discutem a relação entre fala e escrita, comparamos características atribuídas à escrita com a escrita de jornais brasileiros e portugueses, o que nos levou a questionar a designação *marca da oralidade* para elementos constantes em texto de uma instituição letrada como o jornal. Nossas análises nos permitiram afirmar que a escrita nos jornais observados diverge do que é apresentado como escrita, levando a uma discussão acerca da heterogeneidade que constitui os textos enquanto língua sob forma escrita. Concluimos, portanto, que determinadas estruturas e elementos linguísticos são descritos como próprios da fala por questões relacionadas aos valores sociais atribuídos à escrita, como norma explícita (ALEONG, 2001) e norma-padrão (FARACO, 2002), cujo valor simbólico atua mais fortemente para atribuir à escrita apenas os traços considerados mais distintivos socialmente.

Palavras-chave: escrita, norma, português brasileiro, português europeu.

ABSTRACT

This dissertation aims to describe the linguistic norm used by Brazilian and Portuguese newspapers in the 21st century. Departing from different concepts of norm, we problematized researches on writing that describe it as a single norm, which neglect the heterogeneity that constitutes it as a language in use. We also consider the notion of symbolic power, seeming to contribute for maintaining the division between speech and writing since the earliest studies on orality and literacy, associating writing either with the cultured norm or with the standard norm. For this, we used the studies by authors in social sciences, among them Havelock (1996a [1963], 1996b), Ong (1987), Goody (1986, 2012); authors on the great division installed by writing, such as linguists Coseriu (1973), Rey (2001), Aléong (2001) and Faraco (2002, 2008); and on a normative perspective, Neves (2000, 2003, 2010, 2012) who discusses grammatical choices, Chaparro (2008) to objectify the historical aspects in the countries surveyed and also Bourdieu (1974, 1998), who helped us to reflect on the symbolic power of writing as a cultural artifact and the powers of distinction, seeing what the domain of this technique produces in the academic environment and reverberates in the social environment. We defend the thesis that language in written form is constitutively heterogeneous by being a language in use, therefore, social and historical. The reflections presented in this research involve an interdisciplinary approach to the discussion about writing, which implies considering the different orders from which writing is discussed as a technology and manifestation of the language. Based on studies from several areas that discuss the relationship between speech and writing, we compared characteristics attributed to writing, by Brazilian and Portuguese newspapers' writings, leading us to question the designation of "orality mark" for constant elements in texts from a literate institution, such as the newspaper. Our analyses allowed us to affirm that writing in the observed newspapers differs from what is presented as written, which led us to a discussion about the heterogeneity that constitutes texts as written language. We conclude that certain structures and linguistic elements are described as specific to speech for issues related to social values attributed to writing, as an explicit norm (ALEONG, 2001) and standard norm (FARACO, 2002), whose symbolic value acts more strongly to attributing to writing only the traits which are considered more socially distinctive.

Key-words: Writing, Norm, Brazilian Portuguese, European Portuguese.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Valores paramétricos comunicativos de carta privada.....	69
Figura 2 – Valores paramétricos comunicativos de sermão	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Visão Culturalista.....	34
Quadro 2 – Dicotomias escritas, por Koch (1997) e Mackay 2000)	60
Quadro 3 – Dicotomias escritas, por Marcuschi (2003).....	61
Quadro 4 – Parâmetros definidores de fala e escrita.	70
Quadro 5 – Marcas de oralidade do ponto de vista dicotômico.	80
Quadro 6 – Marcas da oralidade na visão dicotômica, de continuum e traços presentes em editoriais no século XIX.	82
Quadro 7 – Pesquisas sobre a heterogeneidade da escrita.....	110
Quadro 8 – Antinomias nos estudos sobre fala e escrita/ oralidade letramento.....	113
Quadro 9 – Adjetivos encontrados nos jornais brasileiros.	141
Quadro 10 – Adjetivos nos jornais portugueses.	142

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de palavras, parágrafos e períodos por parágrafo nos jornais brasileiros.	128
Tabela 2 – Quantidade de palavras, parágrafos e períodos por parágrafo nos jornais e portugueses.	128
Tabela 3 – Proporção de sentenças simples e orações coordenadas nos editoriais brasileiros	150
Tabela 4 – Proporção de sentenças simples e orações coordenadas nos artigos portugueses.	150
Tabela 5 - Proporção subordinadas iniciadas pelo conector que.	153
Tabela 6 – Proporção de sentenças com mais de 6 orações.	155

LISTA DE GRÁFICOS

Grafico 1 – Representação do contínuo dos gêneros textuais na fala e na escrita	74
Grafico 2 – Uso de fórmulas fixas nos jornais brasileiros e portugueses.....	137
Grafico 3 – Comparação do uso de adjetivos qualificadores nos jornais brasileiros e portugueses	147
Grafico 4 – Comparação do uso de advérbios modificadores nos jornais brasileiros e portugueses.	148
Grafico 5 – Sentenças com mais de 6 orações.....	157
Grafico 6 – Subjetividade.....	167
Grafico 7 – Interação.....	180

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

FSP	Folha de São Paulo
DC	Diário de Cuiabá
PP	Primeira Página
GV	Gazeta do Vale
P	Público
JM	Jornal da Madeira
JN	Jornal de Notícias
AB	As Beiras
FSP1	Editorial 1 da Folha de São Paulo
FSP2	Editorial 2 da Folha de São Paulo
FSP3	Editorial 3 da Folha de São Paulo
FSP4	Editorial 4 da Folha de São Paulo
FSP5	Editorial 5 da Folha de São Paulo
FSP6-	Editorial 6 da Folha de São Paulo
FSP7	Editorial 7 da Folha de São Paulo
FSP8	Editorial 8 da Folha de São Paulo
FSP9	Editorial 9 da Folha de São Paulo
FSP10	Editorial 10 da Folha de São Paulo
FSP11	Editorial 11 da Folha de São Paulo
FSP12	Editorial 12 da Folha de São Paulo
PP1	Editorial 1 do jornal Primeira Página
PP2	Editorial 2 do jornal Primeira Página
PP3	Editorial 3 do jornal Primeira Página
PP4	Editorial 4 do jornal Primeira Página
PP5	Editorial 5do jornal Primeira Página
PP6	Editorial 6 do jornal Primeira Página
PP7	Editorial 7 do jornal Primeira Página
PP8	Editorial 8 do jornal Primeira Página
PP9	Editorial 9 do jornal Primeira Página
PP10	Editorial 10 do jornal Primeira Página
PP11	Editorial 11 do jornal Primeira Página
PP12	Editorial 12do jornal Primeira Página
DC1	Editorial 1 do jornal Diário de Cuiabá
DC2	Editorial 2 do jornal Diário de Cuiabá
DC3	Editorial 3 do jornal Diário de Cuiabá
DC4	Editorial 4 do jornal Diário de Cuiabá
DC5	Editorial 5 do jornal Diário de Cuiabá
DC6	Editorial 6 do jornal Diário de Cuiabá
DC7	Editorial 7 do jornal Diário de Cuiabá
DC8	Editorial 8 do jornal Diário de Cuiabá
DC9	Editorial 9do jornal Diário de Cuiabá
DC10	Editorial 10 do jornal Diário de Cuiabá

DC11	Editorial 11 do jornal Diário de Cuiabá
DC12	Editorial 12 do jornal Diário de Cuiabá
GV1	Editorial 1 do jornal Gazeta do Vale
GV2	Editorial 2 do jornal Gazeta do Vale
GV3	Editorial 3 do jornal Gazeta do Vale
GV4	Editorial 4 do jornal Gazeta do Vale
GV5	Editorial 5 do jornal Gazeta do Vale
GV6	Editorial 6 do jornal Gazeta do Vale
GV7	Editorial 7 do jornal Gazeta do Vale
GV8	Editorial 8 do jornal Gazeta do Vale
GV9	Editorial 9 do jornal Gazeta do Vale
GV10	Editorial 10 do jornal Gazeta do Vale
GV11	Editorial 11 do jornal Gazeta do Vale
GV12	Editorial 12 do jornal Gazeta do Vale
P1	Artigo 1 do jornal Público
P2	Artigo 2 do jornal Público
P3	Artigo 3 do jornal Público
P4	Artigo 4 do jornal Público
P5	Artigo 5 do jornal Público
P6	Artigo 6 do jornal Público
P7	Artigo 7 do jornal Público
P8	Artigo 8 do jornal Público
P9	Artigo 9 do jornal Público
P10	Artigo 10 do jornal Público
P11	Artigo 11 do jornal Público
P12	Artigo 12 do jornal Público
AB1	Artigo 1 do jornal As Beiras
AB2	Artigo 2 do jornal As Beiras
AB3	Artigo 3 do jornal As Beiras
AB4	Artigo 4 do jornal As Beiras
AB5	Artigo 5 do jornal As Beiras
AB6	Artigo 6 do jornal As Beiras
AB7	Artigo 7 do jornal As Beiras
AB8	Artigo 8 do jornal As Beiras
AB9	Artigo 9 do jornal As Beiras
AB10	Artigo 10 do jornal As Beiras
AB11	Artigo 11 do jornal As Beiras
AB12	Artigo 12 do jornal As Beiras
JN1	Artigo 1 do Jornal de Notícias
JN2	Artigo 2 do Jornal de Notícias
JN3	Artigo 3 do Jornal de Notícias
JN4	Artigo 4 do Jornal de Notícias
JN5	Artigo 5 do Jornal de Notícias
JN6	Artigo 6 do Jornal de Notícias
JN7	Artigo 7 do Jornal de Notícias

JN8	Artigo 8 do Jornal de Notícias
JN9	Artigo 9 do Jornal de Notícias
JN10	Artigo 10 do Jornal de Notícias
JN11	Artigo 11 do Jornal de Notícias
JN12	Artigo 12 do Jornal de Notícias
JM1	Artigo 1 do Jornal da Madeira
JM2	Artigo 2 do Jornal da Madeira
JM3	Artigo 3 do Jornal da Madeira
JM4	Artigo 4 do Jornal da Madeira
JM5	Artigo 5 do Jornal da Madeira
JM6	Artigo 6 do Jornal da Madeira
JM7	Artigo 7 do Jornal da Madeira
JM8	Artigo 8 do Jornal da Madeira
JM9	Artigo 9 do Jornal da Madeira
JM10	Artigo 10 do Jornal da Madeira
JM11	Artigo 11 do Jornal da Madeira
JM12	Artigo 12 do Jornal da Madeira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 SOBREVÃO HISTÓRICO	26
1.1 Revisitando discussões das ciências sociais	27
1.1.1 Estudos sobre a escrita na sociedade grega.....	27
1.1.2 A escrita no mundo: os valores sociais do letramento em contraposição à oralidade – abordagem culturalista	33
1.2 Letramento(s): interface entre estudos linguísticos e antropologia social	42
1.3 Entre o normal e o normativo: o discurso da norma.....	46
2. A ESCRITA DO PONTO DE VISTA LINGUÍSTICO	55
2.1 Fala x Escrita: concepção dicotômica.....	58
2.2 Fala → escrita: concepção de continuum	66
2.2.1 Marcas/traços da oralidade: categoria de análise ou distinção simbólica?	76
2.2.2 Desvios ao que se considera norma padrão.....	85
2.3 Oral/falado ↔letrado escrito: concepção de heterogeneidade.....	106
2.3.1 Marcas da heterogeneidade	109
3 METODOLOGIA	115
3.1 Composição do corpus: Editoriais e artigos de opinião, formatos de um mesmo gênero.....	116
3.1.1 Um pouco de história dos gêneros jornalísticos brasileiros e portugueses ..	118
3.2 Questões norteadoras e seleção dos dados.....	124
4. ANÁLISE	127
4.1 Escolhas léxico-gramaticais.....	129
4.1.1 Provérbios, clichês, expressões formulaicas/populares.....	129
4.1.2 Uso de adjetivos e advérbios	137
4.1.3 Escolhas sintáticas.....	148
4.2 Marcas textuais de subjetividade	158
4.2.1 Subjetividade: primeira pessoa.....	160

4.2.2 Expressão de sentimentos.....	163
4.2.2 Interação	168
CONCLUSÃO	182
REFERÊNCIAS	187
ANEXO	199

INTRODUÇÃO

Quando comparado com períodos anteriores, pode-se afirmar com certeza que nunca se teve tanto contato com a escrita como no atual período histórico. Obras impressas, internet/computadores e aplicativos de celular dão a cidadãos de diferentes classes sociais de todas as partes do planeta a possibilidade de se comunicar por meio gráfico. Instituição da ONU responsável pela educação, a UNESCO tenta universalizar, por meio da educação um desenvolvimento mais sustentável, inclusivo e justo, além de propiciar o exercício da cidadania e progresso dos países (Cf. UNESCO 2015). Para a OCDE, a educação propicia ganhos sociais e econômicos. Pelo peso que essas duas instituições atribuem à educação – por extensão e indiretamente à escrita – pode-se avaliar o que a escrita representa para as sociedades em geral atualmente.

As discussões sobre a escrita em contraposição à oralidade tiveram início na segunda metade do século XX, com autores como Olson (1997, 1998), Ong (1987 [1982]), Goody (1986, 2012) que defendiam a ideia da grande divisão. Nessa ótica, ao apropriar-se da base semiótica gráfica, pessoas e sociedades mudariam a forma de pensar e de agir sobre o mundo, graças ao poder de abstração, que garantiria o desenvolvimento das sociedades letradas. Atualmente, a contraposição a esses autores, é feita, entre outros, por Street (2014 [1995]). No âmbito da linguagem, a partir da década de 80 do século XX, vários linguistas, ao discutir a escrita em contraposição à fala, começaram a defender que a escrita não tem propriedades intrínsecas que a tornaria superior à fala.

No Brasil, as pesquisas sobre escrita têm sua gênese a partir do Decreto nº 79.298, de 24 de fevereiro de 1977, que instituiu a prova de redação em língua portuguesa para o ingresso no ensino superior. A partir de então, muitas pesquisas foram empreendidas no âmbito da Linguística Textual sobre a redação nos vestibulares. Além de textos de vestibulandos, a escrita dos alunos do ensino básico também foi pesquisada, descrita e analisada para se verificar o grau de domínio dos recursos que regulam a escrita, além de pesquisas sobre a forma como os docentes corrigiam os textos, como, por exemplo, Ruiz (2001). Nessas pesquisas, contudo, a escrita dos alunos é apontada como um lugar de falha, merecendo títulos como, por exemplo, *Crise na linguagem: a redação no vestibular*, de Rocco (1981).

A escrita da imprensa também mereceu atenção de gramáticos e linguistas, seja como modelo de língua padrão, em Perini (1995), por exemplo, seja para verificar em que medida algumas regras de variação tinham sido implementadas, já se fazendo presentes na escrita, em Corrêa (2007), Morais e Berlinck (2007), entre outros, ou, ainda, para buscar marcas de oralidade, como em Pinto (1996) e Nóbrega (2008), por exemplo. Os manuais de redação dos jornais ganham destaque no âmbito da Análise do Discurso, como instrumentos tecnológicos que pautam a escrita jornalística, em Lopes (2012), por exemplo. Na Sociolinguística, Faraco (2002) observa-os à luz da discussão sobre norma-padrão. Sob a perspectiva da Filologia pragmática alemã, há trabalhos que analisam os editoriais à luz da tradição discursiva, como se pode ver em Gomes (2007), Zavam (2009), Maso (2014), entre outros.

Além desses exemplos pontuais, merece destaque ainda que, como pode ser comprovado pelos registros no banco de teses da Capes, a escrita é preocupação de pesquisadores de diversas áreas de conhecimento, como Letras com 565 registros; Educação, com 507 registros; Linguística, com 180 registros; Sociais e humanidades, com 44 registros e outras 84 áreas que investigam os usos sociais da escrita, sua relação com o mundo digital, a influência da escrita sobre as pessoas, entre outros enfoques e objetivos.

Diante de tantas produções, parece que nada resta a ser visto, analisado ou descrito. Ao observar resultados de pesquisas linguísticas sobre escrita nos últimos anos, percebemos, contudo, que, muito comumente, são analisados textos de alunos de diversos níveis de ensino em busca das falhas que os caracterizariam, as quais são classificadas em diversos trabalhos como *marcas da oralidade*. Mesmo quando são analisados textos da imprensa escrita, é possível encontrar essa busca pelas marcas que demonstram uma possível interferência da fala na escrita.

No que tange à elaboração de banco de dados linguísticos, não há projetos coletivos para descrição da escrita culta no Brasil, nos moldes dos projetos de descrição do português culto falado. Na ausência de projetos que descrevessem o que é o português escrito culto, permanece a ideia de estabilidade e correção, de uma escrita consonante ao que é prescrito pelas gramáticas normativo-prescritivas.

Nesta tese, nos afiliamos de um modo mais amplo à corrente teórica da sociolinguística para a qual a língua é concebida como intrinsecamente relacionada à sociedade. Assim, a partir da relação entre língua e sociedade, a língua sob forma escrita

será analisada a partir da regularidade de uso por pessoas escolarizadas, ou seja, a norma presente nas instituições letradas pesquisadas, jornais brasileiros e portugueses. Buscaremos discutir, ainda, a maneira pela qual a escrita, como uma prática social imersa em valores ideológicos, em muitas pesquisas é associada à norma-padrão, cujo valor simbólico e distintivo é reconhecido mesmo por aqueles que não a dominam. São as implicações sociais do julgamento das normas desprestigiadas que parecem impedir a descrição do que seja a escrita culta sem parâmetros pré-definidos, mas a partir de usos concretos por pessoas escolarizadas, como já feito na fala. A abordagem sociolinguística assumida nesta tese deve ser entendida, no entanto, num sentido amplo, não estando associada propriamente a nenhuma vertente específica do modelo.

Antes restrita a poucos, hoje a escrita faz parte da vida de milhões de brasileiros. Nossa hipótese é que, como língua em uso, gêneros prototípicos da escrita podem apresentar elementos classificados como marcas da oralidade em pesquisas linguísticas, o que pode contribuir para a ressignificação e reconfiguração da escrita, retirando dela essa aura de objeto sagrado e intocável, imutável e vigiado por uma gramática (no sentido normativo) onipresente. Para Tarallo (1996), “o perfil de nossa gramática brasileira (no sentido de gramática normativa) tem sido ditado pela tradição portuguesa e só esse fato torna o vácuo entre língua oral e escrita muito mais profundo no Brasil do que em Portugal”. O autor referia-se a um período em que a escrita não era tão presente na vida das pessoas e nem havia a escrita síncrona dos bate-papos na internet, nem a que ocorre por meio de aplicativos de celular. Parece razoável supor que o uso constante da escrita por parte de milhões de falantes pode ter reduzido esse vácuo citado por Tarallo (1996).

A frequência no uso pode, ainda, afetar a estabilidade nos moldes da defendida por Koch e Oesterreicher (2007), para quem a distância no tempo e no espaço que caracteriza a escrita leva-a a uma maior estabilidade, pois requer uma variedade diatopicamente neutra. Dessa distância, segundo os autores, decorre a obrigação de o falante apresentar-se exclusivamente por meio linguísticos, potencializando o emprego de variedades diastráticas e diafásicas prestigiosas, que correspondem às normas prescritivas – língua distante por excelência. Como língua distante, a escrita se caracterizaria, ainda, pela ausência de implicação emocional, monologicidade, predomínio de subordinação, ou seja, o oposto do que caracteriza a língua imediata – fala.

A ideia de estabilidade pode ser encontrada também em Tarallo (1990), que fala no conservadorismo da língua escrita. Em Marcuschi e Dionísio (2007, p. 15) pode-se ler que “a grande variação presenciada na oralidade não se verifica com a mesma intensidade na escrita, dado que a escrita tem normas e padrões ditados pelas academias”. Assim, além da concepção de escrita como *locus* de estabilidade em contraposição à fala, que seria *locus* de variação, a escrita parece corresponder apenas à manifestação gráfica em norma prestigiosa e não como manifestação gráfica da língua, conceito problemático na medida em que não se considera as diferentes possibilidades de uso.

A escolha do gênero jornalístico opinativo para descrever a escrita justifica-se pelo fato de o jornal constituir uma instituição letrada por excelência que respeita(ria) “a rigidez do código escrito” (ALÉONG, 2001, p. 153), assim, consideraremos os elementos presentes no *cópus* analisado como uso culto da língua. Como a escrita enquanto língua em uso não pode ser pensada fora do contexto social em que foi produzida, levaremos em consideração a pesquisa feita por Chaparro (2008) sobre a constituição dos gêneros jornalísticos em ambos os países. Tomaremos, ainda, a título de comparação acerca da regularidade de uso, a tese de Gomes (2007), que pesquisou editoriais de jornal brasileiro produzidos nos séculos XIX, XX e XXI.

Desse modo, o objetivo geral da tese é verificar se o editorial e o artigo, formatos típicos de escrita, apresentam configuração consonante com o que é apresentado como próprio da escrita em pesquisas de diferentes áreas da linguística. Nossos parâmetros de análise levam em conta algumas propriedades atribuídas à escrita como a complexidade sintática, marcada pela presença de subordinação, conforme apontado por Koch e Oesterreicher (2007), Preti (2004), e retomado por Mackay (2000) e por Nóbrega (2008) e escolhas léxico-gramaticais como fórmulas fixas, conforme Durante (2008), Nóbrega (2008) Marine (2009), Gomes (2007), Lucena (2011) e Artur (2014); emotividade/envolvimento, conforme Andrade (1999), Gomes (2007), Lucena (2011), Bessa, Oliveira e Bezerra (2012), Kozow (2013); subjetividade e interação, conforme Andrade (1999), Gomes (2007), Silva (2008), Marine (2009), Lucena (2011), Bessa, Oliveira e Bezerra (2012), Carvalho (2012), Kozow (2013), Wathier e Costa-Hübes (2014), Costa *et al* (2015)

No bojo dessas discussões, as perguntas que nortearam esta pesquisa e as quais pretendemos responder são: a) O chamado conservadorismo da escrita manteria, na

escrita jornalística, semelhanças entre a configuração dos textos portugueses e dos brasileiros? Podemos, de fato, atestar uma complexidade sintática na escrita jornalística em ambos os países? c) Como gêneros típicos de escrita e próprios de uma instituição letrada, os editoriais e artigos de opinião, apresentam ausência das chamadas marcas de oralidade, como fórmulas fixas, implicação emocional, subjetividade e interação?

Ao responder estas perguntas, esta tese poderá contribuir para a discussão sobre a norma culta escrita no gênero jornalístico opinativo brasileiro e português.

Nas pesquisas sobre escrita, ela pode aparecer como artefato ou tecnologia, como meio de enunciação, como código ou forma de manifestação oposta à fala, como um dos lados de um *continuum* tipológico que vai do falado ao escrito a depender do gênero, do grau de envolvimento, da distância no tempo e/ou no espaço ou, ainda, como constitutivamente heterogênea. A opção por observar as características de gêneros próprios da escrita nos dois países envolvidos permitiu, por um lado verificar semelhanças ou diferenças entre eles e, por outro, comparar se há neles presença ou ausência do que é rotulado como marca da oralidade em pesquisas sobre escrita.

A comparação entre os textos de dois países com os resultados de outras pesquisas sobre outros gêneros textuais foi adotada em busca de coerência entre o objetivo de verificar se as características de gêneros típicos de escrita condizem com o que se diz sobre escrita e que é esperado de uma instituição letrada. Duas contribuições importantes para a pesquisa foram a proposição de Benveniste (2014 [1969]), que fala sobre a escrita como língua em uso, ou língua sob forma escrita, e a de Neves (2010), que discute a gradação que pode haver tanto na fala quanto na escrita e de diferentes níveis de conformidade ao padrão em ambas as manifestações. Partindo dessas considerações, procuramos discutir o caráter histórico e social da escrita jornalística, que a torna variável, não apenas em decorrência do gênero ou em decorrência do trânsito oral/ falado e letrado/escrito, mas de fatores sócio-históricos que condicionam a presença ou o apagamento do sujeito que enuncia, bem como a expressão ou não de estado emocionais.

A escrita envolve aspectos social e histórico, por um lado, e aspectos linguísticos, por outro, cujo grau de imbricamento pode levar a uma retroalimentação de preconceitos e prescrições, em que ora o canal, ora os agentes de poder são considerados para descrição, que pode se tornar prescrição. Para mostrar a distinção entre a posição dos autores das ciências sociais e dos linguistas acerca da escrita

faremos um percurso histórico, apresentando as discussões sobre os usos sociais da escrita enquanto tecnologia e, posteriormente, o que a caracteriza linguisticamente. Aqueles estudam a escrita enquanto tecnologia que, pela capacidade de armazenamento de informação, pode alterar a vida da sociedade que a adota, enquanto estes procuram descrever a escrita como forma de manifestação da língua enfocando como ela é usada numa interação face a face ou numa interação distante, estratégias de textualização, normas linguísticas e todas as implicações de uso. Isso exigiu a divisão da fundamentação teórica em duas partes.

Esta tese está organizada do seguinte modo: na primeira parte, constam os primeiros estudos sobre a escrita, ou letramento, nas sociedades que a adotaram, objetivando mostrar que, nesses primeiros estudos, a escrita é estudada enquanto tecnologia e apresentada em contraposição à fala, numa polarização que apresenta aquela como uma etapa superior da evolução humana. Esses primeiros estudos aparecem na tese para delinear algumas razões pelas quais a escrita se torna poder simbólico.

Ao discutir o conceito de letramento, assumiremos, com Street (2007), a possibilidade de múltiplos letramentos. Buscaremos apontar, a partir dos conceitos de normal e normativo, norma explícita e norma implícita (Cf. REY, 2001[1983] e ALÉONG, 2001[1983]), que as discussões sobre escrita muito comumente são influenciadas pelas normas sociais e pautadas na norma-padrão (FARACO, 2002, 2008). Na segunda parte da fundamentação teórica, sobre os aspectos linguísticos do objeto pesquisado, apresentaremos discussões sobre fala e escrita de três pontos de vista: da dicotomia, do *continuum* e da heterogeneidade constitutiva e resultados de pesquisas sobre escrita, feitas no Brasil no período entre 1999 e 2015. Esses resultados contribuirão para assinalar que a escrita é ainda descrita a partir da norma-padrão, sendo atribuídos à oralidade todos os elementos não coincidentes com essa norma.

Para melhor situar os gêneros pesquisados, pautando-nos em Chaparro (2008), traçaremos um histórico dos gêneros jornalísticos em ambos os países pesquisados. Destacaremos também as características de editoriais brasileiros do século XIX, classificados como traços da oralidade por Gomes (2007), mas que estão presentes nos textos que compõem nosso *cópus*.

Para a constituição do *cópus*, tomamos editoriais de 04 jornais brasileiros e artigos de opinião de 04 jornais portugueses produzidos do segundo semestre de 2014

assim distribuídos: 02 jornais do estado de São Paulo, sendo um da capital – Folha de São Paulo – e um do interior - Primeira Página - da cidade de São Carlos. 02 jornais de Mato Grosso, sendo Diário de Cuiabá, da capital, e A Gazeta do Vale do Araguaia, da cidade de Barra do Garças, no interior do estado. Em Portugal 01 de Lisboa, Público, 01 jornal do Porto, Jornal de Notícias, 01 jornal de Coimbra, As Beiras, e um de Funchal, Jornal da Madeira. A escolha foi definida por dois aspectos: a) versão impressa e online, sendo esta aberta a não assinantes, possibilitando a leitura para qualquer pessoa que o queira fazer¹, b) regiões com contraste socioeconômico e abrangência, sendo 02 regionais e 02 nacionais em cada país.

Na análise, apresentaremos as diferentes escolhas léxico-gramaticais entre Brasil e Portugal a quais associaremos ao fator sócio-histórico, que resultou em um perfil mais comercial nos jornais brasileiros e mais político nos jornais portugueses. Deste perfil decorreriam também as escolhas sintáticas dos jornais portugueses, com sentenças mais longas, subordinação e intercalações, enquanto nos brasileiros predominam sentenças mais curtas.

Mostraremos semelhanças entre os jornais brasileiros e portugueses no uso de fórmulas fixas, que, excetuando o Diário de Cuiabá, estão presentes em todos os demais jornais pesquisados. Numa análise textual-discursiva, procuraremos evidenciar os elementos que remetem à instância de enunciação, assinalando o caráter subjetivo e interativo do gênero observado. Nomeados como marcas da oralidade em pesquisas discutidas em 2.1.1, os elementos que deixam transparecer emoções e interlocução estão presentes em todos os jornais pesquisados. Tendo em vista que estes traços se fazem presentes em gêneros típicos de escrita, propusemos a substituição do termo marcas da oralidade por marcas textuais de subjetividade, pois são formas que inscrevem o outro e a si no texto, elementos gramaticais e pragmático-textuais que colocam a língua em funcionamento, sem as quais a escrita seria apenas tecnologia, um enunciado sem enunciadador. Na sequência, apresentaremos a conclusão, as referências bibliográficas e anexos.

¹ A versão impressa é idêntica à versão online.

1 SOBREVIVO HISTÓRICO

Nos primeiros estudos sobre oralidade e letramento, fala e escrita são identificadas como manifestações mutuamente exclusivas, que representam não apenas dois estilos de linguagem completamente diferentes, mas também distintas formas de mentalidade/pensamento. Como representantes da teoria da grande divisão, em que a escrita é vista como ponto máximo da evolução cognitiva humana, estão os antropólogos Goody (2012[1977]) e Ong (1988), além do psicólogo Olson (1997). Pode-se citar, ainda, Havelock (1986, 1996a[1963]), criador dos termos mente oral e mente alfabética para designar a sociedade grega pré-alfabética e a sociedade pós descoberta do alfabeto.

Objetivamos, portanto, nesta seção, retomar as discussões desses autores que estudaram a escrita em contraposição à fala e também a reflexão sobre a forma como a escrita teria afetado as sociedades que a adotaram²(GOODY, 2012[1977], 1986; ONG, 1988, OLSON, 1997; HAVELOCK (1986, 1996a[1963], 1996b; THOMAS, 2005, além de documento da UNESCO para a alfabetização). Ao retomar as discussões sobre a oralidade e letramento, pretendemos apontar para a relação de poder que permeia as discussões acerca da escrita e o teor normativo e corretivo que pode ser fazer presente em maior ou menor grau nessas discussões. Para consubstanciar a discussão sobre a relação de poder, serão usados os conceitos de poder simbólico de Bourdieu (1974, 1989 1998, 2007[1979]). Buscamos ao longo da tese mostrar que a definição do que seja escrita e sua relação com a fala é pautada num capital escolar e social “cuja eficácia específica pode ser reduplicada pela eficácia propriamente simbólica, ou seja, pela autoridade que dá o fato de ser reconhecido, mandatado pela crença coletiva” (BOURDIEU, 2007[1979], p. 237)³. Essas ações atrelam-se ao fato de as relações de comunicação serem, de modo inseparável, sempre relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material e simbólico acumulados pelos agentes (BOURDIEU, 1989, p. 11). Nesse sentido, a norma-padrão⁴ é legitimada como a única

² Entre esses autores estão alguns que descreveram a introdução do alfabeto e a mudança do oral para o escrito como um limiar revolucionário na cognição e na cultura humana, a chamada “grande divisão”.

³ No pensamento de Bourdieu, os agentes mais legítimos culturalmente são vistos como os mais competentes para opinar sobre assuntos de interesse da sociedade. Assim, “o mundo social funciona simultaneamente como um sistema de relações de poder e como um sistema simbólico em que as distinções minuciosas do gosto se transformam em base para o julgamento social.” (ARAUJO RISSO, 2008)

⁴ O conceito de norma-padrão será apresentado e discutido na subseção 1.3.

norma que pode ser usada na manifestação gráfica, enquanto outras normas são relacionadas à fala, o que pode contribuir para manter o ponto de vista dicotômico.

1.1 Revisitando discussões das ciências sociais

Pode-se situar a gênese das discussões sobre oralidade e letramento nas seguintes obras: *The Gutenberg Galaxy*, de MacLuhan (1962), no Canadá; *La pensée sauvage*, de Lévi-Strauss (1962), na França; *The consequences of Literacy*, artigo de Jack Goody e Ian Watt (1962), na Inglaterra, e *Preface to Plato*, de Havelock (1963)⁵, nos Estados Unidos. Cada qual a sua maneira, essas obras focalizam a relação entre oralidade e letramento e colocam em evidência a oralidade em contraposição à cultura escrita (Cf. OLSON, 1995, HAVELOCK, 1995, 1996). Nessas obras, a escrita é discutida como uma tecnologia que permite guardar informação e não enquanto língua sob forma escrita (Cf. BENVENISTE, 2014[1969]). É, portanto, outra ordem de discussão que, mesmo refutada por linguísticas, pode influenciar análises sobre escrita em decorrência do seu poder simbólico e distintivo.

Esse resgate dos primeiros estudos contribuirá para mostrar que a separação feita por tais autores entre escrita e fala ainda se faz presente em algumas discussões linguísticas, quando pesquisadores associam a escrita à norma-padrão, atribuindo à fala elementos de outras normas. A visão de escrita como uma forma única de manifestação ou como norma-padrão é transformada em como tecnologia, pois enquanto língua ela é constitutivamente heterogênea. Parece, contudo, decorrer desses primeiros estudos as descrições que enfatizam a separação entre fala e escrita, reservando a esta o lugar privilegiado da norma-padrão e àquela o lugar dos erros e dos usos populares.

1.1.1 Estudos sobre a escrita na sociedade grega

Havelock (1996a[1963]) e Ong (1987[1982]) têm posições bastante criticadas por defenderem que a invenção da escrita alfabética alterou a estrutura do pensamento e do conhecimento. Apesar de Ong (1987[1982]) não estudar especificamente a escrita na Grécia, ele aparece nesta subseção por retomar em grande medida as ideias de Havelock

⁵ No Brasil, essas obras foram publicadas na seguinte ordem: *A galáxia de Gutemberg* (Macluhan, 1972), *O pensamento Selvagem* ((Lévi-Strauss, 1983), *Prefácio a Platão* (Havelock, 1997). O artigo de Goody e Watt não foi traduzido e publicado no país.

(1996a[1963]). A retomada das ideias de ambos os autores na presente tese objetiva mostrar que as características atribuídas por eles à fala e à escrita aparecem em pesquisas linguísticas sob o rótulo de *marcas da oralidade*, sendo possível, portanto, afirmar que suas ideias não foram totalmente superadas no âmbito das pesquisas linguísticas.

Criador dos termos *mente oral* e *mente alfabética*, Havelock (1986, 1996a([1963], 1996b[1988]) defende que em Platão estaria o momento em que o pensamento oral deu lugar ao **vocabulário, sintaxe e modos de pensar** associado ao pensamento lógico abstrato, ou seja, o autor marca a mudança de cultura oral para cultura letrada na Grécia, quando os gregos teriam passado de uma mente oral para uma mente alfabética, o que poderia ser comprovado pela mudança estilística e de conteúdo. Para ele, as diferenças entre fala e escrita podem ser vistas na forma de elaboração e no conteúdo, sendo que conteúdos sérios aparecem numa discussão com a forma e estilo de escrita, mesmo quando oralizada. Tal forma de análise ainda se faz presente em pesquisas linguísticas, como mostraremos em 2.2.1.

Quando o autor fala em “estado da linguagem e da consciência que, em Homero e em Hesíodo, é comprovadamente oral” (HAVELOCK, 1996a[1963], p. 135), ou que,

[...] apesar de obviamente transcritas (ou não as possuiríamos), eram composições de oralidade primária, isto é, a sua existência e forma textuais representavam uma restituição fidedigna de leis puramente acústicas de composição, na medida em que estas regulavam não só o **estilo** como também o **conteúdo** (HAVELOCK, 1996b[1988], p. 23, grifo nosso)

além de separar fala e escrita pela forma e pelo conteúdo, defende que os textos de Homero, mesmo com base semiótica gráfica, deixam entrever uma mente oral, ou oralismo. Isso pode ser comprovado, segundo o autor, pelos artifícios formulares de técnica oral. É possível, portanto, perceber que a discussão do autor centra-se na escrita como base semiótica de uso consciente e racionalizado e não como enunciação. Uma pesquisa que procure descrever a língua sob forma escrita, como objetivamos fazer, deve reconhecer os usos heterogêneos, além de observar os aspectos enunciativos, o que coloca em foco o sujeito que a usa.

A semelhança entre a discussão do autor e os resultados das pesquisas apresentadas em 2.2.1 reside na separação entre forma típica de fala e forma típica de escrita, mas em Havelock (1996a[1963], 1996b) a busca é por formas e conteúdos que remetiam à oralidade primária, ou seja, elementos linguísticos usados antes da

descoberta da escrita, enquanto nas pesquisas linguísticas a busca é por elementos que seriam próprios da fala e que foram manifestados graficamente. Mas mesmo Havelock (1996b, p. 61) demonstra algumas dúvidas quanto à possibilidade de se recuperar a oralidade primária de um povo por meio de textos escritos, dúvida que parece não ser compartilhada por pesquisadores que tratam como marca da oralidade elementos de normas desprestigiadas ou que inserem o sujeito no texto, como será visto em 2.2.1.

Havelock (1996a[1963]), ao traçar a distinção entre as formas e conteúdos presentes na forma oral e alfabética de comunicar, afirma que

a índole dessa linguagem⁶ não ensaiada está na sua **expressividade, na sua capacidade de expressar emoções imediatas, impressões e sentimentos**, tal como entre indivíduos, e também modas, hábitos e ideias sociais, tal como sentidas na comunidade. É espantosamente flexível e móvel. Isso que é falar. (HAVELOCK, 1996a[1963] p. 82, grifo nosso).

Afirma também que:

os segredos da oralidade não estão no comportamento da língua usada na conversação, mas na língua empregada para o armazenamento de informações na memória. Essa língua deve preencher dois requisitos: tem sempre de ser rítmica e narrativa. Sua sintaxe deve sempre descrever uma ação **e uma paixão, mas nunca princípios ou conceitos**. (HAVELOCK, 1995, p. 31, grifo nosso)

Desse modo, o autor estabelece critérios para acusar a presença da fala num texto manifestado graficamente. A forma e o conteúdo possibilitam a distinção. Observando escritos antigos como as plaquetas da Assíria e Ugarit, o autor afirma estar presente nelas os artifícios formulares da oralidade e que “toda comunicação conservada nessa cultura era moldada oralmente; se ocasionalmente era transcrita, o artifício da grafia era simplesmente colocado a serviço da conservação visual daquilo que já havia sido moldado para a conservação oral” (HAVELOCK, 1996a[1963] p. 156). É possível afirmar, portanto, que, para o autor, a escrita transcende os sinais que a caracteriza e envolve toda uma maneira de pensar sobre o mundo, do contrário ainda será fala graficamente manifestada. Como técnica oral, o autor apresenta a sonoridade, a repetição e todos os recursos que se utilizam do eco. A repetição ainda é apresentada como marca da oralidade em pesquisas de diferentes áreas da linguística, como, por exemplo, em Conde (2011), Doria e Prata (2014) e Araújo (2015). Neves (2010, p.159), contudo, mostra a repetição como estratégia presente tanto na fala como na escrita, “mas com caminhos muito diferentes de seleção de expedientes de marcação”. Ainda

⁶ O autor está se referindo à linguagem falada.

como artifícios que Havelock (1996a[1963]) atribui à oralidade estão as fórmulas prontas, que em algumas pesquisas linguísticas são associadas à língua popular como, por exemplo, em Dias (1996) e Arthur (2014). Como conteúdo próprios da fala, segundo Havelock (1996a[1963]), estão as emoções, os sentimentos e situações vividas na comunidade. Tais conteúdos, como será mostrado em 2.2.1, são atribuídos à fala e classificados como marca da oralidade.

Quase vinte anos após a publicação de *Prefácio a Platão*, Ong (1987[1982]) publicou *Orality and Literacy. The technologizing of the Word*, em que discute e apresenta as características do que ele chama de oralidade primária e oralidade secundária. Apesar da diferença entre os termos, oralidade primária equivale à mente oral e oralidade secundária à mente alfabética de Havelock (1986, 1996a [1963]).

Também Ong (1988[1982], p. 50-1) associa emoção/manifestação de paixão à oralidade. Para ele, o entusiasmo na descrição de violência física faz parte de manifestações artísticas orais e ocupam lugar secundário nas culturas escritas. Segundo o autor, a descrição da violência física, que frequentemente caracteriza a narração oral, pode provocar aflição em pessoas instruídas. Essa dissociação entre emoção e escrita, que estaria relacionada à racionalidade e razão, parece justificar a associação do discurso da violência à fala, mas não qualquer fala, a fala popular, comprovada por estruturas linguísticas presentes em jornais populares, como se vê em Dias (1996)⁷,

a linguagem oral popular, nas suas várias manifestações, constitui **uma das formas mais expressivas para representar a violência** (embora não a única), **porque a intensifica, acentuando suas trágicas consequências**. Não se trata, evidentemente, de adotar critérios avaliativos, mas de resgatar alguns aspectos mal compreendidos da linguagem oral do povo, de sua força expressiva como **veículo da revolta e da violência**. (DIAS, 1996, p. 18, grifos nossos)

Assim, mesmo indiretamente, a separação entre fala e escrita vai sendo perpetuada, quando caberia à linguística descrever os usos.

A distinção entre fala e escrita fica mais clara em Havelock (1996a [1963], p. 154) quando ele afirma que

em qualquer cultura distinguem-se duas áreas de comunicação: (a) a conversação informal e transitória da interação cotidiana e (b) a área de comunicação conservada, equivalente à comunicação significativa, que, na nossa cultura, quer dizer “literatura”, não num sentido esotérico, mas no que se refere à esfera da experiência conservada em livros e escritos de toda espécie nos quais o *ethos* e a tecnologia da cultura são preservados. Ora,

⁷ Essa discussão será retomada na subseção 2.2.5, quando será explorada com mais detalhes a relação entre emoção e oralidade.

tendemos a admitir que a área (a), por ser a da fala cotidiana humana, é fundamental, ao passo que a área (b) deriva dela. Mas é possível afirmar que a relação seja inversa. O estilo e o conteúdo da área (b), a palavra conservada, estabelecem os limites formais dentro dos quais a palavra transitória pode ser expressa. Isso porque, na área (b) encontra-se a complexidade máxima de que uma determinada época é capaz. Em suma, os livros e a tradição livresca de uma cultura alfabetizada estabelecem as formas de pensamento daquela cultura e tanto as limita como as estendem. (HAVELOCK, 1996a [1963], p. 154)

Assim como Havelock (1986, 1996a[1963]), Ong (1988[1982], p. 43-62) também se preocupa em contrastar a expressão falada com as expressões próprias da cultura escrita. Como próprios da cultura oral, ele apresenta a redundância e repetição, pensamento formulaico, recorrência a provérbios e expressão de sentimentos. No plano sintático, a coordenação estaria relacionada à oralidade, que teria um caráter cumulativo, enquanto a subordinação estaria relacionada à cultura escrita. Apontaremos, na subseção 2.2.1, pesquisas linguísticas em que os elementos atribuídos à fala por Ong (1988[1982], p. 43-62) são classificados como marcas da oralidade, assinalando a dificuldade de romper com a dicotomia, que é mais ideológica do que linguística e decorre do valor simbólico da norma-padrão, vista como sinônimo de escrita.

As ideias de Havelock (1996a[1963], 1996b[1988]) e de Ong (1996[1982]) parecem não ter sido superadas plenamente, pois, mesmo quando se considera o nível discursivo, a escrita pode ser transformada numa tecnologia que apenas transcreve a cultura popular, substituindo uma base semiótica por outra, sem alterar a forma de manifestação, que continua oral. A associação entre o conteúdo *violência* com a cultura popular, manifestada nas formas consideradas próprias da oralidade como feita por Dias (1996), pode contribuir para ratificar a ideia presente em Ong (1988, p. 51) de que a escrita estabelece as condições de objetividade.

Thomas (2005) procura romper com os conceitos da grande divisão proporcionada pela escrita, sem associar cultura oral à cultura popular no sentido de vulgar, sem refinamento intelectual ou primitiva. O interesse em apresentá-la nessa subseção diz respeito ao fato de a autora começar por questionar os conceitos como cultura oral e cultura letrada, que para ela constituem entraves para a compreensão da oralidade e letramento na Grécia antiga. Esse entrave persiste nos estudos linguísticos, quando traços de fala e escrita são definidos não pela regularidade de uso, mas por um viés prescritivista que associa escrita à norma de prestígio.

Outro ponto de ruptura da autora com as ideias de Havelock (1996a[1963], 1996b[1988]) diz respeito aos conceitos abstratos. Ela lembra que os filósofos

discutiam problemas difíceis sem o auxílio da escrita e o público ouvia (sem ler) uma literatura rica e complexa, ou seja, a atividade intelectual dos gregos assentava sobre a oralidade e, mesmo após a escrita, julgamentos e discussões eram orais. Segundo a autora, “os indícios sobre a Grécia mostram tanto um uso sofisticado e extensivo da escrita quanto o que é para nós um surpreendente domínio da palavra falada” (THOMAS, 2005, p. 6).

Em contraposição a autores como Havelock (1996a[1963], 1996b[1988]) e Goody 2012 [1977], por exemplo, que apresentam a escrita como responsável por mudanças significativas nas sociedades onde surge, Thomas (2005) afirma que “talvez a escrita possa acentuar ou reforçar tendências já presentes mais do que transformá-las, mas o que é fundamental são as características preexistentes. A escrita não desce sobre uma lousa em branco.” (THOMAS, 2005, p. 33). Esse ponto fulcral na obra da autora pode ser estendido para o momento atual, pois, o aprendizado da escrita não altera todo o sistema de valores e uso da norma do aprendiz, que mesmo mudando de base semiótica, do fonema para o grafema, poderá usar a língua como está acostumado a usar no dia a dia. O aprendizado da escrita não cria outra realidade para o escrevente.

Assim como a autora defende que o estudo sobre o letramento deve remeter às características pré-existentes da sociedade, suas atitudes para com a palavra escrita e os usos de seus potenciais, defendemos que a descrição de gêneros escritos devem partir da regularidade de usos, dos modos como a enunciação ocorre e bem como as estratégias de interação na manifestação oral e/ou gráfica.

Thomas (2005) aborda o letramento de um ponto de vista mais prosaico, como grafitos, inscrições privadas e a escrita na organização da *pólis*, apresentando “um entusiasmo pela escrita como um meio memorial, preservação e autodivulgação - possibilitando a memória do eu individual se perpetuar um tanto mais facilmente” (THOMAS, 2005, p. 101). Trata também da escrita como meio de dignificar uma ação. Ao fazer isso, a autora acaba por mostrar a escrita a serviço da palavra falada e afirma que “é difícil, se não impossível, fazer sólidas e seguras distinções entre o que é ‘oral’ e o que é ‘escrito’” (THOMAS, 2005, p. 102), naquele período. Essa dificuldade apontada pela autora em separar, na Grécia, o que é falado do que é escrito, serve para redimensionar o lugar da escrita ainda hoje, quando essa busca ainda persiste. Grande parte das dificuldades podem ser superadas se vista como língua sob forma escrita, pois

assim, o objeto de estudo não diz respeito às diferenças entre fala e escrita, mas às formas como a língua é usada em diferentes situações.

Havelock (1996a([1963], 1996b[1988]) e Thomas (2005), apesar de tratarem sobre a escrita na Grécia e a forma como aquela teria, ou não, alterado sociedade, apresentam diferenças quanto ao objeto de seus estudos. O primeiro centra-se em aspectos linguísticos, enquanto a segunda trata da escrita enquanto tecnologia, diferenças às vezes sutis que tem implicações nas análises. São diferentes ordens de análise, que podem refletir nas pesquisas linguísticas, como se fossem semelhantes.

1.1.2 A escrita no mundo: os valores sociais do letramento em contraposição à oralidade – abordagem culturalista

Para discutir os valores sociais do letramento, é necessário fazer uma distinção entre o objeto dos linguistas e o dos pesquisadores das ciências sociais. Os autores das ciências sociais discutem a escrita enquanto tecnologia, ou seja, uma técnica, um ofício da atividade humana que pode alterar/modificar a vida. As discussões de Goody (1986, 2012) e Colmas (2014) são voltadas para os aspectos da vida em sociedade que foram afetados por essa tecnologia, bem como as consequências de uso da escrita enquanto artefato. Linguistas, por sua vez, buscam analisar a escrita como manifestação da língua. Apesar da diferença na abordagem do tema, as duas ordens de discussão corroboram para manter e/ou ratificar o poder simbólico e distintivo da escrita, seja associando escrita a desenvolvimento econômico e político, seja vinculando-a a padrões léxico-gramaticais considerados mais complexos e completos.

Uma diferença fundamental na discussão entre linguistas e autores das ciências sociais diz respeito às comparações. Os autores das ciências sociais apresentados nesta subseção partiram da comparação entre sociedades letradas e sociedades orais e, ao observarem o conjunto, apresentaram a escrita como fator importante no desenvolvimento do trabalho, economia, religião e política. Ao associarem a escrita a desenvolvimento (inclusive cognitivo), acabaram por colocar fala e escrita como dicotômicas e opostas. Essa oposição repercutiu nos meios linguísticos e, a partir da segunda metade do século XX, muitos linguistas criticaram essa visão e buscaram relativizar e/ou explicar as diferenças entre elas. Apesar das críticas à dicotomia estrita entre fala e escrita, a visão de escrita como inerentemente útil e importante

norteia as políticas de governo e de órgãos internacionais para alfabetização e letramento.

Marcuschi (2003, p. 28-9), que chama essa abordagem sobre oralidade e escrita de visão culturalista, propõe o seguinte quadro de oposições como características centrais dessa visão:

Quadro 1 - Visão Culturalista

Cultura oral	<i>versus</i>	Cultura letrada
Pensamento concreto		pensamento abstrato
Raciocínio prático		raciocínio lógico
Atividade artesanal		atividade tecnológica
Cultivo da tradição		inovação constante
Ritualismo		analiticidade

Fonte: Marcuschi (2003, p. 29)

Um tema recorrente nas obras desses autores são as causas e efeitos da escrita sobre o conhecimento e, conseqüentemente, sobre as sociedades que a usam. Suas teses são consideradas por Marcuschi (2003, P. 28) inadequadas “para a observação dos fatos da língua”, o que não é realmente a proposta dos autores, que não são linguistas e, por isso, centram-se na relação entre escrita e sociedade, sua relação com o trabalho, economia, política, religião, ficando para os linguistas a tarefa de descrever e analisar aspectos linguísticos. Como já assinalado, são diferentes ordens de discussão. Nesta pesquisa tampouco serão usadas para explicar os fatos da língua, mas apenas para acenar para algumas razões pelas quais a escrita se torna capital simbólico.

Quando Goody (1986, 2012) e Colmas (2014) tratam a escrita como marco divisor nas sociedades, apontam razões que, para eles, justificam a relação entre escrita e desenvolvimento (econômico, social, cognitivo). São discussões que não tratam, portanto, das diferenças entre fala e escrita, mas de sociedades com escrita e sociedades ágrafas.

Diferentes categorias foram usadas para explicar as diferenças entre essas sociedades ou naturalizá-las, o que é criticado por Goody (2012[1977]): primitiva/moderna, avançada/atrasada, desenvolvida/não desenvolvida, moderna/selvagem, situações fechadas/situações abertas. Para Goody (2012 [1977]), estas antinomias “estão enraizadas numa divisão nós/eles que é tanto binária quanto etnocêntrica, cada um desses elementos sendo limitantes de sua própria maneira”

(GOODY, 2012 [1977], p. 13). O autor adverte que os trabalhos comparativos fazem surgir a questão evolucionária, pois alguns autores⁸, por construírem suas análises baseadas numa postura desenvolvimentista ou não desenvolvimentista dessas sociedades, ao elaborar suas teorias, acabam conferindo aos povos dessas sociedades uma espécie de relativismo cultural, que pode resultar em dar mais ênfase às diferenças ou avaliá-las como incapazes. A divisão nós/eles criticada pelo autor na observação sobre sociedades de certo modo é retomada na observação de aspectos linguísticos que diferem fala de escrita. As análises são feitas por quem pertence à cultura letrada, dominam à norma associada à escrita e, partir desse olhar, observa as características de textos de pessoas de diferentes níveis de escolaridade.

Para Goody (1986), o surgimento da escrita teve grande influência na política, na religião, na economia, possibilitou a capacidade de ler de escrever e a aplicação de princípios lógicos que permitem aos indivíduos se colocarem como sujeito e objeto do texto. Desse modo, a diferença que se estabelece é da “mecânica dos atos comunicativos” e das condições de interação entre os sujeitos (GOODY, 2012 [1977], p. 24), pois a escrita muda não só a natureza da comunicação, mas também permite o armazenamento da informação, disponibilizando-a para um público fora da cultura onde foi gerada, podendo eternizar um conhecimento oral contextualmente elaborado.

Pode ser verificada, no que concerne à capacidade que a escrita teria para alterar a sociedade que a adota, aproximação entre as ideias de Goody (1986) e Colmas (2014). Fala-se aqui em aproximação, por haver semelhanças em alguns aspectos e diferenças em outros. Para aquele, a escrita possibilita expansão de território e religião, organiza o sistema econômico e jurídico das sociedades que a adotam e contribui para definir o sistema de governo, enquanto este discorre sobre a forma como, na sociedade moderna, a escrita serve para dissociar o falante da palavra escrita no governo (por meio das leis), na religião (por meio de um livro sagrado) e na escola (por meio da cartilha).

Indiferente à norma usada nos textos religiosos, Goody (1986) apresenta a escrita como a responsável pela uniformidade dos rituais nas religiões letradas num amplo espaço geográfico, enquanto há uma enorme variação nas crenças e rituais no continente africano, de cultura oral. Ainda sobre religião, o autor lembra as potencialidades reflexivas da escrita, uma vez que, depois de escritas, as previsões eram vigiadas quanto a cumprir ou não. Tora, Bíblia e Corão são repositórios da palavra de

⁸ Ele cita trabalhos de Comte, Marx, Spencer, Weber, Durkheim, no campo da sociologia; e Maine, Morgan, Tylor, Smith e Frazer, no campo da antropologia.

Deus “que em si permanecem imutáveis, eternas, inspiradas pelo divino e não apenas pelo homem” (GOODY, 1986, p. 22). A ideia de que depois de escrito um texto pode ser mais vigiado é atualizada nos meios linguísticos como se pode perceber na afirmação de que a escrita é mais detidamente observada e normatizada (Cf. TARALLO, 1996; NEVES, 2002, MARCUSCHI e DIONISIO, 2007). Apesar da diferença nas abordagens sobre escrita, há pontos de contato entre elas.

Segundo Colmas (2014), nas sociedades letradas, as religiões deixam de se alicerçar no contato oral entre iniciados e iniciantes e passa a sustentar-se em um *livro sagrado*. Desse modo, como a escritura fixa os preceitos, as religiões de conversão não são adaptáveis à cultura local, pois a escrita normatiza os rituais religiosos e os universaliza. Nesse sentido, a escrita parece compartilhar do eterno e do sagrado, pois, ao fixar as regras, torna-se tão divina quanto às palavras manifestadas graficamente. Colmas (2014, p. 119), atestando o peso da escrita para religiões letradas, lembra que o cristão, também chamado de *o povo do livro* “identifica a própria divindade com a escrita, o início e o fim, o que na mente letrada se estende de alfa até ômega” – numa referência ao Apocalipse 1, 8: “Eu sou o **Alfa** e o **Ômega**, diz o senhor Deus” (grifo nosso). As pessoas letradas, no que concerne ao uso da escrita, também usam um livro de referência (gramática normativa), com poder quase sagrado, a partir do qual todo texto escrito é avaliado e cujas regras são obrigatórias na escrita, sendo considerado fala o que fugir ao que ali está prescrito, como mostrado em 2.2.1.

Colmas (2014) centra-se na importância fundamental da escrita para as religiões como cristianismo, judaísmo, islamismo, budismo, em que os praticantes identificam a divindade com a escrita, que, como algo sagrado, não poderia ser traduzido, na visão dos muçulmanos, por exemplo. Para o autor, “as escrituras mudam a natureza da cultura religiosa ao promover a diferenciação do sagrado e do profano e, em muitos casos, elevar uma língua acima da outras para que se torne a língua dos textos sagrados e da liturgia” (COLMAS, p. 124). Ele, assim como Goody (1986), lembra que a escrita não permite desvios dos textos sagrados protegendo assim uma doutrina de distorção e adaptação.

A relação entre escrita e religião não estaria apenas na fixação de rituais, mas também na administração e na vida econômica do clero. Uma vez adotada, a escrita afeta a gestão dos assuntos do templo e do palácio, influenciando e alterando a economia. A relação da escrita com a economia teria a ver, segundo Goody (1986, p.

64), com a promoção de novas tecnologias, com a divisão do trabalho, a expansão da possibilidade de gestão, comércio e produção e a alteração da natureza das transações individuais em todo tipo de comércio e produção, mudança dos métodos de acumulação de capital. Ele argumenta que a escrita contribui para a expansão da economia em dois sentidos: tanto para a pessoa saber ler instruções, como para contribuir e adaptá-las, além de aceitar e imitar, não só no campo econômico, mas também em outras áreas como a política, a religiosa e a jurídica.

Na Mesopotâmia, a economia e a escrita eram interdependentes, pois lá, a escrita inventada, mesmo nos templos, era utilizada “mais para a contabilidade que para registro de mitos e rituais” (GOODY, 1986, p. 67), ou seja, era usada mais para fins comerciais como registros, contratos de casamentos, arrendamentos, empréstimos e testemunhos.

Em relação à política, Goody (1986, p. 107) argumenta que “as nações modernas estão obviamente muito dependentes da escrita para seus sistemas eleitorais, suas legislaturas, a sua administração interna e suas relações externas” e, ainda, que ela influencia mais na organização que no processo político, pois ela “é fundamental ao desenvolvimento de estados burocráticos, muito embora formas relativamente complexas de governo sejam possíveis sem ela” (GOODY, 19986, p. 111). A escrita explicita e formaliza as regras entre governados e governantes em estados letrados complexos e contribui para a democracia, pois é possível um controle político por meio da cédula do voto.

No âmbito jurídico, o distanciamento entre indivíduo e linguagem viabilizado pela escrita contribui para a formalização do texto legal, para a universalização e racionalização, segundo Goody (2012). Enquanto Goody (2012) discute a forma como a escrita influencia as leis, bem com a relação lógica, no sentido de racionalidade, os procedimentos, as instituições e o teor da lei, Colmas (2014) centra-se na relação entre lei/justiça e estado. Para este, a justiça nos estados modernos está assentada na escrita, e o direito passou a existir com ela sendo que, nas sociedades contemporâneas, a justiça depende de grande volume de textos escritos: leis, pareceres, apelos, o que serve como prova de que a escrita é imprescindível no estado de direito. O autor lembra, ainda, que as nações são governadas/regidas pela constituição que deve ser escrita e interpretada por legisladores, o que envolve poder.

É possível perceber em Goody (2012) e Colmas (2014) a visão de que a escrita distancia o indivíduo do fato escrito, ou seja, o conhecedor do conhecimento. Essa separação sugerida pelos autores na discussão sobre escrita enquanto tecnologia de certo modo é recuperada nas pesquisas linguísticas que classificam elementos de enunciação como marca da oralidade.

Colmas apresenta alguns aspectos comuns nos três domínios institucionais de uso da língua (governo, religião e escola) que se sustentam na escrita. Eles se caracterizam por:

- um livro definidor: código legal, escritura e cartilha;
- uma autoridade afirmada e imposta por seus agentes: advogados, sacerdotes, professores;
- uma divisão dos papéis sociais: guardiães vs. leigos (clientes, crentes, alunos);
- uma ideologia que essencializa o convencional;
- a noção de que a língua pode ser regulada e a mudança, impedida;
- a dependência de uma trajetória de autorreprodução institucional e de conservadorismo linguístico (COLMAS, 2014, p. 130).

Os representantes de tais instituições são pessoas letradas que apresentam a ilusória noção de que a mudança pode ser impedida, segundo o autor. No domínio acadêmico, que discute as características da escrita, o livro definidor é a gramática normativa, representante da norma-padrão. Não haveria como ser diferente, uma vez que o domínio da escrita continua servindo como elemento de distinção e, segundo a UNESCO, conforme será apresentado a seguir, um atributo de poder.

Ao tratar da escrita como um bem público, Colmas (2014, p. 136-7) afirma que

do ponto de vista dos poderes instituídos, a escrita é constitutiva daquilo que é língua propriamente dita: *la langue cultivée*, uma língua aprendida, normatizada, governada por convenções e regras, frequentemente arbitrárias, mais do que um uso não guiado. As funções instrumental e simbólica da escrita sempre seduziram os poderosos a tentar controlá-la, supostamente no melhor interesse do povo.

Apenas se analisada como tecnologia a escrita corresponde à língua cultivada. No uso diário, a língua sob forma escrita é constitutivamente heterogênea, como nossos dados apontam.

A associação entre escrita e desenvolvimento é compartilhada por entidades internacionais, como ONU - Organização das Nações Unidas - e OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD em inglês). A OCDE, por meio dos programas PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) e

TALIS (Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem)⁹, costuma vincular desenvolvimento econômico à estabilidade social, usando como parâmetro as estatísticas educacionais. Os governos costumam considerar esses resultados na elaboração de políticas educacionais, uma vez que indicam o grau de atratividade econômica dos países avaliados.

O fato de a ONU ter uma organização que objetiva ajudar a melhorar a educação mundial contribui para atestar a visão acerca do letramento como algo desejável e importante, ou mesmo imprescindível, para o exercício da cidadania e progresso dos países. As palavras *desenvolvimento* e *progresso* são citadas em vários parágrafos da introdução de Education Strategy 2014-2021, da UNESCO. As pesquisas sobre as taxas de analfabetismo no mundo empreendidas pela instituição, com dados sobre homens e mulheres adultos e homens e mulheres jovens analfabetos contribuem para elaboração de políticas públicas para minorar o que é visto como um mal – o analfabetismo. Essa preocupação da UNESCO com a erradicação do analfabetismo e, conseqüentemente, com a valorização da escrita afigura-se como aceitação de valor positivo da escrita segundo Gnerre (1998, p. 44), para quem se trata “de uma extrema valorização dos aspectos positivos da alfabetização”, chamado por ele de um mito sobre a alfabetização. Marchuschi (2003, p. 23-4) chama de falaciosa a crença sustentada pela UNESCO. Segundo ele,

os planos desenvolvimentistas sugeridos pela UNESCO baseiam-se na crença de que ‘a alfabetização é uma coisa boa’ e que a ‘pobreza, a doença e o atraso geral estão vinculados com o analfabetismo’, sendo que, por sua vez, ‘o progresso, a saúde e o bem-estar econômico estão igualmente de forma auto-evidente vinculados à alfabetização’. Parece que o progresso está de tal modo vinculado à alfabetização, que esta teria um valor intrínseco desejável ao indivíduo. [...] mas não deixa de ser falacioso usar isto como argumento a favor da supremacia da escrita. A escrita é um fato histórico e deve ser tratado como tal e não como um bem natural.

A despeito das críticas, a UNESCO continua envolvida nas políticas para erradicar o analfabetismo do planeta, preocupação compartilhada pela OCDE, que afirma em sua página oficial que nações que não ajudam os alunos fracos a melhorarem o desempenho em matemática, leitura e ciências prejudicam o futuro e o crescimento econômico. Para Andreas Schleicher, diretor da OCDE para educação, os ganhos sociais e econômicos decorrentes da eliminação do baixo desempenho justificaria o custo para

⁹ Programas de avaliação em larga escala utilizados como indicadores para uma política de melhoria da qualidade da educação.

melhorar¹⁰ as habilidades em leitura e matemática, áreas vinculadas diretamente à escrita.

Altas taxas de analfabetismo configuram uma das marcas de atraso dos países que as apresentam, o que coloca a escrita¹¹, mesmo que indiretamente, associada ao progresso. A escola – e necessariamente a escrita - é vista como fator de ascensão social e faz parte dos discursos de organizações sociais e partidos políticos, além de ser uma dos critérios de avaliação do IDH¹² (índice desenvolvimento humano) de países e cidades. A relação entre escrita e escola decorre não só de esta ser a instituição responsável por ensiná-la, ou nas palavras de Neves (2003, p. 87), porque “o processo formal de educação que caracteriza a escola já implica o objetivo do letramento, e, decorrentemente, da **escrita** e da **leitura** (grifo nosso)”, mas também porque quase todo o conhecimento adquirido e acumulado pela humanidade está, de algum modo, vinculado a ela, pois ela contribui para a preservação.

Para Irina Bokova, diretora-geral da UNESCO em 2014, “a educação é um direito humano básico e a base para um desenvolvimento mais sustentável, inclusivo e justo”¹³ (UNESCO, 2014, p. 9). Organizações como UNESCO, ao relacionar alfabetização à cidadania e ao desenvolvimento, e OCDE, ao associar a leitura e matemática ao desenvolvimento econômico ratificam o poder (simbólico) da escrita.

A crença das vantagens da educação – que nos moldes atuais de transmissão está intrinsecamente vinculada à escrita - é enfatizada pela UNESCO, que

advoga uma visão humanista e holística da educação como um direito humano fundamental que é essencial para o desenvolvimento pessoal e socioeconômico [...] Além da aquisição de conhecimentos básicos, atitudes e habilidades cognitivas, sociais e emocionais, os conteúdos da aprendizagem devem promover a resolução de problemas e pensamento criativo; a compreensão e respeito pelos direitos humanos; inclusão e equidade e a diversidade cultural, os quais são essenciais para a realização da paz, a cidadania responsável e o desenvolvimento sustentável¹⁴.(UNESCO, 2014, p. 25)

¹⁰ “The social and economic gains from tackling low performance dwarf any conceivable cost of improvement.” Disponível em: <http://www.oecd.org/education/helping-the-weakest-students-essential-for-society-and-the-economy-says-oecd.htm> Acesso em 16/02/2016

¹¹ Consideramos que escrita subjaz leitura, por isso não falamos especificamente sobre leitura.

¹² Medida concebida pela ONU para avaliar a qualidade de vida e desenvolvimento econômico. A educação é um dos pilares do Relatório de Desenvolvimento Humano, que apresenta também dados sobre saúde e renda. Em 2015, o Brasil ocupava a 75ª posição, entre os 188 países avaliados.

¹³ “education is a basic human right and the foundation for more sustainable, inclusive and just development”.(UNESCO, 2014. P. 3)

¹⁴ UNESCO advocates a humanistic and holistic vision of education as a fundamental human right that is essential to personal and socio-economic development [...] In addition to the acquisition of basic knowledge, attitudes and cognitive, social and emotional skills, the content of learning must promote problem-solving and creative thinking; understanding and respect for human rights; inclusion and equity;

A escrita é tratada como exigência e necessidade em todas as sociedades do planeta, sendo associada a capacidades cognitivas e transformação da sociedade, não diferindo, nesse aspecto, das discussões de Goody (1986, 2012) e de Colmas (2014).

Se a escrita liberta, como advogam UNESCO e OCDE, ou se escraviza como quer Levi-Strauss (1957), que numa visão negativa da escrita, afirma que ela favorece mais a exploração que a iluminação dos homens e acrescenta que

se minha hipótese fôr exata, é preciso admitir que a função primária da comunicação escrita é facilitar a servidão. O emprêgo da escrita para fins desinteressados, tendo em vista tirar satisfações intelectuais e estéticas é um resultado secundário, se é que não se reduz, no mais das vezes, a um meio de reforçar, de justificar ou de dissimular o outro” (LEVI-STRAUSS, 1957, p. 318).

ou se é apenas resultado do que fazem com ela, o fato é que ocupa lugar de destaque na vida de todas as pessoas, mesmo daquelas que sequer a conhecem ou dominam. Todas as pessoas do planeta são afetadas, mesmo que indiretamente, pela escrita, pois mesmo os cantos mais recônditos fazem parte de um determinado país, que são regidos por leis, têm um sistema educacional, são mapeados por satélites, entre outros aspectos que envolvem a escrita.

A associação entre escrita e império, política e industrialização foi feita por Levi-Strauss (1957), na metade do século XX. Segundo o autor, a escrita acompanha a formação de cidades e impérios e consegue integrar grande número de indivíduos em um sistema político e hierarquizá-los em castas e classes. O autor justifica com o exemplo do império Inca e dos impérios africanos, que surgiam e desapareciam, pois faltava a escrita que garantiria a consolidação.

Foi também Levi-Strauss (1957) o primeiro a associar escrita a poder. Mesmo sem discorrer claramente sobre escrita e poder, ele cita o representativo caso do chefe Nhambiquara que, por ter compreendido a função da escrita, fingia ler e escrever como uma forma de garantir autoridade sobre o grupo. Ainda falando sobre escrita e autoridade/poder, o antropólogo francês apresenta o exemplo das aldeias do Paquistão oriental povoadas de analfabetos, nas quais há sempre um escriba “que preenche a função junto dos indivíduos e da coletividade [...] sua ciência se acompanha de poder” (LÉVI-STRAUSS, 1957, p. 316). Sobre a luta pela alfabetização na Europa, ele afirma

relacionar-se à necessidade do fortalecimento do controle sobre os cidadãos, ou seja, para garantir o poder estatal.

Desse modo, a estreita ligação entre educação, crescimento econômico, distribuição de renda e pobreza apontada pela UNESCO e a relação entre educação e crescimento econômico assinalada pela OCDE estão em consonância com as ideias dos autores cujas ideias foram apresentadas nesta subseção, os quais apontam a escrita como marco divisor nas sociedades. Para estas instituições, além da redução da pobreza econômica, a educação reduziria a pobreza de capacidade, garantiria a paz, segurança e democracia e ainda padrões de consumo e desenvolvimento sustentável.

Marcuschi (2003) e Gnerre (1998) criticam a UNESCO, pois, para eles, associar a alfabetização a progresso e desenvolvimento reforça a ideia de supremacia da escrita e de que a alfabetização é intrinsecamente boa. Como apresentado, são ordens diferentes de discussão. Organizações como UNESCO e OCDE defendem a escrita como tecnologia que permite armazenar/processar informação sobre diversos assuntos o que poderia resultar em conhecimentos diversos. A forma como a língua se apresenta não entra em pauta nas discussões.

O mundo encontra-se no papel, no sentido que lhe atribui Olson¹⁵, mas muitas pessoas ainda não pertencem a esse mundo por não terem adquirido as credenciais necessárias para nele entrar. Sobre elas é afirmado que são letradas - ou de oralidade secundária, nos termos de Ong (1987) - afinal pertencem a uma sociedade que faz uso da escrita, mas nem sempre sua escrita será considerada e classificada como *Escrita*, por ter forma e conteúdo considerados próprios da oralidade, como veremos na subseção 2.2.1.

1.2 Letramento(s): interface entre estudos linguísticos e antropologia social

Nesta subseção, apresentamos o conceito de letramento, assumindo a posição de Street (2007), que reconhece a possibilidade de/e existência de múltiplos letramentos. Essa assunção é necessária e tem implicações práticas na nossa análise dos textos que servem de *cópus* da tese. Assumir a existência de múltiplos letramentos contribui para a percepção do exercício de poder nas descrições que se faz da escrita no

¹⁵ Segundo o autor, vivemos no mundo tal como ele é representado pela ciência, pela literatura, pelo direito e religião (OLSON, 1997).

âmbito acadêmico e também para recategorizar formas e conteúdos que são atribuídos à fala ou à escrita a partir de um conceito pré-concebido do que seja uma e outra.

A necessidade de estudar a relação indissociável entre escrita e sociedade é relativamente recente. Antes de pesquisas acerca dos usos sociais da escrita e do uso da palavra letramento, o foco escolar e acadêmico era sobre a alfabetização, ou seja, ensino de habilidades para codificação e decodificação (Cf. ALBUQUERQUE, 2007). A partir de 1980, passou a ser bastante difundido o discurso da necessidade de serem considerados os usos e as funções da escrita e, a partir de 1990, o conceito de alfabetização passa a ser associado a letramento. Enquanto o termo alfabetização centra-se no indivíduo que domina escrita e leitura, o termo letramento tem alcance social, ou seja, envolve as práticas sociais de leitura e escrita. A necessidade de usar letramento em vez de alfabetização decorreu do fato de esta palavra estar associada ao domínio individual do código, sem relação com as práticas sociais, como esclarece Soares (2004, p. 19): “alfabetizado nomeia aquele que aprendeu a ler e a escrever, não aquele que adquiriu o estado ou a condição de quem se apropriou da leitura e da escrita, incorporando as práticas sociais que a demandam”. Para a autora,

alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado. (SOARES, 2004, p. 47)

Letramento, como prática social ou uso social da cultura escrita, é objeto de interesse de estudiosos de várias áreas o que pode fomentar um diálogo produtivo com pesquisas linguísticas. Street (2005, 2014 [1995], por exemplo, é um autor que critica as discussões sobre os efeitos cognitivos do letramento e a visão dicotômica entre fala e escrita, pois são concepções em que, para o autor, a escrita é reduzida a um conjunto de capacidades cognitivas que podem ser mensuradas e, por meio delas, avaliar o grau de letramento do sujeito. A preocupação, nesse sentido, seria o que as pessoas sabem e não o que fazem e como usam a escrita em diferentes contextos culturais. A primeira preocupação relaciona-se ao que ele chama de modelo autônomo de letramento; a segunda, defendida por ele, constitui o modelo ideológico. Do ponto de vista linguístico, a considerar diferentes pesquisas sobre escrita, esta se reduz a um conjunto de características estruturais correspondentes à norma padrão, além de constituir-se enunciador sem enunciador, como evidenciaremos em 2.2.1, em que diferentes escolhas léxico-gramaticais associadas à norma popular e/ou que evidenciem a enunciação são

classificadas como marca da oralidade. Nesse sentido, considerar multiplicidade de letramento envolveria aceitar diferentes normas na manifestação gráfica.

Street (2007, p. 466) prefere o modelo ideológico de letramento

o qual reconhece uma multiplicidade de letramentos; que o significado e os usos das práticas de letramento estão relacionados com contextos culturais específicos; e que essas práticas estão sempre associadas com relações de poder e ideologia: não são simplesmente tecnologias neutras.

Essa relação entre o domínio da escrita e as relações sociais faz com que, como objeto de investigação ou de ação, o letramento seja bastante contestado, segundo Street (2005). Ele chama a atenção para o fato de diferentes autores¹⁶ - uns mais outros menos - abordarem as questões de poder e hierarquia social que afetam a definição de letramento e seus resultados práticos.

O autor associa o modelo autônomo de letramento à teoria da grande divisão em que a escrita é vista como completa em si mesma e um produto que afetaria a cognição, progresso e contribuiria para a abstração. Também associada ao modelo autônomo de letramento está a assunção da dicotomia entre fala e escrita.

Enquanto sistema simbólico associado a poder - também simbólico - e traço distintivo das pessoas que praticam o letramento dominante, à escrita parece ser atribuído o poder de não ser afetada pelo usuário, pairar onipotente sobre as sociedades que aceitam e/ou usufruem de seu poder. Como apontaremos na subseção 2.2.1, em muitas pesquisas elementos que denotem subjetividade bem como a norma não-padrão são tratados como marcas da oralidade.

Para alterar tal quadro, o autor, que é antropólogo social, defende a necessidade de interrogar o modo como as pessoas afetam o letramento em vez de perguntar como o letramento afeta as pessoas. Autores que se preocupam com a segunda pergunta, partem de uma visão etnocêntrica, segundo ele. Uma das críticas de Street (2014[1995]) recai sobre as discussões acerca de fala e escrita iniciadas por Tannen (1983, 1985) por descrever as manifestações de fala e escrita a partir da assunção da diferença entre os canais.

Para Street (2014 [1995]), descrições que rotulam traços de práticas comunicativas a partir do canal de comunicação dificultam presumir modelos de língua.

¹⁶ O autor cita Adams, Snow, Cole e Scribner, Street & Street, Rogers, Kress & Van Leeuwen, Cope and Kalantzis.

se existirem diferenças universais de canal, apesar das provas crescentes, será difícil identificar, se já presumimos tais diferenças no modelo de língua que usamos já de saída, isto é, se pressupomos traços de ‘escrita’ e então quando encontramos esses traços na fala, nós os chamamos de ‘semelhantes à escrita’, de modo que o argumento fica circular e não pode ser testado. A recorrente descoberta que Tannen faz de traços ”do oral” na escrita e “da escrita” na fala” nos leva a perguntar, a princípio, por que esses traços de prática comunicativa foram rotulados pelo canal (STREET, 2014[1995], p. 21-2)

O autor assinala que as diferenças entre fala e escrita que os alunos não aprendem – maior ou menor contextualização, grau de interação - são tratadas como parte de um aspecto geral de escrita em si mesma, e não como parte de “um conjunto específico de convenções de uma cultura” (STREET, 2014[1995], p. 22). Assim, para ele, as diferenças entre fala e escrita não se sustentam quando se analisa a língua real, o que nossos dados confirmam.

A busca pelas diferenças entre fala e escrita, que ainda persiste atualmente no âmbito acadêmico brasileiro, acaba por inserir alguns estudos, mesmo que indiretamente, no quadro da grande divisão em decorrência da filiação a métodos e teorias tradicionais, segundo Street (2014 [1995], p. 178). Para ele, a superação da visão tradicional de letramento, que leva à divisão entre fala e escrita poderia ser facilitada por “uma combinação da análise do discurso recente com as versões do método etnográfico vinculado a teorias de poder e ideologia” (STREET, 2014 [1995], p. 179). Concordamos com o autor sobre a necessidade de as explicações sobre letramento nascerem da interface entre linguística e antropologia, devido à sua relação com ideologia e poder. A escolha da norma-padrão como única possibilidade de escrita numa relação de equivalência pode decorrer da ideologia na qual está imersa.

Assim como nos meios linguísticos já se reconhece que a norma-padrão é apenas uma possibilidade de uso entre outras. Street (2007) defende o reconhecimento também de diferentes letramentos, pois hoje, segundo ele, os letramentos que não correspondam ao dominante são tidos como falhos ou inadequados e “os que praticam o letramento alternativo são concebidos como culturalmente desprovidos” (STREET, 2007, p. 472). Essa discussão liga-se diretamente ao nosso objeto de estudo, pois a escrita relacionada ao modelo dominante de letramento está associada à norma-padrão. Sobre a escrita relacionada a outros modelos de letramento é dito que apresenta marcas da oralidade ou é chamada de escrita popular, como se vê em Dias (1996), Andrade (1999), Gomes (2007), Marine (2009), Lucena (2011), Oliveira (2011), Bessa, Oliveira e Bezerra (2012), Conde (2011), Artur (2014), Araujo (2015), entre outros que serão

discutidos na subseção 2.2.1. Independente do gênero ou tipo de texto, a escrita é analisada a partir de sua constituição, seguindo parâmetros pré-definidos, o que já acena para atuação da ideologia e poder simbólico que conferem à escrita apenas traços mais distintivos socialmente.

Mesmo quando presente numa instituição de escrita como a imprensa, determinadas formas linguísticas são classificadas como *fala* ou *marca da oralidade* como em Dias (1996), Durante (2008) e Nóbrega (2008), por exemplo. A classificação das expressões cristalizadas, como os provérbios, por exemplo, ou dos desvios à norma-padrão como próprios da oralidade aponta para uma visão de modelo de letramento autônomo, que vê/trata escrita e fala como dicotômicas, mesmo os autores citados apresentando, na fundamentação teórica, a fala e escrita como um *continuum*.

1.3 Entre o normal e o normativo: o discurso da norma

A partir das discussões sobre norma de Rey (2001[1983]), Aléong (2001[1983]) e Faraco (2002, 2008), pretendemos mostrar que as discussões sobre escrita se pautam na norma enquanto regra que deve ser seguida, decorrente de um juízo de valor que se mostra autoritário e prescritivo, algumas vezes purista, apesar de o purismo ser visto de forma depreciativa no âmbito acadêmico. Como será mostrado na subseção 2.2.1, as pesquisas sobre escrita não partem de dados estatísticos que refletem o uso, mas de um conceito pré-construído sobre o que é a *escrita* e como esta deve ser, que estruturas lhe são próprias ou não. As construções e os conteúdos que não se encaixam nesse constructo ideológico são classificados como traço/marca da oralidade. Nesta subseção, apresentaremos, portanto, dois eixos: a relação entre a norma e sociedade, o que implica valores culturais e simbólicos e a possível relação com as descrições e análises sobre a escrita.

O termo *norma* aparece em Coseriu (1973a) para esclarecer a abstração da distinção saussuriana língua/ fala, pois, para ele, tal distinção não poderia ser mantida com coerência, uma vez que a linguagem só existe como fala. Nesse sentido, língua e fala não são realidades claramente separadas uma vez que fala é realização da língua e língua é condição da fala.

Buscando desfazer a imprecisão da distinção entre língua e fala, Coseriu (1973, p.59), afirma ser aludido em Sausurre (2008[1970]) uma oposição entre dois conceitos

de *langue*: a língua como instituição social e que contém elementos funcionais, que o autor chama de norma, e a língua como sistema abstrato de oposições funcionais, que constitui o sistema. Assim, língua enquanto sistema abstrato implica o conceito de norma, o que o leva a distinguir sistema normal (norma) de sistema funcional (sistema). Fazem parte da norma os elementos normais e constantes em uma língua, mas não distintivos do ponto de vista funcional. Norma, portanto, é “a realização coletiva do sistema, que contém o sistema e os elementos funcionalmente ‘não pertinentes’ ao sistema, porém normais na fala de uma comunidade” (COSERIU, 1973a, p.90). Enquanto o sistema diz respeito às possibilidades, aos caminhos abertos ou fechados, a norma é um sistema de realizações consagradas social e culturalmente e corresponde ao que é efetivamente dito e não ao que se deve dizer (COSERIU, 1973b, p. 55). Desse ponto de vista, o conceito de norma não se atrela a juízos de valor.

Na esteira das discussões de Coseriu (1973), autores como Rey (2001[1983]), Aléong (2001[1983]) e Faraco (2002, 2008), cada um a sua maneira, buscaram esclarecer as diferentes acepções do termo norma e as implicações de julgamento social no uso da língua.

Rey (2001[1983]) e Aléong (2001[1983]) procuram diferenciar duas formas diferentes de tratar a norma. Rey (2001[1983], p. 116) assinala a ambiguidade do termo, que pode significar tanto frequência, tendência geral e habitualmente realizada, quanto a conformidade a uma regra, a um juízo de valor. Aléong (2001[1983], p.148), ao considerar esses mesmos aspectos, designa de forma diferentes a cada maneira de tratar a norma. Ele diferencia *normal* de *normativo*, sendo aquele definido no sentido matemático de frequência real dos comportamentos observados e este por juízos de valor e pela presença de um elemento de reflexão consciente da parte das pessoas concernidas. O autor lembra, contudo, que ambos são suscetíveis de variação de um grupo para outro.

Para Rey (2001[1983]), norma no sentido do que deve ser realizado tem como fonte as normas sociais das quais decorre a norma autoritária, que “pode se constituir e tentar modificar o uso real tomando elementos de empréstimo à norma objetiva que, como sistema abstrato o sustém” (REY, 2001[1983], p. 125). É no sentido de normal e habitualmente realizado que o termo *norma* interessa na presente pesquisa, pois tem implicações nas descrições feitas sobre a escrita.

Apesar de o autor discutir avaliações espontâneas, e as avaliações acerca da escrita serem acadêmicas, portanto, teoricamente, objetivas e neutras, vemos relação entre a discussão do autor e as descrições sobre a escrita, na medida em que são pautadas na norma objetiva, com forte tendência à avaliação e à prescrição. Para Rey (2001[1983], p. 131), a tendência ao julgamento linguístico coerente para o conjunto da sociedade é, às vezes, institucionalizado pelas academias e, então, o julgamento é transferido para o plano prescritivo, tendendo a definir uma norma única, sem a qual não poderia haver a noção de erro, que leva à exclusão de certos traços de usos observados. Não são usos estranhos ao sistema, mas pertencentes a uma norma objetiva excluída pela norma avaliativo-prescritiva. A sociolinguística, contudo, é uma vertente que desafia essa tendência, havendo no Brasil pesquisas que procuram descrever a variação na escrita como, por exemplo, Paiva e Gomes (2014). Na discussão sobre escrita, a prescrição pode ser vista na exclusão de elementos de subjetividade e interação, bem como de escolhas léxico-gramaticais associadas à norma popular, que são associadas à oralidade. Como assumimos o conceito de norma como realização normal na comunidade, consideraremos como pertencentes à norma culta os elementos presentes nos textos jornalísticos analisados, evitando reproduzir a norma prescritiva, que separaria no texto elementos que deveriam ou não ser classificados como escrita.

Como observado por Rey (2001[1983], p.132-3), a norma prescritiva se sustenta com o discurso “regulado pela natureza de seu objeto: de avaliação crítica e condenação eventual de outros - que são também o discurso do Outro – e, menos francamente, juízo de valor hierarquizando os usos e, através dele, os usuários”. O autor lembra que o discurso normativo é recheado de justificativas e “a condenação por incorreção coincide com marca social desfavorável” (REY, 2001[1983], p.135). Essa é uma posição recorrente nos estudos sobre escrita, em que textos, gêneros e conteúdos associados à cultura popular ou às classes menos prestigiadas são classificados como orais mesmo quando manifestados graficamente. Não se trata de textos que apresentam fenômenos intrínsecos à oralidade como hesitação, interrupção (Cf. JUBRAN, 2015), ou repetição, correção, parafraseamento, parentetização nos processos de construção textual, nos moldes da discussão encontrada em Jubran (2015). O que é classificado como oralidade pauta-se em juízos de valor que definem o que pode ou não estar presente em textos escritos. São atitudes prescritivas que, ao remeterem a (e partirem de) um conceito abstrato de escrita, apagam as condições e implicações sociais de julgamento, como discutido pelo autor. Rey (2001[1983]) fala de abstração no conceito

de *língua* e de *palavra*, mas estendemos ao conceito de escrita, uma vez que as análises desconsideram as condições objetivas da vida linguística da comunidade e não se dobram à pressão estatística do uso, pautando-se num modelo pré-definido de escrita, numa atitude purista, cuja condição é, segundo Rey (2001[1983], p.138), recusar a mudança histórica.

Enquanto veículo simbólico, a língua faz parte de um conjunto de meios de interação simbólica, sendo que uma das funções sociais da linguagem é marcar e apresentar a identidade do indivíduo e de seu *status* e papel na sociedade, segundo Aléong (2001[1983]). Assemelhando-se à discussão de Durkeim (1982), ele trata da regulação social cuja base está na família, escola, direito, divisão de trabalho entre outros. Para ele, uma das funções sociais da linguagem é marcar e apresentar a identidade do indivíduo e de seu *status* e papel na sociedade. Assim, segundo o autor, retomando Bourdieu (2007 [1979]), a língua pode servir de meio de sublinhar uma distinção social¹⁷. Desse modo, as normas sociais do comportamento linguístico podem condicionar (ou condicionam) o conteúdo e as formas da interação linguística.

Levando em conta as funções sociais e as possibilidades de variação, Aléong (2001[1983], p.152) apresenta a norma linguística como “um produto de uma hierarquização das múltiplas formas variantes possíveis segundo uma escala de valores que incide sobre a ‘conveniência’ de uma forma linguística em relação às exigências da interação linguística”. Mas o autor reconhece que, no uso habitual, norma designa

uma variedade de língua que, num dado momento, se impõe e é imposta por todo um aparelho prescritivo como a língua de referência pela qual deve se medir todos os comportamentos [...] que, por definição, classifica todas as formas possíveis no domínio dos erros e incorreções ou, para empregar um termo mais recente, do não-padrão (ALÉONG, 2001[1983], p. 152-3)

Na busca de compreender a língua pela inserção social dos falantes, o autor lembra que o objeto da linguística é aquilo que se diz e não aquilo que se deve dizer. Esse conceito recobre a possibilidade de existência de mais de uma norma linguística em função do jogo interativo e não apenas a norma imposta pelo aparelho prescritivo, chamada norma correta, pela qual se medem todos os comportamentos e que é imposta “com a força de uma lei fundada na ordem natural” (ALÉONG, 2001[1983], p.153).

¹⁷ Apesar de a tradução brasileira não trazer Bourdieu na referência, na versão original consta : BOURDIEU, P. (1975), « Le fétichisme de la langue ou l'illusion du communisme linguistique », Actes de la recherche en sciences., levando-nos a crer que, como leitor de Bourdieu, o autor usa distinção, no sentido que Bourdieu (2007 [1989]) lhe atribui.

Para distinguir a norma socialmente dominante da heterogeneidade dos comportamentos linguísticos, o autor apresenta os conceitos de norma implícita e norma explícita.

As normas implícitas representam os usos concretos pelos quais os indivíduos se apresentam na interação, no seu grupo. Cabe ao linguista descrever e explicar as regras dessa interação, pois são objeto da linguística essas normas que funcionam sem aparato de referência escrito.

Norma explícita, segundo Aléong (2001[1983]), é o conjunto de formas linguísticas que são objeto de tradição, de elaboração, de codificação e de prescrição, socialmente dominante e imposta como ideal a respeitar. Como o uso real mostra-se discrepante de um ideal fixo, o discurso da norma é imperativo, autoritário e arbitrário. Toda norma explícita se ancora: a) no discurso da norma de que há uma forma certa, boa, pura no uso da língua; b) num aparelho de referência representado por academias e codificado nas gramáticas, dicionários e obras de correção da língua (no caso de jornais, há, no Brasil, os manuais do Estadão e da Folha de São Paulo que deve(ria)m garantir a *correção* na escrita jornalística) e c) na imposição, devido ao papel hegemônico de referência legitimada, em lugares como a escola, imprensa e administração pública. Essa norma, por relacionar-se à ideologia e ligar-se ao desenvolvimento econômico e político de uma comunidade linguística, geralmente serve de meio de distinção social. Acrescentamos, nesse sentido, que a norma explícita pode ser usada para autorizar ou desautorizar os falantes para além dos aspectos linguísticos, associando a norma usada pelo falante à sua capacidade de atuar em sociedade, o que situa a norma explícita como capital simbólico (prestígio que permite identificar os agentes no espaço social) (Cf. BOURDIEU, 1989).

Para Bourdieu (2007 [1979]), o gosto e as preferências são construídas e transmitidas pela família e pela escola, duas instâncias que incentivam práticas culturais que irão distinguir o esteticamente admirável do vulgar, do popular, do pequeno-burguês, o que coloca essas duas instituições como mercados simbólicos que definem as competências necessárias para atuar nos diferentes campos. A educação é instituição responsável, segundo o autor, pela

[...] lei linguística que dispõe de seu corpo de juristas (os gramáticos) e de seus agentes de imposição e de controle (os professores), investidos de poder de submeter universalmente ao exame e à sanção jurídica do título escolar o desempenho linguístico de seus falantes (BOURDIEU, 1998, p. 32).

Desse modo, o aparelho de referência da norma explícita pode criar um mercado linguístico que contribui para perpetuar traços distintivos que legitimam e consolidam o poder simbólico dos detentores dessa norma (legítima - que, por sua vez é legitimada pelos detentores do capital escolar).

Outra contraposição entre diferentes conceitos de norma é apresentada por Faraco (2002, 2008), que contrapõe norma culta à norma padrão. Faraco (2002) caracteriza norma como o uso rotineiro da língua nos diversos grupos sociais. Cada grupo social tem, portanto, sua norma da língua, o que permite dizer que não existe apenas uma norma linguística, mas variadas normas que caracterizam a diversidade de grupos que fazem parte da sociedade¹⁸. Assim, podemos falar na norma linguística das comunidades rurais, dos grupos de jovens urbanos, da população que vive nas periferias urbanas, na norma informal da classe média urbana, só para citar alguns exemplos dados pelo autor.

Norma é fator de identificação do grupo, de modo que, segundo Faraco (2002, p. 39), “é inevitável o contato entre essas muitas normas sociais no intercâmbio social, o que redundando em múltiplas interinfluências (as normas são, portanto, hibridizadas”. Ainda segundo o autor, “a parcela da população que mais direta e intensamente lida com a cultura escrita tem também uma norma peculiar, isto é, aqueles fenômenos de língua que caracterizam o uso deste grupo social, seja em situações formais de fala, seja de escrita” (FARACO, 2002, p. 39).

Norma culta é, segundo Faraco (2002, p. 39), um termo usado “para designar os fatos de língua que este grupo social mais direta e intensamente lida com a cultura escrita usa correntemente em situações de fala e na escrita”. A Norma-padrão relaciona-se a “um processo fortemente unificador (que vai alcançar basicamente as atividades verbais escritas), que visou e visa uma relativa estabilização linguística, buscando neutralizar a variação e controlar a mudança” (FARACO, 2002, p. 40). Por estar vinculada a práticas socioculturais que constituem a cultura letrada, a norma-padrão, segundo Faraco (2002, p. 41), “é mais que apenas um rol de elementos léxico-gramaticais”, uma vez que o domínio da cultura letrada “está ensopado de uma densa teia de valores que gera e mobiliza uma vasta gama de modos de ser, de agir, de pensar e evidentemente de dizer – seja no sentido de gêneros discursivos [...] seja no sentido do prestigiamento de certas formas léxico-gramaticais” (FARACO, 2002, p. 41). O autor

¹⁸ O autor fala sobre a sociedade brasileira

lembra que, enquanto entidade léxico-gramatical, a norma-padrão é relativamente abstrata e é essa norma abstrata, em cuja codificação marcas dialetais são apagadas, que aparece nas descrições sobre escrita. Vemos semelhança entre o conceito de norma-padrão, de Faraco (2002), e o de língua legítima, de Bourdieu (1998, p. 48), para quem “a língua legítima é uma língua semi-artificial cuja manutenção envolve um trabalho permanente de correção de que se incumbem tanto os locutores singulares quanto as instituições especialmente organizadas com esta finalidade”.

Sobre as práticas do sistema de ensino que podem ser estendidas à discussão aqui em curso, Bourdieu (2007) afirma que

não seria possível compreender inteiramente as características próprias à cultura erudita sem levar em conta os diferentes tratamentos a ela impostos pelo sistema de ensino, instrumento indispensável de sua reprodução e, ao menos de modo indireto, ou seja, por intermédio da contribuição que traz à reprodução dos produtores e à sua ampliação. Dentre estes tratamentos, a semi-sistematização e a semiteorização que o sistema de ensino impõe aos conteúdos inculcados para as necessidades da inculcação, passam muitas vezes mais despercebidos do que os efeitos daí decorrentes, como por exemplo a ‘banalização’ e a ‘neutralização’ correlata das significações transmitidas. (Bourdieu, 2007, p. 123).

Descrever a escrita sem partir da norma explícita de que fala Aléong (2001), ou da norma-padrão, que, segundo Faraco (2002, p. 41), é um entrecruzamento de elementos léxico-gramaticais e outros de natureza ideológica, parece constituir o gargalo para a descrição da escrita como língua em uso, mesmo quando se trata de gêneros jornalísticos tipicamente escritos.

Castilho (2002b[1978], p. 3), fazendo eco com outros apontados nesta pesquisa, afirma que “há uma norma escrita, mais conservadora, distinta da norma oral, mais inovadora”. Entendemos que a norma escrita é mais conservadora apenas se vista como norma explícita no sentido atribuído por Aléong (2001[1983]), pois como uso pode se mostrar distinta do que dela falamos, como nos dados comprovam.

Essa visão de escrita gera, contudo, um círculo vicioso quando se objetiva descrevê-la, pois o aparato de referência da norma explícita elege alguns gêneros como de concepção escrita, como será discutido em 2.2 e, dentre esses, o modelo do que seja a Escrita, sendo o artigo acadêmico o gênero usado para representá-la. Os gêneros jornalísticos, por sua vez, apesar de serem típicos de escrita já que fazem parte de instituição letrada, não aparecem no extremo do *continuum* representando a escrita. Mesmo em editorial de jornal ou artigo, gêneros típicos de escrita, o que fuja à norma

explícita é classificado como marca da oralidade, como em Gomes (2007), por exemplo. Alguns recursos da escrita jornalística aparecem como marca da oralidade também em Dias (1996), Andrade (1999), Nóbrega (2008), Lucena (2011) e Arthur (2014). Assim, a escrita real, que fuja ao modelo de referência não é considerada como propriamente escrita, mas fala manifestada graficamente. Talvez isso decorra de a escrita ter nascido/sido elaborada na (e pela) cultura, ou seja, ser produto de ação social. Disso resulta essas ações serem vistas como naturais, constituídas e legitimadas na manifestação do poder simbólico. Para Bourdieu (1989, p. 7-8), um artefato cultural é uma espécie de círculo cujo centro está em toda a parte e em parte alguma, por isso é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado; onde ele é menos reconhecido. Se o poder simbólico é esse poder invisível exercido com a cumplicidade dos que a ele estão sujeitos ou que o exercem, uma situação em que esse poder é ignorado – como a relação direta entre escrita e norma-padrão – permite intuir que esse poder é plenamente reconhecido pelos agentes envolvidos. O poder simbólico, contudo, parece justificar a escrita muito comumente ser analisada a partir da norma explícita e não em frequência de uso por pessoas com nível superior, critério adotado em projetos coletivos para descrever o português culto falado.

Procuramos descrever a escrita nos jornais observados a partir da norma no sentido de normal, evitando ratificar o peso simbólico e distintivo de determinados traços linguísticos que permeiam a norma-padrão. Evitamos também reverberar as discussões de Havelock (1996a[1963], 1996b[1988]), que atribuía à escrita o papel de tratar de assuntos sérios, com uma organização sintática complexa, conforme discutido na subseção 1.1. Tratamos a heterogeneidade da escrita como intrínseca à sua natureza social e histórica como língua sob forma escrita.

Vamos assumir com Coseriu (1973a, p. 113) que as línguas sofrem mudanças, logo a escrita não poderia ficar blindada a essa característica geral da língua, que se adapta à necessidade dos falantes. Com a democratização do ensino num primeiro momento e, num segundo, o acesso maior à internet e a meios de divulgação de ideias bem como as redes sociais, um maior contingente de pessoas passa a se manifestar por escrito, carreando para o meio cultural, acadêmico e jornalístico a sua norma real. Muitos não saíram dos meios acadêmicos nem tiveram acesso a um extenso capital cultural - simbólico e distintivo. Escrevem a partir das possibilidades abertas pelo sistema e fazem uso de elementos frequentes na fala da comunidade.

Nesse sentido, os conceitos de norma-padrão, norma culta, norma implícita e explícita são úteis na análise dos nossos dados, uma vez que se trata de textos de pessoas escolarizadas e divulgados em instituição letrada. Além disso, ajudarão no delineamento dos estudos linguísticos sobre escrita, que serão tratados na segunda parte da fundamentação.

2. A ESCRITA DO PONTO DE VISTA LINGUÍSTICO

No que diz respeito à escrita, pesquisas empreendidas no Brasil trataram-na como importante manifestação da língua, seja para seu ensino (GARCIA, 1992; CÂMARA JR, 1981; BLIKSTEIN, 2002, entre outros), seja para mostrar os erros de quem não domina os recursos que regulam esse modo de manifestação linguística (PÉCORA, 1989; COSTA VAL, 1994; BASTOS, 1992, 1998; RUIZ, 2001, entre outros), ou ainda para mostrar a heterogeneidade da escrita (SIGNORINI, 2001; CORRÊA, 2004). Há, ainda, autores que procuraram descrever o que caracteriza a fala e a escrita e explicitar as relações entre ambas (FÁVERO, 2002; MARCUSCHI, 2003, MARCUSCHI e DIONÍSIO, 2007; PRETI, 1999, 2002, 2004). Além dos livros citados, há diversas teses e dissertações que abordam de alguma maneira a relação entre fala e escrita. No banco de teses da Capes, ao buscar por *oralidade* e *letramento* aparecem 62 registros, envolvendo 38 orientadores, 05 áreas de conhecimento, 09 programas e 17 instituições. Quando a busca é por *fala* e *escrita* aparecem 155 registros, envolvendo 134 orientadores, 26 áreas de conhecimento (Linguística com 44 pesquisas e Letras com 36, são as duas primeiras colocadas), 51 programas e 52 instituições de ensino. Não pretendemos esgotar os exemplos, mas apenas mostrar que muito já foi - e ainda está sendo - discutido sobre escrita. Não são apenas os linguistas que se ocupam da relação entre fala e escrita, bem como das pretensas especificidades de cada uma, como pode ser visto no banco de tese da Capes. Com termos como modalidade falada/ modalidade escrita, língua falada/ língua escrita, oralidade/letramento ou apenas fala e escrita, há discussões no âmbito da antropologia, psicologia, educação, tecnologia, entre outras.

No que se refere especificamente à fala, há, no Brasil, vários projetos coletivos de investigação com propósito de descrevê-la: Estudo da Norma Linguística Urbana Culta (UFBA, USP, UNICAMP, UFPE, UFRJ, UFRS, a partir de 1970); Projeto Censo Linguístico do Rio de Janeiro, hoje Programa de Estudos de Usos Linguísticos (UFRJ, desde 1972); Projeto de Aquisição da Linguagem (UNICAMP, a partir de 1975). Nos anos 90, o Projeto Variação Linguística do Sul do Brasil (UFPR, UFSC e UFRS, desde 1992), o Projeto do Atlas Linguístico Brasileiro (UFBA, UFJF, UEL, UFRJ, UFRS, desde 1997) (Cf. CASTILHO, 2014). Além desses projetos, há ainda um grande número de artigos, dissertações e teses que tratam de fenômenos de variação e mudança linguística, usando como *córpus* dados de fala. Mas não há projetos semelhantes para tratar da escrita.

Percebe-se que, apesar de grande número artigos, dissertações, teses e livros que discutem a escrita, não se verifica tratamento descritivo nos moldes que se dá com a fala, que conta com publicação de gramáticas como, por exemplo, Gramática do português falado e Gramática do português falado culto no Brasil. As exceções são a Gramática de usos do português, de Maria Helena de Moura Neves e a Gramática descritiva do português, de Mario Perini. A primeira “tem como objetivo prover uma descrição do uso efetivo dos itens da língua, compondo uma gramática referencial do português” (NEVES, 2000, p. 14). O *cópus* foi composto por textos escritos de diversos gêneros, entre os quais estão gêneros jornalísticos. A segunda, que objetiva descrever a variedade padrão brasileira, usa como *cópus* de análise textos técnicos e jornalísticos. Segundo Perini (1995, p. 26),

existe uma linguagem padrão utilizada em textos jornalísticos e técnicos [...] que apresenta uma grande uniformidade gramatical, e mesmo estilística, em todo país. Assim, seria difícil distinguir linguisticamente um editorial de um jornal de Curitiba do de um jornal de Cuiabá ou São Luís.

Uma explicação para essa ênfase na fala em detrimento da descrição da escrita, talvez possa ser encontrada em Castilho (2014), quando afirma que “a linguística nunca deixou de considerar que a língua falada é a manifestação primordial de uma língua natural, e muitas vezes sua manifestação única, no caso dos povos ágrafos, como os indígenas do Brasil”. Essa é uma visão historicamente vinculada à emergência da gramática funcional.

Outra explicação está no viés normalmente normativo com que a escrita é vista e analisada, buscando-se explicações para o que não corresponde (=desvios) ao que se considera português escrito padrão.

Mais recentemente, trabalhos que discutem a escrita jornalística, buscam associar a história da língua à história das tradições discursivas e à história da sociedade, como Gomes (2007), Zavam (2009), Maso (2014). Gomes (2007) designa de traços da oralidade fenômenos que não correspondem ao um padrão ideal e Maso (2014) não faz referência ao aspecto. Em Zavam (2009), encontramos questionamento quanto ao uso da norma padrão em editoriais, uma vez que há construções que fogem às prescrições gramaticais. A autora considera como uso culto as expressões que fogem ao padrão, já que são escritas por pessoas escolarizadas.

Na maior parte das recentes pesquisas sobre escrita divulgadas em bancos de teses ou periódicos, a relação entre fala e escrita é analisada como um *continuum* tipológico, mas a visão de escrita como constitutivamente heterogênea já aparece também em diversas pesquisas sobre textos de vestibular e conversas em ambientes virtuais. Nas duas posições teóricas, compõem o *cópus* textos de pessoas de quem não se espera o domínio da escrita padrão: vestibulandos e alunos do ensino básico e, mais raramente, casos em que texto de alunos do curso de letras foi analisado: Lúzio e Rodrigues (2009), Melo (2009) e Almeida Baronas e Duarte (2014), ou de alunos de curso de pós-graduação *latu sensu*, Basseto e Souza (2013). A escrita jornalística, quando analisada pela ótica do *continuum*, contribui para associar a escrita à norma-padrão e a fala à norma popular, conforme se pode ver em Andrade (1999) quando afirma que

no que diz respeito apenas à linguagem verbal, podemos dizer que existem, por parte dos grandes jornais paulistanos, alguns que procuram organizar-se em termos de uma linguagem formal, culta e, para tanto, têm editado “manuais de redação” com informações e instruções para seus redatores. Por outro lado, há outros que, na busca de maior aproximação com o leitor das classes mais modestas da população, optam por uma linguagem popular. (ANDRADE, 1999, p. 107)

Nas pesquisas observadas, a partir dos conceitos de oralidade/letramento ou fala/escrita, as discussões sobre as diferenças entre esses pares fundam-se normalmente nos traços de desigualdade entre essas formas de práticas sociais e manifestação linguística, como se verá na subseção 2.2.1. Vê-se que apresentando fala e escrita como dicotômicas, como um *continuum*, ou como heterogeneamente constituída, esta permanece como um grau a ser atingido pelas pessoas ainda não totalmente escolarizadas. Quando escolhas léxico-gramaticais pré-definidas como próprias da oralidade aparecem em jornais (instituição letrada), são classificadas como marcas da oralidade e justificadas como tentativa de agradar às classes populares. Nos jornais populares, esses traços aparecem associados ao conteúdo: sexo, violência ou paixões/emoções em geral, como será apresentado na subseção 2.2.1.

Observando as diferentes posições acerca da fala e escrita ou oralidade e letramento, é possível perceber que nem tudo está esclarecido e/ou resolvido com termos como *marcas da oralidade* ou como *heterogeneidade*, pois a classificação de determinadas estruturas como fala ou próprias da fala¹⁹, a partir de um viés normativo,

¹⁹ Deve-se observar que a escolha do *cópus* já aponta para uma divisão entre quem sabe e quem não sabe escrever. Busca-se mostrar marcas de oralidade ou heterogeneidade da escrita em textos de pessoas sem

aponta para características definidas *a priori* e não a partir de descrição da forma como pessoas com curso superior efetivamente escrevem.

Não afirmamos, portanto, que a escrita não está sendo descrita ou analisada, mas, no estágio atual dos estudos, a relação dicotômica pode aparecer implicitamente. Mesmo ganhando novos contornos e mesmo quando se afirma não haver diferenças drásticas, a busca por marcas de oralidade no texto escrito e os exemplos dessas marcas que são, às vezes, coincidentes com desvios gramaticais acabam por colocar a escrita como lugar de correção, que, por sua vez, equivaleria ao uso da norma-padrão. A assunção da dicotomia pode ocultar-se sob diferentes mantos, dificultando a conclusão sobre o que é a escrita, que, nesta pesquisa, é vista como heterogênea por ser uma base semiótica de manifestação da língua, ou língua sob forma escrita, portanto social e histórica, em que se percebe a subjetividade e interação bem como diferentes estruturas léxico-gramaticais.

Apresentaremos a seguir as diferentes concepções de fala e escrita bem como análises presentes em artigos, dissertações e teses, referendadas por diferentes bases teóricas.

2.1 Fala x Escrita: concepção dicotômica

Atualmente poucos se atrevem a defender a dicotomia entre fala e escrita, mas muitos autores apresentam as características do ponto de vista dicotômico antes de as contestar, embora nem sempre a contestação leve realmente a uma ruptura com a noção dicotômica.

Entre os autores pesquisados, Crystal (1995), relativiza as diferenças, sem, contudo, contestá-las. Para ele, a distinção entre fala e escrita pode parecer desnecessária de tão básicas e óbvias as semelhanças e diferenças. Apesar de ambas serem manifestação da língua, são diferentes a forma de manifestação (a primeira manifesta-se por meio de fonemas e a segunda por meio de grafemas) e também os meios (aparelho fonador ou um instrumento como caneta, computador, entre outros). Essas duas formas de manifestação têm, contudo, de ser examinadas além do aspecto físico, já que ocorrem em situações comunicativas distintas, cujas diferenças não estão apenas nos meios utilizados, segundo o autor. Para evidenciar as diferenças, ele

curso superior, o que aponta para uma visão de que a escrita culta – a considerar o critério no projeto NURC – é a usada por pessoas com curso superior.

apresenta sete pontos de contraste entre fala e escrita, semelhante aos apontados por outros autores, como se verá adiante²⁰:

1. A fala é limitada no tempo, dinâmica e transitória e faz parte de uma interação na qual os participantes estão presentes, por isso o falante sabe sempre quem é (ou são) o destinatário da mensagem, enquanto a escrita tem espaço estático e permanente. Além de o escritor estar normalmente distante do leitor, pode acontecer de ele nem saber quem lerá o texto.
2. Devido à velocidade e à espontaneidade da fala, não há como planejá-la, por isso há repetições, reformulações e comentários, além de os limites das sentenças nem sempre serem claros. Já a escrita permite leitura e análise o que contribui para uma organização cuidadosa, com unidades fáceis de identificar, sejam sentenças, sejam parágrafos.
3. Como estão em interação face a face, os falantes podem usar expressões que se ligam diretamente à situação como os dêiticos *aqui, lá*. A escrita evita o uso de expressões dêiticas.
4. A prosódia é característica única da fala, sendo que a entonação, o ritmo, a intensidade não podem ser transcritos com eficiência. Como características próprias da escrita constam páginas, linhas, organização espacial, pontuação e elementos como gráficos, horários e tabelas, que são assimilados visualmente.
5. Há palavras e construções características da fala, especialmente a informal. É normal coordenar frases longas e pode ocorrer de palavras *nonsense* não ter ortografia padrão. Várias instâncias de subordinação na mesma frase é característica de escrita, bem como padrões sintáticos elaborados.
6. A fala é mais adequada para expressar fatos cotidianos, atitudes pessoais, devido aos vários recursos prosódicos e não-verbais. A escrita serviria para gravar fatos e ideias, para tarefa de memória e aprendizagem, tabelas demonstram a relação entre as coisas, notas e listas

²⁰ Como o objetivo da subseção é apenas apresentar as características polarizadas, não se discutirá a pertinência ou não de cada ponto. Ao longo do trabalho e, principalmente, na análise, ficará mais clara nossa visão acerca da escrita, objeto desta pesquisa.

mnemônicas. O texto escrito pode ser lido na melhor velocidade para compreensão.

7. Na fala há sempre a possibilidade de repensar a sentença em andamento, começando de novo ou acrescentando algo, mas os erros falados não podem ser apagados, por isso interrupções e sobreposições na fala são compreensíveis. Já na escrita, os erros e inadequações podem ser corrigidos em etapas posteriores sem que o leitor fique sabendo que havia. As interrupções também não aparecem no produto final.

O autor lembra, contudo, que essa distinção não é tão clara, principalmente na era eletrônica em que a escrita é interativa e em situações em que há uma mistura, como gravação de um texto, comentário de texto projetado. Ele conclui defendendo que não há diferenças absolutas entre fala e escrita e não há parâmetro de variação linguística para distinguir todos os gêneros falados e escritos e, justamente por isso, discutir a fala e escrita torna-se instigante.

Mesmo autores que defendem a noção de *continuum* apresentam as características de fala e escrita por meio de pares opostos para discutir e invalidar essa caracterização, conforme se vê a seguir em Koch (1997, p. 62) e Mackay (2000, p. 14), por exemplo.

Quadro 2 – Dicotomias escritas, por Koch (1997) e Mackay 2000)

Fala

contextualizada
implícita
redundante
não-planejada
predominância do “modus-pragmático”
fragmentada
incompleta
pouco elaborada
pouca densidade informacional
predominância de frases curtas
simples ou coordenadas
pequena frequência de passivas
poucas nominalizações
menor densidade lexical

Escrita

descontextualizada
explícita
condensada
planejada
predominância no modus-sintático”
não-fragmentada
completa
elaborada
densidade informacional
predominância de frases complexas
com subordinação abundante
emprego frequente de passivas
abundância de nominalizações
maior densidade lexical (grifos nossos)

Fonte: Koch (1997, p. 62) e Mackay (2000, p. 14).

As características que destacamos no quadro, *não-fragmentada, completa e predominância de frases complexas com subordinação abundante* fazem parte de nossos parâmetros de análise.

Marcuschi (2003, p. 27) também apresenta, em blocos distintos e de forma mais condensada, as propriedades que distinguem fala e escrita, quando tomadas como dicotomias.

Quadro 3 – Dicotomias escritas, por Marcuschi (2003).

Fala	Escrita
contextualizada	descontextualizada
dependente	autônoma
implícita	explícita
redundante	condensada
não-planejada	planejada
imprecisa	precisa
não-normatizada	normatizada
fragmentária	completa

Fonte: Marcuschi (2003, p. 27).

Os autores apresentam esses quadros para questionarem a visão dicotômica e apresentam as razões pelas quais essas descrições são questionáveis. Koch (1997, p. 62) observa que essas características foram estabelecidas tomando-se por base um ideal de escrita e que nem todas as características são exclusivas de fala ou de escrita. Observa, ainda, que há um contínuo, com textos escritos mais próximos da fala, como bilhetes, cartas familiares e textos falados, mais próximos da escrita, como conferências, entrevistas profissionais. À semelhança de outros, a autora não apresenta quais características aproximam um texto falado de um escrito. Na falta de esclarecimento, pode-se concluir que o critério é a correção a partir do que está exposto nas gramáticas normativas ou, ainda, as características apresentadas no lado direito no quadro das dicotomias, ou seja, subjacente à crítica há um reforço na dicotomia.

Ao observar os quadros, é possível perceber que os termos não são explicáveis por si. Se há pares opositivos claros e facilmente verificáveis como, por exemplo, a frequência de passivas, o mesmo não ocorre com os pares *predominância do “modus pragmático” X “modus sintático”, redundante X condensada, fragmentada X não-fragmentada, pouco elaborada X elaborada*. Sem esses esclarecimentos, na análise e descrição de textos escritos, os chamados desvios gramaticais (numa visão normativo-

prescritiva) são classificados como marcas de oralidade, expressão cujo uso denota a dicotomia que se pretende combater.

Como se poderá observar na subseção 2.2.1, a expressão “marcas de oralidade” separa o que seria próprio da escrita do que seria próprio da oralidade e, para separá-los, usam-se critérios normativos para definir o que caracteriza a escrita. Nesse aspecto, cria-se um círculo do qual é difícil sair, pois é retroalimentado, já que a escrita acaba por ser vista a partir da ótica de correção (= como prescrito nas gramáticas normativas) e completude, completa em si mesma, como objeto autônomo, ou seja, com essas características constantes do lado direito dos quadros de Koch (1997, p. 62), Mackay (2000, p. 14) e Marcuschi (2003, p. 27).

Também Marcuschi (2003, p. 28) apresenta as críticas ao quadro com as dicotomias sem discutir os termos que o compõem, deixando entrever que são facilmente aplicáveis em uma possível análise. Sua crítica recai sobre a separação entre forma e conteúdo e a rigidez da noção de regra, mas considera que essa visão dá bons resultados na descrição empírica, apesar de “manifestar insensibilidade para os fenômenos dialógicos e discursivos” e ainda ter o “inconveniente de considerar a fala como lugar do erro e do caos gramatical, tomando a escrita como o lugar da norma e do bom uso da língua. Seguramente, trata-se de uma visão a ser rejeitada” (MARCUSCHI, 2007, p. 28). Mesmo criticando a postura de separar fala e escrita como dicotômicas, o autor apresenta nove operações de retextualização que transformariam um texto falado em texto escrito, o que já foi questionado por Neves (2003, p. 91), nos seguintes termos:

Será que a retextualização não acentuaria o fosso que se costuma assumir que existe entre as duas modalidades que afinal, possuem zonas que podem ser legitimamente vistas como de transição, zonas em que cada uma delas se distingue da outra quase exclusivamente pela natureza do veículo?

Em trabalhos posteriores, Neves (2010, 2012), ao discutir a relação entre fala e escrita defende a existência de um sistema único para a língua falada e língua escrita, observando que a oposição não é tão clara e implica algumas oposições “entre enunciados conformes e os não conformes aos padrões, e a gradação entre enunciados mais formais e menos formais, nas duas modalidades” (NEVES, 2010, p. 152). A aceitação da existência de escrita não conforme aos padrões e a gradação entre enunciados mais ou menos formais rompe com a dicotomia estrita. Vista desse ponto de

vista, é possível falar em padrão falado e padrão escrito sem tomar uma forma de manifestação como referência para descrever a outra.

Excetuando Neves (2003, 2010, 2012), a escrita é comumente apresentada como um patamar a ser atingido. Marcuschi (2003), por exemplo, por um lado, rejeita a visão de que a escrita é o lugar da norma e do bom uso da língua, por outro, afirma que a 6ª operação²¹ “envolve ações bastante diversificadas e de grande importância, pois aqui se acha o peso maior da normatização da escrita” (MARCUSCHI, 2003, p. 84). Esta operação trata-se de estratégia de elaboração em função da norma escrita, segundo o autor. Há uma norma mais rígida na escrita, em que fenômenos de variação devem ser apagados, como sugere o autor nos seguintes termos, sobre as operações de transformação:

Fortes e salientes nas duas operações são as noções de completude, regência e concordância. Trata-se de um crivo de padronização linguística que **visa eliminar os fenômenos típicos da variação**. É a noção de que na escrita há um padrão e uma norma que primam pela concordância morfossintática. **Não é tolerável, na escrita, o sujeito da frase no plural e o verbo no singular ou construções como “a gente vamos”, nem frase inacabadas**. Elas são eliminadas, completadas ou reconstruídas. (MARCUSCHI, 2003, p. 80, grifo nosso).

A frase do autor, que é referência no Brasil, ecoa nas pesquisas que serão apresentadas na subseção 2.2.1, em que variação na concordância, uso do *ter* por *haver*, entre outros fenômenos de variação são classificados como marcas da oralidade, como, por exemplo, em Rodrigues (2001), Melo (2009), CONDE (2011) e Baronas e Duarte (2014).

Apesar de não aparecer literalmente, acena-se para a correspondência entre escrita e norma padrão, com prestigiamto de certas formas léxico-gramaticais, como afirma Faraco (2002), o que se torna obstáculo para descrever os usos cultos da língua, encontrado, entre outros meios, nos gêneros jornalísticos.

Alguns autores apresentam formas léxico-gramaticais que seriam próprias da fala e próprias da escrita. Mackay (2000, p. 14), retomando as discussões de Koch (1997), antes de apresentar o quadro com as características de fala e escrita, afirma que

fala e escrita apresentam formas superficiais diferentes e igual estrutura semântica subjacente: utilizam o mesmo sistema léxico-semântico e variam, em particular, **na escolha e distribuição de padrões sintáticos e de vocabulário**, de acordo com as condições de produção do texto (grifo nosso).

²¹ Reconstrução de estruturas truncadas, concordâncias, reordenação sintática, encadeamentos (estratégia de reconstrução em função da norma escrita. (MARCUSCHI, 2003, p. 84)

A escolha de padrões sintáticos como categorias de análise foi usada para descrever o português falado culto a partir de dados concretos, como se pode ver nas diversas gramáticas do português falado. As pesquisas apresentadas em 2.2.1 não seguem os mesmos critérios, uma vez que diferentes parâmetros, nem sempre claros, são usados para classificar determinados usos como marcas da oralidade o que pode contribuir para acentuar as diferenças entre fala e escrita. Além de elementos que seriam próprios da fala, haveria também conteúdos, que deve(riam) ser enunciados oralmente e, se manifestados graficamente, constituiriam marcas da oralidade na escrita.

Na falta de um projeto coletivo visando descrever a escrita de pessoas escolarizadas no Brasil, as características da escrita culta podem ser apresentadas a priori, ou como sinônimo de norma-padrão, fenômeno relativamente abstrato, segundo Faraco (2002). Nessa concepção, escrita corresponderia ao que vem prescrito nas gramáticas tradicionais normativas. Esse tratamento grafocêntrico da escrita configura um divisor entre os que dominam a Escrita e os que dominam apenas os recursos gráficos, numa relação fonema→grafema.

Ainda pautadas no paradigma da diferença, além das já citadas, Nóbrega (2008, p. 70) apresenta como próprias da fala as seguintes características:

Esponaneidade
 Não planejamento prévio ou planejamento prévio parcial
 Expressões faciais e corporais, gestos, mímicas, pausas
 Modulação da voz
 Truncamentos, cortes abruptos, **repetições**, correção, interferências extra-contextuais
Uso de expressões populares
 Interlocução face a face
Textos simples, estruturas fráscas truncadas (grifo nosso)

A autora acrescenta, ainda, que “no texto falado, há a predominância de frases mais simples, mais curtas, organizadas **em períodos simples ou períodos compostos menos complexos, como os períodos compostos por coordenação**” (NÓBREGA, 2008, P. 78, grifo nosso). Em 2.2.1, apresentamos outras pesquisas em que repetição, expressões populares e coordenação são associadas à fala e classificados como *marca da oralidade*. Quanto à característica “simples” atribuída a um texto, sem uma teoria que respalde a classificação, não fica claro porque certas estruturas poderiam ser interpretadas como traços de simplicidade.

Como característica de escrita a autora apresenta:

planejamento prévio
 situacionalidade
 reformulação constante
 emprego de vocabulário preciso e adequado
ajuste às normas gramaticais
maior complexidade sintática
interatividade distanciada, não mediata (NÓBREGA, 2008, p. 80, grifo
 nosso)

Não há esclarecimento do que é compreendido por complexidade sintática, mas parece ter sido usado em contraposição à estrutura simples e períodos compostos menos complexos como os compostos por coordenação apresentados como características de fala. Quando se consideram outros autores, como Koch e Oesterreicher (2007), por exemplo, a complexidade sintática estaria relacionada a predomínio de subordinação. A afirmação de que a junção por coordenação é mais simples é questionada, por exemplo, por Longhim-Thomazi (2011), pois, na ausência de juntor, cabe ao leitor descobrir as pistas que indiciam o sentido, o que aponta para um alto grau de complexidade cognitiva envolvida na interpretação de sentenças justapostas. Já a afirmação de que a escrita ajusta-se às normas gramaticais, carece de discussão sobre de que norma se está falando e também de que escrita, caso contrário, esta, contra a vontade do pesquisador, acaba sendo analisada como algo virtual, atemporal, cujas regras (no sentido normativo e prescritivo) precedem ao uso.

Para Preti (2004, p. 125), um dos consensos acerca da língua falada é de que

não é “desorganizada” como se costumava afirmar e tem uma gramática própria que os falantes aprendem no uso diário e cujas categorias de análise diferem da gramática da língua escrita. Assim, na organização textual e interacional da fala, temos marcadores conversacionais, repetições e paráfrases, parentéticas, sobreposições, anacolutos, hesitações, correções, frequência de construções impessoais de fundo atenuador, etc. Na sintaxe, a predominância de **períodos curtos, justaposição**, frases incompletas [...] **baixa ocorrência de subordinação**, anacolutos. (grifo nosso).

A complexidade sintática da escrita em contraposição à simplicidade sintática da fala é reiterada pelo autor quando observa que por não oferecer possibilidade de planejamento como a escrita,

há na sintaxe oral uma tendência para a simplificação das estruturas, evitando-se uma organização mais complexa, como, por exemplo, a dos períodos compostos por coordenação e subordinação. Privilegiam-se a **justaposição, os períodos simples, as subordinadas curtas**, os segmentos aparentemente desligados entre si, mas unidos pelo contexto (PRETI, 2004, p. 133, grifo nosso).

Esses dados sobre o que caracteriza a fala servirão como contraponto para nossa análise sobre a estrutura sintática no corpus da pesquisa. Muitas estratégias

associadas à fala estão presentes nos gêneros escritos que compõem o *cópus* da presente tese, uma vez que é a mesma gramática que dirige a formulação nas diversas peças da linguagem (Cf. NEVES, 2010, 2012).

2.2 Fala → escrita: concepção de *continuum*

Conforme discutido na primeira parte da fundamentação, a escrita nasce associada a poder econômico, religioso, político, uma vez que nasce nas classes prestigiadas socialmente. Talvez disso decorram as classificações apresentadas na subseção anterior, em que fala e escrita são consideradas como modos opostos de manifestar a língua. Na década de 80 do século XX, a visão dicotômica sobre fala e escrita começou a ser revista. Nesse período e nos seguintes, apenas a dicotomia que diz respeito à base semiótica continua sendo aceita.

Parece decorrer do valor social de que está investida a escrita o uso do artigo acadêmico como gênero prototípico de escrita. Gêneros jornalísticos como editoriais e artigos de opinião apesar de serem típicos de escrita não aparecem no extremo do *continuum* onde estaria situada a escrita (Cf. MARCUSCHI, 2003.41). Além disso, traços não correspondentes ao padrão explícito presentes em editoriais do século XIX são chamados de traços da oralidade por Gomes (2007). Para explicar as diferenças entre os diversos tipos de textos falados ou escritos, gênero/registro, envolvimento e distância/immediatez comunicativa passam a ser consideradas na explicação dessas diferenças, que se situariam num *continuum*.

Fala e escrita são discutidas como práticas discursivas em um *continuum*, ao longo do qual são gerados diferentes formatos de texto, por Tannen (1983,1985), Biber (1988), Marcuschi (2003, 2007), Koch e Oesterreicher (2007), entre outros. Segundo essa visão, as diferenças entre fala e escrita decorrem de quem as usa, em que contexto, a quem se dirige e com que objetivos. Com grande aceitação, essa é a posição comumente assumida por pesquisadores cujas pesquisas serão apresentadas em 2.2.1.

Há, contudo, diferenças entre esses autores na forma como definem o *continuum*, as razões das diferenças e as estratégias para definir cada extremo. Para Tannen (1983,1985), as diferenças entre as estratégias orais e escritas estão relacionadas ao grau de envolvimento pessoal. Koch e Oesterreicher (2007) discutem o *continuum* a partir das noções de imediatez e distância na produção do ato comunicativo. Biber

(1988) faz análise multidimensional, que permite comparar não apenas o *continuum* fala/escrita, mas todo um conjunto de gêneros²². Devido ao caráter quantitativo e computacional, utiliza uma quantidade maior de parâmetros, em vez de apenas lidar com pares opostos como formal x informal, ou planejado x espontâneo, por exemplo, que resulta em comparação ampla e abrangente. Marcuschi (2003) associa *continuum* a gêneros textuais e propõe um modelo com nove operações textuais-discursivas que transformariam um texto oral em texto escrito. Todos os autores têm em comum a busca por explicações para as diferenças e semelhanças percebidas entre textos orais e escritos.

Uma das primeiras autoras a defender o *continuum*, Tannen (1983, 1985)²³, vê a relação entre fala e escrita como crucial para a compreensão do funcionamento da linguagem. Uma crítica da autora, retomada por outros estudiosos, diz respeito à oposição radical entre fala e escrita tomando-se como parâmetro a fala espontânea e o ensaio acadêmico. Ela advoga que a diferença entre fala e escrita relaciona-se aos objetivos comunicativos e ao envolvimento interpessoal.

A partir de diferentes estudos sobre as diferenças entre as estratégias de fala e escrita Tannen (1983) questiona as duas características fundamentais atribuídas a elas: a) descontextualização da escrita/contextualização da fala, b) uso de sinais paralinguísticos, como gestos e expressões faciais como recurso de coesão na fala e uso de recursos lexicalizados, como construções sintáticas complexas, palavras de transição, entre outros²⁴ como recursos coesivos na escrita. Para a autora, a contextualização pode ser aplicada a alguns tipos de textos, mas não diz respeito à fala e à escrita *per se*, bem como as diferenças não se dão em função do meio de manifestação, mas em função dos objetivos, do gênero e do registro. Desse modo, tanto o discurso falado quanto o escrito podem refletir estratégias orais ou letradas (TANNEN, 1983, p. 84).

Em Tannen (1985), parece haver uma ligeira mudança de perspectiva, quando o envolvimento pessoal é assinalado como um traço importante na comparação entre estratégias orais e escritas. Em vez de falar em tradição oral e letrada ou estratégias orais e letradas, passa a enfatizar o *continuum* oral/ letrado, com foco no envolvimento, em vez de conteúdo. Como os estudos sobre oralidade e escrita eram baseados em dois

²² O autor usa também registro com o mesmo sentido, ou seja, uma variedade linguística, como carta pessoal ou sermão, por exemplo

²³ Autora criticada por Street (2014[1995]), conforme já apresentado.

²⁴ A autora afirma que, na narrativa escrita, conjunções e construções subordinadas exercem a função que seria exercida por elementos paralinguísticos na fala.

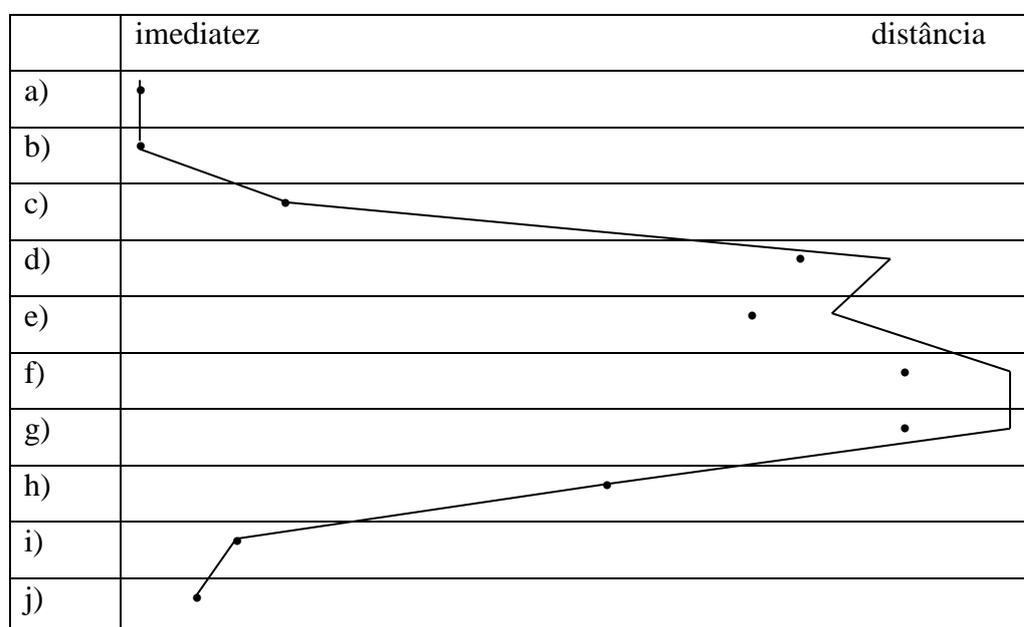
extremos – conversa informal e textos expositivos, como ensaio, por exemplo - a autora lembra que existem contextos orais em que o grau de envolvimento é menor, e situações em que o texto escrito apresenta aproximação entre escritor e leitor. Ela argumenta que uma conferência em um congresso, devido à exigência de maior formalidade e distanciamento entre os interlocutores, apresentaria características de escrita, enquanto um bilhete poderia apresentar estruturas linguísticas que explicitam o envolvimento e a interação. Ao discutir o *continuum* a partir do grau de envolvimento entre as partes envolvidas na produção/recepção do discurso, enfatiza que estratégias orais podem estar na base de um texto escrito bem sucedido. Desde então, o uso de artigo acadêmico como protótipo de escrita tem se repetido por pesquisadores do assunto. Outra discussão da autora que é retomada em diversas pesquisas é o grau de envolvimento, que aparece como um dos parâmetros do *continuum* imediatez/distância em Koch e Oesterreicher (2007), que falam em grau de familiaridade/desconhecimento, presença ou ausência de implicação emocional.

Koch e Oesterreicher (2007) a partir da noção de oralidade e escrituralidade apresentam diferenciação entre meio de manifestação e concepção de um texto. Para os autores, fala e escrita podem ser compreendidos como **meio** de realização de um texto - com a fala correspondendo à manifestação fônica e a escrita, à gráfica - ou como maneiras distintas de **concepção** de um texto. Do ponto de vista da realização, um texto pode ser fônico e conceptualmente escrito, como, por exemplo, uma conferência acadêmica; ou gráfico e conceptualmente falado, como uma um bilhete, por exemplo. A dicotomia, nesse sentido, reside apenas no meio, havendo um *continuum* nas concepções, que vai do mais falado ao mais escrito. Relacionada ao conceito de distância comunicativa encontra-se a concepção escrita, enquanto a concepção de fala, ao de proximidade.

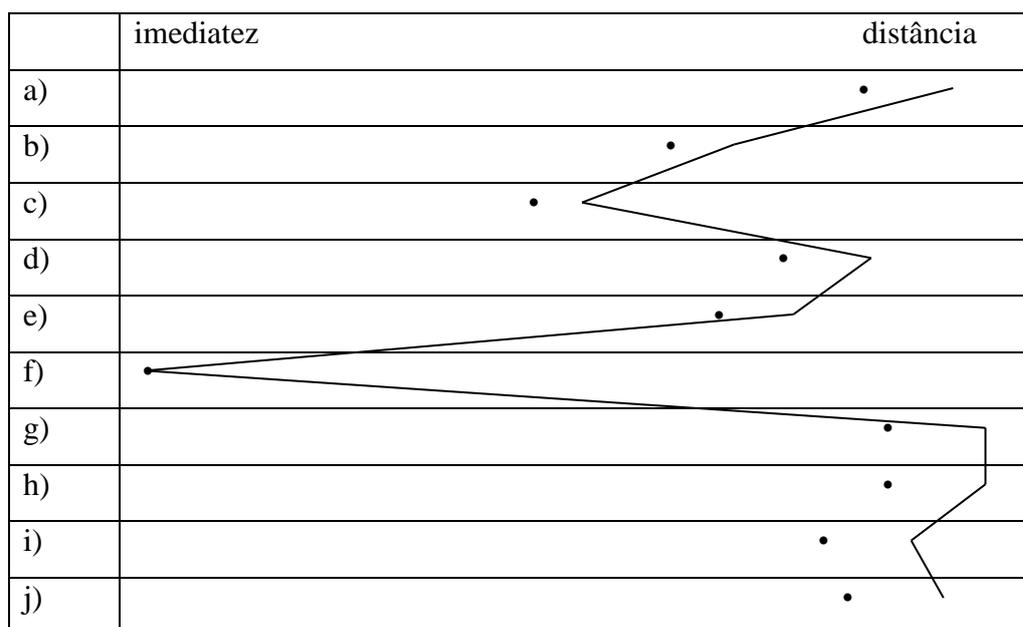
Nessa abordagem, a noção de concepção é definida com base nas condições de comunicação do texto e nas estratégias adotadas para sua formulação. Quanto às condições comunicativas, para se verificar se determinado texto expressa proximidade ou distância, Koch e Oesterreicher (2007, p. 26) indicam 10 parâmetros de natureza gradual, que envolvem: a) grau de publicidade (relacionado ao número de interlocutores); b) grau de familiaridade comunicativa (envolve conhecimento compartilhado); c) grau de implicação emocional (envolve afetividade e/ou expressividade); d) grau de ancoragem na situação de comunicação (envolve dependência da situação de comunicação); e) campo referencial (envolve a dependência

da dêixis pessoa-lugar-tempo); f) proximidade física dos interlocutores (envolve distância física e espacial); g) grau de cooperação (envolve as possibilidades de intervenção no discurso); h) grau de dialogicidade (determina a possibilidade da assunção do papel de emissor); i) grau de espontaneidade; e, por fim, j) grau de fixação temática. Todos os parâmetros, exceto o *f*, são graduais e podem ser usados para descrever qualquer forma de comunicação concreta. As figuras 01 e 02 representam os parâmetros das condições comunicativas de uma carta privada e de um sermão, evidenciando as diferenças entre eles.

Figura 1 – Valores paramétricos comunicativos de carta privada



Fonte: Koch e Oesterreicher (2007, p. 28)

Figura 2 – Valores paramétricos comunicativos de sermão

Fonte: Koch e Oesterreicher (2007, p. 28).

Vê-se, na figura 01 que, numa carta pessoal, a maioria das condições comunicativas situa-se mais próximas da concepção de proximidade (imediatez), ou seja, da concepção de oralidade, apesar de o meio ser gráfico. Na figura 2, as condições comunicativas situam-se, contudo, mais à direita no caso do sermão, cujo meio é fônico e concepção de distância comunicativa.

Por meio desses critérios, pode-se determinar, segundo os autores, grande número de formas de comunicação. Chega-se, assim, ao seguinte quadro que caracterizaria fala e escrita a partir da imediatez e distância.

Quadro 4 – Parâmetros definidores de fala e escrita.

Falado

- a. privacidade
- b. familiaridade
- c. **forte implicação emocional**
- d. ancoragem da situação
- e. referenciação com o agora do falante
- f. imediatez física
- g. **máxima cooperação**
- h. **alto grau de dialogicidade**
- i. liberdade temática
- j. espontaneidade máxima

Escrito

- caráter público
- desconhecimento
- falta de implicação emocional**
- desligamento da situação
- impossibilidade de dêixis
- distância física
- ausência de cooperação**
- monologicidade**
- fixação temática
- máxima reflexividade

Fonte: adaptado de Koch e Oesterreicher (2007).

Apesar de a discussão centrar-se no *continuum*, a dicotomia ainda pode ser percebida entre um texto tipicamente oral e um texto tipicamente escrito. Além disso, alguns parâmetros pré-definidos podem contribuir para reafirmar as diferenças universais entre os canais, como já criticado por Street (2014[1995]). Assim, a ruptura com a dicotomia é aparente. Ao diferenciar o meio – fônico e gráfico - da concepção falada e escrita, os autores acabam por sugerir uma relação entre norma prestigiada e escrita. Isso fica mais claro, quando, na discussão sobre a formulação do discurso no âmbito pragmático textual, os autores defendem a norma prescritiva para a fala distante. Segundo Koch e Oesterreicher (2007), no discurso próprio da oralidade há baixo grau de planificação, e a imediatez resulta em menor densidade informativa, contrastando com o alto grau de integração e complexidade das unidades linguísticas do discurso distante. Por isso o discurso distante exige maior estabilidade linguística. A norma prescritiva nesse sentido se justificaria, pois a distância física e o desconhecimento entre os interlocutores traz a obrigação de o falante usar meios linguísticos para apresentar a si mesmo, levando-o a escolhas diafásicas e diastráticas mais prestigiosas.

Como estratégias próprias da imediatez comunicativa, Koch e Oesterreicher (2007) apresentam no âmbito pragmático-textual, traços que remetem a instância de comunicação como marcadores discursivos, marcadores de turno de palavra, marcadores fáticos, hesitação, interjeições, que eles chamam de característica mais chamativa da comunicação imediata, e, ainda, mecanismos de modalização. No âmbito sintático, associam à fala a falta de concordância (devido à formulação menos cuidada e alto grau de tolerância, segundo eles), anacolutos e orações incompletas. No âmbito semântico, a comunicação imediata se caracteriza, segundo Koch e Oesterreicher (2007) por escassa variação lexicômica, palavras de sentido geral, uso de dêiticos, procedimentos expressivos e **forte implicação emocional**. Nossos dados mostram, contudo, que a implicação emocional faz parte também da escrita, pois esta é língua em uso, com um sujeito que enuncia.

A complexidade sintática é apresentada por Koch e Oesterreicher (2007, p. 141) como traço de língua distante, pois a “hipotaxe faz parte de um dos procedimentos sintáticos mais complexos, que exigem alto grau de planejamento”. Já a parataxe, segundo os autores, se amolda bem às necessidade da imediatez comunicativa.

Apesar de apresentar um *continuum* que vai do mais falado ao mais escrito, do lado direito permanecem os textos que apresentam a norma prestigiada. A explicação

linguística para as diferenças entre os distintos gêneros textuais não suplantou as considerações sociais sobre a escrita. Do lado direito do *continuum*, destinado à Escrita, ficam os gêneros que, de alguma forma, ligam-se ao poder social ou econômico.

Na esteira das discussões de Koch e Oesterreicher (2007), Marcuschi (2003, 2007) apresenta, para discutir fala e escrita, alguns princípios gerais em que se deve considerar as condições de produção, comunicação, informação além de observar o nível linguístico. Desse modo, “as relações entre fala e escrita não são óbvias nem lineares, pois elas refletem um constante dinamismo fundado no *continuum* que se manifesta entre essas duas modalidades de uso da língua”. (MARCUSCHI, 2003, p. 34).

Um contraponto de Marcuschi (2003, 2007) com Koch e Oesterreicher (2007) diz respeito à dialogicidade, que segundo ele, faz parte das duas modalidades de uso da língua.

Para o autor,

o contínuo de gêneros textuais distingue e correlaciona os textos de cada modalidade (fala e escrita) quanto às estratégias de formulação que determinam o contínuo das características que produzem as variações das estruturas textuais-discursivas, seleções lexicais, estilo, grau de formalidade, etc., que se dão num contínuo de variações, surgindo daí semelhanças e diferenças ao longo de contínuos sobrepostos. (MARCUSCHI, 2003, p. 42)

Isso significa que as diferenças entre fala e escrita devem ser observadas a partir da variação de gêneros, que por sua vez, decorrem das práticas sociais, sendo a fala “um modo de produzir textos ou discursos reais, que envolve estratégias típicas do ponto de vista da formulação” (MARCUSCHI, 2007, p. 70-1), e a escrita seria “um modo de produção textual-discursiva para fins comunicativos com certas especificidades materiais e se caracterizaria por sua constituição gráfica [...]. Trata-se de uma modalidade de uso da língua complementar à fala” (MARCUSCHI, 2003, p. 26).

Defendendo a proposta de um trabalho com ambas as modalidades a partir da visão de gênero e da produção textual-discursiva, Marcuschi (2010, p. 16-20) apresenta uma sistematização das noções centrais que devem nortear os estudos sobre fala e escrita:

- a) *As relações entre oralidade e escrita se dão num contínuo ou gradação perpassada pelos gêneros textuais, e não na observação dicotômica de características polares.* O autor lembra que em alguns casos é difícil distinguir

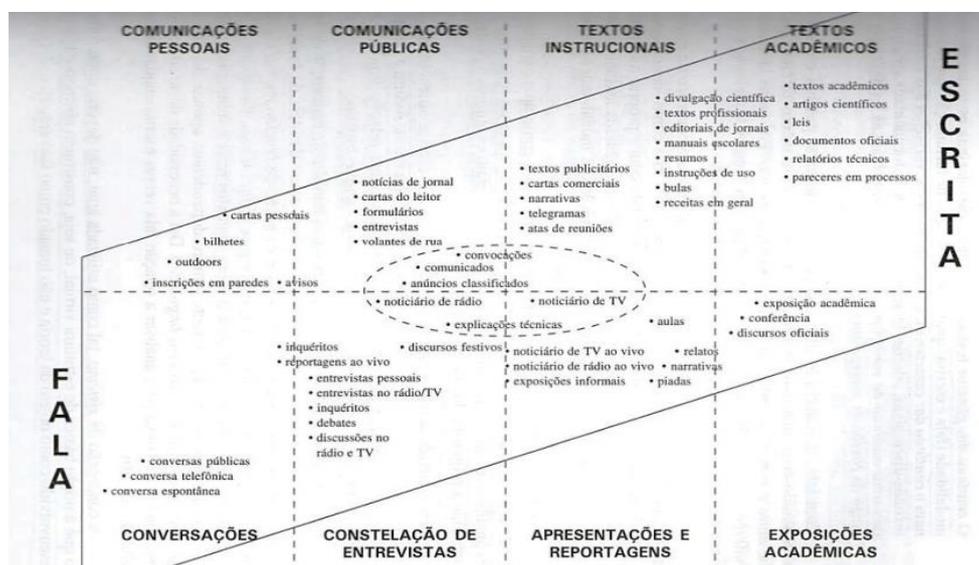
se o discurso deve ser classificado como oral ou escrito e cita o caso de um telejornal que é uma oralização da escrita e não de uma língua oral.

- b) *As diferenças entre oralidade e escrita podem ser melhor observadas nas atividades de formulação textual manifestadas em cada uma das duas modalidades, e não em parâmetros fixados como regras rígidas.* A formulação da fala em tempo real acarreta diferença com a escrita, excluindo-se, claro, as conversas síncronas da internet, classificadas pelo autor como casos especiais a serem analisados.
- c) *As estratégias interativas com todas as atividades de contextualização, negociação e informatividade não aparecem com as mesmas marcas na fala e na escrita.* Apesar de o sistema linguístico ser o mesmo, apresenta diversidade “nas regras sintáticas e na seleção de itens lexicais e uso de marcas para realização de tarefas similares na fala e na escrita” (MARCUSCHI, 2010, p. 18).
- d) *É impossível detectar certos fenômenos formais diferenciais entre a oralidade e a escrita que sejam exclusivos da escrita ou da fala.* Não existe, segundo o autor uma preposição ou conjunção que seja exclusiva da fala ou escrita, mas “como a fala tem suas estratégias preferenciais e a escrita também, podemos, com alguma facilidade, identificar cada uma de maneira bastante clara” (MARCUSCHI, 2010, p. 18).
- e) *Tanto a fala como a escrita variam de maneira relativamente considerável.* Mesmo a grafia, que é normatizada, varia ao longo da história. O autor lembra “que a escrita tem normas que se impõem suprarregionalmente, e a fala apresenta variações mais notáveis de região para região” o que reflete de certa forma o fato de a tradição cultura ter tomado a língua literária como modelo e elaborado normas para o uso da escrita. Não é viável, porém, “propor uma gramática normativa para a fala com pronúncia, léxico e formas únicas de norte a sul, já que isso levaria à proibição de as pessoas falarem como falam [...] A fala não pode ser normatizada por algum conjunto de regras gerais como no caso da escrita (MARCUSCHI, 2010, p. 1). A afirmação do autor leva à pressuposição da existência (ou possibilidade) de um conjunto geral de regra para a escrita, o que pode ser questionado, quando se considera a escrita para além da norma-padrão ou mesmo da norma culta, mas como língua sob forma escrita.

- f) As diferenças mais notáveis entre fala e escrita estão no ponto de vista da *formulação textual*. Os aspectos citados pelo autor são organização do tópico e o da progressão referencial,
- g) A *atividade metaenunciativa e os comentários que se referem à situação de enunciação* são mais frequentes na fala que na escrita. O autor lembra, contudo, que podem ser encontrados em editoriais, por exemplo.
- h) Tanto a fala como a escrita seguem o mesmo sistema linguístico. As variações nos dois tipos de uso se devem a estratégias de seleção de possibilidades do próprio sistema.

A partir das ideias de Koch e Oesterreicher (2007) de meio - sonoro *versus* gráfico - e concepção discursiva - oral *versus* escrita -, Marcuschi (2003, p. 41) apresenta um gráfico para representar o *continuum* dos gêneros textuais, sublinhando a existência de gêneros mistos. Para Marcuschi (2003), fala e escrita são fenômenos de práticas sociais de oralidade e de letramento.

Gráfico 1 – Representação do contínuo dos gêneros textuais na fala e na escrita



Fonte: Marcuschi, 2003, p. 41.

Com esse gráfico, o autor pretende esclarecer as confusões em torno das diferentes formas de textualização e apresentar o *continuum* de variações que o leva a afirmar que fala e escrita variam. Assim, baseando-se em Koch e Oesterreicher (2007),

Marcuschi (2003) apresenta como escrita prototípica gêneros usados por quem tem algum tipo de poder acadêmico, jurídico, político.

Carta aparece no gráfico como gênero de meio gráfico e concepção oral, ou seja, a carta apresenta privacidade, familiaridade, implicação emocional, liberdade temática e espontaneidade, que caracteriza a fala imediata, o que justifica posicioná-la do lado esquerdo. Apresentar como de concepção oral um gênero que já nasceu como gênero escrito e pode ter sido a gênese de todos os demais gêneros atuais (Cf. Bazerman, 2005) parece evidenciar o caráter apriorístico da definição.

A considerar as análises sobre diversos gêneros, a concepção oral pode ser percebida pelo uso de linguagem menos formal da carta, palavras que denotam envolvimento e implicação emocional, além de estratégias textuais de interação²⁵. Para Marcuschi (2010), os regionalismos, gírias e idiomatismo, cujos usos são questão de registro, variação e estilo, não devem ser tratados como marcas da oralidade. Ele, indiretamente, contudo, relaciona escrita à norma-padrão ao afirmar que “a confusão é compreensível porque essas formas linguísticas são mais usadas na oralidade. O fato é que elas **não são parte da norma escrita**” (MARCUSCHI, 2010, p. 72). Apesar de não defender diretamente, ao afirmar que regionalismos, gírias e idiomatismo não são parte da norma escrita, fica evidenciado que o autor usa norma escrita, não no sentido de uso regular por pessoas escolarizadas, ou seja, a norma culta, mas enquanto entidade léxico-gramatical em que marcas dialetais são apagadas, ou seja, a norma-padrão. Conforme discutido na subseção 1.3, a norma-padrão é um constructo sócio-histórico que estimula um processo de uniformização (Cf. FARACO, 2008, p. 75), enquanto norma culta é a norma usada na fala e na escrita por pessoas pertencentes à cultura letrada.

Entre os autores que discutem fala e escrita como um *continuum* encontra-se também Biber (1988), que, buscando demonstrar a complexidade que existe entre fala e escrita e analisando traços linguísticos e situacionais, apresentou um quadro de variações entre textos falados e escritos. Em vez de partir de categorias gramaticais e lexicais como outros pesquisadores, ele analisa traços linguísticos e situacionais. Segundo Biber (1988), não há regras linguísticas exclusivas da fala ou da escrita.

Em sua análise multidimensional, Biber (1988) descreve as variações entre gêneros/registros a partir de polaridade entre duas características comunicativas básicas,

²⁵ Na próxima subseção serão apresentadas as características linguísticas encontradas em texto de meio gráfico e concepção oral, denominadas marcas da oralidade.

que se situam num *continuum* que vai de menos a mais de cada traço comunicativo. Ele aponta seis dimensões em suas análises, por meio das quais se percebe inter-relação entre gêneros falados e escritos. Entre as dimensões encontra-se a produção com interação, que tem como polaridade a produção informacional. A interação é apresentada como própria da fala nas pesquisas discutidas em 2.2.1.

2.2.1 Marcas/traços da oralidade: categoria de análise ou distinção simbólica?

A expressão marcas/traços da oralidade aparece em diversas teses, dissertações e artigos designando elementos linguísticos que seriam próprios da fala e, portanto, não fazem parte da escrita, mesmo quando manifestados graficamente. Essa forma de análise já aponta para uma concepção de escrita para além da base semiótica de manifestação.

Como já afirmado, escrita não é transcrição da fala e, mesmo não defendendo a dicotomia estrita, fala e escrita podem ser diferenciadas, no que concerne a pelo menos quatro campos, segundo Neves (2010, p. 153; 2012, p. 136): “(i) envolvimento interpessoal; (ii) grau e localização temporal do planejamento; (iii) natureza dos procedimentos de formulação; (iv) características da organização do texto”.

Se, por um lado, há fenômenos intrínsecos da oralidade como a hesitação (MARCUSCHI, 2015) e a interrupção (SOUZA-E-SILVA e CRESCITELLI, 2015), há estratégias que podem ser encontradas nas duas modalidades, conforme apontado por Neves (2010, p. 168), com diferenças relacionadas “às condições de produção e de recepção, entre as quais se inclui a própria natureza do suporte em que se vazam os enunciados”. Essas diferenças entre as estratégias, que poderiam servir de base para um trabalho sobre a escrita, não têm sido examinadas, como vamos demonstrar nesta subseção. Enquanto categoria de análise, a expressão marca/traço da oralidade designa diferentes ordens de fenômenos linguísticos, associando a escrita mais frequentemente à norma-padrão e, em algumas pesquisas, à norma culta.

A apresentação dessas pesquisas serve de contraponto para nossa análise por mostrar como a escrita tem sido tratada no âmbito acadêmico no Brasil. Nossa contraposição enfocará mais diretamente o que é designado como marca/traço da oralidade no nível léxico-gramatical e no pragmático-textual, uma vez que, no *cópus* analisado, encontramos elementos classificados como marcas da oralidade em diversas

pesquisas. Isso indica que tais elementos fazem parte da escrita culta, ao menos no gênero pesquisado, o gênero opinativo no Brasil e em Portugal.

Fizemos um levantamento das pesquisas sobre escrita em cujo título conste marcas da oralidade e, na ausência do termo no título, em que na análise houvesse descrição de tais marcas/traços. Conforme apresentado na subseção 1.1.1, Havelock (1996b) usou essa expressão para designar formas e conteúdos em textos escritos que serviriam para recuperar a oralidade de determinado povo. Como as teses dicotômicas já foram fartamente refutadas, buscamos verificar o que seriam essas marcas nas pesquisas selecionadas.

Devido ao grande número de pesquisas, selecionamos algumas representativas, dos últimos 16 anos, de modo a envolver o maior número de regiões brasileiras, tipos ou gêneros textuais, produzidos por pessoas de diferentes níveis de escolaridade. Ao todo, selecionamos 01 livro: Dias (1996); 04 teses: Gomes (2007), Durante (2008), Nóbrega (2008), Marine (2009); 08 dissertações: Rodrigues (2001), Oliveira (2006), Silva (2008) Gomes (2008), Melo (2009), Majolo (2009), Lucena (2011), Góis (2010) e 13 artigos: Andrade (1999), Carvalho (2012), Oliveira (2011), Conde (2011), Bessa, Oliveira e Bezerra (2012), Kozow (2013), SILVA (2012), Baronas e Duarte (2014), Arthur (2014), Doria e Prata (2014), Araújo (2015), Costa *et al* (2015), Watthier, Costa-Hübes (2014).

São estudos fundamentados por diferentes posições teóricas, como Análise do Discurso, Sociolinguística, Sociolinguística Educacional, Linguística Textual, Análise da Conversação, Linguística Aplicada e Estudos sobre Letramento. Alguns autores não apontam a filiação teórica, apenas citam os autores que sustentarão as análises. Independente da área de pesquisas, todos têm em comum o fato de buscarem nos textos escritos elementos linguísticos ou discursivos classificados como marcas da oralidade. Outro aspecto comum em muitas análises é relacionarem escrita com norma-padrão, conforme a definição de Faraco (2002), ou norma explícita conforme Aléong (2002).

A ideia de *continuum* parece assentada no âmbito acadêmico brasileiro e essa é a posição assumida nas pesquisas observadas. No artigo de Lúzio e Rodrigues (2009), contudo, encontramos defesa da dicotomia entre fala e escrita.

Partimos desse artigo que defende explicitamente a dicotomia para mostrar que apesar da assunção teórica do *continuum* por parte dos demais autores, os elementos linguísticos apresentados como marcas/traços da oralidade são iguais, nas pesquisas, o que aponta para o prestigiamento de determinadas formas léxico-gramaticais. Não

encontramos pesquisas que descrevem diferenças como apontadas por Neves (2010, 2012), por exemplo. Esses trabalhos tampouco se pautam nas descrições presentes nas gramáticas do português falado ou gramática do português culto falado, que poderiam servir de parâmetro para afirmar que são estratégias orais. Muitas ocorrências apresentadas como próprias da oralidade são revestidas de valor distintivo (Cf. Bourdieu, 2007[1979]) ao associar à fala desvios ao que se considera escrita padrão ou, ainda, conteúdos associados à classe popular. Tal modo de análise pode contribuir para reafirmar o valor simbólico da escrita, uma vez que a academia é uma instância de poder, que legitima os usos aceitáveis ou não. A linguística não é uma ciência prescritivista, mas descritiva, porém, ao associar forma não-padrão e conteúdos populares à oralidade, pode ratificar a distinção.

Essa distinção fica mais clara na comparação entre os elementos apresentados como próprios da oralidade num artigo que defende a dicotomia entre fala e escrita e os que defendem o *continuum*.

Lúzio e Rodrigues (2009, n.p.) analisaram textos de alunos de diferentes níveis de escolaridade: alunos da 4ª série, 8ª série, 3ª Propedêutico e dos acadêmicos do 1º e 7º semestres de Letras. Segundo os autores,

no momento da produção do texto o aluno exige mais do seu conhecimento lingüístico sobre a norma padrão, ou seja, “polícia”-se com mais rigidez, para que não ocorra “erro”. A oralidade, por sua vez, que segue outro tipo de norma e forma, vai influenciar na escrita, ou seja, naturalmente vai deixar suas marcas.

Desconsiderando a existência de diferentes tipos de letramento, os autores afirmam que “a fala refere-se ao uso coloquial/popular e a escrita ao uso culto da língua; ou seja, na oralidade são ‘aceitas’ expressões simplesmente ‘ignoradas’ na escrita.” (LÚZIO e RODRIGUES, 2009). A ideia de *correção* da escrita em contraposição aos *erros* da fala, que já foi criticada por Neves (2010, p. 153), é reafirmada pelos autores, para quem “segundo os gramáticos, a oralidade é mais fácil, mais usada em nosso dia-a-dia, permite-se alguns ‘erros’; enquanto a escrita é mais complexa, rígida, rebuscada”.

O uso de aspas na palavra *erro* parece contrapor ao sentido usual por parte das pessoas leigas. Aqui parece referir-se a fenômenos de variação, que não poderiam fazer parte da escrita. A associação entre escrita e norma prestigiada fica mais clara com a afirmação de que ela é rígida e rebuscada. Essa visão, que desconsidera aspectos sociais na aquisição da escrita, assume que a capacidade de manifestar-se graficamente vem

inextricavelmente associada aos valores sociais de determinado tipo de letramento e à norma-padrão, norma mais prestigiada socialmente.

Os autores veem necessidade de separar o que seria próprio da fala do que seria típico da escrita, pois eles partem

do pressuposto de que mesmo a oralidade e a escrita sendo duas modalidades **diferentes**, uma pode deixar suas “marcas” na outra. Ainda acreditamos que a **fala influencia mais na escrita** do que vice-versa, por ser mais frequente no dia-a-dia dos alunos e das pessoas de um modo geral. (LÚZIO e RODRIGUES, 2009, n.p., grifo nosso).

A norma explícita que sustenta a análise fica evidenciada na lacuna entre dados empíricos de fala, fartamente documentados entre outros pelo projeto NURC, e o que é classificado como marcas da oralidade pelos autores.

No quadro 05, apresentamos o que autores classificaram como as marcas de oralidade nos textos de alunos da 4ª série e do VII semestre de Letras. Consideramos desnecessário usar dados de todos os níveis de ensino observados por eles, pois as ocorrências são recorrentes em todos os níveis de ensino, com exceção da escrita fonética, que apareceu apenas na 4ª série.

Quadro 5 – Marcas de oralidade do ponto de vista dicotômico.

Marcas da oralidade	Exemplos	Nível de ensino
Subjetividade	fui crescendo e virei uma menina linda. Para minha felicidade, passei no vestibular.	4ª série VII semestre de Letras
Gírias, expressões orais e clichês	o pai do meu pai é dez , legal Tirou o maior sarro .	4ª série VII semestre de Letras
Diálogo com o leitor	minha mãe está tão triste. Sabe por que? Imagine que passei seis horas de pânico.	4ª série VII semestre de Letras
Inadequação morfossintática	Eu vou na casa de Ângela (...) lá ela foi no Atacadão.	4ª série VII semestre de Letras
Uso de marcadores conversacionais	e daí eles ficaram olhando , olhando Ela acordou cedo e foi para Rondonópolis, então o carro quebrou	4ª série VII semestre de Letras
Repetição	Quando ela chegou na rodoviária de sua cidade, ela tinha esquecido (...) -----	4ª série -----
Escrita fonética	não tem mutivo (motivo) -----	4ª série -----
Inadequação vocabular	Na sexta foi o show do Rick e Renner	VII semestre de Letras

Fonte: adaptado de Lúzio e Rodrigues (2009).

São classificados como marcas da oralidade elementos de diferentes níveis, como se vê no Quadro 05. Como as análises que partem da noção de *continuum* são semelhantes a essa, comentaremos os elementos após apresentar as demais pesquisas.

Nas pesquisas que partem da noção de *continuum* para discutir escrita, são reiteradas as afirmações de que escrita e fala não são dicotômicas, a fala não é um caos, não é lugar de erro e nem a escrita lugar de acerto e que se trata de práticas sociais.

Consta, ainda, de forma recorrente nas pesquisas, replicando e repetindo o que aparece em Koch (1997), Marchuschi (2003) e Koch e Oesterreicher (2007), a conferência acadêmica como texto oral com características de escrita e bilhete como exemplo de texto escrito cujas características são de fala. Apesar de nem todos

explicarem o que aproxima a conferência acadêmica de textos escritos, a explicação foi dada, por Nóbrega (2008, p. 60), que justifica a proximidade “pela utilização de vocabulário específico, técnico, **culto**, até mesmo erudito, e por **construções frasais complexas, com grande número de orações subordinadas** (grifo nosso)”. Não há, contudo, referência à pesquisa com dados empíricos sobre as características da conferência acadêmica na atualidade. Como exemplo de escrita com característica de fala, a autora apresenta as conversas on-line, que seriam semelhantes a conversas em mesa de bar por apresentarem “frouxidão na sintaxe, vocabulário limitado, **construções frasais simples**, frequentemente articuladas por *e* e *mas*” (NÓBREGA, 2008, p. 60, grifo nosso). A escrita, desse ponto de vista, se caracterizaria pelo uso da norma culta e por complexidade sintática, comprovada pelo número de subordinadas, enquanto a fala se caracterizaria pelo oposto. Posição semelhante é defendida por Conde (2011, p. 79), que relaciona escrita à formalidade e fala à informalidade ao afirmar que “a situação de uso da língua, na sociedade, vai conduzir-nos a classificar um texto como oral formal, aproximando-se da escrita, ou como escrito informal, tendo proximidade da língua falada”. Assim, mesmo afirmando que não são opostas, indiretamente, vai se firmando a relação entre escrita como uso culto e formal *versus* fala como uso popular e informal.

A aproximação entre essas afirmações e a análise de Lúzio e Rodrigues (2009) pode ser visualizada no quadro 06, em que constam as categorias usadas na análise do ponto de vista da dicotomia e do *continuum*. Como contraponto das duas posições apresentamos os traços da oralidade que, segundo Gomes (2007) apareciam em editoriais, gênero prototípico do jornalismo, no século XIX.

Quadro 6 – Marcas da oralidade na visão dicotômica, de continuum e traços presentes em editoriais no século XIX.

Marcas da oralidade em pesquisa que assume a dicotomia entre fala e escrita	Marcas da oralidade em pesquisas que assumem a existência de um <i>continuum</i>	Traços da oralidade presentes em editoriais no século XIX, segundo Gomes (2007)
subjetividade	traços emocionais, envolvimento do redator usos de 1ª. Pessoa posicionamento de quem escreve frases exclamativas, intimidade descabida aumentativo e diminutivo	interjeição
gírias, expressões orais e clichês	léxico característico da modalidade oral vocábulos e expressões gírias linguagem popular provérbios expressões formulaicas achismos	expressões de uso coloquial ditos populares (provérbios)
diálogo com o leitor	interlocução interrogação Conversação	simulação de diálogo
inadequação morfo-sintática	falha na flexão verbal flexão de número ter por existir, frases curtas inversão de sintagmas justaposição de enunciados conectivos próprios da oralidade ausência de gramaticalidade incoerência entre pessoas gramaticais não utilização da concordância concordância verbal e nominal eliminação do pronome oblíquo, alternação do pronome tu-você,	Traços característicos do português do Brasil ²⁶ : Concordância verbal e nominal Emprego dos verbos TER e HAVER
Marcadores conversacionais	Marcadores conversacionais	
Repetição	Repetição	
Escrita fonética	Junção e segmentação de palavras conforme a pronúncia Monotongação, desnasalização, assimilação e degeminação, queda do r final, semivocalização, troca do l pelo r, desvios segmentais, correspondência irregular (ç, c, s)	
Inadequação vocabular		

Fonte: elaboração própria.

²⁶ Gomes (2007) classifica como traços característicos do português do Brasil, diferindo dos demais nesse aspecto. A presença desses traços no quadro justifica-se por mostrar elementos que mesmo sendo parte da norma de uma instituição letrada como o jornal continua sendo classificada como marca da oralidade em textos de alunos.

É possível perceber no quadro que as categorias utilizadas para analisar fala e escrita não dão conta da distinção, e diferentes ordens são tratadas como iguais em pesquisas que partem do canal para separar características próprias de cada forma de manifestação.

Destacamos, ainda, que as marcas são buscadas mais comumente em tipos/gêneros textuais produzidos por alunos ou por jornais populares o que já acena para uma visão de escrita como objeto de valor simbólico e distintivo. Ao discutir o que é escrita usando como *cópus* textos de alunos, de quem normalmente não se espera o domínio da escrita, cria-se um círculo do qual é difícil sair, pois a definição se dá pela negação, não pela descrição. Na tentativa de romper esse círculo é que buscamos comparar gêneros opinativos de uma instituição letrada de dois países, mostrando que essas marcas são encontradas também nesses gêneros modelares de escrita culta formal.

Outro aspecto comum entre as pesquisas é deixar entrever a visão de escrita única, coincidente com a norma padrão e os desvios, com a fala, como será detalhado a seguir. A preferência por jornais populares para análise como se vê em Dias (1996), Lucena (2011) e Arthur (2014) pode contribuir para a associação entre forma e conteúdo relacionados à fala. Assim, as pesquisas acadêmicas não se afastam totalmente da ideia da grande divisão quando fala e escrita são apresentadas em um *continuum* em cujos extremos estão os textos com forma e conteúdos populares, no outro, seu oposto.

Essa busca para caracterizar o que é escrita e o que não pode ser classificado como tal está imersa em poder simbólico. A diferença existe, mas as categorias usadas para justificá-la torna-se um traço distintivo, no sentido que lhe atribui Bourdieu (2007[1979]), para quem “para se distanciar em relação aos que estão desprovidos dela²⁷, a pretensão inspira a aquisição, por si banalizante, das propriedades até então mais distintivas, além de contribuir, por conseguinte, para apoiar continuamente a tensão do mercado dos bens simbólicos”, ou seja, “tudo o que torna o poder simbólico em poder reconhecido, diz respeito forçosamente aos detentores ‘distintos’ e aos pretendentes ‘pretensiosos’”. (BOURDIEU, 2007[1979], p. 235). A associação entre determinados traços linguísticos e conteúdos à fala, sendo esta, em alguns casos, relacionada à popular, reflete a distinção simbólica, referendada pelos agentes de poder.

Os agentes de poder são as pessoas institucionalmente reconhecidas para determinar o que é ou não é escrita. Neste caso, cabe à academia e seus pesquisadores

²⁷ Das propriedades de distinção.

credenciados o poder de estabelecer o que a caracteriza. Percebemos, contudo, na observação das pesquisas, que, quando se trata de definição do que seja a escrita, o critério não é a frequência de uso. No pensamento de Bourdieu (2007[1979]), os agentes *mais legítimos* culturalmente são vistos como os mais competentes para opinar sobre assuntos de interesse da sociedade. Assim, “o mundo social funciona simultaneamente como um sistema de relações de poder e como um sistema simbólico em que as distinções minuciosas do gosto se transformam em base para o julgamento social” (ARAÚJO RISSO, 2008). Dessa forma, pesquisas como essas acabam por legitimar a distinção entre as “culturas” e as diferentes maneiras de se manifestar. Na discussão sobre existência de *continuum*, quando se colocam gêneros menos prestigiosos mais próximos à fala e os mais prestigiosos do lado da escrita, ratifica-se o valor simbólico da escrita assim como prestigiamento da norma-padrão.

Como se pode perceber no quadro 06, há relativa uniformidade quanto ao que é considerado como *marca de oralidade*, seja por quem analisa pelo viés dicotômico, seja como um *continuum* tipológico: desvios à norma padrão, ortografia, subjetividade, discurso popular, marcadores conversacionais. Classificados como discurso popular aparecem frases feitas, provérbios, clichês, gírias, além de construções em que aparecem “achismos” ou conteúdo que se considera ligado à (ou próprio da) classe popular. Os assuntos que envolvem sexo e violência são os mais representativos para denotar marcas de oralidade. Percebe-se, por outro lado, que muitas dessas características já faziam parte de editoriais no século XIX, o que deveria servir para questionar a designação, uma vez que, nas palavras da autora, “os editoriais eram escritos pela camada letrada da sociedade, mas isso não impede que, voluntária ou involuntariamente, traços da oralidade fizessem parte da constituição do texto escrito” (GOMES, 2007, p. 169).

Todas as marcas estão, de alguma forma, relacionadas aos traços de imediatez comunicativa apresentados por Koch e Oesterreicher (2007). As marcas de oralidade encontradas nas pesquisas podem ser agrupadas considerando diferentes níveis: fonético, morfossintático, lexical, pragmático-textual e discursivo. Os três primeiros níveis estão relacionados às diferentes normas, sendo que no plano fonético e morfossintático são colocadas em oposição norma padrão = escrita e norma não-padrão = fala, no lexical a oposição é entre norma culta e norma popular. No âmbito pragmático-textual aparecem aspectos relacionados ao que é associado à *conversação* nas descrições de fala, além de interação e subjetividade, que são as mais citadas. No

nível discursivo, forma e conteúdo são analisados em bloco, pois entram construções associadas a conteúdos que seriam próprios do discurso popular.

2.2.2 Desvios ao que se considera norma padrão

Uma preocupação dos autores das pesquisas que tratam de fala e escrita como um *continuum* é assinalar que esta não é o lugar de acertos, nem aquela, lugar de erros. Não obstante, nas análises aparecem como *marcas da oralidade* exemplos de desvios ao que se considera norma-padrão escrita.

Como já discutido por Faraco (2002, p. 41), na consideração sobre o que pode ser designado como norma padrão encontra-se “um complexo entrecruzamento de elementos léxico-gramaticais e outros tantos de natureza ideológica”, cujo entendimento científico deve ser multidisciplinar e não apenas linguístico. A codificação da norma padrão enquanto realidade léxico-gramatical passa por um relativo apagamento das marcas dialetais, segundo o autor, e, por isso, torna-se referência supra-regional e transtemporal. O autor lembra que, nesse sentido, “o padrão tem sua importância e utilidade como força centrípeta no interior do vasto universo centrífugo de qualquer língua humana, em especial para as práticas de escrita” (FARACO, 2002, p. 42). O autor alerta, ainda, que na ausência de mecanismos socioculturais para realizar ajustes necessários, existe a possibilidade de se criar um fosso entre a norma padrão e a norma culta, sendo esta entendida como a norma linguística praticada em situações que envolvem certo grau de formalidade por grupos sociais relacionados com a cultura escrita historicamente legitimada por grupos que controlam o poder social.

Ao discutir sobre os manuais de redação dos jornais, Faraco (2002) aponta para o paradoxo entre o que eles estipulam e o que efetivamente se pratica nos textos, afirmação que comprovaremos na análise dos dados. As discussões sobre norma não fazem parte do arcabouço teórico de quem discute escrita em contraposição à fala, por isso transparece nas pesquisas a ideia de escrita única pautada num padrão explícito. Esta contradição pode reforçar o que se pretende combater.

Como demonstraremos a seguir, apesar de os autores defenderem o *continuum* na fundamentação teórica dos trabalhos, as análises são pautadas pela relação de oposição, sendo a escrita associada ao correto, formal e culto, e fala associada à informalidade, aos erros e ao coloquial ou popular. Muitas observações acerca das

marcas de oralidade dizem respeito a aspectos presentes nas gramáticas normativas, confirmando que predomina nas discussões a visão de escrita como sinônimo de norma-padrão. Isso acena para uma descrição que se pauta no que a escrita *deve ser* e não em como a língua sob forma escrita é usada por pessoas de diferentes classes sociais e níveis de escolaridade. É a partir dessa visão que são selecionadas as ocorrências de marcas da oralidade nos diferentes níveis: fonéticos, morfossintáticos e lexical.

2.2.2.1 Nível fonético

Como ocorrências representativas de marca da oralidade no nível fonético são citadas não só palavras com erros ortográficos motivados pela forma de falar, mas também derivadas da não correspondência exata entre fonemas e grafemas e da orientação etimológica.

Erros ortográficos são tratados como marcas da oralidade por Rodrigues (2001), Gomes (2008), Melo (2009), Conde (2011), Carvalho (2012), Silva (2012), Doria e Prata (2014), Bessa, Oliveira e Bezerra (2012), Baronas e Duarte, (2014), Watthier, Costa-Hübes (2014) e Costa *et al* (2015).

Em alguns trabalhos o foco são os erros ortográficos que revelam, na escrita da palavra, a variação, sendo a diastrática a mais representativa. Entre esses se encontra o de Gomes (2008, p. 157), que apresenta como “erros relacionados à influência da fala [...] 1. teliado para telhado, 2. face para fácil”. Análise semelhante é feita por Campos *et al* (2015) que, após apresentarem como dados as palavras *nóis, tá, voceis, praí, né, num vô, num qué e num vai*, afirmam que “as práticas orais da linguagem são frequentes na produção escrita de determinados grupos sociais”.

Em algumas análises, contudo, todos os erros ortográficos são classificados como marcas da oralidade, mesmo os que não ocorrem por influência da maneira de pronunciar a palavra, como se vê nas ocorrências apresentadas por Gomes (2008, p. 157), ao afirmar que o texto “é riquíssimo em variações linguísticas, o que mostra a presença das modalidades da fala, de maneira expressiva: ‘veve’, esplodido’, corrupção, bousos, insentivos”. Entre as ocorrências, apenas *veve* é um caso de variação. Os demais têm orientação etimológica.

Classificar qualquer desvio à norma padrão ou mesmo os erros (no caso da ortografia) como fala além de não contribuir para a descrição, pode aumentar o fosso

entre fala e escrita. Como se pode perceber, na falta de critérios claros, erros ortográficos decorrentes de diferentes fatores são analisados em bloco e, ao serem classificados como *marcas da oralidade*, indiretamente liga erro à fala.

2.2.2.2 Nível morfossintático

A classificação da variação da concordância verbal e nominal, do uso do *ter* pelo *haver* como *marca da oralidade* constitui outra evidência da relação entre escrita e norma-padrão nas pesquisas observadas. Ainda no nível morfossintático, são citadas como marca da oralidade conjunções coordenativas, preposição *em* com verbos de movimento, entre outros. Como exemplo de marca de oralidade no nível sintático é citada a justaposição.

A variação na concordância verbal e nominal tem destaque em pesquisas sociolinguísticas no Brasil. Nos estudos que têm como foco a escrita, porém, a variação é nomeada como *marca da oralidade* e, ao ser associada à fala, pode contribuir para situar a fala como o lugar do desvio, da incorreção, do popular e a escrita como seu oposto. Entre os autores que tratam a variação como marcas da oralidade estão Melo (2009), Conde (2011) e Baronas e Duarte (2014).

Baronas e Duarte (2014, p. 161-2), sob o título *Problemas de concordância*, apresentam as seguintes ocorrências: a) “A *língua deles eram um tanto diferente*. b) *Mas, há as excessões que deixa a regra falha* c) *Dentro de um grupo que evoluíram do latim vulgar*. d) *A linguagem utilizada nas redes sociais, pelos internautas, não seguem a ortografia atual*.” Segundo eles, a variação na concordância, que tem sido exaustivamente pesquisada por sociolinguistas, constitui o desvio mais recorrente nos textos dos alunos. Após chamar de desvio e problema, asseguram que, na língua oral, o plural não é marcado de forma redundante podendo refletir na escrita. Após análise dos dados, os autores concluem que “os desvios cometidos pelos alunos obedecem a regras sistematizadas e refletem nitidamente as interferências da oralidade na produção escrita dos acadêmicos de Letras” (BARONAS E DUARTE, 2014, p. 162-3). Assim, a variação na concordância acaba por ser classificada como erro, desvio, problema que aparece no texto escrito por influência da oralidade.

Também na pesquisa de Melo (2009) a variação na concordância é classificada como marca da oralidade. Após apresentar na íntegra um texto que compõe o *cópus*, ela afirma que “as falhas de pontuação e de flexão verbal e de concordância são típicos

modais da língua falada (sic) [...] observe-se também, o uso do ‘além do mais’, ‘além disso, modos de oralidade’. Sem discriminar as falhas a que se refere, atribui à oralidade vários tipos de desvios ao que se considera norma-padrão. Partindo de uma visão que não coaduna com as teorias constantes de sua fundamentação teórica nem com as da linguística textual, afirma que existe uma relação direta entre regras gramaticais (com sentido de regras presentes nas gramáticas normativas) e escrita, pois “o que determina as diferenças de modalidades oral e escrita são as diferentes condições de produção que refletem uma maior ou menor dependência do contexto, [...] uma maior ou menor submissão às regras gramaticais.” (MELO, 2009, p. 74).

Além dessas pesquisas, a variação da concordância aparece como marca da oralidade em Conde (2011), Lucena (2011) e Watthier e Costa-Hübes (2014). Além da concordância, Watthier e Costa-Hübes (2014, p. 118) citam como exemplos de incoerência entre pessoas gramaticais a frase “Você sabe que te enganam”; como uso livre da flexão dos verbos a oração “se ele fazer” e como omissão dos pronomes oblíquos, “eu vi ela”.

Não se trata, portanto, de casos isolados a associação entre desvios ao que se considera norma culta e oralidade, mas atos recorrentes. A considerar as análises, caracteriza desvio o uso dos conectivos *mas sim, fora, e sem contar, além do mais, e sim, quase que, um tanto que*, pois seriam próprios da oralidade, segundo Carvalho (2012, p. 6). Segundo ela, no texto escrito não deve haver vazios a serem preenchidos pelo leitor, o que torna a justaposição um problema que justifica a classificação como marca da oralidade. Para discutir as marcas da oralidade no nível morfosintático, ela apresenta um texto na íntegra e afirma haver

problemas referentes principalmente à **justaposição** de enunciados, comprometendo a coesão e a coerência do texto, o que acarreta problemas na recepção do mesmo, já que o leitor vai precisar inferir muitos pressupostos a partir das informações fragmentadas fornecidas. (CARVALHO, 2012, p. 10, grifo nosso)

Não há, contudo, indicação das sentenças justapostas consideradas problemáticas para a compreensão, mas apenas associação entre justaposição e oralidade. Além dela, essa associação entre oralidade e justaposição é feita também por Góis (2010, p. 57).

Além da justaposição, a coordenação também atestaria a presença da oralidade em texto escrito, segundo Oliveira (2011, p. 89) que, na análise, destaca a “preferência pela coordenação, que ressalta o caráter oral e popular da língua”.

A procura por essas marcas em diferentes gêneros/tipos de texto pode reforçar a ideia de escrita única, como sinônimo de padrão. Isso é reforçado por ideias já presentes em livros como de Dias (1996), que apresenta como marca da oralidade no plano sintático construções consideradas erro do ponto de vista normativo-prescritivo: a) Ela diz que o maridão não pegava no batente *tinha* uns dias. B) Ela descobriu que o safado foi *numa* festa e c) Recorte e passe *eles* para seus amigos. (DIAS, 1996, p. 80, grifos do autor)

Assim, a relação entre escrita e norma-padrão é tratada sem questionamento, mesmo quando se fala em gêneros e *continuum* tipológico na fundamentação teórica.

2.2.3 Nível lexical: fórmulas fixas

Além dos elementos gramaticais que caracterizariam a oralidade, as expressões cristalizadas aparecem, nas pesquisas, associadas à fala popular. Nesse nível, a contraposição é entre escrito/culto X oralidade/popular-informal. Designados como provérbios, ditados populares, frases feitas, expressões formulaicas além de vocábulos e expressões gírios, as fórmulas fixas aparecem como marcas/traços da oralidade em teses, dissertações e artigos ora associados à fala sem nenhuma característica adicional, ora à fala informal e/ou popular. São expressões que têm em comum o fato de serem entendidas como sintagmas memorizados no todo e não pela soma das lexias. Essa classificação interessa à nossa pesquisa, na medida em que, dentre as pesquisas observadas, encontramos tal classificação em análises de dados retirados de textos veiculados pela mídia impressa.

Como já apresentamos, Havelock (1996a[1963]) fala dos artifícios formulares da composição em Homero e Hesíodo e separa forma e conteúdo próprios da mente oral dos próprios da mente alfabética. Os artifícios de que fala o autor têm em comum com os que apresentamos aqui o fato de serem recursos considerados próprios da oralidade.

Os provérbios são apresentados como marcas da oralidade por Durante (2008), Nóbrega (2008), que os associa à oralidade e a norma popular, por Marine (2009), Gomes (2007) e Arthur (2014). Ligado à tradição oral, mesmo quando usado como recurso argumentativo em gênero escrito, o provérbio continua sendo classificado como próprio da oralidade nas pesquisas.

Durante (2008, 127-8) mostra os provérbios como importante arma publicitária e ressalta a relação entre provérbios e oralidade porque “é na oralidade, principalmente na fala popular, que os provérbios se mantêm vivos [...], no plano semântico, exprimem valores cristalizados nos grupos sociais, regras morais que expressam verdades eternas” (DURANTE, 2008, p. 34). Ela interpreta a supressão de vírgula entre uma oração subordinada adverbial anteposta e a oração principal numa revista como a Veja “em que predomina o padrão culto da língua [...] e comumente obedece às regras gramaticais” como uma “tentativa de aproximação do texto escrito ao texto falado” e acrescenta que “a intenção de aproximar o texto veiculado pelo meio impresso à coloquialidade da comunicação oral se realiza igualmente com a recorrência a ditos populares”.

Como constatado por Durante (2008), os provérbios, gírias e expressões cristalizadas são recorrentes em anúncios publicitários veiculados pela mídia impressa. Nóbrega (2008) faz constatação semelhante, ou seja, uso de provérbios, clichês, fórmulas fixas em manchetes e títulos de notícias, nesse caso, em um jornal popular – Jornal da Tarde. Para ela, as marcas da oralidade que aparecem nas manchetes e títulos do Jornal da Tarde, fazem “da linguagem jornalística um misto entre o formal e o informal como maneira de abarcar o maior número possível de leitores [...] traduzem a criatividade e estratégia de simulação do redator ao usar, na escrita, fenômenos linguísticos que estão vinculados à língua falada”.

Segundo Nóbrega (2008. p. 6), “foi importante, também, cotejar o Jornal da Tarde, com outros jornais de cunho mais sério ou tradicional como O Estado de S.Paulo e a Folha de S.Paulo, para verificarmos as diferenças linguísticas na abordagem das notícias.”. A hipótese da pesquisa - expressões da língua falada são recorrentes em jornais populares - contribui para reforçar a relação entre fala e classe popular. Após analisar o uso de provérbios retextualizados, como por exemplo, *A bola é a última esperança*, *A carne não é fraca, não*, a autora conclui sobre o uso de provérbios por parte do jornal que “a incorporação desses termos e expressões pertencentes à linguagem oral faz o Jornal da Tarde interagir mais fortemente com seus leitores” (NÓBREGA, 2008, p. 235)

Marine (2009) chama de traços de oralidade os marcadores conversacionais, definidos por Marcuschi (2003) como “recursos verbais estereotipados de grande ocorrência e recorrência que, embora não contribuam com informações novas para o desenvolvimento do tópico, situam-no no contexto geral, particular ou pessoal da

conversação” (MARINE, 2009, p. 138). Entre esses marcadores, a autora situa expressões e provérbios populares e gírias, cuja presença no corpus analisado é condicionada, segundo a pesquisadora, pelo gênero pesquisado (carta), pela faixa etária (público jovem), pelos assuntos (paqueras, sexo, amizade, escola, drogas etc.), resultando em “uma linguagem muito mais preocupada com ‘o que diz’, do que com o ‘como diz’. Daí, também – além da questão da formalidade -, o caráter fortemente oral desse tipo de escrita, dessa ‘língua oral-escrita’ (MARINE, 2009, p. 144)”. Conforme mostraremos na análise, nossos dados apontam que em gênero produzido por pessoas de outra faixa etária, com maior nível de escolaridade também aparecem os mesmos recursos.

O uso de fórmulas fixas parece não estar condicionado ao nível e escolaridade nem ser algo recente no Brasil. Em uma pesquisa diacrônica, em que observa editoriais produzidos nos séculos XIX, XX e XXI, Gomes (2007, p. 181) encontra expressões coloquiais e ditados populares em editoriais do século XIX. Para ela, com esse uso os autores “procuravam estabelecer um contato mais próximo com os leitores a fim de quebrar um pouco a formalidade dos editoriais”.

Deus-nos-acuda e *a correr boato* foram as ocorrências de expressão de uso coloquial encontradas por ela. Como exemplo de provérbios em editoriais do século XIX ela elencou *nadava em mar de rosas* e *meter a viola no saco*. Como se pode constatar, a presença de fórmulas fixas em textos escritos não é recente e remonta ao século XIX, quando aparece em editoriais, gênero nobre jornalístico.

Em algumas pesquisas, essas expressões são consideradas não marcas da oralidade apenas, mas da oralidade popular, como, por exemplo, em Arthur (2014), que atribui à oralidade popular a presença de frases feitas, gírias e vocábulos populares no jornal analisado por ela. A autora demarca a linguagem da classe média e da classe popular, sendo a linguagem desta classe própria à oralidade e ao discurso da violência. Segundo ela, “O discurso da violência, por exemplo, poderá ser construído com características de sintaxe simplificada, frases feitas e vocábulos gírios, nos jornais considerados mais populares, em certos momentos, evidenciando uma linguagem com influência da língua oral” (ARTHUR, 2014, p. 96).

Ainda nessa associação entre oralidade e norma popular ela afirma que o Diário de S. Paulo, embora tenha sido fundado para ser um jornal de classe média apresenta, na capa analisada “vários termos e expressões da oralidade popular,

considerados, conseqüentemente, com mais frequência na escrita do jornalismo popular” (ARTHUR, 2014, p. 96).

As ocorrências apresentadas por Arthur (2014, p. 98-9) como frases feitas são: *obedece quem tem juízo, paciência tem limite, justiça tarda, mas não falha, Deborah é mais ela agora do que aos 20, Nunca se roubou tanto ouro em São Paulo, Calada da noite*. Como vocábulos populares ela apresenta *Até o pai quer o “fico” de Rogério Ceni e crime da moda*. Como nesta pesquisa há uma associação entre oralidade popular e discurso da violência, voltaremos a ela na subseção 2.2.1.6.

Oliveira (2011) chama de linguagem descuidada, oral e popular a que aparece no texto analisado por ela – texto distribuído pelo Coral da USP (Universidade de São Paulo), em 1970. Linguagem coloquial ou popular é definida por ela como

aquela usada espontânea e fluentemente pelo povo. Mostra-se quase sempre rebelde à norma gramatical e é carregada de vícios de linguagem (solecismos – erros de regência e concordância; barbarismo – erro de pronúncia, grafia e flexão; ambigüidade; cacofonia; pleonasma) expressões vulgares, gírias e preferência pela coordenação, que ressalta o caráter oral e popular da língua. (OLIVEIRA, 2011, p. 89)

Entre as ocorrências de oralidade no texto, Oliveira (2011, p. 87-9) apresenta as expressões formulaicas, como, por exemplo, *o hábito não faz o monge e dando uma de quermesse de Igreja em dia de santa da cidade*, além da linguagem popular ou coloquial, exemplificado com *coisa chata (algo inconveniente- vulgarismo), aquela meia dúzia (poucas pessoas), dando aquela de quem sabe (falsa impressão de saber), tempo a gente faz (nós arranjamos tempo)*.

As expressões cristalizadas são ainda apresentadas como marcas da oralidade por Lucena (2011), que analisa o jornal *Aqui PE*. Para ela, fórmulas fixas como frases feitas, ditados populares e provérbios “são utilizados como uma forma de provocar identificação do público com as expressões as quais fazem parte do seu cotidiano, estabelecendo certa familiaridade” (LUCENA, 2011, p. 51). Entre outras ocorrências Lucena (2011, p. 54) cita: *em briga de marido e mulher ninguém mete a colher e para tirar o pé da lama*.

Entre as teses, dissertações e artigos que observamos, as fórmulas fixas apareceram apenas em pesquisas cujo córpus era composto por gêneros encontrados em veículos de mídia impressa. Entre os gêneros observados nas pesquisas encontram-se desde cartas, que se encontra num extremo mais próximo à fala, no gráfico de

representação do *continuum* (Cf. MARCUSCHI, 2003, p. 41), textos publicitários, situados na metade do gráfico, até editoriais, que estão próximos ao outro extremo do *continuum*, onde a escrita se situaria. Em textos de alunos e professores, contudo, não foram explorados como marcas da oralidade.

Os pesquisadores justificam a presença dessas fórmulas cristalizadas como uma tentativa de aproximação com o leitor, o que constituiria uma estratégia argumentativa. Editoriais e textos publicitários são escritos por pessoas que fazem parte da cultura letrada o que nos leva a questionar o parâmetro que define o que é próprio da fala e da escrita. Como mostrado por Gomes (2007), tais fórmulas já eram usadas em editoriais desde o século XIX, sugerindo que essas estratégias, a despeito de pertencerem à tradição oral, segundo Havelock (1996b), já fazem parte de gêneros escritos, como nossos dados também comprovam.

2.2.4 Nível pragmático-textual

Os elementos classificados como *marcas de oralidade* nesse nível interessam à pesquisa como um indicativo da necessidade de descrição das estratégias textual-discursivas em dois campos em que fala e escrita se diferenciam: envolvimento interpessoal e características de organização dos textos (Cf. NEVES, 2010, 2012), o que evitaria a descrição que parte do canal, como já criticado por Street (2014[1995]).

Nas pesquisas observadas, os autores, por um lado, assumem que fala e escrita situam-se num *continuum* tipológico, que fazem parte do mesmo sistema linguístico, que são, portanto, *dialógicos* e *interativos*. Por outro, apresentam como marcas da oralidade todos os elementos que denotem presença/envolvimento/emoção do redator e elementos que remetam ao interlocutor. Neste nível, são citadas como marcas da oralidade a repetição, a interrogação, a conversação, os marcadores conversacionais, os traços emocionais, o envolvimento do redator, os usos de 1ª. pessoa, o posicionamento de quem escreve, as frases exclamativas e pretensa intimidade.

A repetição é apresentada por Marcuschi (2015, p. 207) como “um dos processos de formulação textual mais presentes na oralidade”, o que não transforma, contudo, qualquer repetição em *marca da oralidade*. Como já demonstrado por Neves (2010, p. 159), as repetições “estão presentes nas duas modalidades, mas com caminhos diferentes de seleção de expedientes de marcação”. Caberia ao linguista, portanto, em

vez de classificar como marca da oralidade qualquer repetição que apareça em um texto, descrever essa seleção nos textos escritos.

Na fala, a repetição, segundo Marcuschi (2015, p. 207), “contribui para a organização discursiva e a monitoração da coerência textual; favorece a coesão e a geração de sequências mais compreensíveis; dá continuidade à organização tópica e auxilia as atividades interativas”. A partir de dados de fala, o autor, do ponto de vista da categoria linguística, apresenta como formas de repetição as repetições fonológicas, repetição de morfemas, de itens lexicais, de construções subordinadas e construções oracionais. Nas pesquisas observadas, as ocorrências apresentadas como marcas da oralidade são de repetição de itens lexicais e podem ser vistas em Conde (2011), Doria e Prata (2014) e Araújo (2015).

Segundo Marcuschi (2015, p. 214) as repetições lexicais “menos frequentes são as distanciadas, isto é, aquelas que aparecem em tópico diferente. Muitas vezes temos dificuldade de saber se se trata de uma repetição”. Nas pesquisas, no entanto, qualquer repetição é classificada como marca da oralidade, como se vê na seguinte ocorrência apresentada por Conde (2011, p. 83): “No Brasil há muitos **problemas** como todos nós sabemos. A corrupção é um tipo de **problema** sério, um **problema** que leva a muitos outros **problemas** e mais graves”. Doria e Prata (2014, p. 182) analisam como um recurso coesivo próprio da oralidade a repetição que aparece em “a *internet* é movida por vários benefícios mais também por malefícios, tem pessoas que confiam demais em outras pessoas que não conhecem. As pessoas estão cada vez mais viciados no mundo da *internet*”. Para os autores, “trata-se de uma associação com o plano da oralidade que segue o fluxo dos pensamentos e dispensa o trabalho de reescrita” (DORIA e PRATA, 2014, p. 181). Apesar da classificação dos autores, as ocorrências não se assemelham às apresentadas por Marcuschi (2015).

Outro campo em que fala e escrita se diferenciam é o do envolvimento interpessoal, segundo Neves (2010, 2012). Isto significa que as formas de interação são diferentes e não que exista em uma e inexista na outra, por isso é necessário descrever as estratégias de cada forma de manifestação. Nas teses, dissertações e artigos observados, contudo, os elementos linguísticos relacionados à subjetividade ou à interação, aspectos inerentes à linguagem, são atribuídos à fala e classificados como marca da oralidade, sendo os elementos de subjetividade os mais citados.

Benveniste (1988[1967], p. 286) fala da impossibilidade de se conceber o homem separado da linguagem: “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito”, um sujeito que emprega *eu* se dirigindo a um *tu*, fundando sua subjetividade no exercício da língua. Nesse sentido, para ele, a língua “é uma atividade, um comportamento no qual se está sempre em situação de diálogo” (BENVENISTE, 2014[1969], p. 130) e a enunciação, um processo de apropriação do aparelho formal da língua em que o locutor “enuncia sua posição por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios por outro” (BENVENISTE, 2006[1974], p. 84). A apropriação da língua coloca nela o indivíduo que fala. Sem enunciador não há enunciado. O autor apresenta como parte do aparelho formal da enunciação três séries: a) os índices de pessoa eu-tu, b) os de ostensão como *este* e *aqui*, os *pronomes pessoais, demonstrativos*, ou seja, *indivíduos linguísticos*, que nascem da enunciação e cada vez designam algo novo e c) os tempos verbais.

Ideia semelhante pode ser vista em Bakhtin (Volochinov, 2002 [1979], p. 123), para quem

a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN, 2002, p. 123).

A palavra procede de alguém e dirige-se a alguém. A enunciação é, assim, “um puro produto da interação social, quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade lingüística” (BAKHTIN, 2002, p. 121). O objeto de discussão do autor é o discurso cujo fator constitutivo de produção é a interlocução com um *outro* construído pelo locutor, num processo dialógico, ou seja, o discurso é um ato social em que o *eu* relaciona-se com o *outro* por meio da linguagem. Todo arcabouço teórico bakhtiniano tem como base o caráter interativo da linguagem.

Como ele assinala,

somente Adão mítico desbravou, com seu primeiro discurso, um mundo ainda verbalmente não-dito e pôde evitar totalmente a relação dialógica com vistas ao discurso do outro. Isto jamais ocorreu com o discurso concreto e histórico, que não pode se estruturar de um único modo nem se dirigir a um único ponto. (BAKHTIN, 2002, p. 88).

Desse modo, dado o caráter interativo da língua, ver a escrita como enunciação exige que se considere o *eu* e o *outro* que constituem a interação, observando e

descrevendo os elementos linguísticos que a constituem. Enquanto enunciação, à semelhança das análises feitas sobre o português falado, a organização textual-interativa nos textos escritos deverá ser vista sem um viés prescritivo-normativo e descrever como a interação e subjetividade aparecem nos diferentes gêneros escritos.

Somente uma visão autoritária, no sentido que lhe atribui Aléong (2002) justifica a classificação como marca da oralidade tudo que se relaciona ao sujeito e à interação, pois, como enunciação, a escrita não é exterior ao falante. Sem enunciação, a língua nada mais é senão possibilidade (Cf. BENVENISTE, 2006[1974]). Contudo, não obstante a constante referência a Bakhtin (2002a, 2002b) em diversos trabalhos, a interação e subjetividade são atribuídas à oralidade/fala.

Alguns gêneros em que os pesquisadores apontaram a subjetividade e interação como marca da oralidade foram escritos por alunos. Watthier e Costa-Hübes (2014) pesquisaram carta de apresentação; Silva (2008) observou as marcas em autorretrato, carta, diário e artigo de opinião; Bessa, Oliveira e Bezerra (2012) analisaram cartas; Costa *et al* (2015) encontraram as marcas em dissertação e Carvalho (2012), em texto de vestibular. Percebe-se, portanto, que a interação está presente em diferentes gêneros, alguns dois quais são típicos de escrita como carta, diário e artigo de opinião. Os pesquisadores justificam essas marcas da oralidade nos textos de alunos com o desconhecimento que eles têm das regras da escrita, mas tais marcas estão presentes também em diferentes gêneros veiculados pela imprensa escrita, entre os quais está o editorial.

Em gêneros veiculados pela mídia impressa, interação e subjetividade como marcas da oralidade foram apontados por Marine (2009) em cartas de leitoras de revistas femininas; por Gomes (2007) em editoriais de jornal; por Kozow (2013) em crônicas, por Lucena (2011) em chamada de capa do jornal *Aqui PE*, Andrade (1999), jornal *Folha de S. Paulo* e revista *Veja*.

Uma das formas como o sujeito aparece no texto é por meio do que Benveniste (2006 [1974]) chama de aparelho formal da enunciação: uso de pronomes. Foram diferentes os gêneros em que a primeira pessoa foi considerada marca da oralidade: a) carta: “[...] mais é que nem eu falei, se desobedecer temos que bater mais não com tata força, botar de castigo.” (DORIA e PRATA, 2014, p. 182), b) autorretrato : “Sou uma garota feliz e estudo no , sou magra e de estatura baixa, tenho cabelos longos e pretos olhos negros e estou na 5ª série”.(SILVA, 2008, p. 44; c) diário: “Vou começar me

apresentando (...) o que falo (...) Me chamo (...) Minha mãe (...) e meu pai (...)” (SILVA, 2008, p. 54); d) artigo de opinião: “Gosto também... Não gosto... Amo desenhos... Tenho apenas uma reclamação: ...” (SILVA, 2008, p. 81). Além do uso da primeira pessoa, Silva (2008) cita como marca da oralidade o que ela chama de “achismos” como “Eu acho que...” e (...) na minha opinião (...), que ela considera “estratégias discursivas impróprias a uma construção argumentativa bem estruturada, quer seja oral ou escrita” (SILVA, 2008, p. 80).

Ainda sobre o gênero carta, elaborado por alunos do ensino básico, Watthier e Costa-Hübes (2014, p. 117) apresentam como marca da oralidade o que chamam de intimidade descabida, pois são “expressões inadequadas em relação a não intimidade do autor com o interlocutor, como ‘Eu desejo tudo de bom para você’ e ‘Um grande abraço e um Beijo’”.

Elementos que denotem a subjetividade são encontrados também na imprensa escrita e, assim como nos textos de alunos, são classificados como marca da oralidade. Entre os elementos, são destacados aqueles em que a subjetividade e a interação são percebidas por meio de sinais gráficos. A relação entre alguns sinais de pontuação e a enunciação já foi discutida por Dahlet (1998, 2006) para quem a pontuação orienta o leitor em relação ao sentido do texto e até mesmo revela a instância enunciativa. Ao discutir os usos e significações dos sinais de pontuação, Dahlet (2006, p. 192-210) classifica o ponto de exclamação, as reticências e o ponto de interrogação como marcadores de interação, estabelecendo desse modo, a relação entre esses sinais e a enunciação.

O caráter interativo da interrogação é também encontrado em Dubois *et al* (2011, p. 350), que definem a interrogação como “o modo ou o tipo de comunicação instituído pelo falante entre ele e seu (ou seus) interlocutor(es) e que consiste em fazer depender suas orações de uma frase implícita *pergunto-lhe se* (= faço-lhe a pergunta)”. Já a associação entre exclamação e enunciação é indireta, segundo os autores, que a definem como “um tipo de frase [...] que exprime uma emoção ou um julgamento afetivo” (DUBOIS *et al*, 2011, 255), mas marcar graficamente a emoção instaura o *eu* no discurso assim como o *eu* instala o sujeito da enunciação na língua. Dessa perspectiva, não se trata de marca da oralidade, mas de marcas da enunciação, recurso gráfico que marca a presença do *eu* e do *tu no texto*, acenando para a impropriedade da classificação como marca da oralidade.

Entre as pesquisas que apresentam a subjetividade como marca da oralidade está a de Lucena (2011, p. 54), que apresenta como envolvimento do narrador frases exclamativas expressando indignação como em “Que rivalidade em graça!” e “Assim é demais!). São ocorrências classificadas como marca de oralidade, pois “ocorre frequentemente o posicionamento de quem escreve, expressando seus comentários numa linguagem coloquial”. Além da exclamação, ele dá como exemplo de envolvimento o uso de primeira pessoa.

As exclamações são citadas como marca da oralidade também por Marine (2009), que fala das interjeições, por marcarem graficamente a euforia, as sensações, o estado de espírito. Marine (2009, p138) apresenta como própria da oralidade a hesitação, marcada pelo uso de reticências e “a manifestação de indignação diante de algo, marcada através da repetição do que ‘se disse’ seguida do ponto de interrogação”.

Apesar de, nas pesquisas observadas, os sinais de exclamação serem descritos como remetendo ao **eu**, segundo Dahlet (2006), o processo exclamativo não diz respeito às emoções de quem escreve, mas desloca-se para o leitor “para o qual o valor exclamativo, dado pelo ponto de exclamação, cria uma forma de interpelação, logo, um impacto almejado para que ele reage (sic) no sentido previsto pelo *escriptor*” (DAHLET, 2006, p. 192, grifo da autora). Ela apresenta também interrogação e reticências como marcadores de interação, que remetem à instância enunciativa. Ainda segundo Dahlet (2006, 205), as reticências são ostensivamente interativas, “o *escriptor* passa o bastão para o leitor, que se torna então enunciador do dito que originalmente está faltando”.

As interjeições e exclamações aparecem também em Gomes (2007) como traços da oralidade, associando de algum modo, expressão de emoção à oralidade. A existência de sinais gráficos que remetem à instância enunciativa contribui para confirmar o caráter interativo da escrita, por ser uma manifestação da língua. Essa interação, como se pode perceber nas pesquisas, está presente em diferentes gêneros escritos, desde carta, em que a interação é direta, pois quem escreve tem um interlocutor definido, até editoriais, cuja interação não se dá nos moldes da carta.

Gomes (2007, p. 179), assume com Marcuschi (1993, p. 221) que “a interjeição é o único fenômeno lingüístico exclusivo da língua falada. Assim, mesmo quando ocorre na escrita, geralmente em contexto de diálogo, representa uma situação de fala”. Segundo a pesquisadora, apesar do forte teor de expressão oral das interjeições, elas

estavam presentes nos editoriais no século XIX, revelando a relação imbricada entre fala e escrita. Ainda segundo a autora, “esse é um traço forte de mudança no percurso do editorial, pois o mesmo não ocorre nos séculos XX e XXI, fase em que fica mais notória a distância comunicativa, com mais características da cultura escrita que da cultura oral” (GOMES, 2007, p. 180). Ainda segundo Gomes (2007, p. 180), a exclamação aparece entre os “recursos gráficos que estabelecem um ritmo e uma entoação no texto que envolvem o leitor/ouvinte, de acordo com o propósito pretendido”. A autora assinala ainda que, apesar de ser um protótipo de texto jornalístico, o uso dos sinais de pontuação nos editoriais do século XIX são associados à cultura oral da época. Nossos dados mostram que, mesmo atualmente, início do século XXI, tal sinal ainda é usado, apontando para a impropriedade da relação entre o sinal e cultura oral da época.

Para Dahlet (2006), a pontuação coloca no texto o sujeito que enuncia. Ao expressar uma entoação de dúvida, incerteza, espanto ou qualquer que seja o sentimento indicando sua intenção, o falante instaura no discurso o outro de quem espera uma resposta, seja na forma verbal, no caso de uma interrogação, adesão no caso de uma exclamação ou compreensão/co-enunciação nas reticências.

Dessa perspectiva, a interrogação e a exclamação podem ser analisadas como fenômenos linguísticos que, numa manifestação gráfica ou numa manifestação fônica, marcam a relação eu-tu não só nos textos argumentativos como os pesquisados por Gomes (2007), mas também em outros gêneros, como as cartas, pesquisadas por Marine (2009).

Silva (2008, p. 80), lembra que no *continuum* apresentado por Marcuschi (2003), “o artigo de opinião estaria no alto da escala de gêneros tipicamente escritos”, mas, apesar disso, aprendizes podem apresentar argumentação oral com marcadores conversacionais como **bom** em “bom, na minha opinião”, **agora** em “agora, os programas, gosto muito”. Nossos dados mostram que o artigo de opinião é marcado por subjetividade e interação, com os elementos linguísticos classificados como marcas da oralidade nos textos de alunos. Andrade (1999, p. 10-1), analisando textos da revista veja e jornal Folha de S. Paulo afirma que de modo geral, pode-se dizer que predomina no discurso jornalístico:

- oralidade marcada em algumas manchetes e no corpo de certas notícias ou reportagens em que se projetam traços emocionais: “E agora, companheiro”(Veja 7 de outubro de 1998, p. 34-36);

- envolvimento do redator, conduzindo a opinião do leitor, sempre com uma perspectiva crítica: “(...) Diante da realidade imposta pelo resultado das urnas, o espectro de um racha colossal passou a rondar com insistência a agremiação””(Veja 7 de outubro de 1998, p. 34);

Além das diferentes formas de manifestação da subjetividade, os pesquisadores chamam de marcas da oralidade as estratégias de interação presentes nos textos. Gomes, (2007), Kozow (2013), Silva (2008), Gomes (2007), Góis (2010), Doria e Prata (2014), Oliveira (2011), Bessa, Oliveira e Bezerra (2012), Wattier, Costa-Hübes (2014), Costa *et al* (2015), Carvalho (2012) e Andrade (1999) associam à oralidade as estratégias de interação presentes no texto.

Separamos as estratégias de interação das de subjetividade por serem apresentadas como diferentes pelos autores das pesquisas, mas não descuramos da ideia de Benveniste (2006 [1974], p. 68), para quem “todo homem se coloca em sua individualidade enquanto *eu* por oposição a *tu* e a *ele*”, nem da de Bakhtin (2000, 2002a, 2002b), para quem o princípio dialógico é constitutivo da linguagem, ou seja, o movimento dialógico compõe espaço do locutor e do interlocutor. Desse modo, cada vez que aparece o *eu* no texto, há uma evocação a um *tu*, explícito ou não. Não é apenas a comunicação em voz alta em interação face a face que constitui diálogo,

mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja. O livro, isto é, o ato de fala impresso, constitui igualmente um elemento da comunicação verbal. Ele é objeto de discussões ativas sob a forma de diálogo [...]. Assim, o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc.” (BAKHTIN, 2002a, p. 123)

Isso justifica, na análise dos dados, tratar como parte constitutiva da língua esses elementos que aparecem como marcas da oralidade nas pesquisas observadas.

Assim como na subjetividade, também na interação são apresentados diferentes elementos linguísticos que marcam a presença do interlocutor no texto, entre os quais é citado o pronome **você**.

A presença do interlocutor no texto configurando uma marca da oralidade é acusada por Doria e Prata (2014, p. 182) em: “Mais o bom da internet é que você pode mover fronteiras, falar com pessoas distantes, até mesmo achar um emprego, estudar, etc”. Neste caso, eles afirmam haver de forma “nítida uma tentativa fática de buscar o interlocutor, como se houvesse um diálogo conversacional em que o produtor do texto “fala”, “diretamente”, para o leitor/“ouvinte”. Os autores falam sobre “recorrência da

presença da pessoa do interlocutor no discurso: (...) a internet atrapalha muito a vida do ser humano por uma questão que às vezes você tem que trabalhar, estudar, mais o vício já não deixa você fazer isso.” (DORIA e PRATA, 2014, p. 182). Apesar de o pronome você referir-se à segunda pessoa, ele “pode indicar uma indicação genérica. A indeterminação, nesse caso, é muito forte. (VOCÊ = uma pessoa, seja qual for)” (NEVES, 2000, p. 463). Esse parece o caso das ocorrências apresentadas como interlocução pelos autores.

Há, contudo, outras formas de colocar o interlocutor no texto, como apresentado por Silva (2008, p. 56): “o falante se apresenta ao interlocutor num gênero típico da oralidade como a Apresentação Pessoal, logo na primeira frase do primeiro parágrafo: ‘**Querido diário** queria me apresentar eu me chamo é lindo né (grifo nosso)’. Apesar de a autora não especificar, parece que o vocativo é a marca da oralidade no excerto.

Carvalho (2012, p. 8) apresenta como recursos de interlocução as perguntas não retóricas e resposta à pergunta hipotética do leitor. Todos esses recursos são tratados como próprios da oralidade, pela autora. Como exemplo do primeiro recurso é apresentado o seguinte excerto

estamos presos a ideia de que a tecnologia só nos beneficia que não sabemos como imitá-la. Em decorrência disso, tornamos seres dependentes das suas maravilhas e não percebemos também, que a nossa tão “querida e sonhada” liberdade acabou. **Acabou?** Claro que sim! Então não haveria o por que da construção de novos e modernos aparelhos de vigilância (CARVALHO, 2012, p. 8).

Ela ressalva que as perguntas retóricas são estratégias argumentativas, mas as demais não são. Como exemplo de resposta à pergunta hipotética ela cita “Não podemos mais nos confiar, somente, nas tecnologias para nos sentirmos seguros. Devemos deixar de lado, um pouco as facilidades da internet e voltar às famosas “filas dos bancos”, um meio mais trabalhoso **sim**, porém mais seguro [...]” Carvalho (2012, p. 8)

As estratégias de interação já podiam ser vistas em editoriais do século XIX, como apontado por Gomes (2007), que apresenta a simulação de diálogo como estratégias de interação própria da oralidade. Ela mostra como exemplo de pergunta retórica o seguinte excerto:

Ora nestas Sociedades assim efeitua-|das, aonde, ou em que residia a Soberani-|a?... Não era nas mesmas Sociedades?... Que cousa era, ou poderia ser esta Soberani-|a?... Respondo: Nenhuma outra coisa poderia ser se não – A Vontade de Todos. (Diario de Pernambuco nº 127, 15/06/1829) (GOMES, 2007, p. 170)

Outra estratégia de simulação de diálogo apresentada por Gomes (2007) em editorial do século XIX são perguntas e respostas que reforçam a argumentação, como se vê em:

Como por quem foi a abolição | dos escravos? ||
 É inútil investigar. Ella foi feita pelo | povo brasileiro, pela collectividade,
 como | todas as grandes
 cousas, que não pere-|cem na humanidade.||
 O que forma a avalanche, que de | cima das montanhas? Os flocos de neve, |
 que se accumulam.||
 Quem fez as grandes cathedraes go-|thicas e as pyramides, que se elevam nas
 | planícies vastas e
 desertas do Egypto? O povo, que não tem nome. É esta a | história da
 abolição no Brazil.
 (Jornal do Recife nº 111, 17/05/1888) (GOMES, 2007, p. 170).

Em alguns editoriais, há referência direta aos interlocutores, outra estratégia de simulação de diálogo que Gomes (2007) chama de traço da oralidade.

Teremos re-|petidas ocasiões de voltar a este as-|sumpto nas folhas d'este
 periodico, e | pedimos
 aos leitores nos não julguem | já sobre a opiniaõ que aqui emitimos.
 (Diario de Pernambuco nº 15, 27/02/1827) (GOMES, 2007, p. 171).

Pelas análises apresentadas, vimos que alguns elementos de subjetividade e de interação aparecem tanto em gêneros que no *continuum* estariam mais próximos à fala quanto em outros que se situariam mais próximos à escrita. Mas, mais do que esta constatação, queremos questionar as razões que levam à classificação como próprios da oralidade, os elementos presentes em gêneros prototípicos do jornalismo como editorial e artigo de opinião, que pertencem à cultura escrita, como mostram nossos dados.

2.2.5 Nível discursivo

Em algumas pesquisas, há uma clara associação entre conteúdo e forma considerada oral. Haveria, assim, um discurso próprio da oralidade numa divisão semelhante à de Havelock (1963a[1996]). Essa associação pode ser vista em Dias (1996, p. 65), que estuda as formas discursivas por meio das quais a violência é veiculada na imprensa escrita, mais necessariamente nos jornais populares. Segundo a autora, esses jornais aproximam intencionalmente sua escrita da língua falada para tornar a leitura mais próxima da conversação do dia a dia, mas alerta que o texto do noticiário popular “não é uma transcrição da língua falada, aliás, está muito longe disso.

O que ocorre, porém, é a presença constante de marcas da oralidade, quase sempre de natureza lexical, que existem em número bem menor em outros periódicos” (DIAS, 1996, p. 61). A autora identifica como marca da oralidade o envolvimento do redator, projeção de elementos emocionais, marcadores conversacionais, frases de diálogos travados pelas pessoas envolvidas, exagero, mistura de linguagem culta e popular, abuso de frases feitas, exploração da malícia, frases verbais triádicas²⁸ nas manchetes (DIAS, 1996, p. 65).

A relação entre conteúdo e forma pode aparecer de forma indireta, como, por exemplo, Marine (2009, p. 144), quando associa o caráter oral da escrita feminina, além da formalidade, aos assuntos tratados nas cartas analisadas, como se vê na seguinte análise

Em um ambiente marcado por uma linguagem menos formal, incentivado pelos assuntos abordados (paqueras, sexo, amizade, escola, drogas etc.) que, por sua vez, são caracterizados por um estilo de abordagem descontraído e pela própria “escrita feminina”, levando-as, revista e leitora, à consolidação de uma relação de amizade, vemo-nos diante de uma linguagem muito mais preocupada com “o que diz”, do que com o “como diz”. Daí, também – além da questão da formalidade -, o caráter fortemente oral desse tipo de escrita.

A relação entre discurso e forma linguística, que a autora chama de marcas da oralidade, é mais clara em Artur (2014, p. 96), quando afirma que “o discurso da violência, por exemplo, poderá ser construído com características de sintaxe simplificada, frases feitas e vocábulos gírios, nos jornais considerados mais populares, em certos momentos, evidenciando uma linguagem com influência da língua oral”.

Lucena (2011) busca as marcas nos níveis linguístico e discursivo da linguagem. Sobre o nível discursivo afirma que seria “o lugar onde se estabelecem as formas de dizer do sujeito, seus modos de falar e os papéis linguageiros que deve ter” (LUCENA, 2011, p. 48), e verifica que são variados os procedimentos que se aproximam da oralidade. Pautado nos estudos de Dias (1996), ele busca as marcas que caracterizariam o discurso oral num jornal popular, que trata de assuntos de interesse das classes C e D. Entre as marcas ele apresenta as fórmulas fixas, que “são expressões ditas como comentários em situações específicas, como frases feitas e os ditados populares e os provérbios.[...] são bem comuns na língua falada pois servem para expressar as mesmas ideias, sem muitas variantes”(LUCENA, 2011, p. 51).

²⁸ Frases compostas com três segmentos verbais.

A relação entre conteúdo e oralidade ou fala e escrita pode aparecer mesclada com a discussão sobre classes sociais, como se vê em Majolo (2009), que pesquisou documentos municipais de São Paulo do século XIX. Para ele

a escrita e a fala se intercalavam num diálogo confuso às vistas grossas, mas bastante revelador da intimidade. Ambas as tradições, oral e escrita, iam se legitimando e se alimentando com tamanha fluidez que nenhuma classe social estava completamente apartada nem de uma nem de outra. E era o contato próximo entre os mais diferentes grupos sociais que propiciava essa troca. (MAJOLO, 2009, p. 8)

Ao tratar das características dos discursos oficiais, o autor apresenta em poucas palavras sua visão sobre fala e escrita, que coincide com a visão predominante nas pesquisas observadas, pois na análise aparece boa parte dos elementos que constam nas análises apresentadas anteriormente. Ele afirma que a fofoca

circulava pelas pessoas de maneira não linear, mas muito eficaz, e frequentemente seu conteúdo chegava aos registros escritos. Quando isso acontecia, modulações da palavra falada invadiam as esferas formais e os documentos escritos. **Seu conteúdo, seus desvios gramaticais, suas palavras, parte de seus sentimentos**, e de toda uma particularidade que estava contida na informação transmitida oralmente se embrenhava nas linhas nos registros oficiais. (MAJOLO, 2009, p. 51, grifo nosso)

É possível perceber, pelas análises apresentadas e as respectivas categorias, que a visão de *continnum* acaba por referendar as diferenças entre fala e escrita e contribui também, em muitos casos, para, indiretamente, reafirmar a superioridade da cultura escrita. Pinto (1986), para descrever o português escrito, buscou as características da escrita literária, escrita veicular (imprensa) e o português popular escrito. Para descrever o português popular escrito, usou as cartas pessoais como documentação mais representativa dessa escrita. Muitos dos elementos encontrados por Pinto (1986) são coincidentes com os que foram classificados como marcas da oralidade: grafia, vocabulário (clichês, frases feitas, ter por haver, ter como sinônimo de existir, livre colocação pronominal, mistura de pessoas tu- você, desvio de concordância. Quanto à sintaxe, ela afirma que

a estrutura da frase, quando abandona a extrema simplicidade, emaranha-se. [...] Tais aspectos mais gerais no discurso, quase sempre encadeado e, ao mesmo tempo, desorganizado: - **um fluxo emotiva e não racionalmente dirigido**, que, portanto, não se abre à luz da lógica. (PINTO, 1986, p. 75, grifo nosso)

As pesquisas analisadas permitem concluir que as classes populares, ao aprenderem a escrever, trazem para o mundo de papel não só sua forma de expressar, mas também seus valores, suas preocupações e seus sentimentos. Nas pesquisas, todos

os elementos que, de alguma forma, relacionam-se a esse universo são classificados como próprios da oralidade, ou expressão equivalente, separando usos permitidos na fala de usos próprios da escrita. Discussões sobre a escrita nos moldes dessas apresentadas podem endossar atitudes corretivas, além de manter a separação estrita entre fala e escrita. Neves (2003, p. 93) critica essa atitude de indicar usos permitidos apenas na língua falada, pois, segundo a autora, é uma atitude discriminatória, como se a língua falada fosse “uma modalidade menor, de situações de interações inferiores, nas quais tudo vale (mais uma vez, incorrendo-se no erro de dicotomizar modalidades)”. A autora lembra que não é apenas a escrita que se submete a prescrições. Lembra, ainda, que a valorização social do indivíduo passa também pelo desempenho oral.

O domínio da escrita alfabética enquanto tecnologia e poder simbólico envolve dois movimentos que podem ser percebidos nas pesquisas sobre escrita. O primeiro domínio diz respeito a associar um som a uma letra e posteriormente se adequar à ortografia. O segundo tem relação com domínio da norma prestigiada socialmente, que nas pesquisas refere-se ao domínio de uma estrutura morfossintática e semântica isenta de primeira pessoa, de emoções, de expressões populares, gírias, clichês, provérbios e valores ligados às classes populares. A escrita prototípica deveria, nessa ótica, tratar de assuntos que sejam preocupação das classes mais altas econômica e intelectualmente. Assim, sexo, violência, greves e inflação, por exemplo, não constituiriam assuntos para serem manifestados por escrito. Mesmo quando expressos graficamente, estariam no domínio da oralidade/fala.

Defendemos, contudo, que o domínio da escrita enquanto enunciação, além de envolver associação entre fonema/grafema e adequação à ortografia, constitui-se uma atividade cooperativa e interativa em que se consideram regras e normas sociais e linguísticas. Os elementos linguísticos, que se ligam aos objetivos da interação, são heterogêneos devido à escrita ser, assim como a fala, língua em uso.

O que justifica trabalhos assinalando as marcas de oralidade em diversos gêneros textuais e a associação de determinadas estruturas linguísticas, emotividade e determinados assuntos à oralidade pode ser analisado à luz do poder simbólico, que parece justificar o prestígio de que goza a escrita, que nasceu associada ao poder econômico, religioso e educacional. Assim, a expressão *marca da oralidade* é uma categoria que, para além da análise linguística, serve para distinguir aqueles que

dominam a escrita enquanto capital simbólico, daqueles que dominam apenas a relação fonema→grafema, constituindo-se, portanto uma forma de distinção.

Quanto à forma de analisar, percebemos a influência de Koch e Oesterreicher (2007), mesmo quando os autores não são citados nas pesquisas. À semelhança da discussão dos autores sobre língua imediata e língua distante, a escrita é analisada como língua distante. Para a descrição, tomam-se alguns valores paramétricos de grau de implicação emocional, cooperação e de dialogicidade. Apesar de os autores falarem em gradação, nas pesquisas tais parâmetros são usados como valores absolutos, quando pesquisadores descrevem a escrita em contraposição aos valores paramétricos associados à fala. Se a fala é interativa, logo, interação na escrita é marca da oralidade. Na fala percebe-se carga emocional, logo, isso na escrita é marca da oralidade.

Outro ponto de destaque nas análises diz respeito à associação entre escrita e norma objetiva, explícita e prescritiva. Desse ponto de vista, devido à distância comunicativa, a escrita deve obedecer às regras constantes nos manuais prescritivos. Se não segue, é fala. Deve-se manifestar-se apenas por meio da norma socialmente prestigiada, pois norma desprestigiada na manifestação gráfica é marca da oralidade. A escrita deve tratar de assuntos ligados à cultura prestigiada. Textos que retratam preocupações cotidianas e emoções são textos de concepção falada.

Essas assunções podem impedir, ou ao menos dificultar, a observação e descrição das diferentes estratégias de formulação em textos reais.

2. 3 Oral/falado ↔letrado escrito: concepção de heterogeneidade

Tannen (1983, 1985) fala em estratégias orais e escritas, Koch e Oesterreicher em fala imediata e fala distante, Marcuschi (2003, 2010) discute oralidade e letramento como práticas sociais, sendo que fala e escrita seriam modos de produção textual-interativos. Corrêa (2001, 2004), contrapondo-se à ideia de heterogeneidade na escrita, defende a heterogeneidade da escrita, cujo modo de constituição é definido como encontro entre as práticas sociais do oral/falado e do letrado/escrito. O trânsito entre as práticas sociais do campo das práticas orais e as do campo das práticas letradas justifica “a presença de fatos linguísticos da enunciação falada (gêneros, recursos fônicos, morfossintáticos, lexicais e pragmáticos) na enunciação escrita” (CORRÊA, 2001, p. 142).

A partir da defesa de um trânsito entre as práticas orais/faladas e letradas/escritas, Corrêa (2001, 2004) trata fala e escrita como modos de enunciação relacionados às práticas sociais de oralidade e de letramento. Ele discute o processo de produção da escrita, de modo que se possam perceber as marcas de fatos ligados à enunciação oral que, presentes em enunciados escritos, constituem indícios do modo heterogêneo de constituição da escrita. Assim, a relação oral/falado e letrado/escrito é vista a partir da relação entre sujeito e linguagem. A circulação dialógica do escrevente e a imagem que o escrevente faz da escrita é tratada pelo autor como parte de um imaginário socialmente partilhado.

Para Corrêa (2004, p. 10), o modo de constituição da escrita em sua suposta gênese “refere-se aos momentos em que, ao apropriar-se da escrita, o escrevente tende a tomá-la como representação termo a termo da oralidade, situação em que tende a igualar esses dois modos de realização da linguagem verbal”.

É possível captar o modo de constituição heterogêneo da escrita a partir da fixação metodológica de três eixos pelos quais o escrevente circula: 1) Eixo da representação que o escrevente faz da gênese da escrita, momento em que o escrevente tende a considerá-la como representação literal da oralidade. 2) Eixo da representação que o escrevente faz do código escrito institucionalizado, a partir da experiência com a escrita e a visão escolar sobre a escrita. 3) Eixo da dialogia que o escrevente mantém com o já falado/ouvido, já lido/escrito.

Nos três eixos encontram-se pontos associados às diferentes dimensões da linguagem. A circulação do escrevente pelos dois primeiros eixos é definida “a partir de marcas linguísticas presentes nas várias dimensões da linguagem: marcas prosódicas e/ou lexicais (incluindo aí marcas gráficas), marcas sintáticas, marcas organizacionais do texto e marcas dos recursos argumentativos utilizados” (CORRÊA, 2001, p. 153). O terceiro eixo é tomado como móvel de circulação do escrevente e justifica “a circulação do escrevente como um diálogo com outro enunciador, com a própria língua, com um registro discursivo, com o leitor, com o próprio texto e com outros textos” (CORRÊA, 2001, p. 153).

Para captar a representação da gênese da escrita, o autor parte de pistas linguísticas observadas por meio do método indiciário. A partir do levantamento de regularidades ligadas a várias dimensões da linguagem, são agrupadas “marcas locais

referentes à sintaxe, ao léxico, à dimensão sonora da linguagem [...] à organização textual ou, ainda, aos recursos argumentativos” (CORRÊA, 2004, p. 91).

As marcas sintáticas que representam duas regularidades destacadas pelo autor são: 1) sintaxe e efeito de fragmentação, subdividido em modos fragmentários de integração e reconstrução do fluxo de fala; 2) sintaxe e conexão do heterogêneo da linguagem, subdividido em coordenação e prosódia e construção correlativa. As ocorrências apresentadas pelo autor como marcas do heterogêneo coincidem com construções vistas como desvio na escrita. Mas o autor salienta que é contrário à tradição escolar de tratar como desvio as marcas do oral/falado que eventualmente possam aparecer na escrita. Aqui são tratadas como fala as regularidades sintáticas que têm como fonte - ou apresentam características de - relatos orais, as projeções do falado no escrito. Assim, sobre as sequências

... as pessoas não tem culpa, pois desde o golpe de 64, onde muitos foram exilados, ou torturados, e algumas desapareceram por serem prejudiciais ao governo ditador da época. **Com isso** a violência ficava mantida em cada um de nós, até que com o fim da ditadura...

Antes de mais nada é necessário que a população seja mais amável e que tome consciência **disso**... (CORRÊA, 2004, p. 54)

é dito que há uma fala do vestibulando presente no uso do recurso de coesão em negrito. O autor enfatiza que não há uma oralidade interferindo na escrita, mas “a fala que está nesta escrita constitui, com a própria escrita, um tipo de enunciação, cujo processo de construção se dá justamente pelo processo de junção do oral/falado com o letrado/escrito” (CORRÊA, 2004, p. 55).

Uma das ocorrências representativas de efeito de fragmentação na sintaxe apresentada por Corrêa (2004, p. 95) é “a *violência nos concertos de rock não tem jeito como acabar com ela*, irá sempre existir as pessoas que vão aos concertos de rock...”, em que consta uma ruptura na construção da frase, justificada pelo autor como ótimo exemplo de individuação histórica pelo sujeito, percebido pela espontaneidade e expressividade.

Como exemplo de reconstrução do fluxo de fala, o autor apresenta o excerto “Muitos artistas que se sentem mobilizados tentam combater a violência, mas criticam com grande violência. Isto incita os jovens a serem mais violentos ainda. *O que não resolve o problema*” (CORRÊA, 2004, p. 101). Ele justifica a fragmentação, em itálico, como reconstrução do fluxo de fala a partir do termo “unidade de comunicação”, definido como substituto conversacional para a frase.

Desse modo, o autor, buscando contestar a ideia de pureza da escrita, apresenta o trânsito entre as práticas sociais orais/faladas e letradas/escritas como responsável pela projeção do material fônico sobre o material gráfico. Assim, como os escreventes vivem em uma sociedade letrada, haveria um trânsito entre oral/falado e letrado/escrito que resultaria em fala na escrita devido à visão de si, da escrita e da instituição.

O texto, desse ponto de vista, é compreendido como um objeto constituído heterogeneamente tanto a partir do cruzamento de práticas orais e práticas letradas quanto como elemento constitutivo de uma enunciação, revelando o processo dialógico responsável por sua constituição. Esse ponto de vista não parte de um conjunto de diferenças formais, funcionais ou linguísticas, a partir das bases semióticas. Nessa visão sobre escrita, é excluída a existência de escrita pura, enquanto modalidade autônoma, mas se trata de modalidade de uso da língua, complementar à fala.

2.3.1 Marcas da heterogeneidade

Assim como fizemos acerca de pesquisas que discutem a escrita pelo viés de *continuum*, buscamos, em trabalhos que assumem a escrita como constitutivamente heterogênea, os elementos linguísticos apresentados como dados da heterogeneidade. Há um número menor de pesquisas, visto ser recente essa abordagem. Apresentamos no quadro 07, os autores que veem a escrita como heterogênea, *corpus* usado e categorias usadas nas análises. A heterogeneidade é mostrada em textos de crianças em fase de aquisição, de vestibular, de ensino médio e texto de alunos de especialização.

Nessas pesquisas, são classificados como indício do modo heterogêneo de constituição da escrita alguns elementos que, nas pesquisas mostradas na subseção anterior, são tratados como marcas da oralidade. Como se pode observar no quadro, as pesquisas observam a dimensão sonora e a lexical, sendo que nesta o destaque são as fórmulas fixas. Não encontramos análise em que a dimensão sintática foi observada. Os indícios de heterogeneidade que são classificados como marca da oralidade nas pesquisas que assumem o *continuum* são concordância verbal e nominal, ortografia e provérbios.

Quadro 7 – Pesquisas sobre a heterogeneidade da escrita.

Autor	Córpus	Dimensões da linguagem
Rodrigues (2001)	Texto de vestibular especial para professores do ensino fundamental primeira fase	Concordância verbal e nominal e ortografia
Komesu e Tenani (2009)	Chats 08 a 12 anos	Pontuação e ortografia
Luiz Sobrinho	Bate-papos virtuais 08 a 12 anos 2006-2007	Bate papos virtuais
Capistrano (2010)	Textos de crianças alfabetizadas	Ortografia, pontuação
Brito (2012)	Vestibular Fuvest	Provérbios
Possati (2013)	1 ano do Ensino Médio (dissertação e comentário)	Repetição, pontuação,
Basseto e Souza (2013)	Texto acadêmico	Ortografia
Beloti (2014)	Texto de vestibular	Expressões formulaicas (provérbios)

Fonte: elaboração própria

Rodrigues (2001) foi a pesquisa mais antiga que encontramos considerando a heterogeneidade na escrita. Os indícios de heterogeneidade mostrados por ela foram as concordâncias verbais e nominais não-padrão e os erros ortográficos. Sobre os exemplos “paisagem destruídas” e “as tristezas amarga”, ela afirma que “nesses casos podemos dizer que o professor-candidato tende a tomar a escrita como representação da oralidade” (RODRIGUES, 2001, p. 67). Ainda segundo a autora, “os recursos utilizados pelos professores-candidatos são recursos encontrados muitos mais em gêneros ligados à expressão oral do que à expressão escrita, muito embora eles acreditem estar redigindo segundo os padrões da norma escrita culta” (RODRIGUES, 2001, p. 69). De modo semelhante a alguns trabalhos que assumem o *continuum*, nessa pesquisa, a escrita é tratada como sinônimo de norma culta.

Outros autores que pesquisam a ortografia são Komesu e Tenani (2009), Capistrano (2010) e Basseto e Souza (2013).

Apesar de assumir a heterogeneidade da escrita, Basseto e Souza (2013) chamam os erros ortográficos de marcas da oralidade, assemelhando-se a Luzio e Rodrigues (2009), que assumem a dicotomia entre fala e escrita e a Gomes (2008) e Silva (2012), por exemplo, que discutem a escrita num continuum tipológico.

Vale ressaltar que, por se tratar de um curso de pós-graduação lato sensu, almejava-se desses professores a produção de textos acadêmicos, portanto, produzidos numa linguagem **formal**. Com isso, acreditava-se, inicialmente, num “apagamento” de **marcas da oralidade** em tais textos, principalmente por serem os escreventes professores de língua estrangeira e, conseqüentemente, graduados em Letras. (BASSETO e SOUZA, p. 85, grifo nosso)

Entre as ocorrências encontram-se os seguintes excertos:

Apesar de traduções não solicitadas, frequentemente .

Com esse tipo de tarefa, os estudantes não iriam preocupar em traduzir palavra por palavra para entender o texto. Eles iriam aprender de uma forma prazerosa e assimilariam o conteúdo (BASSETO e SOUZA, 2013, p. 86).

Sobre os erros ortográficos as autoras afirmam que

esses fragmentos apresentam alguns deslizos em relação à ortografia do português brasileiro. No entanto, o objetivo, neste trabalho, não é de criticar tais “erros”, mas apenas discutir como há influência da oralidade na escrita mesmo na produção textual de adultos em contextos que exigiriam o “apagamento” dessas marcas, como é o caso de um curso de pós-graduação lato sensu. (BASSETO e SOUZA, 2013, p. 86-7)

A relação entre fonemas e grafemas não tem o mesmo estatuto de formalidade x informalidade ou norma culta x norma popular, já que não é determinada por fatores sociais, mas etimológicos. O poder simbólico da escrita parece favorecer a associação entre escrita e norma-padrão, que por sua vez é associada à formalidade. Além disso, algumas pesquisas tratam fala e oralidade como equivalente à pronúncia.

Assim como nas análises apresentadas na subseção 2.2.1, encontramos nessa abordagem de heterogeneidade constitutiva da escrita as pesquisas de Brito (2012) e Beloti (2014). Ambos observam textos de vestibulandos. Beloti (2013, p. 9) analisa

as expressões formulaicas como pistas linguísticas que indicam a atuação das práticas orais do sujeito escrevente em suas práticas escritas, isto é, momentos em que o escrevente parece experimentar reproduzir a fala, da maneira como costuma usá-la nas demais práticas

Ela retoma Corrêa (2004) para afirmar que fala e escrita são práticas sociais que convivem mutuamente e estão sempre relacionadas e

assim, não podemos dizer que **enunciados típicos da fala** não podem aparecer em textos escritos (como acontece no nosso corpus). Embora o

gênero, a priori, **não “aceite” o uso de expressões formulaicas**, a imagem que o escrevente faz da gênese da (sua) escrita e da dialogia com o já falado/escrito é o que parece explicar tais usos, conforme estamos discutindo. (BELOTI, 2013, p. 12 **negrito nosso, aspas do autor**)

O gênero em questão é uma dissertação de vestibular em que se buscam indícios da heterogeneidade da escrita. Beloti (2013) encontrou nos textos dos vestibulandos provérbios sem e com marca de que o enunciado não pertence ao autor, entre os quais se encontram “Afiml, violênciã só gera violênciã” e “uma grande porcentagem das pessoas acredita no ditado popular ‘aqui se faz, aqui se paga’, pois na hora da raiva”, respectivamente. Como exemplos de expressões formulaicas usadas comumente na sociedade, em geral, em práticas orais/faladas, Beloti (2013, p. 13) apresenta o excerto “**e vamos concordar** que todos gostam de ter o prazer de se sair por cima, mesmo sabendo que alguém saiu prejudicado”. Segundo a autora, neste exemplo “parece ser possível, também, a interpretação de que o escrevente busca chamar seu interlocutor. Ao usar a expressão ‘E vamos concordar’ ele dá pistas de estar preocupado com seu interlocutor e, por isso, o chama a participar do texto” (BELOTI, 2013, p. 13), o que associa a interação à prática oral.

A mudança da terminologia não afetou a separação que se faz entre o que é próprio de fala e o que é próprio da escrita, como se verifica na avaliação sobre as expressões formulaicas. A expressão entre *fala* e *escrita* foi substituída por práticas orais/faladas e práticas letradas/escritas, mas, assim como nas pesquisas que partem da ideia de *continuum*, pelo viés da heterogeneidade sentimentos e emoções são tratados como parte das primeiras, como se pode depreender da afirmação de Beloti (2014), quando afirma que

há também, expressões formulaicas usadas comumente na sociedade, em geral, em práticas orais/faladas. [...]Quando está elencando **os sentimentos** que a pessoa pode ter ao se vingar, para finalizar sua enumeração **o escrevente usa uma expressão fixa** (“algo do gênero”), **cujo sentido precisa ser recuperado das práticas sociais, tipicamente orais/faladas**. (BELOTI, 2014, p. 13, **grifo nosso**)

Nas pesquisas observadas, as fórmulas fixas são classificadas como típicas da fala seja pelo viés dicotômico, pelo do *continuum* dos gêneros textuais e, também, por quem assume a heterogeneidade constitutiva da escrita. São definições que, se partissem do uso, indicariam que tais expressões, presentes em manchetes e títulos de matérias jornalísticas e em peças publicitárias da mídia imprensa, fazem parte da escrita culta. Classificar expressões formulaicas como próprias da oralidade parece ser uma forma de

manter pura a escrita, separar o que é “típico” da fala do que seria “típico” da escrita. Essas expressões não fariam, portanto, parte das práticas letradas/escritas, mesmo diferentes pesquisas mostrando seu uso como recurso argumentativo em peças publicitárias, manchetes e editoriais, o que confirmamos com nossos dados.

Da gênese da discussão sobre letramento tendo como contraponto a oralidade, na segunda metade do século XX, até o momento em que nos encontramos – segunda década do século XXI - muitas expressões foram usadas para designar fala e escrita e situá-las social e/ou linguisticamente. São antinomias que serviram de base para a discussão ao longo das décadas. Apesar de diferentes linhas teóricas, todas têm em comum a assunção da diferença entre fala e escrita e de que modo uma pode afetar ou ser afetada pela outra.

Quadro 8 – Antinomias nos estudos sobre fala e escrita/ oralidade letramento.

Autores	Antinomias
Havelock (1996a[1963])	mente oral x mente alfabética
Tannen (1982, 1985)	estratégias orais x estratégias escritas
Ong (1987)	oralidade primária x oralidade secundária
Koch e Oesterreicher (2007)	fala imediata x fala distante
Marcuschi (2003)	prática social oral – prática social letrada
Corrêa (2004)	(práticas sociais) oral/falado ↔ letrado/escrito

Fonte: elaboração própria.

De diferentes perspectivas, a divisão se faz presente entre diferentes mentes (oral/letrada), diferentes práticas sociais (orais/letradas), diferentes recursos linguísticos (falado/escrito, envolvendo estratégias orais/escritas, norma popular/culta, padrão/não-padrão). Em todas as análises observadas, reserva-se um lugar à Escrita, não “contaminada” pelo uso comum, seja reservando a ela um gênero, um nível de escolaridade, uma instituição, uma norma, uma variedade de língua, uma prática social.

A superação da dicotomia não será atingida enquanto as descrições forem pautadas pela diferença entre fala e escrita seja pelo viés do *continuum* seja pelo da heterogeneidade, que - cada qual a sua maneira e com diferentes terminologias -

circunscrevem no texto o que é próprio da fala e o que pertence à escrita, colocando a base semiótica como determinante da forma de manifestação e, desconsiderando aspectos históricos, sociais, contextuais e pragmáticos que podem determinar as escolhas linguísticas.

Tentando evitar a antinomia é que analisamos gêneros típicos de escrita – editorial e artigo de opinião, de instituição letrada – jornal – fundamentando a descrição não apenas no gênero, mas em razões sócio-históricas que podem levar a diferenças entre os jornais dos países observados.

Para além do gênero, do qual decorreria maior padronização, já que se trata de textos jornalísticos prototípicos - ou da autonomia da escrita em relação à fala –, analisaremos o corpus considerando o contexto sócio-histórico, além, é claro, da assunção de escrita como enunciação, logo subjetiva e interativa.

3 METODOLOGIA

Para discutir escrita, buscamos um gênero prototípico de escrita, o gênero opinativo, integrante de uma instituição letrada, jornal. Tentamos, com isso, evitar a inserção da pesquisa, mesmo que implicitamente, no quadro da grande divisão, em que à escrita são atribuídas características tomando-se como base a norma-padrão, que, como discutido por Faraco (2002), é um construto sócio-histórico que visa à uniformização. Tentamos também evitar o discurso da norma explícita que, conforme discutido por Aléong (2001), pode se mostrar autoritário e arbitrário. Por isso, buscamos uma contribuição interdisciplinar que nos permitiu a observação das diferentes ordens a partir das quais a escrita é descrita e analisada: como tecnologia, por autores das ciências sociais, manifestação da língua por estudiosos da linguagem para chegarmos aos aspectos enunciativos que procuramos mostrar na tese.

Ainda na perspectiva interdisciplinar, adotamos, na presente pesquisa, a terminologia de Melo e Assis (2013, p. 32-3), que apresentam editorial, artigo, comentário, resenha, coluna, caricatura, carta e crônica como formatos do gênero opinativo. A única diferença externa entre artigo e editorial diz respeito à ausência de assinatura neste por representar a voz da instituição, enquanto o artigo é assinado. No Brasil, editorial goza de grande prestígio e tem importância cultural, política e estratégica. Em Portugal, essa espécie não goza do mesmo *status*, sendo até dispensado em alguns jornais (Cf. Chaparro, 2008). Em vista disso, usamos para a pesquisa um formato de prestígio equivalente em Portugal, o artigo.

Visa alcançar os seguintes objetivos:

- Descrever os recursos léxico-gramaticais mobilizados no gênero opinativo dos jornais brasileiros e portugueses observados.
- Atestar a subjetividade e interação na língua sob forma escrita, nos formatos do gênero opinativo dos jornais pesquisados.

Para tanto o trabalho está dividido em seis etapas de procedimentos metodológicos:

1. Levantamento de jornais brasileiros e portugueses com versão impressa e online, com versão online disponível para não-assinantes.
2. Seleção dos editoriais e artigos nos jornais selecionados.

3. Levantamento de pesquisas brasileiras sobre escrita, que trazem como categoria de análise elementos linguísticos classificados como marcas da oralidade.
4. Levantamento do que é designado como marca da oralidade nessas pesquisas.
5. Levantamento quantitativo nos jornais analisados dos elementos classificados como marcas da oralidade e tomados como parâmetros de análise: fórmulas fixas, advérbios, adjetivos (teor emotivo), sentenças simples e complexas, coordenação e subordinação.
6. Levantamento dos modos como a subjetividade e a interação transparece nos formatos do gênero analisado.

O conjunto de fases nos ajudou a interpretar os dados e responder nossas questões de pesquisa.

3.1 Composição do corpúsculo: Editoriais e artigos de opinião, formatos de um mesmo gênero

Para discutir os gêneros jornalísticos editorial e artigo, tivemos que fazer uma escolha teórica sobre o referencial a ser considerado. Poderíamos analisar os gêneros opinativos pela ótica de Bakhtin (2000, p. 268), para quem “nenhum fenômeno novo (fonético, léxico, gramatical) pode integrar o sistema da língua sem ter percorrido um complexo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos”. Segundo o autor, os gêneros são vinculados às necessidades sociais e aos padrões históricos dos diversos campos da atividade humana e tem como uma das principais características apresentarem relativa estabilidade quanto aos conteúdos, construções composicionais, estilos e função comunicativa. Contudo, discutir os gêneros escolhidos seguindo esse viés extrapolaria os objetivos da pesquisa, que não se centra no gênero, mas na língua sob forma escrita, o que coloca em foco o sujeito e a norma escolhida na manifestação.

Em vista disso, tomamos de Benveniste (2014 [1969]) o termo língua sob forma escrita, para definir nossa posição acerca da escrita, analisada como língua em uso, e procuramos sublinhar algumas razões que a alçaram à posição de poder simbólico e distintivo, ratificado mesmo por pesquisas linguísticas que a associam à norma-padrão.

Como o *cópus* é composto por textos jornalísticos, discutiremos os dois formatos escolhidos, editorial e artigo, a partir das ideias de Melo e Assis (2013, 21), para quem, observar gêneros praticados pela imprensa é mais do que abordar as particularidades linguísticas e/ou textuais das matérias, pois, além da estrutura linguística, o jornalismo é uma construção histórica, atrelada a universos culturais e ideológicos (Cf. MELO, 2003, p. 17).

Assim, para contemplar os aspectos linguísticos e históricos na análise, que descreve textos jornalísticos, discutiremos, nesta subseção, os gêneros jornalísticos pela ótica de dois autores principais: Melo (2003), cujo foco é a intencionalidade do material jornalístico e Chaparro (2008), que discute a estrutura linguística do discurso, observando as razões históricas que a determinam. Apesar das diferentes nomenclaturas, artigos e editoriais constam nas duas propostas de classificação: gênero opinativo para Melo (2003) e gênero comentário para Chaparro (2008). Adotaremos, contudo, a terminologia de Melo e Assis (2013).

Melo e Assis (2013), diferenciam gêneros jornalísticos de formato. Os gêneros jornalísticos pertencem “a uma constelação mais vasta dos gêneros midiáticos”, cuja configuração é determinada por suportes tecnológicos (meios de comunicação) que condicionam o uso de expressão linguística” (MELO e ASSIS, 2013, p. 23-4). Os gêneros jornalísticos, nesse sentido, devem ser considerados, segundo os autores, como “artifícios instrumentais que auxiliam a indústria midiática a produzir conteúdos, consistentes e eficazes, em sintonia com a perspectiva da audiência. [...] espécie de pacto entre quem produz e quem recebe o que a mídia transmite” (MARQUES e ASSIS, 2013, p. 25). Desse ponto de vista, gênero “são formas relativamente rígidas, fixas, que definem o modelo de atitude do espectador, antes de este se interrogar acerca de qualquer conteúdo específico, determinando assim, em larga medida, o modo como esse teor é recebido” (MARQUES e ASSIS, 2013, p. 28).

Os gêneros se apresentam sob distintas formas, denominadas formato. Duas características definem o gênero, segundo os autores: aptidão para agrupar diferentes formatos e função social, sendo que a função do gênero opinativo é o fórum de ideias. Como fórum de ideias, o gênero opinativo abriga os seguintes formatos: editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura, carta, crônica. Cada formato possui características próprias comparados a outros do mesmo gênero. A ideia de formas,

segundo os autores, ajuda “a entender os limites e as possibilidades das unidades que constituem os gêneros” (MELO e ASSIS, 2013, p. 29).

Do ponto de vista da estrutura textual, os formatos editorial e artigo apresentam poucas diferenças. Segundo Rêgo e Amphilo (2010, p. 102) “o artigo possui características idênticas ao editorial quanto à topicalidade, ao estilo e à natureza. Porém, sua estrutura (título, introdução, discussão/argumentação e conclusão) não implica diretamente ao editor”, enquanto o editorial remete ao editor, pois registra o posicionamento da instituição. O editorial, por constar a posição da instituição, não é assinado, enquanto o artigo, cuja autoria é assumida por um jornalista ou colaborador do jornal, é assinado.

Como, segundo Melo (2003, p. 11), “os gêneros opinativos e os mecanismos usados pelos agentes sociais a ele ligados interferem na direção ideológica dos fluxos informativos”, faz sentido sabermos a história desses gêneros nos jornais dos dois países envolvidos nesta tese, Brasil e Portugal.

3.1.1 Um pouco de história dos gêneros jornalísticos brasileiros e portugueses

Buscamos, nesta subseção, nos debruçar um pouco sobre as diferenças entre o jornalismo português e o brasileiro, sobretudo no que concerne ao perfil das empresas e aos formatos do gênero que constitui o corpus, o gênero opinativo. Para tanto, usamos o livro do pesquisador da área de comunicação Chaparro (2008), que analisa os movimentos históricos que se projetaram nos discursos *d'além e d'aquém mar* e a tese de Gomes (2007), que, baseando-se na Teoria da Comunicação, na Teoria dos Gêneros e na Filologia Pragmática, procurou fazer uma análise descritiva e interpretativa, pautada nas dimensões estrutural e linguístico-discursiva de editoriais brasileiros dos séculos XIX, XX e XXI. Como trabalhamos comparativamente com dados coletados na imprensa brasileira e na portuguesa, consideramos útil apresentar um estudo sobre os gêneros jornalísticos no Brasil e em Portugal feito por Chaparro (2008). O papel da censura em ambos os países e as estruturas empresariais apresentam-se como fatos históricos e sociais que contribuem para a configuração textual e discursiva em ambos os países. O estudo de Gomes (2007) nos auxiliará na medida em que as características que ela detectou nos editoriais brasileiros do século XIX, ainda estão presentes nos textos portugueses que analisamos.

Chaparro (2008), utilizando, na análise, ferramentas teóricas das ciências da linguagem e pesquisa histórica, comparou o jornalismo em Portugal e no Brasil desde o seu surgimento e, de forma mais detalhada, textos produzidos a partir de 1945. Com essas ferramentas, ele discute os objetivos jornalísticos de cada país e apresenta o jornalismo brasileiro como mais comercial/empresarial em contraposição ao jornalismo português que teria objetivo mais informativo. Essas características apontam algumas respostas para algumas diferenças encontradas nos jornais analisados.

Uma primeira diferença apontada por Chaparro (2008) diz respeito às influências sofridas pelo jornalismo em ambos os países. Enquanto o jornalismo de Portugal foi influenciado pela matriz francesa, a imprensa brasileira modernizou-se e profissionalizou-se sob influência do modelo jornalístico americano. Presente desde o século XIX, essa influência acentuou-se nas décadas de 1950/60 no século XX, quando o jornalismo brasileiro reproduzia a escola americana de jornalismo. Decorre desta influência a diferença discursiva no editorial da imprensa brasileira e da portuguesa. No Brasil, o editorial ocupa o lugar de prestígio e representa a opinião do jornal. Em Portugal, quando faz parte do jornal, é assinado por alguém (diretor ou jornalista), que assume autoria e responsabilidade. Diante dessa diferença, para observar a norma escrita nos jornais portugueses, buscamos o artigo, por gozar do prestígio equivalente ao do editorial no Brasil.

Entre as diferenças entre a imprensa brasileira e a portuguesa, talvez a maior seja, segundo Chaparro (2008), o perfil e o porte empresarial das organizações das editoras. Essa diferença no perfil justifica algumas diferenças linguísticas no corpús analisado nesta pesquisa. No Brasil, as empresas pertencem a conglomerados familiares, não existem Conselhos de Redação, nem negociações para o cargo de diretor e “a lógica e as razões de mercado impõem-se ao jornalismo diário brasileiro, para lhe garantir sucesso” (CHAPARRO, 2008, p. 105), enquanto em Portugal os donos dos meios não podem ser diretores de redação. Além disso, “os Estatutos Editoriais e Profissionais, os Conselhos de Redação e os Códigos Deontológicos garantem às redações um poder relativo”, que não é encontrado no jornalismo brasileiro, segundo Chaparro (2008, p. 106).

O autor estudou quatro jornais portugueses, dois dos quais fazem parte desta pesquisa: *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias* e *Público*. No Brasil, faz parte da pesquisa: *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *O*

Globo. Dentre os jornais pesquisados por Chaparro (2008), apenas o jornal Folha de S. Paulo faz parte da nossa pesquisa.

Algumas conclusões a que o autor chegou são importantes para referendar algumas diferenças que percebemos em nossa análise. Apresentamos, a seguir, apenas os dados referentes aos jornais presentes em nossa pesquisa: Folha de S. Paulo, Jornal de Notícias e Público.

- a) Formas discursivas da imprensa brasileira são mais diversificadas que as da portuguesa, refletindo a adesão mais agressiva e mais estratégica do jornalismo brasileiro **à lógica e às razões do mercado**. Essa adesão à lógica de mercado e consumo é mais clara na FSP, com 28 % do espaço reservado para esse fim, em contraposição a 2,83% no Público e 0% no Jornal de Notícias. (CHAPARRO, 2008, p. 189)
- b) A maior adesão à lógica de mercado projeta-se também no espaço ocupado pelas espécies práticas, nas quais se concentra a vertente utilitária, sendo que mais uma vez a Folha de S. Paulo lidera com 35,45% do espaço. (CHAPARRO, 2008, p. 194)
- c) O espaço de comentário é maior nos jornais brasileiros com 14,34% e 12,05 nos portugueses, mas apesar dos números, os jornais portugueses têm tom mais **argumentativo** que os brasileiros.

Isso decorre de três fatores:

- a) A força da espécie artigo como forma de comentário (69% na amostra portuguesa e 54%, na brasileira). Na imprensa brasileira, o editorial tem grande importância política, cultural e estratégica, ao transmitir ao leitor sua posição acerca dos fatos.
- b) Frequentes sutilezas conotativas na titulação.
- c) Tendência de misturar argumentação à narração, por vezes com **densidade opinativa perigosa e partidária**.

Segundo Chaparro (2008, p. 198), “a publicidade no Brasil ocupa quase dois terços da mancha impressa, com 65,58% e 41,89 em Portugal, o que explica os efeitos de concisão na política editorial brasileira.”. Deve-se acrescentar a título de esclarecimento sobre as diferenças já observadas entre o jornalismo português e o brasileiro o fato de a imprensa portuguesa apresentar “tendência para a argumentação

devido à politização das redações e influência francesa no jornalismo português.” (CHAPARRO, 2008, p. 209).

Enquanto Chaparro (2008) procura as razões do tom mais argumentativo, Gomes (2008) apresenta as marcas linguísticas que contribuem para isso. Gomes (2007, p. 161) apresenta a adjetivação, a modalização e a repetição como alguns dos recursos a partir dos quais são tecidos, nos editoriais por ela pesquisados, argumentos que fomentam as opiniões. Ela atribui a contundência e extensão dos textos do século XIX “à incidência de adjetivação, à repetição enfática, ao detalhamento informativo e descritivo, à inserção de citações, inclusive em língua estrangeira, entre outros.”(GOMES, 2007, p. 162). Segundo ela,

a adjetivação é uma das marcas dos textos opinativos. Entretanto, o que chama a atenção é a incidência desse recurso nos textos do século XIX, com relação aos editoriais veiculados hoje. O elevado emprego dos adjetivos chega ao ponto de sair uma publicação com uma sequência de insultos divulgada diariamente no Liberal Pernambucano durante vários dias. (GOMES, p. 162)

Os editoriais do século XIX para o século XXI passaram, segundo Gomes (2007), por algumas mudanças sendo a composição a mais visível delas. Segundo a pesquisadora, os textos atuais estão menos extensos e mais enxutos e objetivos, enquanto, no século XIX, havia exemplos de texto “metafórico, extenso, labiríntico, permeado por divagações” (GOMES, 2007, p. 140). Na comparação entre Brasil e Portugal, Chaparro (2008, p. 198) atribui a concisão dos textos jornalísticos atuais brasileiros ao caráter comercial e empresarial dos jornais. O espaço é um bem econômico valorizado pelas empresas jornalísticas brasileiras, o que projeta “na política editorial e na manifestação discursiva, em efeito de concisão”, tornando os textos mais curtos, diferindo dos jornais portugueses, que, por razões históricas, apresentam perfil mais político e argumentativo.

Um aspecto que aproxima os textos portugueses dos editoriais brasileiros do século XIX diz respeito à intensidade emocional nos textos, que é apresentada por Chaparro (2008) como característica dos textos argumentativos portugueses. Gomes (2007, 158) constatou que, no século XIX, um traço comum nos editoriais era “a veemência da linguagem utilizada e a extensão dos textos”. Segundo a autora, “a adjetivação, associada a outros recursos, também é utilizada nos textos do século XIX como um dos fatores de emissão de opinião mais expressivos” (GOMES, 2007, p. 163).

Ficam delineados, desse modo, fatores históricos que condicionaram as diferentes formas de fazer jornalismo no Brasil e em Portugal e que justificam algumas diferenças que demonstraremos na análise.

3.2 Escolha do *córpus* para análise

Para a constituição do *córpus*, escolhemos textos jornalísticos, em primeiro lugar porque, segundo Perini (1995, p. 26), existe uma linguagem padrão nesses textos, com grande uniformidade gramatical e estilística em todo o Brasil. Em segundo lugar, porque, sendo os jornais uma instituição letrada, encontram-se nele gêneros típicos de escrita, dos quais analisaremos o gênero opinativo nos formatos editorial e artigo. A escolha dos jornais deveu-se, primeiramente, à acessibilidade: todos apresentam versão *online* disponível para não assinantes, quando da coleta dos dados, no segundo semestre de 2014. Além da acessibilidade, outros critérios foram considerados para a seleção, a saber: diferenças socioeconômicas das cidades onde os jornais estão localizados, alcance dos jornais (nacional ou regional), que tipo de cenário político-econômico é discutido, a que tipo de leitor o jornal é destinado.

Como em Portugal é comum os jornais apresentarem um estatuto editorial, em que aparecem os objetivos do jornal, orientamo-nos parcialmente por ele. No Brasil, na ausência de estatuto editorial, a orientação em alguns momentos foi intuitiva.

No Brasil a escolha ficou assim: dois jornais de grande abrangência, localizados em capitais de estado, que discutem em seus editoriais assuntos de preocupação nacional - Folha de S.Paulo e Diário de Cuiabá – e dois jornais de cidades do interior, em cujos editoriais comumente constam discussões sobre preocupações dos moradores das cidades onde o jornal está localizado – Gazeta do Vale e Primeira Página. Em Portugal seguimos critério semelhante. Os jornais Público e Jornal de Notícias são jornais que discutem assuntos de preocupação nacional, enquanto os jornais As Beiras e Jornal da Madeira discutem preocupações regionais. Como os jornais nacionais têm maior circulação e normalmente são compostos por uma equipe maior, poderiam apresentar maior controle em relação à norma usada. Chegamos a 08 jornais assim distribuídos: 96 textos, 12 do jornal Folha de S. Paulo, de São Paulo-SP, 12 do Diário de Cuiabá, de Cuiabá-MT, 12 do jornal Gazeta do Vale, de Barra do Garças-MT e 12 do jornal Primeira Página, de São Carlos-SP, perfazendo um total de **48 editoriais brasileiros**. Em Portugal coletamos 12 artigos do jornal Público, de

Lisboa, 12 do Jornal de Notícias, do Porto, 12 do Jornal As Beiras, de Coimbra e 12 do jornal da Madeira, de Funchal, perfazendo um total de **48 artigos**.

Seguindo esses critérios de semelhança, formamos pares equivalentes entre os jornais brasileiros e portugueses: Folha de S.Paulo – Público, Diário de Cuiabá - Jornal de Notícia, Primeira Página – As Beiras e Gazeta do Vale – Jornal da Madeira. As diferenças no perfil editorial dos jornais portugueses podem ser vistas na comparação entre o jornal Público e o jornal As Beiras. O jornal Público traz em seu estatuto a preocupação com um debate mais abrangente, como se vê em “Público participa no debate das grandes questões que se colocam à sociedade portuguesa na perspectiva da construção do espaço europeu e de um novo quadro internacional de relações” (disponível em <https://www.publico.pt/nos/estatuto-editorial>, acesso em 15/02/2015). No estatuto editorial do jornal As Beiras, pode-se ler que “O diário As Beiras assume particularmente os problemas **e as aspirações da Região**, mas, porque os encara como parte dos problemas e das aspirações de Portugal [...]” (disponível em <http://www.asbeiras.pt/estatuto-editorial/>, acesso em 12/02/2015). No Brasil, para observar se a preocupação era regional ou nacional, observamos os assuntos tratados nos editoriais.

Para a análise e a descrição das características de editoriais brasileiros e artigos portugueses, a partir do cruzamento de diferentes perspectivas teóricas num trabalho interdisciplinar, o *cópus* foi constituído de acordo com a seguinte ordem de procedimentos:

- i. Seleção de jornais brasileiros e portugueses com versão imprensa e online disponível para não assinantes no período da coleta de dados - segundo semestre de 2014.
- ii. Coleta de dois textos por mês.
- iii. Todos os textos foram identificados com a sigla do jornal e uma numeração de 1 a 12 na ordem de publicação, de julho a dezembro.

A partir do *cópus* constituído, e de acordo com os objetivos deste trabalho, foram identificados elementos linguísticos classificados como marcas/traços da oralidade em pesquisas sobre escrita.

A análise e descrição foram feitas a partir do confronto sobre o que se diz sobre a escrita e as características de textos típicos de escrita produzidos no Brasil e em Portugal.

3.2 Questões norteadoras e seleção dos dados

Procuramos responder se um gênero típico de escrita e próprio de uma instituição letrada como o jornal apresenta as características como complexidade sintática, ausência de implicação emocional e interação e se haveria semelhanças entre os textos portugueses e os brasileiros. Buscamos, nos textos que compõem o *cópus*, elementos que, como mostra Gomes (2007), já estavam presentes em editoriais brasileiros desde o século XIX, mas que são ainda classificados como marcas/traços da oralidade em pesquisas sobre escrita. Observamos primeiramente as escolhas léxico-gramaticais como uso de adjetivos em ambos os países, pois é apontado por Gomes (2007) como traço de oralidade de grande teor emotivo nos editoriais do século XIX. Enquanto observávamos o uso de adjetivo, percebemos diferença também no uso de advérbios e buscamos respostas para tal diferença. Ainda nas escolhas lexicais, procuramos nos textos fórmulas fixas, por serem também apresentadas como marcas da oralidade e justificadas como tentativa de agradar as classes populares que leem jornal.

As escolhas sintáticas foram observadas devido à recorrência de atribuir à escrita características de língua distante nos moldes de Koch e Oestereich (2007), logo com predomínio de subordinação.

3.3 Metodologia para análise do *cópus*

Os excertos analisados foram selecionados obedecendo ao critério de apresentar elementos classificados, em pesquisas sobre escrita, como marcas da oralidade. Assim, buscamos identificar nos textos fórmulas fixas, quantidade de coordenação e subordinação, bem como elementos relacionados à subjetividade e interação. Como o posicionamento de quem escreve é também associado à oralidade, procuramos mostrar que a posição do redator pode ser expressa por elementos gramaticais como adjetivos qualificativos ou advérbios modificadores.

Como observado na subseção 2.2.1, as fórmulas fixas, provérbios, expressões populares e frases feitas, são classificadas como marca da oralidade e serviria para demarcar a presença de uma fala manifestada graficamente. Por considerarmos a necessidade de descrever a escrita em uso, observamos se esse parâmetro usado para determinar presença de fala na escrita se confirma num gênero prototípico do jornalismo impresso. Para análise quantitativa, consideramos a presença ou ausência das fórmulas

fixas em cada um dos 12 textos de cada jornal que compõe o *cópus*. Assim, identificamos em cada texto as fórmulas fixas, observando se eram ou não demarcadas por aspas.

Nossa hipótese é que, se as fórmulas fixas não fizessem parte da escrita culta e se fossem apenas um recurso argumentativo, seriam demarcadas com aspas, assinalando o deslocamento de lugar da expressão (Cf. AUTHIER-REVUZ, 2004).

No Brasil, encontramos as fórmulas fixas em quase todos os jornais, com exceção do Diário de Cuiabá. Em um mesmo editorial da Folha de S.Paulo, uma expressão aparece demarcada por aspas, “o recado das urnas” (FSP7) e outra sem aspas, *toma-lá-dá-cá* (FSP7), o que acena para a naturalização dessas formas no gênero observado.

Em Portugal, como em alguns casos, tivemos dúvidas sobre algumas expressões serem ou não uma frase-feita, recorremos a dicionários para confirmar se se tratava ou não de uma fórmula fixa.

Outro aspecto relacionado à oralidade nas pesquisas observadas diz respeito à projeção de emoção no texto. A expressão de desejo “eu te desejo tudo de bom”, por exemplo, foi classificada como marca da oralidade por Wathier e Costa-Hübes (2014, p. 117). Por tratarmos da escrita como língua em uso e termos selecionado como *cópus* o gênero opinativo, nossa hipótese é que haveria envolvimento do redator no texto, por isso procuramos identificar os marcadores de envolvimento.

Nos textos analisados, o envolvimento do redator fica mais claro no uso de adjetivos qualificativo e advérbios modificadores. Procuramos evidenciar que o uso do adjetivo qualificativo é um recurso que deixa entrever a opinião de quem escreve, seja pela anteposição ao substantivo, uma posição mais marcada e com maior efeito de subjetividade, seja pela escolha de adjetivos com maior carga semântica ou antepondo-lhes advérbios intensidade, como se vê em: **tensas** eleições, *mais difícil*, em jornais portugueses.

De modo semelhante, a escolha dos advérbios também pode contribuir para deixar entrever o posicionamento de quem escreve, como se pode perceber em: respeitar **rigorosamente e misteriosamente** ignorado em que o advérbio afeta o conteúdo expresso do elemento sobre o qual incidem.

Todos os dados observados foram quantificados e, posteriormente, foram elaborados gráficos para visualização da proporção entre os jornais pesquisados no Brasil e Portugal.

A associação entre escrita e complexidade sintática exigiu uma observação das sentenças nos textos do *cópus*. Nossa hipótese é de que, como gênero prototípico do jornalismo, haveria semelhança entre os jornais quanto ao uso de subordinadas, com variedade de relações sintático-semânticas. Para testar a hipótese, separamos as sentenças em simples e complexas. As complexas passaram por outra divisão em coordenada e subordinada. As orações subordinadas foram separadas em três grupos: reduzidas, iniciadas pelo **que** complementizador e relativizador, iniciadas por outro conector.

A quantificação possibilitou a elaboração de gráficos com *continuum* em que se pode perceber a dificuldade de definir fala e escrita a partir de critérios pré-definidos.

4. ANÁLISE

Nossa análise está fundamentada na observação de dois formatos de textos do gênero opinativo. Nos formatos analisados, tanto o editorialista quanto o articulista visam convencer o leitor por meio da opinião da empresa ou própria respectivamente. Destacaremos três aspectos associados à oralidade nas pesquisas sobre escrita e discutidas na subseção 2.2.1: escolhas léxico-gramaticais, subjetividade e interação. A observação desses aspectos contribuirá para confirmar na escrita culta, já que presente numa instituição letrada, a presença de estruturas associadas à oralidade.

Com vistas a discutir o que caracteriza a escrita culta nos jornais brasileiros e portugueses, vamos observar as escolhas léxico-gramaticais, como uso de fórmulas fixas, o envolvimento pessoal, perceptível pelas escolhas de adjetivos e advérbios, coordenação e subordinação, bem como os elementos que explicitam a subjetividade e a interação nos textos analisados.

Discutir a escrita observando esses aspectos permite verificar se o que é dito sobre a escrita pode ser comprovado com dados empíricos. Assim como há gramáticas do português falado que, sem teor normativo/prescritivo, apenas descrevem, por exemplo, os processos de construção e organização textuais, os diferentes tipos de construção de sentenças presentes nas falas, entre outros aspectos que envolvem a construção do texto falado, buscamos descrever a escrita em uso, sem definir a priori que deveria estar presente ou ausente nos textos que compõem o corpus da pesquisa. Procuramos não descurar do contexto sócio-histórico em que foram produzidos os jornais em ambos os países e que pode contribuir para, por exemplo, a concisão dos editoriais brasileiros e a maior extensão dos artigos portugueses.

A diferença observada entre os dois países relacionada ao efeito de concisão nos jornais brasileiros decorre, segundo Chaparro (2008), do perfil mais comercial em comparação com os jornais portugueses, que apresentam perfil mais político. Nossos dados comprovaram a concisão dos jornais brasileiros em comparação aos jornais portugueses, conforme discutido por Chaparro (2008). Pode-se ver na tabela 03 que a diferença pode chegar a mais de três mil palavras entre um jornal português como o Público, em que constam 7702 palavras e o jornal brasileiro Primeira Página 4011 palavras. Outra diferença diz respeito à estrutura de parágrafos. Os textos brasileiros,

apesar de menores, apresentam maior número de parágrafos, enquanto os portugueses, mais extensos, apresentam menos parágrafos.

Tabela 1 – Quantidade de palavras, parágrafos e períodos por parágrafo nos jornais brasileiros.

Número de parágrafos com													
Jornais	Nº de palavras	Nº de parágrafos	1 período		2 períodos		3 períodos		4 períodos		Entre 5 e 10 períodos		Mais de 10 períodos
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
GV	5563	143	57	39.86	59	41.25	24	16.78	2	1.39	1	0.69	-
FSP	5145	136	54	39,7	65	47,79	13	9,58	4	2,9	-	-	-
PP	4011	62	18	29.03	21	33.87	12	19.35	6	9.67	5	8.06	-
DC	5256	63	10	15.87	23	36.5	12	19.04	12	19.04	6	9.52	-

Fonte: elaboração própria.

Tabela 2 – Quantidade de palavras, parágrafos e períodos por parágrafo nos jornais e portugueses.

Número de parágrafos com														
Jornais	Nº de palavras	Nº de parágrafos	1 período		2 períodos		3 períodos		4 períodos		Entre 5 e 10 períodos		Mais de 10 períodos	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AB	6579	118	37	31.35	38	32.2	27	22.88	10	8.47	5	4,23	1	0,84
P	7702	104	17	16.34	32	30.76	23	22,11	16	15.38	16	15.38	-	-
JN	7172	84	9	10,71	23	27.38	12	14.28	21	25	19	22,61	-	-
JM	7640	83	19	22.89	18	21.68	10	12.04	6	7.22	27	32.53	3	3,61

Fonte: elaboração própria.

Os jornais brasileiros apresentam parágrafos formados por períodos curtos com poucas orações. Na Folha de S.Paulo, no editorial FSP8, por exemplo, dos 14 parágrafos que o compõem, 11 são formados por um único período, como se vê no excerto 01, e 03 formados por 2 períodos.

01 - A economia necessita de ajustes, e a necessidade de uma equipe nova, capaz de reconfigurar o diálogo entre o Planalto e os setores produtivos, impõe-se com clareza. (FSP8)

No jornal português Público, no artigo P10, que assim como o FSP8 trata da política brasileira, dos 10 parágrafos que o compõem, 02 são formados por 01 período,

06 parágrafos com 02 períodos e 01 com 03 três períodos. Mesmo o parágrafo com 01 período apresenta maior número de orações, como se vê no excerto 02.

2 - **Do que** se conhece do pensamento económico de Levy, as suas opiniões estão bem mais próximas das de Armínio Fraga, o ex-presidente do Banco Central **que** foi o conselheiro para a área económica do candidato do PSDB, Aécio Neves, **do que** das de Dilma, **com quem** aliás alimentou uma polémica pública por causa de um programa de longo prazo para o controlo dos gastos públicos, **quando** os dois integravam o Governo Lula. (P1)

Essas diferenças serão exploradas nas próximas subsecções.

4.1 Escolhas léxico-gramaticais

Nesta subsecção, analisaremos as escolhas léxico-gramaticais que compreendem o uso de clichês, provérbios, fórmulas fixas, adjetivos e advérbios e escolhas sintáticas, que se mostram parâmetros relevantes para observar se, no gênero opinativo, pode ser confirmada ausência das chamadas marcas da oralidade nos moldes das pesquisas sobre escrita discutidas em 2.2.1. A análise de cunho qualitativo centra-se, portanto, em aspectos atribuídos à fala e classificados como *marca da oralidade* em diferentes pesquisas e que encontramos nos formatos típicos de escrita que pesquisamos, editorial e artigo.

4.1.1 Provérbios, clichês, expressões formulaicas/populares

As expressões formulaicas são tratadas como traços de oralidade por Havelock (1996a[1963]). Designadas como clichês, frases feitas, expressões populares e provérbios, as fórmulas cristalizadas são classificadas como marcas da oralidade em pesquisas linguísticas, conforme apresentado na subsecção 2.21. Essas fórmulas cristalizadas, quando usadas em texto escrito, são chamadas de marcas da oralidade Durante (2008), Nóbrega (2008) oralidade e popular, Marine (2009), Gomes (2007) Arthur (2014) e Beloti (2014).

Uma vez que essas fórmulas fixas são observadas em jornais pesquisados em ambos os países, nosso objetivo é verificar se essa classificação se sustenta para um gênero que serve de referência para a escrita. Designaremos de fórmulas fixas essas

expressões que aparecem nos jornais pesquisados em ambos os países, num gênero típico de escrita, de uma instituição letrada. A rejeição ao uso das fórmulas fixas como marca da oralidade assenta-se no fato de textos jornalísticos servirem de referência para a Gramática Descritiva do Português, de Perini (1995) e constarem entre os textos analisados por Neves (2000) para a Gramática de Usos do Português. A primeira tem como objetivo descrever o português padrão, a segunda, “a descrição do uso efetivo dos itens da língua, compondo uma gramática referencial” (NEVES, 2000, p. 14). Além disso, como atestado por Gomes (2007), tais expressões já estavam presentes em editoriais do século XIX, o que pode significar que fazem parte desse gênero de escrita.

Classificadas como marca da oralidade, muitas expressões que aparecem nos editoriais e artigos de opinião pesquisados talvez não fossem aceitas em correções de redação de exames oficiais, considerando os critérios de correção **levando** à redução da nota do candidato. Questionamos não apenas a designação marca da oralidade, mas os parâmetros de definição do que seja ou não escrita, afinal, expressões cuja transmissão que se dava de forma oral, pela facilidade de memorização, hoje se mostram recurso argumentativo no gênero opinativo de jornais respeitados social e linguisticamente, podendo-se afirmar, nesse sentido, que são aceitas na escrita culta.

No Brasil, entre os jornais pesquisados as fórmulas fixas aparecem com mais frequência no jornal Gazeta do Vale, em que são vistas ao longo do texto seja de forma retextualizada, seja em repetição literal. Em quase metade dos textos analisados - 05 de 12 - as introduções foram elaboradas com essas fórmulas. Nos excertos de 03 a 05, as expressões foram atualizadas. No excerto de GV1, como se pode observar em (03), foi acrescentado Mato Grosso à expressão original, em que consta apenas Goiás, como consta na música gravada por João Carreiro e Capataz: “É pra caba com o pequi do Goiás”. A troca de pequi por piques, provavelmente deve-se a um lapso da digitação.

03 - “**É pracabá com os piques de Goiás e Mato Grosso**”. A frase, embora antiga, vale para discernir bem o que vem ocorrendo com a proliferação do clientelismo governamental, quanto a milhões de cestas básicas que são distribuídas por este imenso Brasil. (GV1)

Nos excertos 04 e 05 constam provérbios conhecidos, que apareceram literalmente, sendo que no excerto 04, retirado de GV5 o jornalista acrescentou informações que nem sempre aparecem no uso cotidiano do provérbio.

04 - “**Quem não tem cachorro, caça com gato**” e **quem não tem gato, caça com o rato** e assim por diante. O mesmo pode ser dito com relação ao incêndio, tido como criminoso, nas cercanias de Barra do Garças e que se apossou do Parque Estadual da Serra Azul nestes últimos dias. (GV5)

05 - “**Devagar com o andor, que o santo é de barro**”. A frase é velha, mas serve de exemplo para os que se sentem poderosos, quando saem vitoriosos em uma eleição. Achrom que podem resolver todos os problemas a um simples toque de dedo, uma simples assinatura, ou um simples piscar de olhos.(GV8)

O excerto 06 é composto por três períodos, sendo que em todos aparece uma fórmula fixa. O primeiro período é iniciado com uma expressão conhecida, por ser usada por Chaves, personagem bastante popular da série mexicana homônima, exibida no Brasil pela rede de televisão SBT. No segundo período o autor recorre à expressão **toma lá dá cá**, fórmula fixa para falar sobre a troca de favores políticos. No terceiro período, aparece o título do livro do escritor tcheco, Milan Kundera (1983), que foi transformado em um chavão no texto.

06 - **Mesmo sem querer, querendo**, vivemos envolvidos na parafernália política, seja ela partidária ou empresarial e por aí afora. A política do **toma lá, dá cá** envolve muito mais do que imaginamos, e pregamos. Podemos dizer que é a “**insustentável leveza do ser**”, pois a luta e a labuta passou a ser o emblema maior dos que se envolvem nas disputas políticas. (GV9)

Em 07, percebe-se que houve retextualização do provérbio *Depois da tempestade vem a bonança*. Neste excerto, tempestade foi substituída por pleito. Essas expressões, por fazerem parte do repertório do leitor, servem como gatilho para a argumentação e mostram-se um recurso argumentativo que não se restringe à fala, mas parece ligar-se ao processo interativo.

07 - **Depois do pleito, imagina-se, vêm a bonança**, as mudanças tão esperadas pelo eleitor, que ao longo dos anos vive a expectativa de que tudo vai mudar, para melhor. O preocupante, se entende, é quanto a continuidade de um governo tido com anárquico, desmantelado e com um quadro pouco afeito à honestidade possa atingir seus objetivos. (GV10)

Assim como na introdução, a maioria dos parágrafos finais do jornal Gazeta do Vale é formada por algum tipo de fórmula fixa. Apenas em GV6 e GV7 não aparecem fórmulas fixas na conclusão. Nos editoriais do jornal Gazeta do Vale, há, na verdade, dois parágrafos conclusivos, sendo que o provérbio funcionaria como uma conclusão do parágrafo anterior, como se vê nos excertos 08 e 09.

08 – Não sabem, porém, os maus políticos, que sempre *há uma casca de banana no caminho...*

Deus dá, Deus tira... (GV2)

09 – Os governos Blairo Maggi e Silval Barbosa sabem disso. Quem sabe eles possam ensinar *o pulo do gato!* Como ganhar votos usando maquinários e outros malefícios que, infelizmente, impregna a maioria dos políticos.

Por enquanto é Deus no Céu, e o Taques na terra... (GV8)

A considerar as análises apresentadas na subseção 2.2.1.4, a constante presença de frases feitas e provérbios no jornal Gazeta do Vale contribuiria para classificação do jornal como popular, mas as fórmulas fixas aparecem também em editoriais de jornais com manual de redação, como o jornal Folha de S. Paulo. Na parte de padronização e estilo do Manual da Folha (2013) não consta nenhuma restrição ao uso de fórmulas fixas, mas apenas ao uso de gírias. Na Folha de S. Paulo, o editorial deve apresentar estilo “ao mesmo tempo enfático e equilibrado”, segundo a Folha (2013, p. 66). É aconselhado, ainda, evitar sarcasmo. Não é possível saber exatamente a posição quanto ao uso de frases feitas, que, mesmo de forma menos recorrente, são usadas em alguns dos editoriais observados: *toma lá da cá, recado das urnas, a conta não fecha e meteu os pés pelas mãos* como se vê nos excertos de 10 a 13. A frase feita do excerto 10 é antecedida por uma expressão metalinguística *para usar um clichê*, que soa como um pedido de desculpa ao leitor por usar a fórmula pronta, mas, nas demais ocorrências, as frases feitas integram naturalmente o período.

10 - *Para usar um clichê, o "recado das urnas"* reforça um diagnóstico que tampouco é novo: o Brasil precisa de regras que inibam a proliferação partidária. (FSP7).

A expressão *toma lá, dá cá*, que aparece no excerto 11, do jornal Folha de São Paulo, aparece também no jornal Gazeta do Vale, “É quando o **toma lá, da cá**, passa a funcionar, em ambos os lados” (GV2). Os dois jornais dispensaram as aspas que demarcaria a expressão como imprópria para o gênero.

11 - **Na bolsa do toma lá, dá cá**, por assim dizer, agremiações médias e pequenas experimentaram forte valorização. Com a exceção do PRB de Celso Russomanno (SP) e seus 1,5 milhão de votos, nenhuma teve crescimento notável em seu próprio patrimônio. Todas ganham importância relativa, contudo, com as perdas de PT e PMDB. (FSP7)

Na ocorrência 12, o verbo *dar* da expressão original, *deu carta branca*, foi substituído pelo verbo *conceder*. Essa substituição sinaliza para a oscilação entre aceitação e recusa da expressão para compor o editorial.

12 - Nada pior do que imaginar, dada a estreita margem a garantir a vitória petista, que se tenha **concedido uma carta branca** ao comportamento e à gestão de Dilma Rousseff até aqui. (FSP8)

Pode-se citar também *a conta não fecha* (FSP2), *meteu os pés pela mão* (FSP9) e, ainda, põe-se a *prêmio a cabeça do ministro* e *nessa fritura eleitoral* (FSP5), que aparecem no editorial em cujo título, *Manteiga na frigideira*, consta um trocadilho com o nome do ministro e um derivado de leite que pode ser usado para fritar alimentos - manteiga.

No Jornal Primeira Página, as fórmulas fixas encontradas nos editoriais não sofreram alteração, como se pode observar, nos excertos de 13 a 15, as expressões *parar em pé*, *cabem como uma luva*, *pisar na bola*.

13 - A conclusão é de que, passados tantos anos desde que o processo teve início, simplesmente não há mais informações que façam aquele projeto **parar em pé**. (PP3)

14 - Embora usado em uma perspectiva um pouco diferente, a imagem de um Brasil oficial e real parece **cabem como uma luva** nesse contexto pós-eleitoral em que vivemos. (PP9)

15 - Embora homem de confiança de Lula ele **andou pisando na bola** ao fazer críticas à Presidente, citando o fato de que ela pouco concedeu audiências em seu primeiro mandato. (PP10)

No Brasil, a exceção no uso de expressões formulaicas foi o jornal Diário de Cuiabá, que não usou essas expressões nos editoriais observados. A expressão mais próxima a uma fórmula fixa que encontramos foi usada no editorial de 07 de setembro em que se falava da independência do Brasil. O texto foi concluído com o período: “*É chegada a hora do Grito dos Mato-grossenses*” (DC5), que faz referência intertextual com o *grito dos excluídos*, manifestação popular iniciada no Brasil em 1995, que ocorre na Semana da Pátria e culmina numa marcha no dia da Independência, 07 de setembro.

Em nossa pesquisa, percebemos, portanto, que as fórmulas fixas fazem parte da fazem parte das escolhas lexicais em quase todos os jornais brasileiros pesquisados, inclusive da Folha de S. Paulo, jornal com manual de redação. Fórmulas fixas não se mostram um bom parâmetro de oralidade, já que fazem parte de editoriais, gênero típico

de escrita. No artigo de opinião, outro formato de gênero escrito, também se encontram as fórmulas. Elas fazem parte da estratégia argumentativa de todos os jornais portugueses observados. Nos casos em que tivemos dúvida se se tratava realmente de uma fórmula fixa, pesquisamos em dicionários impressos e online o sentido da expressão.

Em alguns casos, as expressões aparecem entre aspas, como se vê nos excertos 16 e 17, em que o autor usa aspas como “a marca de uma operação metalinguística local de distanciamento, [...] suspensão de responsabilidade”, nas palavras de Authier-Revuz (2004, p. 219). As palavras não são apresentadas como próprias do autor, mas de outrem. Essa suspensão de responsabilidade, segundo autora, “manifesta um *questionamento* do caráter *apropriado* da palavra ao discurso no qual é utilizada, [...] remetendo a um discurso-outro” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 220). Nesse sentido, pode-se ver, nesses textos, a fórmula fixa como palavras de outro que o jornalista usa, mas não acha apropriado usar.

16 - No meio disto tudo, **a Rússia continua a fazer “gato-sapato” da Ucrânia**, nas fronteiras de uma Europa decrépita e sem rumo. (AB4)

17 - Enquanto um tipo que se vangloria de "**se fartar de comer gajas**" continuar a ser socialmente admirado e invejado pelos seus pares, e uma mulher que partilhe desse gosto pela promiscuidade continuar a ser olhada de lado e depreciativamente classificada de puta ou galdéria, estamos conversados sobre a igualdade entre os géneros no nosso país. (JN6)

No excerto 18, a mesma expressão, *gato-sapato*, que é usada também no Brasil, aparece sem as aspas, com o autor assumindo a expressão como palavras suas.

18 - Como é que podemos transformar a televisão da Madeira, numa estação regional com qualidade, se a empresa mãe, com sede em Lisboa, faz **gato-sapato** dos que aqui trabalham e dão o melhor de si, para contribuir para a expansão da Madeira a diferentes níveis? (JM2)

Nas demais ocorrências dos jornais As Beiras e Jornal de Notícias não há essa demarcação da voz do outro, denotando que fórmulas fixas estão incorporadas ao léxico usado na elaboração dos artigos. Assim como visto em editoriais brasileiros, algumas dessas formas são atualizadas, como se vê no excerto 19, em que o provérbio “quando a esmola é demais o santo desconfia”, bastante conhecido no Brasil, foi alterada para *quando a fatura é demais o pobre desconfia*. Outras expressões conhecidas no Brasil e

encontradas nos artigos são *clamam aos quatro ventos* e a expressão *carta-branca*, que aparece em FSP8, citada na ocorrência 12.

19 - Quando a **fartura** é muita o **pobre desconfia**. (AB6)

20- Os fãs das políticas do Governo PSD/CDS, perante esta situação, **clamam aos quatro ventos** que esta descida dos juros significa que o país ganhou "credibilidade", que as "reformas" encetadas dão confiança aos credores, que "estamos no caminho certo". (JN1)

21 - Ainda assim, Israel não tem **carta-branca** para matar civis utilizando esse argumento. (JN4)

Nos jornais Jornal da Madeira e Público também há muitas ocorrências de fórmulas fixas nos artigos analisados, algumas das quais conhecidas no Brasil, como *duro de roer*, no excerto 22. As demais ocorrências servem para comprovar que fórmulas fixas estão presentes em gênero típico de escrita, o que acena para a impropriedade de classificar como marcas da oralidade um recurso argumentativo que faz parte de dois formatos nobres do gênero opinativo, editorial e artigo de opinião.

22 - O espírito entre as massas de apoiantes do partido socialista, **é duro de roer** ante a ferocidade de um Costa que já ofende o seu adversário, afirmando que Seguro já estará convencido de que não continuará Secretário-Geral do partido. (JM6)

23 - E é uma vergonha não apenas porque estas três pessoas são os responsáveis pela operação, mas também porque os três são investigadores e, como oficiais do ofício, não podem **sacudir a água do capote** invocando um desconhecimento das peculiaridades da área. (P1)

24 - O tema não é consensual e há regiões que deram passos no sentido da liberalização e que agora estão **a arrepiar caminho**. (P4)

25 - Maria Luís Albuquerque andou **nas bocas do mundo**, e em toda a comunicação social nos últimos dias, devido à situação do BES e não só. (JM3)

Foram encontradas outras expressões como *foram aos molhos* (JM2), *lavará as mãos* (JN3), *leque de opções* (JM5). As expressões *a ocasião faz o ladrão* (AB6) e *dar com os burricos na água* (JM5), também conhecidas no Brasil, foram usadas entre

aspas, que as colocam como voz de outrem, momento em que o articulista demarca que não é sua voz.

A despeito de serem consideradas marcas da oralidade, as fórmulas fixas estão presentes em quase todos os jornais pesquisados em ambos os países. Em alguns casos essas fórmulas são marcadas por aspas delimitando seu lugar no texto e apresentando-as como fala do outro, assinalando seu deslocamento de lugar, acenando para uma oscilação entre a aceitação e a recusa de tal expediente argumentativo. De qualquer modo, considerar como oralidade elementos que já estavam presentes em editoriais no século XIX, conforme atesta Gomes (2007), aponta para uma discussão prescritivista de escrita, que pode aumentar o fosso entre fala e escrita, transformando esta em lugar do “acerto”, do “puro” e aquela o lugar do vale tudo, crítica já feita por Neves (2010). Se em alguns casos aparece a delimitação por aspas, na maioria dos usos elas aparecem compondo o texto sem nada que a demarque como discurso do outro ou como palavra deslocada. No Brasil, estão presentes inclusive na Folha de S. Paulo, jornal com manual de redação, conselho editorial, ombudsman²⁹, que, se não as corrige, é porque elas já fazem parte da linguagem editorial de um influente jornal brasileiro.

Nem tudo pode ser resolvido sob o rótulo fala/escrita ou oralidade/escrituralidade, pois, ao observar o uso de fórmulas fixas, percebemos semelhança entre os jornais de ambos os países.

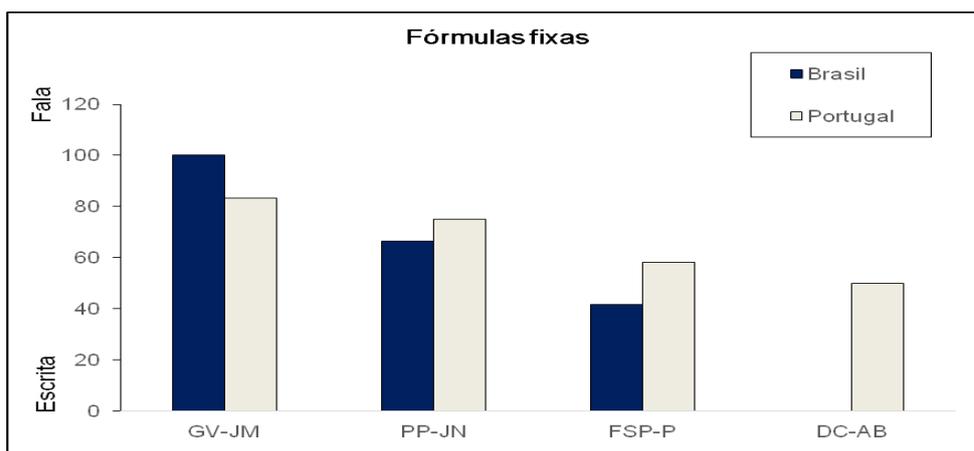
No gráfico 2, podemos observar que a abrangência dos jornais não é um fator para maior ou menor presença das fórmulas fixas. Se o maior índice, por um lado foi formado pelo par regional GV-JM, por outro, houve mistura de pares regional-nacional, como verificamos em PP-JN, DC-AB, em que o jornal regional Primeira Página, PP, ocupa posição semelhante ao do jornal de abrangência nacional Jornal de Notícia, JN. O Diário de Cuiabá-DC, por sua vez, formou par com um jornal de abrangência regional, As Beiras. Pares por abrangência: FSP- P, DC-JN, PP-AB, GV-JM. Como ficou: GV-JM, PP-JN, FSP- P, DC-AB. Apenas um par se manteve nesse parâmetro.

O gráfico 2 exemplifica, ainda, o inconveniente de descrever escrita a partir de parâmetros definidos aprioristicamente, ou a partir do canal, nas palavras de Street (2014[1995]). A considerar esse parâmetro para indicar o grau de escrituralidade que haveria num texto, o jornal Gazeta do Vale, jornal brasileiro, ocuparia um lugar mais

²⁹ Não encontramos, durante o período da coleta do cópuz, correções do ombudsman acerca do uso das fórmulas fixas.

próximo à fala no *continuum* fala → escrita, enquanto, no mesmo *continuum*, o Diário de Cuiabá outro jornal brasileiro ocuparia outro extremo, uma vez que não usa tais fórmulas nos editoriais. Os jornais portugueses observados, por sua vez, ocupariam diferentes lugares.

Gráfico 2 – Uso de fórmulas fixas nos jornais brasileiros e portugueses.



Fonte: elaboração própria

4.1.2 Uso de adjetivos e advérbios

Nos jornais brasileiros observados na presente pesquisa, os editoriais são marcados pela concisão, diferenciando-se dos jornais portugueses nesse aspecto. Essa concisão nos jornais brasileiros em contraposição à prolixidade dos portugueses relaciona-se, entre outros aspectos, à intensidade emocional nos textos argumentativos portugueses, segundo CHAPARRO (2008), o que confirmamos com nossos dados. Em diversas pesquisas, traços emocionais, posicionamento de quem escreve e envolvimento do redator são classificados como marcas/traços de oralidade. No gênero opinativo consta a opinião do jornalista, no caso dos artigos, ou a posição do jornal, no caso dos editoriais, o que favorece o envolvimento do redator, já que a avaliação constitui o conteúdo do texto. Desse modo, envolvimento pessoal ser classificado como marca da oralidade tem, além do inconveniente de desvincular escrita do uso da linguagem, fundante da subjetividade (Cf. Benveniste), o de restringir o uso de recursos gramaticais, como adjetivos qualificadores e advérbios modificadores, através dos quais é possível perceber o posicionamento do usuário da língua.

Observamos nos textos analisados que o uso de adjetivos e advérbios contribui para a contundência e extensão dos jornais portugueses, em que aparecem até mesmo insultos. Nos jornais brasileiros, por outro lado, encontramos resultados diferentes. Esse comportamento diverso entre jornais dos dois países demanda, portanto, uma análise mais detalhada, que é o que apresentaremos a seguir.

Os adjetivos mais constantes nos jornais brasileiros são os denominados classificadores por Neves (2000). Eles constituem “uma verdadeira denominação para a subclasse, e, portanto, são denominativos, e não predicativos, possuindo um caráter não vago” (NEVES, 2000, p. 186). Nos jornais portugueses, por outro lado, predominam os adjetivos classificados por Neves (2000, p. 184-5) como qualificadores ou qualificativos, que “indicam, para o **substantivo** que acompanham, uma propriedade que não necessariamente compõe o feixe das propriedades que o definem”. A autora acrescenta que isso pode implicar em “característica mais, ou menos, subjetiva, mas sempre revestida de certa vaguidade”.

A opção por adjetivos classificadores nos jornais brasileiros pode ser vista nos excertos de 26 e 27, em que constam sintagmas preposicionados como *da maioria dos brasileiros, da República, de alerta, de aviso*.

26 - Numa disputa **milimétrica**, que galvanizou a atenção – e as emoções– *da maioria dos brasileiros* durante o início da noite de ontem (26), Dilma Rousseff (PT) foi **reeleita presidente da República**.. (FSP8)

27 - O Vale do Araguaia mais uma vez fica de fora *do quadro político estadual e federal*. Não foi por falta *de aviso*; falta *de alerta*. Tornamo-nos até, imaginamos, **antipáticos** por estarmos massificando, chamando a atenção do morador do Vale do Araguaia para o chamado voto **consciente**. (GV7)

Nos jornais, portugueses, por outro lado, dentre os qualificativos, destacam-se os que apresentam valor semântico de avaliação psicológica que, segundo Neves (2000, p. 189), “exprimem propriedades que definem o substantivo na sua relação com o falante.” A diferença fica clara ao comparar textos de ambos os países tratando do mesmo assunto: a eleição de 2014, quando Dilma Rousseff foi eleita presidente do Brasil. Os excertos 28 e 29 são dos jornais brasileiros Diário de Cuiabá e Primeira Página. 30 e 31 foram retirados dos jornais portugueses Público e Jornal de Notícias.

Assim como nos excertos 26 e 27, predominam em 28 e 29 sintagmas preposicionados que funcionam como adjetivos *da eleição presidencial, do poder, da República, desse governo, da Fazenda, de renúncia, do caminho* e adjetivos classificadores como *estaduais, brasileiros*. Os poucos adjetivos qualificadores apresentam baixa carga semântica, como *clara, polarizada, construtivo*.

28 - Definidos os candidatos que disputarão o segundo turno *da eleição presidencial* – Dilma Rousseff e Aécio Neves – e de alguns governos *estaduais*, os eleitores *brasileiros* terão três semanas para optar entre a continuidade e a alternância, na maioria dos casos, mas principalmente entre aqueles que efetivamente têm projetos para a população e não apenas para a conquista *do poder*. Para que a disputa **polarizada** seja mesmo outra eleição, como gostam de dizer os próprios políticos, é **essencial** que os pretendentes aos cargos mais importantes *da República* envolvam-se num debate **construtivo**, aprofundem suas propostas e ofereçam à população soluções **claras** para os problemas nacionais. (DC7)

29 - Certamente para recolher as pedras no meio *do caminho*, a presidente Dilma Rousseff, ainda na campanha *eleitoral*, proclamou um **novo** “slogan” – “governo novo, ideias novas” – ao tempo em que demitiu o ministro *da Fazenda*, o Sr. Guido Mantega, por meio de uma **rápida** entrevista com jornalistas *brasileiros*. **Constrangido**, Guido Mantega aceitou ainda continuar no cargo até o término *desse governo* em 31 de dezembro *deste ano*. Tem feito o dever *de casa*, mas mesmo assim a crise só se aprofunda. A presidente pediu então que todos os ministros apresentassem o seu pedido *de renúncia* para deixá-la “mais **livre**” para proceder as substituições. (PP10)

No excerto 30, do jornal português Público, a escolha é por adjetivos qualificadores com valor semântico de avaliação. Os substantivos **eleições** e **governança** são acompanhados de um adjetivo qualificativo com valor semântico de avaliação psicológica, ou seja, o substantivo é definido em sua relação com o falante: *tensas* e *imprevisível*, respectivamente. Observa-se, ainda, que, neste excerto, todos os adjetivos qualificadores tiveram suas propriedades semânticas intensificadas com o advérbio intensificador *mais*. Além disso, aos substantivos **país** (Brasil), **campanha** e **governança** foram acrescentados diferentes adjetivos qualificadores, o que mostra bem a posição do falante em relação ao que está sendo discutido. A diferença fica mais notável ainda quando observamos que em DC7 as eleições são classificadas como **polarizadas**, enquanto em P8, à mesma eleição é atribuída a qualidade intensificada *mais tensas*, que torna o país **ansioso, dividido e inseguro**.

30 - O Brasil que sai das mais **tensas** eleições desde 1989 é um país mais **ansioso, dividido e inseguro**. A campanha foi **feroz e incerta**, mas a maturidade da sociedade conseguirá superar com facilidade as feridas **abertas** e olhar para a frente. [...]

O que aconteceu na Petrobras vai exigir a Dilma uma prova **de resistência** a estilhaços **políticos** com efeitos que poderão ser **mais penosos** que os **do escândalo do Mensalão**. E o reconhecimento de que o Brasil já não consegue repetir as médias **de crescimento do passado**, que se encontra numa encruzilhada que não tolera a mera repetição **das fórmulas**, tornarão a governação mais **ádua e imprevisível**. Principalmente quando se presente que um Congresso **fragmentado** tornará a obtenção de maiorias **de apoio parlamentar** mais **difícil** de conseguir. (P8)

Ainda sobre a eleição presidencial brasileira de 2014, no Jornal de Notícias o adjetivo qualificativo **renhida**, intensificado com o advérbio *mais*, aparece anteposto ao substantivo, conferindo maior efeito de subjetividade. Também anteposto está o adjetivo **estafada**. O adjetivo **surpreendente** contribui também para revelar a posição do jornalista em relação ao assunto tratado.

31 - Os resultados **surpreendentes da primeira** volta das eleições **presidenciais brasileiras** não deixam antever apenas um duelo com data marcada para o próximo dia 26. Na segunda volta da ida às urnas, a **estafada** presidente Dilma Rousseff e Aécio Neves, a quem muitos passaram uma precipitada certidão **de óbito política**, vão protagonizar mais uma **renhida** disputa entre o PT e o PSDB. E provar, assim, que pouco ou nada mudou na sociedade **brasileira** nos tempos **mais recentes**. O senhor (ou a senhora) que se segue na cadeira **do poder** no **Palácio do Planalto de Brasília** vai voltar a sair do **tradicional** sistema **bipolarizado brasileiro** que dirige o país há anos e anos. (JN7)

O predomínio de adjetivos qualificadores nos jornais portugueses pode ser confirmado nos jornais As Beiras e Jornal da Madeira, como se vê nos excertos 32 e 33. São adjetivos com maior carga semântica, como *enganados, catastrófico, chacinado, duvidosos, fragilizado, dividido, distante, acomodado, incapaz*. Bastante recorrente também é o uso de mais de um adjetivo para um mesmo substantivo como em *partido fragilizado, dividido, distante dos cidadãos, sem propostas plausíveis, sem credibilidade pública, sem soluções para os nossos problemas mais prementes*.

32 - Acionar uma solução de recurso porque fomos **apanhados (enganados)**, disse o Governador do Banco de Portugal) pelo desmoranar **catastrófico** dos **últimos** dias de vida do BES – nos quais um banco com 150 anos foi **chacinado** (ficando a valer 12 cêntimos por ação e pouco mais de 600 milhões **de euros**) em bolsa porque apesar de todos os erros, e de verificar a saída **em massa** de depositantes, não fomos capazes de perceber que devíamos suspender as ações e parar para pensar – que fez com que o BCE fechasse a torneira e nos deixasse **sem alternativas**. Tivemos de inventar, à pressa, uma solução via

Fundo de Resolução, que não tinha dinheiro e portanto tivemos de emprestar 90% do valor **necessário**, dividindo o Banco entre **BOM** e **MAU**, protegendo os contribuintes e depositantes, esquecendo *os pequenos* acionistas, os quais acorreram ao aumento *de capital* fazendo fé na informação que lhes era dada pelo BES e autorizada pelo Banco de Portugal e CMVM, e praticando atos **duvidosos** que se configuraram em coisas parecidas com confisco, etc. (AB3)

33 - De que serve aos social-democratas *madeirenses*, terminado este processo *eleitoral interno*, confrontarem-se com um partido **fragilizado, dividido, distante** dos cidadãos, sem propostas **plausíveis**, sem credibilidade **pública**, sem soluções para os nossos problemas mais **prementes**, um partido **acomodado** sem respostas aos desafios **emergentes** que todos os dias se colocam, um partido **incapaz** de pensar o futuro num tempo **novo** e de estruturar uma nova mensagem **política, consentânea** com as ideias *da nova liderança*, como é **natural** que seja?

Mesmo quando, nos editoriais dos jornais brasileiros pesquisados, aparecem adjetivos qualificadores, predominam aqueles com baixa carga semântica, enquanto nos jornais portugueses, são usados como avaliação negativa e, alguns casos, como insultos - foleiros, psicopatas, nojenta, estúpidas, fraudulento - como exposto no quadro 09 e 10.

Quadro 9 – Adjetivos encontrados nos jornais brasileiros.

Folha de S. Paulo	Primeira Página	Diário de Cuiabá	Gazeta do Vale
combustíveis fósseis desdobramentos práticos desgaste crescente ambiente desfavorável fragmentação exagerada desdobramentos práticos	algo imprevisível fenômeno impressionante semana decisiva dados negativos verdade incontestável lesões irreversíveis	representantes dignos jornalistas cerceados , falha grave , contexto delicado números verdadeiros , ajustes urgentes , declaração sensata proporções preocupantes manifestações radicalizadas	voto consciente populações incautas atos desonestos patamares imensos massa ignara , sonhos legítimos clientelismo assoberbado

Fonte: elaboração própria

Quadro 10 – Adjetivos nos jornais portugueses.

Público	Jornal de Notícias	Jornal da madeira	As beiras
lacunas impossíveis agosto deprimente passo crucial ataques soezes falsas acusações ataques fulanizados potência grandiosa líder enfraquecido forma esplendida acções <i>mais</i> violentas riquezas incalculáveis podcasts muito foleiro interesses privados obscuros	juros pornográficos , efeitos devastadores , forma ilegítima resposta obscena lucro extremo pecados mortais forma irremediável forma fulgurante notícias deprimentes , trajetória explosiva , forma cobarde efeito devastador terroristas psicopatas	partido incapaz nacionalização pecaminosa , saneamento vergonhoso <i>inteiramente</i> inadmissível gente mediocre oposição mesquinha , importância extraordinária , reivindicações estúpidas pasquinada inútil , escumalha nojenta	desmoronar catastrófico atos duvidosos rede gigantesca , bando de incapazes baixa significativa gestão rigorosa grupos falidos , crimes graves , fase crucial , corrupto activo esquema fraudulento garantia absoluta abertura abrupta

Fonte: elaboração própria.

Além da maior carga semântica, os adjetivos nos jornais portugueses muito comumente vêm acompanhados de advérbios intensificadores, o que não foi verificado nos editoriais brasileiros. Nos artigos portugueses encontram-se ocorrências como *altamente* **qualificados**, *extremamente* **fácil**, *mais* **eficientes**, *mais* **atrasado**, *mais* **competitiva**, *mais* **mediocres**, *muito* **difícil**, *mais* **insignificantes**, *mais* **difícil**, *absolutamente* **feminina**, *absolutamente* **inadmissível**, *mais* **grave**, *mais* **nocivas**, *mais* **interessantes**, *muito* **pormenorizada**, *mais* **ansioso**, **dividido** e **inseguro**, *mais* **penosos**, *mais* **sensível**, *mais* **violentas**, *demasiado* **próximas**.

Ainda quanto ao uso dos adjetivos, verificamos diferenças na quantidade de adjetivos que acompanham o substantivo. Enquanto nos jornais brasileiros apenas um adjetivo acompanha o substantivo³⁰, nos portugueses podem aparecer dois ou até quatro adjetivos³¹ como se vê em gestão **pública**, **eficiente**, **transparente**, **participada** e **articulada**, SNS **universal**, **geral** e **gratuito**, esclarecimento **urgente** e **cabal**, PT, **sólida**, **líder** e **competente**, enorme perversidade **social** e **mediática**, informação **credível**, **adequada** e **atempada**, incompetência **alheia**, **social** e **mediática**, pessoas **competentes**, **independentes** e **apolíticas**, sistema político **doente** e **corrompido**, partido **fragilizado**, **dividido**, **distante**, país *mais* **ansioso**, **dividido** e **inseguro**, China **próspera**, **pacífica** e **estável**.

³⁰ Encontramos apenas 11 ocorrências com dois adjetivos qualificando um mesmo substantivo.

³¹ Encontramos 55 ocorrências com mais de um adjetivo qualificando o substantivo.

Outra diferença nos textos analisados diz respeito à posição dos adjetivos qualificadores, que, nos editoriais brasileiros, aparecem normalmente pospostos. Segundo Neves (2000, p. 201), o adjetivo após o substantivo “é a posição mais frequente na linguagem comum, a menos marcada”. Nos textos dos jornais portugueses, frequentemente aparecem antepostos aos substantivos, criando ou reforçando o caráter avaliativo, pois “a anteposição dos **adjetivos qualificadores** marca a interveniência de uma avaliação subjetiva do falante na qualificação efetuada” (NEVES, 2000, p. 203, grifo do autor). Entre os adjetivos observados nos jornais brasileiros encontram-se: fragmentação **exagerada**, eleitoral **disfarçada**, fatos **desfavoráveis**, governantes **vitoriosos**, margem **estreita**, intervencionismo **errático**, pilhagem **sistemática**, dívida **pública**, recursos **naturais**, matas **preservadas**.

Nos jornais portugueses, é recorrente o uso de adjetivos antepostos ao substantivo, ou seja, numa posição mais marcada e com maior efeito de subjetividade (Cf. NEVES, 2000, p. 201) como **extraordinária** melhoria, **grande** oportunidade, **gloriosos** antepassados, **elevada** repercussão, **pomposos** cargos, **meros** executores, **elevada** dívida, **enorme** vantagem, **eventual** reforma, **clara** distorção, **inequívoca** nacionalização pecaminosa, **gritante** e **reles** demagogia, **descabelado** insulto, **patéticas** hordas justicialistas, **preocupante** conclusão, **falhada** entrevista, **imensa** sala, **preocupante** conclusão, **inevitável** apresentação, **pretensos** revolucionários, **perverso** ataque pessoal, **precária** solidão, visível desgaste, **diferentes** unidades, **evidente** progresso, **simples** estupidez, **irreprimível** impulso, **magnífica** autobiografia, **estonteantes** voltas, **falsas** acusações, **perigosa** tensão, **difícil** resposta, **forte** presença dos EUA, **sucessivas** notícias, **vigorosa** resposta **ocidental**, **orgulhoso** membro da EU, **diferentes** áreas, **insignificantes** tópicos, **excelente** notícia, **inestimável** contributo, **poderosa** e **influyente** máquina do PT, **diligente** bancário, **malfadada** tese, **enorme** desapontamento, **extrema** dificuldade, **complicada** situação, **precipitada** certidão de óbito, **previsível** e **precioso** apoio, **brutal** risco, **infeliz** coincidência, **forte** empenho cívico e político, **infeliz** coincidência. Apesar de não esgotar as ocorrências presentes no corpúsculo, é possível verificar a diferença no uso dos adjetivos e o papel destes na projeção da posição do autor no texto além da maior carga emotiva dos textos portugueses.

Os jornalistas brasileiros e portugueses diferem na forma de usar adjetivos quanto à posição que ocupam junto ao substantivo, à quantidade de adjetivos e a carga semântica destes. Tudo isso acaba por conferir um maior teor emotivo aos textos portugueses, enquanto os textos brasileiros transmitem ideia de maior imparcialidade. A

considerar marca da oralidade a projeção da emotividade pelo uso dos adjetivos, também nesse parâmetro os jornais portugueses ocupariam um lugar mais próximo à fala num *continuum* fala→escrita, enquanto os jornais brasileiros ocupariam o lado oposto, mas todos os jornais são representativos da escrita culta de uma instituição letrada, o que confirma em outro aspecto o inconveniente de aferir graus de escrituralidade ou oralidade ao texto desconsiderando o uso.

Não apenas os adjetivos concorrem para a expressão da emotividade dos jornais portugueses. Também os advérbios modificadores, que “afetam o significado do elemento sobre o qual incidem, fazendo uma predicação sobre as propriedades desses elementos, isto é, modificando-os (NEVES, 2000, p. 236) podem conferir um teor mais emotivo ao texto. Também nesse aspecto encontramos diferenças entre os jornais brasileiros e portugueses. Enquanto nos jornais brasileiros pesquisados, a preferência é pelos advérbios e locuções adverbiais não-modificadores, ou seja, “que não afetam o significado dos elementos sobre o qual incidem” (NEVES, 2000, p. 238), nos jornais portugueses, a escolha é por advérbios modificadores.

Nos editoriais brasileiros pesquisados, locuções adverbiais que indicam **lugar**, **tempo** iniciam sentenças e parágrafos. Entre os não-modificadores que operam sobre o valor de verdade aparece o advérbio de negação. Assim, juntamente com adjetivos classificadores, os editoriais, apesar de fazerem parte do gênero opinativo, passam ao leitor a ideia de isenção. Tais características linguísticas, que conferem aos textos um efeito de neutralidade podem ser vistas nos excertos de 34 a 37.

As locuções em negrito indicam tempos e locais específicos, claramente datados e citados nos textos. Constituem o tópico do período. Em 34, *na terça e ontem* indicam o dia 28/08/2014, ou seja, o dia anterior da publicação do editorial, 29/08/2014, uma quarta-feira. Em 35, o levantamento refere-se ao ranking do *Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)* divulgado em agosto de 2014, data da publicação do editorial.

34 - **Na noite de terça**, o plenário da Câmara rejeitou o decreto presidencial que criou a Política Nacional de Participação Social. A rejeição se deu com a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 1491/14, apresentado pela oposição, anulando o decreto presidencial. O PDC tem **agora** que ser apreciado pelo Senado Federal, cujo presidente, Renan Calheiros, **ontem**, sinalizou que, **na Casa**, ele também será derrubado: "Já havia um quadro de insatisfação com relação a essa matéria. O decreto ser

derrubado na Câmara não surpreendeu, da mesma forma que não surpreenderá se for, e será, derrubado no Senado", disse. (PP8)

35 - **No caso brasileiro**, a proteção contra não pagamento fica em torno de 1,4% ao ano; para o México, de 0,7%. **De 2010 a meados de 2013**, os valores estavam em patamares próximos. Ou seja, os investidores começam a se preocupar mais com o Brasil do que com outros emergentes - e uma razão *fundamental* para isso é o *baixo* crescimento. **Com o PIB estagnado**, torna-se mais difícil pagar dívidas. (FSP2)

36 - **Nos últimos instantes da recente pendenga eleitoral** assistimos muitas e muitas promessas. Faz parte, coloca um observador. **Já** outro coloca que a tão propalada alternância do poder só é defendida por quem está fora. *Difícilmente* viveremos para ver um partido cedendo espaço para outro com este objetivo. (GV9)

37 - **No levantamento divulgado agora**, o Brasil é citado entre os países em ascensão no ranking do desenvolvimento pelo acerto de suas políticas sociais, com ênfase para o Bolsa Família. A ação, porém, não encontra consenso entre integrantes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Na representação brasileira da organização**, o Bolsa Família é visto como modelo a ser seguido sem ressalvas por outros países. **No escritório em Nova York**, a visão é de que a iniciativa é eficaz, mas os efeitos, em grande parte, são de curto prazo. (DC4)

Nos jornais portugueses, além dos adjetivos qualificadores encontramos também muitos advérbios modificadores, dentre os quais se destacaram os advérbios de modo e os modalizadores. Os advérbios de modo são “qualificadores de uma ação, um processo ou um estado, isto é, modificam propriedades de verbos e adjetivos. Têm, pois função correspondente à que tem os **adjetivos** qualificadores, em relação aos substantivos” (NEVES, 2000, p. 242-3). Um advérbio de modo bastante usado nos jornais portugueses é *fortemente*, que apareceu em três dos quatro jornais pesquisados, AB, JM e JN. Advérbio formado pelo adjetivo *forte* e sufixo *mente*, ele confere maior carga semântica ao núcleo do qual ele funciona como satélite, atuando como um intensificador: **fortemente** punidos (AB), apostaram **fortemente** (JM), **fortemente** limitada (JN). Além dele, com valor semelhante aparecem em *absolutamente intolerável* e *extremamente fácil* (AB); *absolutamente feminina* (JM); *infinitamente menos benévola*, era *imensamente rico* (P); *extremamente complexa* (JN).

Foram encontradas diversas ocorrências com advérbios de modo em todos os jornais portugueses observados, muitos dos quais funcionam como intensificadores: 1) As Beiras - **singularmente** mais atrativas, quadros **altamente** qualificados,

redondamente enganado, devem interpretar **fielmente**, entre outros; 2) Jornal da Madeira - *foi mentir descaradamente*, mostrar **clara e transparentemente**, **inteligentemente** encontrar espaço, respeitar *rigorosamente*, opte **legitimamente**, atravessa **deliberadamente** entre outros, 3) Público - **laboriosamente** construído, **politicamente** correcto, **misteriosamente** ignorado, abrilhantado *muito discretamente*, *indissociavelmente* ligadas à Ásia, diminuiu *significativamente*, reduziu *consideravelmente*, entre outros; 4) Jornal de Notícias - acreditavam **cegamente**, vão sendo abatidos, **sem misericórdia**, gastaram-se **inutilmente**, **amplamente** noticiado, não assobiaram **freneticamente**.

Os dados apresentados mostram que traços emocionais, sentimentos e posicionamento de quem escreve estão presentes nos artigos de opinião dos jornais portugueses analisados e são manifestados por meio de recursos que a língua oferece. Nesse sentido, os advérbios modificadores e adjetivos qualificadores conferem maior carga emotiva aos artigos, funcionando como estratégia argumentativa para além da dicotomia fala/escrita. Além disso, tal uso contribui para a maior extensão dos textos portugueses em relação aos brasileiros.

Implicação emocional faz parte dos parâmetros que determinam a proximidade ou distância comunicativa, segundo Koch e Oesterreicher (2007). Designados como envolvimento do redator e expressão de emoção foi apresentada como marca da oralidade por Andrade (1999), Lucena (2011), Bessa, Oliveira e Bezerra (2012), KOZOW(2013). A forte implicação emocional verificada nos artigos portugueses associados ao alto grau de dialogicidade e espontaneidade³² levaria à classificação como textos de concepção oral, manifestados graficamente. A associação de emoção à oralidade pode levar à ideia de que a escrita favorece a racionalidade, e a fala, a emoção, como defendem os autores da grande divisão, postura já criticada por Street (2014 [1995]).

Como mostram os dados, a opinião, o posicionamento, a avaliação e a emotividade do jornalista aparecem de forma mais clara nos jornais portugueses do que nos brasileiros. Talvez isso se deva, conforme apontado por Chaparro (2008), ao perfil mais político das redações em Portugal.

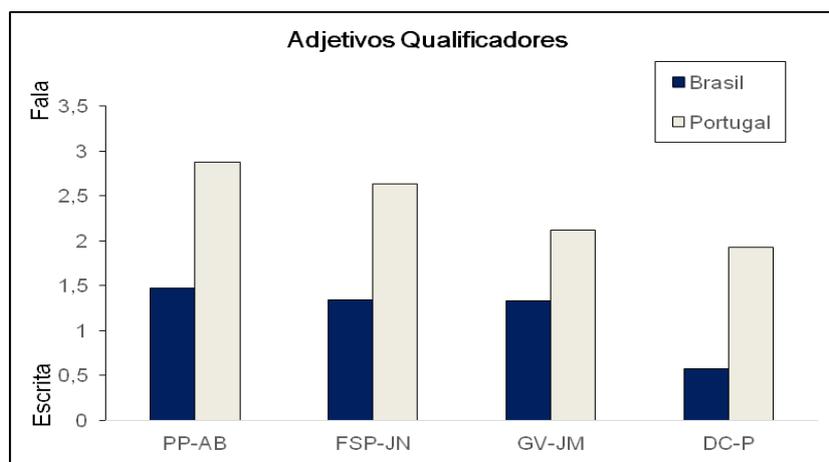
Os jornalistas brasileiros fazem escolhas léxico-gramaticais diferentes das escolhas dos jornalistas portugueses. Se considerarmos envolvimento como parâmetro

³² Apresentaremos na próxima subseção a dialogicidade e espontaneidade nos textos portugueses.

de escrituralidade, os jornais portugueses ocupariam, no *continuum* fala→escrita, posição mais próxima da fala, enquanto os jornais brasileiros ficariam no extremo mais próximo à escrita. O uso dos adjetivos qualificadores, a subjetividade, bem como traços emocionais e o envolvimento do jornalista, como demonstrado por Chaparro (2008), decorre de fatores sócio-históricos, resultando em maior emotividade e extensão nos jornais portugueses e maior concisão e menor emotividade nos jornais brasileiros, ou seja, a gramática está a serviço do falante em função dos seus objetivos, do contexto em que escreve (perfil dos jornais) e do público alvo de todos os jornais.

Assim como no uso de fórmulas fixas, a escolha de palavras que denotem maior ou menor envolvimento na expressão de maior ou menor emotividade levaria os jornais a ocuparem lugares distintos no *continuum*. Além disso, também nesse parâmetro, o tamanho do jornal ou a abrangência da publicação não foi um fator de envolvimento maior ou menor.

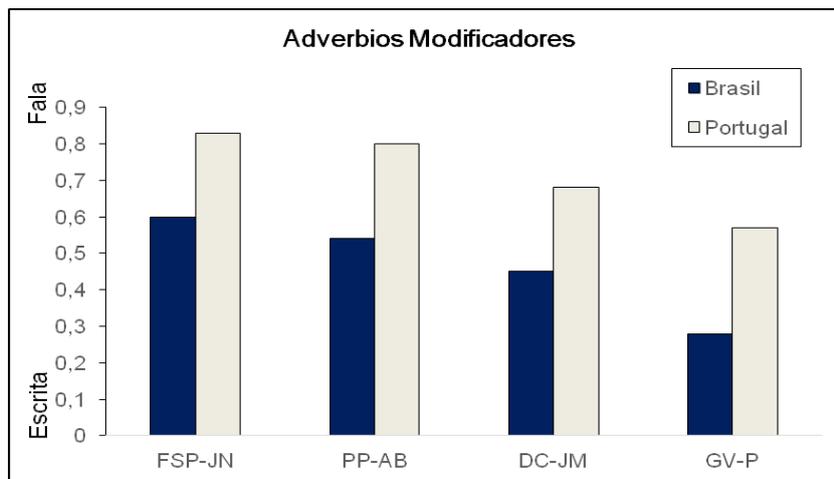
Gráfico 3 – Comparação do uso de adjetivos qualificadores nos jornais brasileiros e portugueses



Fonte: elaboração própria.

Percebe-se nos gráficos que a considerar o tom mais emotivo como parâmetro para avaliar a escrita, os jornais portugueses ocupariam o lugar mais próximo à fala e os jornais brasileiros, mais à escrita no *continuum* fala→escrita, sendo o Diário de Cuiabá o menos emotivo de todos. A maior proporção foi encontrada no jornal As Beiras, de Coimbra, com os adjetivos qualificadores equivalendo a 2,88% do total das palavras. No Diário de Cuiabá eles correspondem a 0,57% das palavras.

Grafico 4 – Comparação do uso de advérbios modificadores nos jornais brasileiros e portugueses.



Fonte: elaboração própria

Assim como no uso dos adjetivos, o envolvimento do redator pode ser percebido também pelo uso dos advérbios modificadores, que aparecem em maior quantidade nos jornais portugueses analisados, variando entre 0,83% no Jornal de Notícias e 0,57, no Jornal Público.

A eleição de determinados elementos linguísticos para a aferição de graus de oralidade leva a essas aparentes contradições em que um gênero escrito seria apresentado como de concepção oral em função de determinados traços linguísticos. Além disso, a depender do traço, um mesmo jornal ocuparia diferentes lugares no *continuum* fala → escrita. Além disso, observando a escala decrescente, é possível observar que um mesmo jornal em cada parâmetro ocuparia uma posição diferente no *continuum*, como, por exemplo, o jornal português Jornal da Madeira e o brasileiro Gazeta do Vale, que estariam mais próximos ao extremo da fala no uso de fórmula fixa e mais próximo ao da escrita no uso de palavras que mostrem a posição do redator. Tal classificação em pesquisa linguística pode contribuir para aprofundar o fosso entre essas formas de manifestação da língua, em vez de explicar e descrever os usos.

4.1.3 Escolhas sintáticas

Na literatura consultada, a complexidade sintática – com predomínio de subordinação - é apresentada como um traço de escrita, enquanto a coordenação e justaposição são classificadas como traço da oralidade. Na subseção anterior, afirmamos que fatores sócio-históricos condicionam as escolhas léxico-gramaticais que transmitem

ideia de maior isenção aos jornais brasileiros além de torná-los menos extensos que os portugueses. Nesta verificaremos se podem também influenciar a configuração sintática e se o predomínio de subordinação pode ser confirmado no gênero opinativo de jornais brasileiros e portugueses.

Não ignoramos as numerosas divergências e a heterogeneidade no processamento de dados sobre coordenação e subordinação nas diferentes abordagens linguísticas, tampouco o inconveniente de classificar as coordenadas justapostas como mais simples. O objetivo, contudo, não é mostrar o tratamento heterogêneo dado ao processo, mas apenas discutir se a complexidade sintática se faz presente com subordinação abundante e complexidade sintática (Cf. KOCH e OESTERREICHER, 2007; KOCH, 1997; MACKAY, 2000; NÓBREGA, 2008). Buscamos, portanto, apenas verificar se, no gênero observado, verificam-se as características atribuídas à escrita, conforme discutido em 2.2.1. Usaremos a nomenclatura constante em Neves (2000), Cunha e Cintra (2007), Bechara (2009).

Para verificar a estrutura sintática dos jornais começamos por observar o número de sentenças simples, que aparecem mais nos jornais brasileiros do que nos portugueses e 27,97% das sentenças no jornal Primeira Página, 26,19% no Diário de Cuiabá, 24,34% na Folha de S.Paulo e 21,21% na Gazeta do Vale. Nos jornais Primeira Página e Diário de Cuiabá, elas ocupam mais de um quarto das sentenças. Na Folha de S.Paulo aproximam-se de um quarto.

38- Não há números oficiais sobre a população de rua em Cuiabá. (DC2)

39- No flanco político, os problemas não serão menores. (FSP09)

40- O Vale do Araguaia mais uma vez fica de fora do quadro político estadual e federal. (GV7)

41- Os estudos do trem foram apresentados ao TCU em 2009. (PP3)

Como as coordenadas também são associadas à oralidade, verificamos a proporção de coordenadas em todos os jornais. A frequência de coordenação também é alta nos jornais brasileiros, sendo que no jornal Primeira Página corresponde a um quarto das orações das sentenças complexas. O menor índice de coordenação foi da Folha de S. Paulo, com 14,34%.

Tabela 3 – Proporção de sentenças simples e orações coordenadas nos editoriais brasileiros

Jornais brasileiros	Proporção de sentenças simples	Proporção de coordenadas
PP	27,97 %	25,21%
DC	26,19 %	20,74 %
FSP	24,34 %	14,34%
GV	21,21%	18,81%

Fonte: elaboração própria.

Em Portugal a frequência de sentenças simples e de coordenadas foi um pouco menor que no Brasil, mas a diferença não foi relevante. A proporção de sentenças simples é de 25,41% no jornal Público, 24,49% no Jornal de Notícias, 23, 75% no jornal As Beiras e 22,18% no Jornal da Madeira. Apesar de ser menor que no Brasil, também correspondem a quase um quarto das sentenças.

42- O PSD leva vantagem na corrida da campanha eleitoral das legislativas de 2015. (AB5)

43- A alma do nosso povo, não pode ser a alma de escravo. (JM2)

44 - A incompetência ética não significa necessariamente desonestidade. (P1)

45 - A desigualdade no mercado de trabalho é gritante. (JN6)

Tabela 4 – Proporção de sentenças simples e orações coordenadas nos artigos portugueses.

Jornais portugueses	Sentenças simples	Orações coordenadas
P	25,41%	16,95%
JN	24,49%	19,26%
AB	23, 75 %	20,39%
JM	22,18%	16,78%

Fonte: elaboração própria.

Nos editoriais brasileiros a justaposição, que aparece como uma estratégia para garantir efeito de isenção, também contribui para tornar os períodos mais curtos, colocando-os, também nesse aspecto, em um lugar diferente do *continuum* se comparados a Portugal, apesar de ambos pertencerem ao gênero opinativo.

No excerto 46, a relação entre causa e consequência que seria explícita com o uso de algum conector foi evitada. Cobrança e multas são medidas antipáticas (causa), por isso o candidato ao governo do estado de São Paulo não falou deles durante a

campanha (consequência). Não associamos a ausência de um conector que explicitasse a relação lógico-semântica a uma estratégia oral, mas aos objetivos do autor, que escolhe estratégias argumentativas que conferem efeito de isenção para corresponder ao perfil do jornal.

46 - O governador Geraldo Alckmin tampouco voltou a falar dos encargos pecuniários que prometera impor às contas de quem aumentasse o consumo. *A medida é antipática* e, se implementada, talvez cobrasse seu preço nas urnas.(FSP1)

Nos excertos seguintes, de modo semelhante, o editorialista não explicita por meio de conectores a relação de causa e consequência que existe entre as orações. As consequências, necessidade de instruir o jovem (47) e comportamento que precisa ser modificado (48) devem ser inferidas pelo leitor. A título de comparação, reescrevemos os períodos deixando, por meio do conector, explícita a relação semântica entre as orações.

47 - Para isso, é preciso instruir nossos jovens e dar-lhes liberdade maior de expressar sua criatividade a favor do Brasil. A falta de expressão reprime a ansiedade dos que querem sonhar com um país sem o contraditório. (GV6)

(Para isso, é preciso instruir nossos jovens e dar-lhes liberdade maior de expressar sua criatividade a favor do Brasil, visto que a falta de expressão reprime a ansiedade dos que querem sonhar com um país sem o contraditório)

48 - As pesquisas eleitorais têm demonstrado que uma parcela expressiva do eleitorado simplesmente desconhece os pretendentes a cargos públicos nas suas regiões. Esse é um comportamento social que precisa ser modificado. Na sociedade do conhecimento e da comunicação instantânea, já não se justificam mais a alienação e a rejeição à política. (DC3)

(As pesquisas eleitorais têm demonstrado que uma parcela expressiva do eleitorado simplesmente desconhece os pretendentes a cargos públicos nas suas regiões. Esse é um comportamento social que precisa ser modificado, porque, na sociedade do conhecimento e da comunicação instantânea, já não se justificam mais a alienação e a rejeição à política)

No excerto 49, da Folha de S.Paulo, no comentário sobre a política econômica da então presidente da República Dilma Rousseff, é usada a estratégia de esQUIVA ao apresentar causa/consequência. O conector garantiria a explicitude do sentido, o que o autor quis evitar.

49 - No afã de sustentar a bonança **que** beneficiou o segundo mandato de seu antecessor, a presidente meteu os pés pelas mãos. Adotou um intervencionismo errático **que** gerou distorções, afugentou

investimentos e solapou a confiança empresarial. Colheu inflação alta (média anual estimada de 6,2% no quadriênio) e crescimento raquítico (de 1,6%). (FSP9)

(No afã de sustentar a bonança **que** beneficiou o segundo mandato de seu antecessor, a presidente meteu os pés pelas mãos. Adotou um intervencionismo errático que gerou distorções, afugentou investimentos e solapou a confiança empresarial, de modo que colheu inflação alta... [colhendo inflação alta]).

Nos jornais portugueses, notamos preferência por construção de sentenças conectivas, sendo que não encontramos, nos artigos observados, casos de justaposição. O excerto 50, do jornal AB, que trata da política econômica na União Europeia, comandada pela então Chanceler alemã Ângela Merkel, apresenta maior adesão ao conteúdo não apenas pelos vocábulos escolhidos, mas também pela relação explícita entre as orações.

50 - Enquanto isto, cá pelas nossas bandas, a política caseira tornou-se a vergonha da nossa cara. **Como** sabem **que** a justiça não funciona, **porque** foi feita a pensar neles, gamam, trituram a economia, abusam do poder, vivem de expedientes e até, o Governador do Banco de Portugal diz agora **que** foi de férias! **Pois**, de férias esteve ele sempre, **porque** conseguiu não ver o abuso da banca. (AB4)

Como mostram os dados, gêneros escritos podem conter todas as informações claramente ou deixar algumas implícitas, ou seja, a depender do perfil do jornal, as informações podem ser explícitas. As relações lógico-semânticas podem ser explicitadas em alguns textos escritos revelando a posição do articulista, o que configuraria uma marca da escrita, língua distante, nos termos de Koch e Oesterreicher (2007), mas também pode ficar implícita, configurando diferente estratégia argumentativa e talvez preservação de face, justificável numa empresa que depende de investidores.

O predomínio de subordinadas foi confirmado em ambos os países. Entre as subordinadas, o **que** complementizador ou relativizador introduz mais da metade das orações, nos textos observados, com exceção do jornal Folha de S. Paulo. Esse resultado corrobora com a afirmação de Tarallo (1990, p. 167), que, no estudo das adjetivas, apresenta o *que* “como mecanismo básico de conexão sentencial” e afirma que na modalidade oral do português a presença do **que** é quase categórica. Nossos dados mostram a predominância do **que** complementizador ou relativizador na escrita culta.

Tabela 5 - Proporção subordinadas iniciadas pelo conector *que*.

Jornais brasileiros	Orações subordinadas iniciadas pelo conector que		Jornais portugueses	Orações subordinadas iniciadas pelo conector que	
	Nº	%		Nº	%
DC	121	72,02	JN	231	72,18
PP	143	69,23	JM	284	71,71
GV	265	67,16	AB	209	67,63
FSP	111	64,61	P	185	65,6

Fonte: elaboração própria.

O predomínio de subordinadas iniciadas pelo conector **que**, como relativizador ou complementizador, pode ser observada nos excertos de jornais brasileiros 51, 52, 53 e 54. Todas as ocorrências de 51 a 54 são parágrafos completos, em que se vê predomínio do conector *que* relativizador e complementizador, sendo que os relativos, representam 85,7% dos usos. Se, por um lado, o predomínio de subordinação garantiria o estatuto de escrituralidade aos editoriais, situando-os no extremo da escrita no *continuum* fala→escrita, por outro, a repetição, designada como traço de oralidade, os colocaria no outro extremo, se considerarmos os parâmetros das pesquisas discutidas em 2.2.1.

51 - A recuperação virá sobretudo das nações desenvolvidas, **que** devem crescer 2,4% no ano **que** vem, no **que** serão acompanhadas pela maior parte dos emergentes, com alta de 5,2%. Nesse grupo, o Brasil continua a ser um dos lanternas –o fundo espera **que** a economia do país avance apenas 2%. (FSP2)

52- Está se tornando assustadora as descobertas **que** estão sendo feitas, no dia a dia, ora pela imprensa (**que** está fazendo a sua parte), ora pela Polícia Federal e outros órgãos fiscalizadores, quanto aos atos desonestos **que** imperam no País e **que** são liderados, quase sempre, por petistas e peemedebistas. (GV12)

53 - No dia 23 de outubro, a mesma Folha publicou matéria dizendo **que** “o governo da presidenta Dilma Rousseff tem adiado a divulgação de dados negativos **que** poderiam prejudicar a campanha pela reeleição da candidata do PT”. (PP9)

54 - Os seres humanos **que** padecem sob os dois viadutos citados, sob outros viadutos e marquises materializam a carência da assistência social, **que** existe, **que** atua, **mas que** não tem abrangência suficiente para universalizar o direito à vida com dignidade. (DC2)

Nos jornais portugueses, assim como nos brasileiros, o **que** é o conector predominante, mas neles, aparecem outras relações sintático-semânticas, num mesmo período, como se pode verificar nos excertos 55, 56, 57 e 58. Os excertos 55 e 56 foram escritos em primeira pessoa, considerado marca da oralidade em texto argumentativo, como discutido em 2.2.1. Sintaticamente, contudo, apresentam orações subordinadas adverbiais, substantivas e adjetivas, inclusive com intercalação que configuraria um traço de escrituralidade. Em 55, a oração adverbial temporal *quando era vereador* aparece intercalada à substantiva e uma reduzida causal, intercalada com uma desenvolvida. Em 56, um traço de escrituralidade estaria num conector pouco usado, *não obstante*, além de intercalações.

55 – Recordo, aliás, **que quando** era vereador vários municípios se me dirigiam **porque, tendo** caído no desemprego, procuravam renegociar com a Banca os seus empréstimos de habitação e viam estes, de uma forma agiota, *aumentar* os juros devido ao "aumento do risco" **que** a sua situação representava. (JN1)

56 – Começo, **não obstante**, pela emigração mais antiga e tradicional, sublinhando **que** três anos na África do Sul e quase ano e meio na Venezuela serviram **para aprender** algumas lições fundamentais com os nossos emigrantes (alguns **dos quais** preferem a denominação de “portugueses residentes no estrangeiro”): a primeira, creio **que** já o escrevi por estas páginas, é a **de que** nada se consegue sem muito trabalho.. (AB2)

57 - Quando se atravessa deliberadamente esta linha vermelha, **quando** deixamos de agir com a cautela e a dignidade **que** nos é exigida de respeitarmos o próximo, passamos a integrar o lote da escumalha nojenta **que** por aí anda, aproveitando-se de situações como esta, confundindo tudo, emitindo juízos ou apreciando o carácter de cidadãos, sem esperar **que** a verdade seja apurada e **que** os culpados, os **que** realmente são culpados, sejam julgados e condenados, como é natural **que** aconteça numa sociedade democrática e organizada como a nossa. (JM10)

58 - A pena de prisão de João Miguel Mesquita ficou suspensa na condição **de que** o condenado pagasse à autarquia os 12.000 euros **de que** se tinha “apropriado”, o **que** significa **que** não existiu qualquer sanção real para o crime e **que** o condenado apenas será obrigado a repor o **que** roubou, **como se** se tivesse enganado nas contas com a melhor boa-fé do mundo e fosse o mais ímpoluto dos autarcas. (P2)

Outra diferença diz respeito à quantidade de orações que compõem a sentença. Uma das marcas da oralidade seria o uso de frases curtas. Não obstante, em editoriais brasileiros, a preferência por períodos compostos por poucas orações foi verificada em todos os jornais pesquisados, enquanto em Portugal os períodos são compostos por várias orações, algumas das quais intercaladas.

Quanto à extensão das sentenças, nos jornais brasileiros, as sentenças complexas são elaboradas com poucas orações, sendo o jornal Folha de S.Paulo o que apresenta o menor número. Apenas 1,6% das sentenças do jornal são compostas por 06 Orações. Os demais jornais brasileiros apresentam baixo índice de sentenças com mais de 06 orações: Diário de Cuiabá com **3,84%**, Primeira Página **3,3%**, Gazeta do Vale **2,41%** e Folha de S.Paulo, nenhuma. Nos jornais portugueses, as sentenças apresentam maior extensão que nos brasileiros, em parte pela maior quantidade de adjetivos qualificadores e advérbios modificadores, em parte pela quantidade de oração que compõe as sentenças. Neles, há sentenças compostas por até 18 orações, evidenciando a diferença entre os jornais de ambos os países.

Tabela 6 – Proporção de sentenças com mais de 6 orações.

Jornais brasileiros	Sentenças com mais de 06 orações		Jornais portugueses	Sentenças com mais de 06 orações	
	Nº	%		Nº	%
GV	8	3,84	AB	23	12,84
PP	3	3,3	JN	17	12,34
DC	4	2,41	P	18	8,07
FSP	-	-	JM	29	7,65

Fonte: elaboração própria.

A diferença entre as formas de organizar as orações e sentenças pode ser vista nos excertos 59, 60, 61, 62, de jornais brasileiros. São sentenças curtas, em que predominam orações iniciadas pelo conector **que**.

59 - Não é livre o indivíduo **que** busca um órgão do Estado e dele recebe aprovação para tal investimento, e em ato contínuo outro órgão do mesmo poder invalida a autorização concedida **ou** cria **tamanho** embaraço **que** a torna inviável. (DC5)

60 - É até mesmo incerto **que** moradores dessas localidades queiram se manifestar em uma disputa ucraniana, **já que** muitos desejam maior aproximação com a Rússia. (FSP4)

61- Por outro lado aumenta **os que** buscam, através de concursos, participar das mamadas e mamatas, criando uma cultura **de que** a máquina ajuda e colabora com o sectarismo desenfreado, **enquanto** encanta uns e desencantam outros. (GV6)

62 - São investimentos grandes, importantes, **que** beneficiarão **não apenas** a saúde econômica e social de São Carlos e região, **mas** do Brasil, **já que** a atuação de ambas empresas têm um alcance nacional. (PP5)

Nos jornais portugueses, observa-se outra configuração sintático-semântica. Em um único período podem-se ver diferentes relações lógico-semânticas, com orações coordenadas, subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais. Outra diferença diz respeito às orações reduzidas, que contribuem para reduzir a repetição do conector **que**. O excerto 65 é constituído por um período em que aparecem parênteses e travessões separando intercalações, orações subordinadas reduzidas e desenvolvidas, apresentando a complexidade sintática que se diz própria de texto escrito.

63 - *O processo levanta dúvidas sobre a competência política dos seus dirigentes* **pois** nenhum deles parece **dar-se conta de que, a prosseguir** nestes termos, esta avaliação vai condenar à morte a prazo metade das unidades de investigação portuguesas, **aniquilando** áreas de investigação **e deixando** lacunas impossíveis de colmatar no conhecimento científico e tecnológico nacional, **afectando** de forma duradoura a credibilidade do Estado e a confiança **que** os investigadores e os agentes económicos possam ter nas decisões e promessas de política científica e de inovação. (P1)

64 - Outros partidos, **que** durante estes 40 anos de Democracia apenas criticaram a gestão PSD, aproveitaram-se desta oportunidade **para se colocarem** no “poleiro” **e daí poderem** dar azo ao seu ódio e às suas vontades indisfarçáveis de vinganças pessoais para com pessoas competentes, independentes e apolíticas, **como** é o caso da tesoureira **que** foi arredada do seu posto **por** não **deixar** passar as incompetências de outros **que** detêm cargos superiores **e** aproveitando a passividade dos novos dirigentes autarcas, **que** aceitam **e** permitem tudo, **desde que** não os chateiem. (JM4)

65 - Acionar uma solução de recurso **porque** fomos apanhados (enganados, disse o Governador do Banco de Portugal) pelo desmoronar catastrófico dos últimos dias de vida do BES – **nos quais** um banco com 150 anos foi chacinado (**ficando** a valer 12 cêntimos por ação e pouco mais de 600 milhões de euros) em bolsa **porque** apesar de todos os erros, e de verificar a saída em massa de depositantes, não fomos capazes **de perceber que** devíamos suspender as ações **e** parar **para pensar** – **que** fez com que o BCE fechasse a torneira **e** nos deixasse sem alternativas. (AB03)

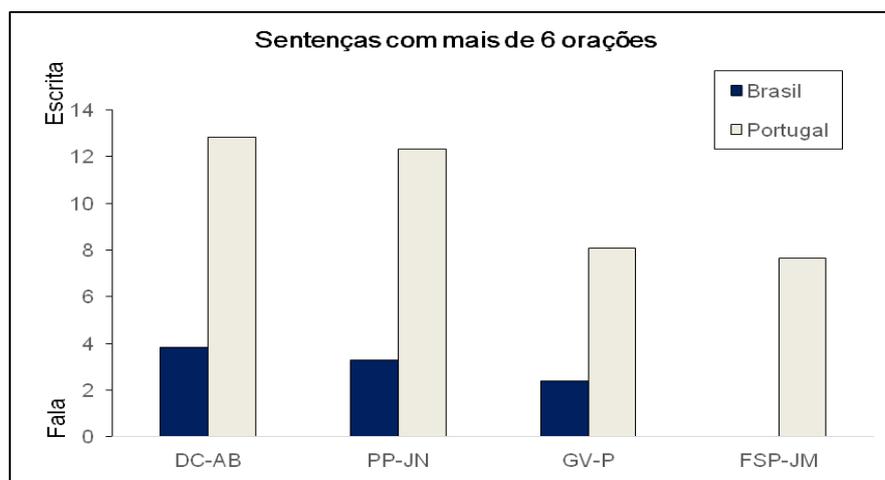
66 - Claro **que** podemos estar perante uma infeliz coincidência, **mas** não me devo enganar muito **se** pensar **que** um dos motivos **pelos quais** o Banco de Fomento nunca mais abre as portas é exatamente **porque** esta ideia **de que** ele tenha a sede **e** o poder de decisão no Porto é difícil de engolir **por quem**, na capital, está habituado **a ter** o poder do dinheiro e o dinheiro do poder sempre ali à mão de semear. (JN4)

Pelos aspectos observados nesta subsecção, pode-se perceber que textos dos jornais portugueses apresentam maior incidência de palavras que denotam emoção e envolvimento do redator, o que os colocaria como textos falados, se considerarmos as análises habituais, ou o parâmetro de Koch e Oesterreicher (2007) de implicação

emocional na língua imediata. Por outro lado, apresentam mais subordinação e intercalação, a complexidade sintática que os colocariam como textos escritos. Considerar as diferenças linguísticas como decorrentes ou parte das práticas sociais da oralidade e/ou do letramento pode trazer, implicitamente, a ideia de mente oral e mente alfabética, que definiriam formas de agir, pensar e se expressar. Nesse sentido, em vez de classificar como oral as estratégias de interação face a face que aparecem na escrita, consideramos útil verificar as funções dessas estratégias no texto escrito, observando as semelhanças e dessemelhanças.

Se tomarmos a presença de subordinação como parâmetro de escrituralidade, os jornais brasileiros estariam mais próximos da fala no *continuum* fala→escrita do que os jornais portugueses, em que é menor a frequência de sentenças simples e coordenadas. Além disso, apresentam na elaboração das sentenças complexas intercalação e maior número de orações, que poderiam configurar-se como sentenças com complexidade sintático-semântica.

Gráfico 5 – Sentenças com mais de 6 orações.



Fonte: elaboração própria.

Observar dados de fala para identificar as marcas linguísticas que a caracterizam, como já feito nos projetos de pesquisa coletivos tem sido bastante produtivo. Questionamos, contudo, a classificação como marcas da oralidade dessas estruturas quando aparecem em textos escritos, pois pode soar como prescrição e reafirmar as diferenças. Parece mais produtivo descrever a escrita em uso por falantes cultos, sem partir de uma norma de referência.

Como demonstramos, elementos tratados como típicos da oralidade como as fórmulas fixas, por exemplo, aparecem na escrita culta e fazem parte do léxico de todos os jornais pesquisados. Sentenças simples e orações coordenadas também são bastante usadas sendo no Brasil e em Portugal. Em relação à subordinação, que seria um traço de escrita, também encontramos diferenças entre Brasil e Portugal. Apesar da maior frequência de subordinação em ambos os países e semelhança no uso do conector **que**, que inicia mais da metade das orações subordinadas desenvolvidas, Portugal apresenta maior frequência de sentenças com maior número de orações, além de intercalações, que configuraria a complexidade sintático-semântica que caracterizaria a escrita.

Verificamos, portanto, que em relação às escolhas léxico-gramaticais, há semelhança na escrita portuguesa e brasileira no uso de fórmulas fixas, predomínio de subordinadas, bem como na presença quase categórica do conector **que** para iniciar orações subordinadas. Por outro lado, há diferenças na organização das sentenças, que, nos jornais portugueses, são elaboradas de modo a estabelecer diferentes relações lógico-semânticas, tornando difícil processamento da informação em alguns casos, enquanto nos editoriais brasileiros as sentenças são mais curtas.

No gráfico 5 pode ser observada a diferença na frequência de sentenças consideradas complexas do ponto de vista sintático-semântico, o que levaria os jornais ocuparem diferentes posições no *continuum* fala→escrita, confirmando o demonstrado nos demais parâmetros. Essas diferenças entre textos do mesmo gênero não podem ser explicadas pela relação fala/escrita, uma vez que classificar de marcas orais elementos manifestados na escrita culta, de instituição letrada, envolveria um discurso autoritário do que **deve** ser a escrita em vez de mostrar como ela **se apresenta** no uso real. Subjacente à defesa de que a escrita tem (deve ter) determinadas características - mesmo quando a imprensa e gêneros típicos de escrita apresentam características diferentes do que é apresentado - está o discurso da norma-padrão, o discurso da norma explícita de que fala Aléong (2001).

4.2 Marcas textuais de subjetividade

A definição e descrição da escrita a partir da base semiótica - ou do canal comunicativo, nas palavras de Street (2014) - resultam em descrições que acabam fomentando um pensamento de que existe um fosso entre fala e escrita. Para evitar a inserção desta pesquisa, mesmo que implícita e indiretamente, no quadro da grande

divisão ou da dicotomia, assumimos a escrita como língua em uso, como enunciação, o que implica considerar a subjetividade para descrevê-la. Para isso, apropriamo-nos das ideias de Benveniste (1988 [1966], 2006 [1974]) que coloca a subjetividade como condição da existência da língua. Como a subjetividade depende da inversabilidade percebida na oposição eu/tu, que funda a intersubjetividade, trataremos também da interação. Essa assunção é importante para discutir o uso de elementos associados à fala para além da sua classificação como *marca da oralidade*.

Conforme apresentado na seção 2.2.1, são classificados como marcas/traços da oralidade diferentes elementos linguísticos que remetem ao sujeito do discurso como usos de 1ª. pessoa, emoção, exclamação, bem como os elementos que remetam à posição de quem escreve ou à interação, como simulação de diálogo, interrogação, ou seja, as marcas de enunciação presentes no enunciado. Essa classificação não se liga a uma base teórica específica, uma vez que, conforme apresentado, aparece em pesquisas de diferentes áreas da linguística. Ao assumir a escrita como enunciação, procuramos descrever as estratégias de textualização que marcam a posição do locutor em contraposição com os interlocutores.

Como atestado por Gomes (2007), simulação de diálogo, referência direta aos interlocutores, pontuação e recursos gráficos convencionais e interjeição já estavam presentes em nos editoriais do século XIX. Apesar de a pesquisadora classificar como traços da oralidade, preferimos interpretar como traços próprios da língua, que marcam a presença do sujeito no discurso e remetem à instância de enunciação. Não há enunciado sem enunciador, mas este pode tanto ser apagado quanto atualizado no texto por meio de diferentes estratégias, como nossos dados mostram.

Na subseção 2.2.1.5, apresentamos que Watthier e Costa-Hübes (2014), Silva (2008), Bessa, Oliveira e Bezerra (2012), Costa *et al* (2015) e Carvalho (2012), analisando textos de alunos de diferentes níveis de escolaridade, classificaram como marca de oralidade os elementos que denotem subjetividade e interação. Andrade (1999), Gomes (2007), Kozow (2013), Lucena (2011) e Marine (2009) classificaram da mesma forma esses elementos presentes em textos retirados da imprensa escrita. Em vista disso, observaremos esses elementos no gênero opinativo mostrando as diferentes estratégias de formulação que deixam transparecer a subjetividade do escrevente e instauram o tu/interlocutor no texto.

No editorial é exposta a opinião da empresa de comunicação ou da equipe editorial, e no artigo aparece a ideia do jornalista ou colaborador do jornal. Ambos os formatos objetivam transmitir uma determinada posição e levar o leitor à reflexão sobre um fato ou ideia da atualidade. Os objetivos do gênero pesquisado parecem, portanto, favorecer a presença dos elementos de subjetividade, o que justifica tais elementos fazerem parte de todos os jornais pesquisados.

4.2.1 Subjetividade: primeira pessoa

No Brasil, entre os jornais observados, apenas o jornal Folha de S. Paulo, confirmando outras características que transmitem efeito de isenção, não usa primeira pessoa em seus editoriais. A Folha declara em seu manual que o editorial é a voz do jornal cujo estilo deve ser equilibrado e enfático e defende que a questão de que se vai tratar seja apresentada com concisão de modo a “desenvolver os argumentos que o jornal defende, refutar as opiniões opostas e concluir condensando a posição adotada pela **Folha**” (FOLHA, 2013, p. 66). Não obstante essa assunção de voz no manual de redação, percebemos no editorial tentativa de apagamento das marcas que denunciem um sujeito que enuncia.

Sentimentos, sensações, esperanças e desejos são apresentados em sentenças com sujeito indeterminando, evitando assim, preencher lexicalmente o desencadeador da ação, como se vê nos excertos 67, 68 e 69.

No excerto 67, com o verbo na voz passiva, não aparece lexicalmente o agente de *criar* - política econômica da então candidata à presidência Dilma Rousseff. É apagado também quem tem a sensação de perda do controle, que nesse caso, seria da Folha de S. Paulo.

67 - Também se criou a sensação de que o controle do processo inflacionário cedeu prioridade ao impulso de baixar os juros por força das conveniências políticas. (FSP5)

Nos excertos 68 e 69 também foi apagado o desencadeador, que nesse caso, seria o próprio jornal.

68 - Não se pode tirar a razão desses argumentos. (FSP6)

69- Quanto à oposição, derrotada mas fortalecida nas urnas, espera-se que evite tanto a leniência que a desfigurou nos últimos anos, como a tentação de enveredar por uma diretriz de "quanto pior, melhor". (FSP9)

Apesar desse apagamento do desencadeador das ações nos editoriais sobre política, veremos que o sujeito enunciador aparece por meio de outras estruturas revelando a impossibilidade de apagamento completo da subjetividade.

Nos demais jornais, é frequente o pronome plural de primeira pessoa tanto para fazer uma referência genérica, em que a indeterminação “não é total, já que, na forma **NÓS**, pelo menos uma referência é determinada, porque sempre está incluído o falante (o **EU**)” (NEVES, 2000, p. 465, grifo do autor), quanto instituir a fala do jornal “como se ela fosse de todo um grupo, com o qual ele se identifica” (NEVES, 2000, p. 460). São usos que envolvem a subjetividade, pois a primeira pessoa refere-se à pessoa de quem parte o discurso.

No jornal Diário de Cuiabá o pronome *nós* foi usado em apenas dois editoriais, dos 12 observados. Nos dois casos, foi usado para referir-se ao grupo do qual o jornal faz parte. No excerto 70, que faz parte de um editorial que discute a eleição federal, o pronome *nós* refere-se aos eleitores brasileiros. No 71, o pronome refere-se aos mato-grossenses.

70 - Só **teremos** governantes e representantes dignos quando os cidadãos se interessarem pelo processo eleitoral e fiscalizarem com rigor tanto os candidatos que se oferecem ao pleito quanto os eleitos. (DC3)

71 - **Somos** um Estado preterido no sistema federativo, **enfrentamos** o grave problema do narcotráfico e a União tutela os principais setores da economia e estratégicos. (DC5)

No Jornal Gazeta do Vale, a primeira pessoa aparece em 10, dos 12 editoriais observados e no jornal Primeira Página é usada em 07 editoriais. Nos excertos 72, 73 e 74, o jornal se identifica (e fala) como pertencente a um grupo maior: mato-grossense, eleitor brasileiro e morador de São Carlos-SP, respectivamente.

72 - Já **tivemos** sonhos legítimos, quando **elegemos** um representante do agro-negócio para o governo e depois para o Senado [...]. (GV2)

73 - É uma semana decisiva. Refletir sobre a **nossa** decisão é essencial, fundamental. Afinal de contas, **estaremos** entregando às pessoas que **escolhermos** o comando do país pelos próximos quatro anos. (PP6)

74 - São Carlos registrou mais uma morte no trânsito na madrugada deste sábado, 26. Somente em julho foram mais de 50 acidentes de trânsito envolvendo motociclistas. **Vivemos** um genocídio de jovens que interrompem seus sonhos em fração de segundos. (PP2)

A primeira pessoa do plural é bastante usada nos jornais Primeira Página e Gazeta do Vale para indeterminar o sujeito. Nesses casos, porém, aparece tanto um sujeito maximamente indeterminado, com verbo na terceira pessoa do singular e pronome *se*, quanto com o falante incluído, como demonstrado nos excertos 75 e 76.

75 - **Observamos** através destes desencontros, a batalha que se trava entre candidatos à Presidência do Brasil. *Fica-se* na expectativa sobre quem será o próximo a fingir que irá governar. (GV6)

76 - Mas quando *se fala* em sistema penitenciário, **falamos** de um outro problema crônico nacional. E quando **falamos** de educação, **topamos** com outro problema nacional. Também crônico. (PP1)

Se no Brasil há, por parte de alguns jornais, essa tentativa de apagar a subjetividade no texto, em Portugal ela se mostra de diferentes maneiras: o falante instituindo sua fala como **eu**, ou como parte de um grupo, **nós**. Em todos os jornais pesquisados, observamos o uso da primeira pessoa. O fato de o artigo ser assinado favorece a presença da primeira pessoa do singular, mas não é um determinante, pois há artigos escritos em terceira pessoa.

77 - **Tenho** pena. **Penso** mesmo que muitos portugueses têm pena de tal medíocre que, além de não perceber nada de política, não é homem capaz de governar, nem de se opor a uma ditadura. **Vamos** deixar aos nossos filhos um rasto de miséria, de vergonha, e os **nossos** gloriosos antepassados, a “morrer de vergonha”! (AB4)

78 - *Parece óbvio* - e **acompanharei** este processo também com mais regularidade opinativa - *que a disputa pela liderança do PSD da Madeira pode estar a ser distorcida*. Quando **falamos** de disputa pela liderança de um partido falamos do quê? (JM1)

79 - **Termino**, repetindo o que disse no final da comissão de inquérito: **voltaremos** a ouvir falar dos submarinos. Para alguns, continuarão a ser um pesadelo. (P12)

80 - Significa isto que, para **pagarmos** a totalidade da dívida, já **precisamos** da totalidade da riqueza que produzimos durante 15 meses. **Presumo** que isto aumenta o "risco" dos credores ou, por outras palavras, que isto diminui a capacidade de o país pagar os seus empréstimos. (JN1)

4.2.2 Expressão de sentimentos

O gênero opinativo, como explicitado pelo nome, traz a opinião de quem escreve, seja do jornal, seja do jornalista, que ao marcarem seu posicionamento podem deixar transparecer traços emocionais. Tais traços, nas pesquisas apresentadas na subseção 2.2.1 são classificados como marcas da oralidade. Como aparecem em gênero prototípico do jornalismo impresso, mesmo nos jornais que procuram apagar as marcas explícitas da subjetividade, procuramos, nesta subseção, descrever os recursos oferecidos pela língua por meio dos quais o enunciador deixa entrever seus sentimentos e desejos.

Uma forma de mostrar seus desejos é por meio de sentenças que se assemelham às imperativas indiretas³³, mas no lugar do verbo *querer*, na sentença matriz aparece o verbo *esperar*. Essa é a estrutura mais comum no jornal PP, como se vê no excerto 81. O verbo *esperar* é usado no texto não no sentido *aguardar*, mas no de *ansiar*, de *contar com a realização*.

81 - **Esperamos que** esse trabalho político, de articulação feliz entre administração municipal e empresariado, **continue** rendendo bons frutos. (PP5)

Nos outros jornais, a estrutura assemelha-se às optativas descritas por Perini (1995). Ao tratar das orações optativas, Perini (1995, p. 67) afirma que se trata de “um tipo de oração de importância bem menor, por só ocorrer raramente e em casos especializados”. Nos jornais observados, as orações que exprimem desejo não são tão raras, nem tão curtas como as apresentadas a título de exemplo pelo linguista. Um pouco mais longas e elaboradas, elas aparecem na conclusão de 01 dos 12 editoriais da Folha de S.Paulo, em 04 dos 12 editoriais do Diário de Cuiabá e em 04 dos 12 editoriais do jornal Gazeta do vale. No excerto 82, do jornal Diário de Cuiabá, aparece a expressão de desejo *tomara* em um parágrafo e no parágrafo seguinte a expressão é omitida. Mas mesmo com a omissão permanece o sentido de desejo.

82 – **Tomara que** o frio e a chuva **acendam** a luz social dos governos em todas as suas esferas, para que em ações transversais e isoladas estendam a mão protetora do Estado ao cidadão em situação de extrema pobreza ou vulnerável socialmente, não somente quando esse for atingido por problema climático ou catástrofe, mas todos os dias. [...]

³³ Castilho (2016, p. 327-8).

Que Cuiabá **lance** o quanto antes uma cruzada social pelos moradores de rua e que essa seja compartilhada com Várzea Grande, pois esse problema desconhece limite territorial. **Que** isso **aconteça** sem prejuízo ao trabalho desenvolvido por instituições iguais a Ordem DeMolay, que criou postos de doações de agasalhos aos que necessitam; e pelos cidadãos que no anonimato de seus gestos socorrem o irmão estranho e necessitado, que padece nas ruas da capital de Mato Grosso. (DC2)

Os jornais Gazeta do Vale e Folha de S. Paulo expressam o desejo sem a interjeição *tomara*.

83- **Que** a presidente Dilma Rousseff, eleita para governar por mais quatro anos, **tenha** sorte, talento e humildade para levá-la adiante. (FSP8)

84 - **Que** no próximo período de seca os membros da Brigada **sejam** mais valorizados. **Que tenham** maior apoio e que os mesmos **sejam** treinados e ágeis para prevenir, antes que o mal aconteça. (GV5)

Nos jornais portugueses observados, essa estrutura não foi encontrada, pois as emoções e sentimentos são expressos por meio de outros recursos linguísticos como mostramos no uso de adjetivos qualificadores e advérbios modificadores, o que confirmamos em outras estratégias.

Outra estrutura por meio da qual o sentimento do enunciador em relação aos fatos discutidos aparece são as sentenças curtas com estrutura não canônica. Essa estrutura foi observada em jornais de ambos os países. A única exceção foi do jornal Folha de S. Paulo, que só tem em comum com as demais sentenças a extensão.

Como mostramos nas subseções anteriores, o jornal Folha de São Paulo usa recursos que transmitem ideia de imparcialidade e objetividade diante dos fatos discutidos e são poucos os momentos em que há marcas de subjetividade nos editoriais do jornal, mas mesmo nele verificamos a presença do enunciador.

No excerto 85, ao tratar da crise hídrica em São Paulo no ano de 2014 e das razões que levaram o então governador e candidato à reeleição Geraldo Alckmin a adiar soluções para o problema, o eu-jornalista, com uma sentença curta, se posiciona contra o adiamento em nome da campanha.

85 - O governador Geraldo Alckmin tampouco voltou a falar dos encargos pecuniários que prometera impor às contas de quem aumentasse o consumo. A medida é antipática e, se implementada, talvez

cobrasse seu preço nas urnas. **Pouco importa.** Aos paulistas interessa ver crescer sua segurança hídrica – o que não será possível se o governo continuar a planejar com um olho no cronograma eleitoral e o outro nas nem sempre confiáveis previsões meteorológicas. (FSP1)

Excetuando a Folha de S. Paulo, em que encontramos apenas uma ocorrência, na organização textual-interativa dos textos observados, as avaliações mais inflamadas são expressas em sentenças curtas. Em ambos os países as avaliações mais emotivas, além de curtas, são estruturadas sem verbo. No excerto 86, do jornal Gazeta do Vale, a avaliação fica clara no uso do substantivo que inicia a sentença não canônica: *erro*. Estratégia semelhante foi usada no excerto 88, do jornal Primeira Página, com a avaliação expressa numa sentença curta, que parece ampliar a carga emotiva.

86 – Entende o “entendido”, que os eleitores são obrigados a votar e precisando primeiro participar de política por opção. **Erro no pontapé inicial.** (GV3) 87 - Diz outro ditado que “quem semeia vento, colhe tempestade”. **Nada mais correto.** (GV9)

88 - Mas é preciso perguntar: essa oposição é genuína, ou é teatro birrento para a dança das cadeiras de cargos? **Ou coisa pior.** Com o Mensalão, a história recente do País mostrou o quão perversa e deturpada a relação entre Executivo e Legislativo pode ser. Esperamos que essas cenas não sejam um remake do passado recente. (PP8)

Nos jornais portugueses observados, encontramos a mesma forma de avaliar: uso de sentenças curtas, em alguns casos, não canônicas. No excerto 89, podem ser vistas duas estratégias diferentes de subjetividade e interação, ambas com sentenças curtas. Na primeira ocorrência, o adjetivo *ridículo* qualifica toda a situação anteriormente descrita, momento em que se percebe o enunciador e sua emoção, mesmo na ausência de pronome de primeira pessoa. Na segunda ocorrência, o verbo *ver* no modo imperativo afirmativo é relacionado ao tu-leitor, que é convidado a analisar a situação, numa clara estratégia de interação distanciada.

89 – Não é aceitável que uma investigação se prolongue por mais de oito anos. E que, oito anos depois, o resultado seja um flop. Se tivesse havido acusação, os crimes já tinham prescrito. **Ridículo.** [...] **Vejamos.** Os alemães contrataram e pagaram 30 milhões de euros à Escom, empresa do BES, pela assessoria às contrapartidas nacionais. (P12)

No excerto 90 a estratégia é semelhante à primeira apresentada em 89, ou seja, uma sentença não canônica formada por apenas um adjetivo. Mas aqui, o adjetivo refere-se ao substantivo elogio, última palavra do período anterior. São estruturas com fragmentação aparente, usada para enfatizar a opinião do enunciador, o que intensifica o valor argumentativo.

90 - Enganaram-se todos, e agora, calam-se que nem ratos. Outros mudaram-se para o campo do elogio. **Merecido.** Porque a Ministra que normalmente veste calça e casaco, é um rosto sereno, de rigor e competência, com uma personalidade muito forte e um carácter íntegro.. (JM3)

Nos excertos 91 e 92 as sentenças são compostas por mais de uma palavra e têm em comum com os anteriores o carácter avaliativo. Em 91, a escolha por deixar elíptico o verbo *ser* contribui para o tom mais contestatório. A escolha por ponto em vez de vírgula na segunda oração substantiva e vírgula entre a segunda e terceira tem efeito semelhante. De modo semelhante, em 92, a vírgula poderia substituir o ponto final, mas quebraria o efeito argumentativo. A avaliação é mais clara com essa estrutura e o efeito de coerção sobre o leitor é maior.

91 – É sugerir que a máquina judicial se mobilizou apenas com o intuito de se vingar do ex-governante. Que não há base documental, não há indícios, que não há suspeita de crime. **Improvável, no mínimo.** (JN6)92 - Não existem salvadores de coisa nenhuma. **Muito menos na política.** O único assim apelidado, deixou o País mais atrasado da Europa e um dos mais atrasados do mundo. “O algodão não engana”! (AB6)

Mesmo quando a sentença é um pouco mais extensa, a avaliação é expressa omitindo-se o verbo, como em 93.

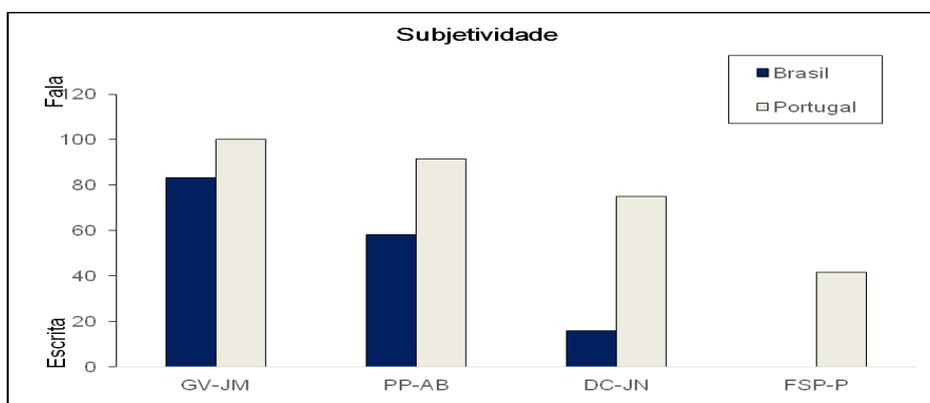
93 - À medida que vamos tentando descodificar esta teia incompreensível de argumentos dos que abjuram os insultos de que se dizem vítimas, inquietam-se os espíritos e apelida-se este jornal de “pasquim”. **Lamentável num candidato a chefe do Governo.** (JM9)

O uso de primeira pessoa e envolvimento do redator em texto argumentativo são classificados como *marca da oralidade*, como mostramos na subsecção 2.2.1. Observando dados empíricos, é possível perceber que fazem parte da norma culta escrita, como atesta a presença em gênero escrito de instituição letrada, nos dois países

pesquisados. No Brasil, apenas o Jornal Folha de S. Paulo evita o seu uso, enquanto nos demais, o jornal se assume parte de um grupo, seja de eleitores, seja de pessoas de determinada região ou cidade para discutir assuntos relacionados à política. Em Portugal, aparece no texto tanto o enunciador em 1ª pessoa do singular como enquanto parte de um grupo, em 1ª pessoa do plural. Além do uso do pronome de primeira pessoa, podemos perceber o sujeito do discurso por meio de outras estruturas, como nas sentenças curtas canônicas ou não canônicas, conforme apresentamos.

O resultado apresentado no gráfico 06 aponta o porte do jornal como fator para a maior ou menor uso de primeira pessoa no texto. Nos jornais regionais tanto no Brasil quanto em Portugal há mais índices de subjetividade, enquanto nos nacionais há uma tendência ao ocultamento. Nesse parâmetro, como em outros já observados, os jornais portugueses e brasileiros ocupariam diferentes lugares no *continuum* fala→escrita. Enquanto os portugueses e os jornais brasileiros regionais, Gazeta do Vale e Primeira Página, estariam no extremo mais próximo à fala, os brasileiros de maior porte estariam no extremo mais próximo à escrita.

Gráfico 6 – Subjetividade.



Fonte: elaboração própria.

Percebemos, portanto, em nossos dados, que a expressão de subjetividade pode aparecer em sentenças curtas não canônicas, quando o eu-jornalista avalia o conteúdo que está sendo discutido, ou seja, a subjetividade pode ser expressa de diferentes maneiras e não apenas com a marca formal de enunciação **eu**.

4.2.2 Interação

Além da primeira pessoa, **eu/nós**, a segunda pessoa, **tu/você**, também aparece nas pesquisas como marca da oralidade, o que contribui para a visão de que na escrita não há interação. Não descuramos de que ao usar o **eu**, o locutor instaura o **tu** no discurso (Cf. BENVENISTE, 2006[1974]) e BAKHTIN, 2002[1974]), mas, como as marcas de subjetividade são apresentadas separadamente das marcas de interação em Gomes (2007), Silva (2008), Bessa *et al* (2012), Carvalho (2012) e Kozow (2013), optamos por apresentar separadamente as marcas explícitas da pessoa de quem parte o discurso e as marcas que remetem ao **tu/outro** a quem o discurso é dirigido.

O objetivo desta subseção é mostrar que elementos que remetem à instância enunciativa podem aparecer na escrita culta, representada pelos jornais brasileiros e portugueses aqui analisados. São elementos que, ao tomarem o leitor em perspectiva, apresentam-se como força argumentativa, característica desse gênero, e são expressas por meio de interrogação, exclamação e de reticências.

Entre os recursos que remetem à instância enunciativa, Gomes (2007) apresenta como parte dos traços de proximidade comunicativa, ou traços de oralidade, os fenômenos prosódicos que representam a aproximação entre a oralidade e a escrita nos editoriais do século XIX. Segundo ela, mesmo sendo protótipos de texto jornalístico, nos editoriais de século XIX, o uso de sinais como exclamação e interrogação contribuem para o papel do discurso panfletário e dialético da época,

ingredientes indispensáveis na composição de qualquer editorial, especialmente das primeiras versões. Nelas eram retratados os debates acirrados, com **simulação de diálogo**, **perguntas retóricas** e uma argumentação de cunho fortemente emotivo, conseqüentemente o emprego dos dois sinais era exacerbado. (GOMES, 2007, p. 176)

Ainda segundo a autora,

apesar da constância desses dois sinais durante todo o percurso do editorial, em contextos de reflexões retóricas ou de ênfase argumentativa que marcaram a essência dessa tradição, no século XXI, houve uma considerável queda de frequência em virtude, evidentemente, da mudança de estilo do texto, que se tornou menos panfletário e mais objetivo (GOMES, 2007, p. 176).

Essa maior objetividade encontrada por Gomes (2007) nos editoriais dos jornais por ela pesquisados, pode ser confirmada nos jornais Folha de S. Paulo e Diário de

Cuiabá, nos quais não encontramos os sinais interativos de exclamação e reticências, confirmando o efeito de isenção e objetividade já apontando anteriormente. Contudo, como não há língua sem interação, por meio de sinais de interrogação em alguns editoriais desses jornais, o leitor é interpelado na construção da argumentação, concorrendo para o caráter interativo dos textos. Em todos os demais jornais observados o uso dos três sinais marcadores de interação é recorrente.

Por considerarmos que a associação entre os sinais gráficos marcadores de enunciação (interrogação, exclamação e reticências) e oralidade podem contribuir para a visão de escrita enquanto tecnologia, propusemos outra leitura para os dados. Esses elementos, que já estavam presentes em editoriais no século XIX, como demonstrado por Gomes (2007), e que ainda são usados no século XXI, como demonstraremos nesta subseção, concorrem para evidenciar o caráter interativo da língua sob forma escrita.

4.2.2.1 Interrogação

Já comentamos as possíveis razões da objetividade dos jornais brasileiros em contraposição aos de Portugal e a relação com o perfil das empresas jornalísticas em ambos os países. Mas apesar da objetividade e do efeito de isenção de jornais como a Folha de S. Paulo ou Diário de Cuiabá, não há como excluir a interação do/no exercício da língua. A interação nesses jornais é percebida quando, ao fazer uma pergunta, busca conseguir a adesão do leitor ao que é discutido no texto.

Dahlet (2006, p. 192), ao discutir os marcadores de interação, distingue os casos em que esses sinais aparecem em sequência textual formalmente gerida por um único e mesmo *escriptor* (cotexto monologal), como nos textos que compõem o *cópus* da tese, das sequências que integram uma citação ou diálogo (cotexto dialogal). Em contexto monologal, segundo Dahlet (2006), a interação ocorre entre *escriptor* e leitor. O caráter interativo da interrogação é também discutido por Dubois *et al* (2011, p. 350), que definem a interrogação como “o modo ou o tipo de comunicação instituído pelo falante entre ele e seu (ou seus) interlocutor(es) e que consiste em fazer depender suas orações de uma frase implícita *pergunto-lhe se* (= *faço-lhe a pergunta*)”. Assim, a interação presente nos jornais não será tratada como marca da oralidade, mas como marca textual da interação.

Entre os jornais brasileiros pesquisados, o jornal em que menos apareceu esse marcador de interação foi Diário de Cuiabá, com apenas uma ocorrência, apresentada no

excerto 94. A estratégia argumentativa, que consiste em uma simulação de diálogo, designada por Dahlet (2006, p. 201) como ficção de diálogo, garante a interação com o leitor.

94 - Ainda assim, fica uma dúvida: será que o eleitor está aproveitando esses momentos de transparência e democracia para colher informações que lhe permitam fazer uma boa escolha na hora de eleger seus governantes e representantes legislativos? As pesquisas eleitorais têm demonstrado que uma parcela expressiva do eleitorado simplesmente desconhece os pretendentes a cargos públicos nas suas regiões. (DC3)

Trata-se de uma pergunta para efeito argumentativo, pois a resposta é sugerida em seguida. Se os eleitores sequer conhecem os candidatos, parece claro que não estão preparados para votar. A interação é usada para garantir a adesão do leitor à ideia transmitida.

Na Folha de S. Paulo, a interrogação apareceu em 25% dos editoriais analisados. No excerto 95, apresentado a seguir, é claro o artifício de simulacro de conversa, que se trata de uma intervenção sobre a opinião do leitor, transformando as possíveis respostas do *tu* em outra pergunta, desarticulando uma possível argumentação contrária. Esse *tu* a quem o *eu* se dirige pode ser tanto o leitor do jornal quanto o governo, se se considerar as perguntas feitas. Há dois fatos em discussão: 1 - Dilma estava em campanha e, portanto, teria de defender sua política entre as quais estava a política econômica, 2 - Dilma afirmou que substituiria o ministro da economia. A argumentação é construída de modo a levar o leitor a concluir que a candidata tinha uma política econômica indefensável. Assim, o peso argumentativo aumenta com o uso de interrogação, já que envolve o leitor.

95 - De que modo, feito isso, Dilma defenderá o desempenho de seu governo na área econômica? Justificará a linha adotada por Mantega, acenando com sua substituição? **E o ministro?** Sua autoridade desaparece nessa fritura eleitoral. Se é empecilho para a campanha, aliás, quem o sustenta no cargo? (FSP5)

Nota-se, ainda, no excerto 95, uma sentença não-canônica interrogativa “e o ministro?”, que possivelmente seria classificada como marca da oralidade nas pesquisas apresentadas na subseção 2.2.1, já que foge à ideia de completude, não-fragmentação e normatização que caracterizaria a escrita. Por se tratar de um gênero escrito, presente

numa instituição com alto grau de letramento, descartamos essa classificação e preferimos classificar como marca textual de interação, quando o sujeito, com uma pergunta retórica, mostra espanto diante da atitude do governo, que, tendo de defender o desempenho econômico, vê-se obrigado a descartar o ministro da Fazenda. Trata-se de estrutura presente em um jornal brasileiro que procura manter a objetividade e pretensa impessoalidade, por isso a responsabilidade pela política econômica apenas indiretamente é atribuída a Dilma, visto ser esta a única resposta possível à pergunta.

Tomar posição acerca do assunto discutido por meio de interrogação, deixando no leitor a sensação de autoria da resposta é uma estratégia comum na Folha de S. Paulo, como no excerto 96. Com uma estrutura que não forma sentença completa, a resposta fica a cargo do *tu* instaurado no texto, mas a afirmação que segue a pergunta, apesar de não ser uma resposta, direciona o raciocínio do *tu-leitor*.

96 - Corruptora ou vítima? Eis mais um exemplo de como "se perdem as noções" num ambiente de banditismo generalizado. (FSP10)

Nos demais jornais brasileiros, Primeira Página e Gazeta do Vale, a resposta é sugerida antes de apresentar a pergunta. Com essa estratégia, num gênero em que apareceria a voz do jornal, deixa no leitor a sensação de ter respondido sozinho uma pergunta, quando na verdade a resposta estava delimitada na pergunta.

Nos excertos 97 e 98, nota-se outra forma de uso do sinal interrogativo, mas permanece o fator interativo, que marca esse tipo de sinal gráfico. Os excertos têm em comum expressões direcionadas ao leitor, que remetem à instância da enunciação: *é preciso perguntar*, *é interessante perguntar*, assinalando triplamente a interação com o leitor: anúncio da pergunta, pausa e a interrogação. A pausa com que se busca a atenção do *tu/leitor* e as palavras *interessante* e *preciso* mostram-se diferentes formas textuais de marcar essa relação eu/tu no texto. Uma das características de escrita apresentada por Nóbrega (2008, p. 80) é a interatividade distanciada, não mediata. Essa afirmação só faz sentido, se se entender por interação réplica verbal imediata na relação *eu-tu*, caso contrário, não há como não haver interação em qualquer tipo de texto e, conforme se pode observar nos textos, existem diferentes estratégias através das quais é possível perceber a relação interativa entre o eu-jornalista e o tu-leitor. É possível observar que a

antecipação da pergunta exerce uma função fática no texto, o que reforça o caráter interativo.

97- Começou o jogo de pressões, de empurra; começou as manobras. **Mas é preciso perguntar:** essa oposição é genuína, ou é teatro birrento para a dança das cadeiras de cargos? (PP8)

98 – A volta dos mesmos, ou seja, dos pescadores, só ocorrerá, com certeza, daqui a 04 anos, quando os incautos serão novamente pisoteados pela velha e tradicional cantilena política.

Seria interessante perguntar, como já perguntamos por várias vezes, como fica a consciência do cidadão e da cidadã que trilha tal caminho? (GV7)

Assim como nos elementos e estruturas remetem ao **eu**, é possível perceber diferentes estratégias que remetem ao **tu-leitor**. Algumas diferenças podem ser observadas quanto ao uso de interrogação nos jornais portugueses. No excerto 99, do jornal Público, apesar de simulacro de diálogo semelhante ao de excerto 96, há diferenças no plano argumentativo. Enquanto a Folha de S. Paulo costuma fechar as possibilidades de resposta, mas deixando, no tu-leitor, a sensação de que a resposta partiu dele, nos jornais portugueses quando pergunta não é respondida, a resposta já está na própria pergunta. A contundência observada nas escolhas léxico-gramaticais pode ser observada também na forma de interação.

99- Como igualmente merece palmas o seu colega ilusionista que conseguiu o prodígio de nos manter presos à palavra “manter-se” enquanto guardava na manga a palavra “manter-se-ão”. **Fácil?** Pode parecer, mas só quem lá esta dentro é que sabe o trabalho que dão estas criações artísticas e literárias. Muito estudo e muita honestidade intelectual. (P7)

A interrogação articula o argumento anterior com o seguinte. A interrogação é um questionamento a uma afirmação (hipotética) do leitor e ao mesmo tempo uma negação a essa afirmação. O peso argumentativo consiste em mostrar que não há como contrapor o argumento anterior. O autor poderia escrever apenas “Pode parecer fácil, mas quem está lá dentro sabe...”, mas a interrogação – a interação com o leitor (instauração do tu) - parece ter como objetivo, ao desarticular uma hipotética réplica, garantir maior adesão ao argumento.

Nos excertos seguintes, 100, 101, 102, a resposta faz parte da pergunta, o que se configura como um recurso argumentativo para envolver o leitor. Nos dois primeiros, a interação é confirmada também pela primeira pessoa. No excerto 100, o leitor é

chamado à reflexão e envolvido na ação, já que constitui com o eu-enunciador o sujeito dos verbos *sentir* e *deixar*.

100 - Mas, para repartir o mal pelas aldeias, será que **nos sentimos** confortáveis com a intervenção militar recente na Líbia e com o caos de sangue e violência que **deixámos** como legado (que não é, objetivamente, menos mau do que aquele que lançou Khadafi?) (JN5)

Assim como no excerto 100, há no 101 dois elementos que remetem à enunciação: a primeira pessoa do plural, em que o falante se apresenta como parte de um grupo – portugueses, no 100 e madeirenses, no 101 – e a interrogação que exige uma atitude do leitor em 100 - sentir-se desconfortável com a invasão da Líbia -, e adesão ao argumento em 101 – não há como melhorar a televisão da madeira porque a sede não valoriza os que lá trabalham.

101 - Como é que **podemos** transformar a televisão da Madeira, numa estação regional com qualidade, se a empresa mãe, com sede em Lisboa, faz gato-sapato dos que aqui trabalham e dão o melhor de si, para contribuir para a expansão da Madeira a diferentes níveis?

Em 102, a interação é percebida não apenas pela interrogação, que nesse excerto é a contestação do que se pergunta, mas também nas aspas, que marcam a não adesão do enunciador ao que é dito.

102 - Onde é que isso está escrito, em que tratado europeu, em que lei comunitária ou nacional, que permita ao Estado português ter uma atitude patriótica “**intensamente ativa**” na “**defesa estratégica da soberania nacional**”? (AB9)

A existência de sinal gráfico que marque a interrogação já seria o suficiente para revelar o carácter interativo da escrita. A dubiedade talvez decorra da possibilidade de o sinal poder marcar, conforme discutido por Dahlet (2006), tanto o cotexto dialogal quanto o monologal. Como os dados mostram, em cotexto monologal, o escriptor mantém, por meio desse sinal, a interação com seu leitor, para direcionar a leitura ou para ganhar a adesão.

4.2.2.2 Exclamação e reticências

Os sinais de exclamação e reticências são também, segundo Dahlet (2006), marcadores de interação. Gomes (2007) apresenta os usos desses sinais nos editoriais do século XIX como forma de registrar a interação oral. A exclamação, por expressar emoções, seria um ingrediente indispensável para compor editoriais em que eram retratados “os debates acirrados, com simulação de diálogo, perguntas retóricas e uma argumentação de cunho fortemente emotivo” (GOMES, 2007 p. 176). A pesquisadora apresenta os usos dos sinais para mostrar a imbricada relação entre oralidade e escrita nos editoriais. Trataremos, contudo, apenas como elemento que comprova o caráter interativo da língua sob forma escrita, ou seja, manifestação da língua, logo enunciação.

Nesse sentido, percebemos que, mesmo na ausência de elementos formais explícitos de subjetividade como o pronome de primeira pessoa *eu/nós*, a subjetividade está presente quando, ao usar uma exclamação, a emoção ou o estado de espírito do enunciador é deslocado para o leitor destinatário, de quem é exigido uma reação (Cf. DAHLET, 2006, p. 192). Para Dubois *et al* (2007), a associação entre exclamação e enunciação é indireta, pois é definida como “um tipo de frase [...] que exprime uma emoção ou um julgamento afetivo”(DUBOIS *et al*, 2011, p. 255). Consideramos, contudo, que marcar graficamente a emoção instaura o **eu**, sujeito da enunciação, no texto e ao assim fazer, dado o princípio da inversabilidade, também o **tu** é instaurado.

As reticências, conforme percebido por Dahlet (2006, p. 205), indicam mais que a incompletude sintática, pois, ao deixar para o leitor reconstituir o dito, este se torna enunciador do que está faltando. No final do enunciado, quando poderiam ser concluído por um ponto final, as reticências podem funcionar como uma diretriz de interpretação, conferir maior densidade semântica ou influir no processo de leitura, segundo Dahlet (2006). Isso significa que reticências e exclamação são sinais que deslocam para o leitor e criam uma força de interpelação, no caso da exclamação e espaço para a co-enunciação no caso das reticências.

Os jornais brasileiros Folha de S. Paulo e Diário de Cuiabá, confirmando em mais um aspecto a tentativa de mostrar distanciamento do que é discutido por meio do apagamento do sujeito que enuncia, não usam em seus textos essas marcas de interação. Ao evitar esses sinais, que indicam suspensão de responsabilidade por quem está escrevendo, os jornais manifestam busca por maior objetividade. Esse sinal, contudo,

aparece nos outros dois jornais brasileiros pesquisados, Primeira Página e Gazeta do Vale.

Em 75% dos editoriais do jornal Gazeta do Vale aparecem esses marcadores de interação. No jornal Primeira Página, aparecem em 23% dos editoriais. No jornal Gazeta do Vale, é comum o expediente de triplicar o uso do sinal exclamativo, expediente recorrente também em jornais portugueses. O apelo ao leitor aparece também no uso de reticências após o uso da exclamação ou duas reticências seguidas, como se vê nos excertos 103 e 104.

No excerto 103, há várias marcas de interação: uso da primeira pessoa, verbo no imperativo, as reticências, que no primeiro indicam uma suspensão de inferência, como um preparo para a explosão no enunciado seguinte, marcado pela triplicação do sinal. A cooperação é exigida do leitor em seguida, numa despedida. Sem o sinal de exclamação a sentença *Ainda há esperança* seria vista apenas como uma afirmação neutra. O sinal funciona como um gatilho para a forma como o leitor deve ler a sentença, numa clara interação entre o eu-jornalista e tu-leitor. A despedida repete a estratégia, mas com outro sinal. Com a exclamação após *Até 2018* o **eu-jornalista** transmitiria a ideia da emoção que envolve a passagem do ano, mas prefere usar as reticências que parece indicar desconhecimento do que se pode esperar. Assim, os sinais gráficos atuam para, nessa interação entre o **eu-tu**, garantir a transmissão da mensagem.

103- Outras eleições virão. Que sejamos sensatos e coerentes, unindo forças para que bons frutos sejam colhidos para o Araguaia... Ainda há esperança!!! Até 2018... (GV7)

Em outro editorial do jornal Gazeta do Vale, excerto 104, as aspas são usadas como apelo à cumplicidade do leitor ao que é afirmado na primeira sentença, formada por uma fórmula fixa. A segunda tem uma função fática, marcando duplamente a interação.

104 – Realmente na teoria a prática é outra... Vai entender... (GV3)

No jornal Primeira Página não se vê o mesmo arroubo, e a interação acontece de forma menos emocional. No excerto 105, o sinal exclamativo fecha um período em que consta um desejo do enunciador. Em um período completo sintática e

semanticamente, o sinal de exclamação, além de marcar graficamente o sujeito da escrita, aponta para a ênfase com que o leitor deve assumir o enunciado. Ainda na esfera da interação com o leitor, a interrogação que segue convida o leitor a uma reflexão, sobre o que é tratado no texto. No período seguinte, o enunciador se marca novamente como sujeito ao usar a exclamação mostrando a perplexidade diante da situação.

105 - Para aqueles que menosprezam o dom da vida, que lhes sejam impostas as mais duras penas! Afinal, quando haverá intenção de matar? Sem políticas públicas permanentes de governo, sem o comprometimento das autoridades e sem um Judiciário voltado para esta triste realidade, permaneceremos contemplando nossos filhos morrendo como frutos maduros que caem das árvores! (PP2)

Em 106, as reticências foram usadas para indicar a suspensão do pensamento. Foi o único caso do *cópus* em que as reticências foram usadas para indicar enumeração inconclusa, podendo ser substituída por *etc.*

106 - Embora não sejam os governos que “criam empregos”, como muitas vezes fica subentendido quando aparece o assunto, cabe aos governos auxiliarem os empreendedores a fazê-lo, seja por meio de crédito, de facilidades fiscais, de educação que forneça mão de obra, ou de fornecimento e manutenção da infraestrutura adequada para a instalação e funcionamento da empresa... (PP5)

Nos jornais portugueses, confirmando, também nesse aspecto, o tom mais emocional, além do caráter subjetivo e interativo dos textos, encontramos abundância de sinais interativos. Nos excertos 107 e 108, a interação é marcada graficamente tanto com as aspas quanto com o sinal de exclamação. No excerto 107, o uso das aspas indica uma fala sob vigilância, em que o enunciador se exime da responsabilidade pela palavra, distancia-se dela, como quem diz: não sou eu quem diz isso, essas palavras não são minhas (Cf. Authier-Revuz, 2004), são dos fãs do governo, mas eu discordo delas. A interação é completada com o apelo de adesão que a exclamação sugere.

107 – Os fãs das políticas do Governo PSD/CDS, perante esta situação, clamam aos quatro ventos que esta descida dos juros significa que o país ganhou "credibilidade", que as "reformas" encetadas dão confiança aos credores, que "estamos no caminho certo". *São uns crentes, estes fãs!* (JN1)

No excerto 108, interação e subjetividade são percebidas no uso de aspas assinalando a ironia da expressão *pobre coitado*, marcando para o leitor que é apenas

um modo de falar, mas as palavras não são plenamente apropriadas. A ironia é completada com *caniche*, raça de cão de luxo (HOUAISS e VILLAR, 2001, p. 600), acompanhada do sinal exclamativo, que direciona a leitura para que o leitor receba a informação como expressando espanto, assombro, indignação, ou seja, emoção do articulista. Trata-se, portanto, de um excerto altamente interativo com vários recursos em que se nota a presença do **eu-tu**: as aspas que marcam do distanciamento do enunciador, as reticências, que convidam o leitor a completar a frase e, por fim, a exclamação, que densifica o conteúdo semântico de *e baixinho a pedir uma bolachinha!*.

108 - O “pobre coitado” do Hollande, em quem os socialistas depositaram enorme confiança, passou a ser o “caniche” alemão! Ao menos que fosse um Pastor. Ainda poderia ladrar. Assim, só late... e baixinho a pedir uma bolachinha! (AB4)

Outra estratégia que marca a relação **eu-tu** e a implicação emocional é o uso triplicado do sinal de exclamação. Com esse uso, a posição do enunciador não é apenas registrada, mas intensificada.

109 – Esperemos que lhes sirva de exemplo!!! [...]Até o Coelho fugiu dela!!! (JM4)

110 - Passados tantos anos, existem por aí doutores em finanças em barda, mas nada disso se aproveita pois um deles só há poucos dias se apercebeu de que o povo está sobrecarregado de impostos e o outro que os sobrecarregou: até concordou!!! (AB7)

Em alguns textos, a exclamação marca um tom bastante apelativo, podendo, ou não, ser acompanhada de verbo no imperativo. O excerto 111 faz parte do artigo intitulado *O circo chegou à aldeia*, em que o articulista faz duras críticas à política portuguesa. Texto em que predominam verbos na terceira pessoa, em P9 a subjetividade e interação podem ser observadas, além das interrogações e uso de aspas, como mostrado no excerto 99, no uso de exclamação na sentença em que aparece um pedido irônico para o leitor aplaudir as ações que o eu-articulista considera palhaçada.

111– Mas, felizmente, de uma situação em que tudo estava bem, parece que haverá mais duas comarcas em que as coisas não estarão mal. **Palmas, se faz favor!**(P7)

No excerto 112, o apelo é mais contundente, com verbo no imperativo, uma expressão cristalizada de apelo (*pelo amor de Deus*) e a exclamação que projeta no leitor a reação que este deve ter.

112 – Onde é que isso está escrito, em que tratado europeu, em que lei comunitária ou nacional, que permita ao Estado português ter uma atitude patriótica “intensamente ativa” na “defesa estratégica da soberania nacional”?

Por amor de deus, chega! Tenham juízo! (AB9)

Outro sinal enunciativo usado de forma recorrente em todos os jornais portugueses, as reticências servem para indicar que o sentido não se completa com o término da frase, cabendo ao tu-leitor completar o sentido.

Nos três primeiros excertos as reticências poderiam ser substituídas pelo ponto final, pois as sentenças são completas, mas seu uso aponta para busca de adesão a valores partilhados. Em 113, as interrogações que antecedem e sucedem à oração destacada reforçam o caráter interativo. Com o uso das reticências fica para o leitor, a conclusão de que alguém (os acusados) fez as fotocópias desaparecerem, ou seja, houve destruição de provas. O uso das reticências no gênero opinativo reforça o caráter interativo de tal gênero, que constrói o sentido junto ao leitor, mesmo este estando distante temporal e geograficamente.

113 - Sem papéis não há provas, sem provas não há acusação, sem acusação não há crime, sem crime não há condenação. Quem beneficiou com a negligência de Paulo Portas? **E nem as célebres fotocópias apareceram para dar uma ajuda aos investigadores...** Absolvição? (P12)

Há casos, como o apresentado no excerto 114, em que as reticências são determinantes para a leitura. Caso essa sentença fosse concluída por um ponto final, ficaria a sugestão de que poderia deixar de valer a pena, mas as reticências tornam a sugestão em certeza.

114 - Seria bom que campanhas políticas, iniciativas cívicas e media se associassem para esta reflexão, enquanto ainda vale a pena... (AB2)

Outra forma de marcar a interação foi encontrada no excerto 115, em que além das reticências, cujo apelo ao consenso “é altamente coercitivo”, segundo Dahlet (2006, p. 205), o eu-articulista, usa o sinal exclamativo, que instaura uma co-enunciação. A exclamação marca a forma como o tu-leitor deverá ler a afirmação, a saber, com espanto, estupefação, enquanto as reticências assinala a possibilidade de ser mais que um mandato.

115 – O mais grave e risível disto tudo é que já se propõem ficar lá por mais um mandato!... (JM4)

O uso de reticências no excerto 116 indica a suspensão da responsabilidade e deixa para o leitor a conclusão da ideia. O enunciado do excerto 116 não está completo, indicando um dizer *in absentia* que fica a cargo do tu-leitor, numa sentença em que se percebe outra forma de interação no gênero observado.

116 - Sensível a este drama, Passos Coelho fez aprovar no Conselho de Ministros, em fevereiro de 2012, uma resolução que obriga as empresas do Estado a terem mulheres nos órgãos sociais. **A bondade da medida é inquestionável, já quanto à eficácia...** (JN6)

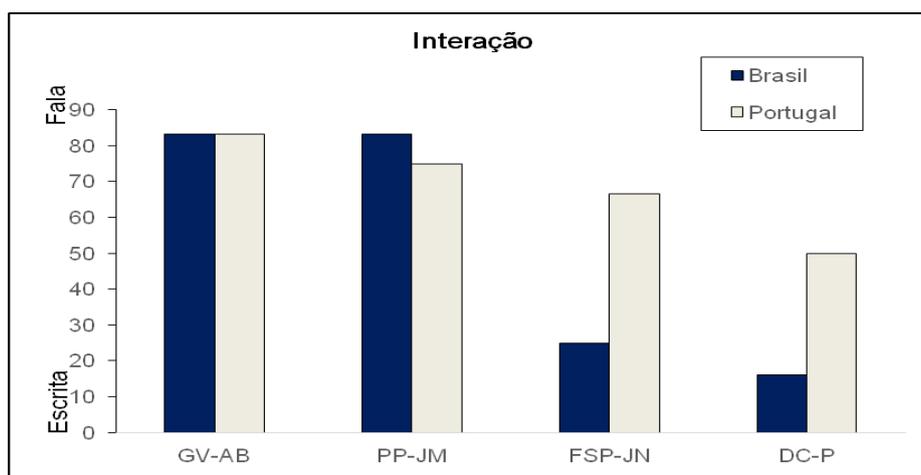
Percebe-se nos excertos apresentados que, no que diz respeito à subjetividade e à interação, há muitas semelhanças entre os dois países pesquisados. Mesmo nos casos em que não ocorre a primeira pessoa, como a Folha de S. Paulo e Diário de Cuiabá, a subjetividade aparece por meio de outros recursos. Procuramos mostrar com o cotejo entre os textos de Brasil e Portugal, nesta subseção, que as diferenças no que concerne a elementos que denotam subjetividade e interação estão nas diferentes estratégias para mostrar ou apagar a subjetividade, dependendo do jornal.

Analisar a escrita como língua em uso implica assumir a subjetividade e interação como inerentes a ela, justificando a presença de elementos que remetem à instância enunciativa nos dois formatos observados em todos os jornais pesquisados tanto no Brasil quanto em Portugal. Esses elementos estão presentes mesmo em textos em que se veem abundância de recursos sintáticos como intercalação e subordinação, considerados típicos de escrita, o que nos leva a questionar os parâmetros apriorísticos para determinar se um texto se encontra na esfera da oralidade ou da escrituralidade.

O tamanho do jornal parece favorecer a presença de elementos de interação, uma vez que são mais frequentes em jornais regionais em ambos os países. Mas a presença de tais elementos mesmo em jornais que tentam manter uma pretensa objetividade contribui para atestar o caráter interativo da escrita. A considerar elementos de interação como próprios da oralidade, como nas pesquisas observadas na subseção 2.2.1, no *continuum* fala→escrita os jornais ocupariam diferentes lugares, com os regionais mais próximos à fala e os nacionais mais próximos à escrita.

Em Portugal, contudo, não é significativa a diferença entre os jornais, confirmando o caráter mais emotivo dos jornais portugueses, observado por Chaparro (2008). No Brasil, a diferença entre os jornais regionais e nacionais é significativa, confirmando, também nesse aspecto, estratégia de esquiva dos jornais, de mascarar a voz do enunciador, mas como não há enunciado sem enunciador, este vai deixando sinais que remetem à enunciação.

Grafico 7 – Interação.



Fonte: elaboração própria.

Procuramos descrever (sem prescrever) o que é a escrita jornalística observando o uso para além da dicotomia fala/escrita ou oralidade/letramento que mantém a divisão inicial, uma vez que traços não correspondentes à norma considerada padrão são vistos como fala ou marca da oralidade.

Todo ato de falar, a língua concreta, é ao mesmo tempo livre e histórico, a língua só tem existência concreta no falar (COSERIU, 1973b, p. 47-8). No mesmo sentido, a escrita só tem existência no ato concreto de escrever, portanto, para saber o que é a escrita atualmente, é fundamental descrever a escrita como se faz com a fala,

sem buscar correlações de “certo” e “errado”, olhar a escrita para além da norma instituída, visando descrever a norma no sentido de uso regular e coletivo.

Uma explicação para escrita em algumas pesquisas não ser analisada nos moldes da fala, ou seja, considerando-se o uso, talvez seja o fato de que “norma, qualquer norma que seja, não pode ser compreendida como um conjunto de formas linguísticas: ela é também (e principalmente) um agregado de valores socioculturais articulados com aquelas formas” (FARACO, 2002, 2008 p. 39). São os valores socioculturais articulados ao que se considera norma-padrão e o poder simbólico desta que parecem impedir a aceitação de que fórmulas fixas, estruturas não canônicas em que constam expressão de sentimento e subjetividade, por exemplo, fazem parte da escrita jornalística, mesmo sendo usadas em editoriais desde o século XIX, como atestado por Gomes (2007).

Os resultados da pesquisa sinalizam para outra possibilidade de discussão sobre a escrita, em que as diferentes estratégias de textualização fartamente discutidas com dados de fala possam ser observadas e explicadas com dados de escrita, sem indiretamente firmar a posição dicotômica. O aspecto social e histórico da língua justifica as diferenças e semelhanças observadas nos jornais dos dois países bem como a presença menor ou maior de elementos que remetem à instância enunciativa instaurando o **eu/tu** no texto. A linguagem, manifestada oral ou graficamente, não pode ser analisada dissociada de quem a usa, por isso considerar as diferentes formas de letramento bem como fatores sócio-históricos que influenciam as escolhas léxico-gramaticais foi o caminho adotado para a leitura dos dados.

Os dados discutidos na análise apontam para a heterogeneidade da língua sob forma escrita, por ser social e histórica. Mostram também que elementos e fatos linguísticos classificados como *marcas da oralidade* em pesquisas sobre escrita como as fórmulas fixas, interação e subjetividade fazem parte da norma de falantes cultos de uma instituição letrada, ou seja, jornais de ambos os países pesquisados. Razões históricas, contudo, contribuem para diferentes escolhas gramaticais o que resulta em diferença entre os jornais brasileiros e portugueses no que concerne ao uso de elementos gramaticais que revelem emoção.

CONCLUSÃO

Para discutir como a escrita se apresenta em dois formatos do gênero opinativo, foi necessário romper fronteiras disciplinares e assumir uma postura teórica interdisciplinar, que envolveu a teoria da comunicação, ciências sociais, sociolinguística e estudos do letramento. Tomamos também em perspectiva pesquisas de diferentes áreas da linguística que estudaram escrita em contraposição à fala o que nos direcionou para elementos que são vistos e descritos como próprios da fala e constituiriam, portanto, *marcas da oralidade* na escrita. Esses estudos contribuíram na percepção de que, se os primeiros estudos antropológicos sobre escrita partiram de uma ótica etnocêntrica levando a classificações como mentes selvagens, aquelas que não dominavam a escrita, além de uma divisão nós/eles conforme criticado por Goody (2012[1977]), as discussões sobre a escrita partem de visão grafocêntrica, já que feitas por pessoas que já dominam não apenas a tecnologia da escrita, mas todos os valores sociais e a norma prestigiada que, espera-se, seja própria e a apropriada para a escrita.

Em busca de romper a tendência de descrever a escrita como parte da antinomia fala/escrita, uma preocupação que norteou a pesquisa foi comparar a relação entre as discussões sobre a escrita e a forma como esta efetivamente se apresenta em jornais brasileiros e portugueses, instituições letradas, cuja norma linguística é socialmente legitimada. No decorrer da pesquisa, encontramos indícios de que, a despeito das tentativas de rupturas da dicotomia fala/escrita, as descrições mantêm a escrita como lugar de prestígio, norma acessível a poucos. Buscamos, por isso, discutir uma posição que não seja da escrita como tecnologia apenas, mas como enunciação no sentido que lhe dá Benveniste (1988 [1966], 2006[1974]) - modo de interação que coloca o homem na língua – e que por conferir poder simbólico a quem domina determinados traços e regras, acaba por ser mais detidamente vigiada e normatizada em determinados mercados linguísticos, o que não lhe impede de apresentar traços vistos como impróprios, já que é uma forma de manifestação da língua, que é constitutivamente heterogênea.

No percurso histórico por nós traçado, que levou em conta obras publicadas ao longo do século XX até o presente momento, início do século XXI, foi possível perceber diferentes preocupações na discussão sobre oralidade/letramento ou fala/escrita. Os antropólogos interessam-se pela escrita enquanto tecnologia que possibilita armazenar informação, organizar sistemas políticos, religiosos, educacionais

e jurídicos, ou seja, pauta-se a relação entre escrita e sociedade. Psicólogos preocupam-se com a influência da escrita sobre o indivíduo e sua cognição. Linguistas preocupam-se com as diferenças entre as formas de manifestação da língua.

Sob o rótulo **escrita** encontram-se, portanto, diferentes conceitos a depender da área de discussão. Ao usar, porém, a palavra *escrita*, diferentes áreas falam sobre coisas diferentes como se constituíssem um único objeto. Nos estudos das ciências sociais e nos documentos de instituições como UNESCO e OCDE, a escrita é apresentada como uma base semiótica gráfica que tem um uso social diferente da sonora, na medida em que pode preservar e transmitir conhecimentos universais. Os linguistas discutem a língua sob forma escrita, o que traz uma complicação, pois, por um lado, ela é tecnologia, pelo uso que se faz dela, por depender de aprendizagem formal e de objetos exteriores ao homem para a manifestação. Por outro lado, enquanto manifestação da língua, envolve diferentes normas, o que constitui um gargalo para a discussão, uma vez que, devido ao poder simbólico e distintivo, a escrita acaba por ser tratada como sinônimo de norma-padrão.

Historicamente quem escrevia eram, mais comumente, pessoas ligadas ao poder político, econômico ou religioso, não sendo estranho, portanto, a relação entre escrita e norma de prestígio em sua gênese. Os gêneros vistos como modelares de escrita são aqueles associados a algum poder: artigo acadêmico (poder educacional), leis (poder jurídico e político). Assim, o conceito de escrita liga-se à forma de um segmento de prestígio social manifestar-se graficamente, ou seja, usar a língua sob forma escrita. Ao longo de séculos esse processo foi se naturalizando e, hoje, parece difícil estudar escrita como uma base semiótica de manifestação da língua, variável diafásica, diatópica e diastraticamente, sem perder seu estatuto de escrita. Assumimos com Benveniste (2014[1969]) que escrita é a mensagem codificada em uma forma linguística numa relação fonema↔grafema. Assim, como manifestação da língua, pode haver gêneros mais ou menos prestigiados, pode haver gradação na observação da norma, conforme já observado por Neves (2010), os gêneros podem ser manifestados por meio de diferentes normas, por sua vez passíveis de avaliação social.

Com a comparação de nossos dados com os de Gomes (2007), principalmente em relação às características presentes em editoriais do século XIX, classificadas por ela como traços de oralidade, foi possível questionar a designação *marca da oralidade* para elementos que há três séculos fazem parte da escrita jornalística brasileira. Nossos

dados confirmaram o estudo de Chaparro (2008): escolhas gramaticais que conferem um efeito de isenção nos jornais brasileiros e maior envolvimento emocional nos jornais portugueses. Isso significa que, para além do gênero, o perfil editorial de cada país pode influenciar nas escolhas linguísticas dos textos.

Nas pesquisas observadas na subseção 2.2.1, a descrição da escrita se dá pela sua constituição, a partir de parâmetros pré-definidos ou a partir de gêneros ou tipos de textos. Por meio da norma explícita, as distinções são fundamentadas academicamente e validadas, transformando a norma-padrão em sinônimo de escrita e excluindo fatos linguísticos que caracteriza a heterogeneidade constitutiva da linguagem. Diferentes conceitos são usados na tentativa de padronização e homogeneização da escrita: norma escrita, gênero, tipo de texto. Nossos dados, contudo, apontam para a heterogeneidade da norma escrita, com diferentes jornais comportando-se de maneira peculiar em cada parâmetro observado, não sendo determinado nem pelo porte do jornal (regional, nacional, pelo país (Brasil, Portugal), gênero (editorial, artigo). Os pares se aproximam e se afastam, confirmando a hipótese de que como língua em uso a escrita é marcada pela heterogeneidade. Formamos pares equivalentes em Brasil e Portugal para verificar se porte do jornal determinaria diferenças entre eles, ficando assim: abordagem nacional FSP-P, DC-JN e abordagem regional, PP-AB, GV-JM. Os resultados dos parâmetros observados, quando colocados em ordem decrescente fizeram surgir outros pares, em que jornais maiores e menores se assemelhavam ou diferenciam a depender do parâmetro.

Se descritos tendo a fala como contraparte como usualmente feito, os jornais brasileiros apresentariam características mais atribuídas ao discurso oral no nível sintático e escrito no léxico-gramatical. Com os jornais portugueses seria o oposto: características mais atribuídas à escrita no nível sintático e à fala nas escolhas léxico-gramaticais. Em vista disso, procuramos uma descrição que não tivesse a fala como contraparte, mas analisamos os textos como língua em uso, logo, constitutivamente heterogêneos.

Consideramos próprias da escrita todas as estruturas e elementos linguísticos constantes nos jornais analisados, uma vez que estão presentes em gênero típico de escrita e fazem parte de uma instituição letrada. Fatores históricos e sociais fazem com que os jornais portugueses atuais em muito se assemelhem aos editoriais brasileiros do século XIX (Cf. GOMES, 2007) em extensão, uso de adjetivos e insultos.

A escrita apresenta variação não apenas em alguns aspectos gramaticais, seja sintático ou morfológico. Para perceber as mudanças na escrita, em vez de fenômenos isolados, devem-se observar textos completos, pois as mudanças podem se dar nos níveis textuais e discursivos. Podemos dizer, nesse sentido, que, considerando o que está dito nos materiais didáticos e em textos da literatura linguística sobre escrita, os textos analisados não seguem muitas das regras básicas de textualidade sem que haja prejuízo do seu entendimento. Os leitores sequer conseguem perceber desvios nesses textos, que poderiam ser criticados por professores de língua e, a considerar o que se exige nos vestibulares, talvez não seja exagero afirmar que alguns editorialistas poderiam vir a ser reprovados em prova de redação com os mesmos textos publicados em jornais de grande circulação. Isso leva à necessidade de um redimensionamento do que seja a escrita tendo em vista a atualização das propriedades estruturais do texto jornalístico em circulação nos jornais da atualidade.

A escrita seria, assim, uma forma de enunciação apresentando variação tanto quanto a fala, variação cujas coerções relacionadas ao poder simbólico não conseguem dirimir.

Aplicamos os parâmetros usados em pesquisas para determinar a presença de oralidade na escrita para mostrar que não há como definir escrita a partir desses parâmetros predefinidos. Se de fato pudesse alocar os jornais num *continuum* fala→escrita, os textos analisados, extraídos de jornais brasileiros e portugueses, ocupariam posições distintas nesse *continuum* a depender dos parâmetros que selecionamos.

Nos jornais brasileiros, os parâmetros fórmula fixa e complexidade sintática pressionariam todos os jornais em direção ao extremo da fala, com exceção do Diário de Cuiabá, que no uso de fórmulas ocuparia o da escrita. No parâmetro subjetividade e interação, o perfil do jornal intervém no resultado, com os jornais de maior circulação no lado da escrita e os de menor circulação no da fala. No uso de advérbios modificadores e adjetivos qualificadores os jornais brasileiros seriam alocados em diferentes lugares no *continuum* com a Folha de S.Paulo mais ao extremo da fala e Gazeta do Vale mais próximo ao da escrita.

Nos jornais portugueses, a análise dos parâmetros fórmula fixa, interação, subjetividade, uso de advérbios e adjetivos qualificadores levaria a alocação dos textos

extraídos de todos os jornais mais para o extremo da fala. Apenas o parâmetro complexidade sintática colocaria esses mesmos textos no extremo da escrita.

A análise qualitativa e quantitativa nos permite afirmar que a escrita no gênero pesquisado diverge do que é apresentado como escrita. Possibilitou, ainda, descrever as diferenças nas escolhas léxico-gramaticais e na configuração sintática dos textos brasileiros e portugueses, com maior complexidade sintática e implicação emocional nos artigos portugueses do que nos editoriais brasileiros.

O quadro que se desenha, desse modo, aponta para uma impropriedade de alocar de modo categórico os textos dos jornais analisados dentro de um *continuum* que tenta descrever a escrita com base em propriedades estruturais. O que fica claro a partir de nossas análises é que não é possível sustentar, com base em textos efetivamente produzidos dentro do gênero jornalístico, a existência de uma norma única nem a correspondência entre norma culta, usada nos textos, e a norma-padrão. A comparação entre nossos dados e resultados de diversas pesquisas nos permitiu afirmar que devido aos valores sociais atribuídos à escrita, como norma explícita (ALEONG, 2001) e norma-padrão (FARACO, 2002), o valor simbólico atua mais fortemente para atribuir à escrita apenas os traços considerados mais distintivos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. Conceituando alfabetização e letramento. In: SANTOS, Carmi Ferraz; MENDONÇA, Márcia (Orgs.). *Alfabetização e letramento: conceitos e relações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ALÉONG, Stanley. Normas linguísticas, normais sociais: uma perspectiva antropológica. In: BAGNO, Marcos. *Norma Linguística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

_____. *Normes linguistiques, normes sociales: une perspective anthropologique*. Disponível em: <http://www.cslf.gouv.qc.ca/bibliotheque-virtuelle/publication-html/?tx_iggcplus_pi4%5Bfile%5D=publications/pubf101/f101p3.html>. Acesso em: 12 nov. 2016.

ALMEIDA BARONAS, Joyce Elaine de; DUARTE Patrícia Cristina de Oliveira. Interferências da Oralidade na Produção Escrita de Acadêmicos de Letras. *Signum: Estud. Ling.*, Londrina, n. 17/2, p. 144-165, dez. 2014.

ANDRADE, Maria L. C. V. O. Oralidade e discurso jornalístico. *Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 3, p. 105-120, 1999.

ARAUJO, Márcia Souza Maia e. Retextualização e Prevalência de marcas orais em textos do ensino médio. *Cadernos do CNLF*, v. 19, n. 11, 2015 – Redação ou Produção Textual. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xix_cnlf/cnlf/11/013.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2016.

ARAUJO, Denise Lino de. A língua falada na TV: texto falado ou escrito. *Linguagem e Ensino*, v. 6, n. 1, 2003. p. 57-73.

ARAUJO RISSO, Carla de Reseña de. "A distinção: crítica social do julgamento" de Pierre Bourdieu. *Matrizes*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 251-256, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1430/143012788014.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

ARTUR, Catia Regina Ribeiro. A presença da oralidade no texto jornalístico: manifestações populares para a obtenção do fenômeno do envolvimento. *Verbum – Cadernos de Pós-graduação*, n. 6, p. 94- 110, 2014.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAGNO, Marcos. *Dramática da língua portuguesa*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____. Língua, história e sociedade: breve retrospecto da norma-padrão brasileira. In: _____. (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BAKHTIN, Mikhail M. (V. N. Volochínov). *Marxismo e filosofia de linguagem*. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2002a.

_____. *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*. 5. ed. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002b.

_____. *Estética da Criação Verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARONAS, Joyce E. A.; Duarte, Patrícia C. O. Interferências da Oralidade na produção escrita dos acadêmicos de Letras. *Signum: Estud. Ling.*, Londrina, p. 144-165, 2016.

BASSETO, Livia Maria Turra; SOUZA, Micheli Gomes. A heterogeneidade da escrita em textos produzidos por professores em curso de Ensino a Distância (EaD). In:

BRAGA NORTE, Mariângela (Org.). *Redefor: reflexões e práticas de ensino de língua inglesa* Rede Pública do Estado de São Paulo [recurso eletrônico]. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, Núcleo de Educação a Distância, 2013.

BAZERMAN, Charles. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. São Paulo: Cortez, 2005.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENTES, Anna Christina; LEITE, Marli Quadros (Orgs.). *Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

BELOTI, Adriana. A heterogeneidade da escrita por meio de expressões formulaicas. *Revista Gatilho*, ano 9, n. 17, 2014. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistagatilho/files/2014/05/beloti-2014.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 2. ed. Campinas/SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

_____. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2006.

_____. *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

BESSA, Maria J. R; OLIVEIRA, Maria D.; BEZERRA, Lidiane de M. D. A influência da oralidade na aquisição da escrita de alunos do ensino Fundamental de 9 anos. *Revista do Centro de Educação e Letras da Unioste*, Foz do Iguaçu, v. 14, n. 2, p. 199-214, 2012.

BLIKSTEIN, Izidoro. *Técnicas de comunicação escrita*. 20. ed. São Paulo: Ática, 2002.

BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. London: George Allen e Unwin LTD, 1967.

BONINI, Adair. Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 4, n. 1, p. 205-231, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/marco2012/portugues_artigos/generojornal.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974. Coleção Estudos.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007[1979].

BRITO, Luiz André Neves de. Investigando a enunciação proverbial nos interstícios da escrita de pré-universitários. *Veredas Atemática*, Juiz de Fora, v. 16, n. 2, p. 167-184, 2012.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.

- CAMACHO, Roberto Gomes. *Da linguística formal à linguística social*. São Paulo: Parábola, 2013.
- CAMARA JR, Joaquim Mattoso. *Manual de expressão oral e escrita*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- CARNEIRO, Agostinho Dias. *Redação em construção*. São Paulo: Moderna, 1993.
- _____. *Redação em construção*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2001.
- CARVALHO, Lorena Bolsanello de. O oral no escrito dos textos dos vestibulandos da UEPA: indício de quê? *Anais do SIELP*, Uberlândia, v. 2, n. 1 Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/07/volume_2_artigo_178.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Gramática do português falado*. 4. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2002a. v. 1.
- _____. Variação dialetal e ensino institucionalizado de língua portuguesa. In: BAGNO, Marcos (Org.), *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002b.
- _____. *Desafios no estudo da língua falada*. Museu da língua Portuguesa, 2014. Disponível em: <http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_37.pdf>. Acesso em: 24 set. 2015.
- CAPISTRANO, Cristiane Carneiro. Por uma concepção heterogênea da escrita que se produz e que se ensina na escola. *Cadernos de Educação*, Pelotas, n. 35, p. 171-193, jan./abr. 2010.
- CHACON, Lourenço. *Ritmo da escrita: uma organização do heterogêneo da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. *Sotaques d'aquém e d'além mar: travessias para uma nova teoria dos gêneros jornalísticos*. São Paulo: Summus, 2008.
- COLMAS, Florian. *Escrita e sociedade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- CONDE, Érica Pires. Eis a questão: marcas orais em redações escolares. *Diálogos Pertinentes, Revista científica de Letras*, Franca, v. 7, n. 2, p. 77-88, 2011.
- CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. Letramento e heterogeneidade da escrita no ensino de Português. In: SIGNORINI, Inês. Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.
- _____. *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- CORRÊA, Vilma Reche. Variação sintática em Portugal e no Brasil: da fala para a escrita. In: CASTILHO, Ataliba T. et al. (Orgs). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo: FAPESP; Campinas: Pontes, 2007.
- COSERIU, Eugenio. *Teoria del lenguaje y lingüística general*. 3. ed. Madri: Editorial Gredos S.A., 1973a.
- _____. *Sincronía, diacronía e história: el problema del cambio lingüístico*. 2. ed. Madri: Editorial Gredos S.A., 1973b.
- COSTA, Sania T. et al. Marcas da oralidade nas produções textuais dos alunos do ensino médio da escola c.e Humberto de Campos na cidade de Humberto de Campos – ma. *Actas del Tercer Congreso de Filosofía de la Educación*, v. 3, 2015. Disponível em:

<<http://filosofiaeducacion.org/actas/index.php/act/article/viewFile/31/14>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

COSTA VAL, Maria da Graça. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CRYSTAL, David. Speaking of Writing and Writing of Speaking. *Longman Language Review*, v. 1, p. 5-8, 1995. Disponível em: <http://www.davidcrystal.com/DC_articles/Linguistics22.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2016.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

DAHLET, Véronique. Pontuação, sentido e efeito de sentido. In: *Estudos lingüísticos XLVI*, São José do Rio Preto, p. 465-471, 1998.

_____. *As (man)obras da pontuação: usos e significações*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

DENNY, J. Peter. O pensamento racional na cultura oral e a descontextualização na cultura escrita. In: OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy. *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. *O discurso da violência – as marcas da oralidade no jornalismo popular*. São Paulo: Educ/Cortez, 1996.

DORIA, Silvana Faria; PRATA, L. A. C. As marcas de oralidade como recurso de coesão na escrita. *Revista Eletrônica da Faculdade Jose Augusto Vieira*, v. 7, n. 5, p. 174-186, 2014. Disponível em: <http://fjav.com.br/revista/Downloads/EdicaoEspecialdaPosLatoSensuEstudosLiterariosLinguisticos/Artigo_15.pdf>. Acesso: 27 jul. 2016.

DUBOIS, Jean *et al.* *Dicionário de linguística*. 15. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

DURANTE, Denise. *Entre a fala e a escrita: a representação da oralidade como estratégia argumentativa em anúncios publicitários*. São Paulo: FFLECH, 2008. (Tese de doutorado).

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 10. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1982.

FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos. *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. *Norma culta brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FÁVERO, L. L. ANDRADE, M. L. C; AQUINO, Z. G. O. *Oralidade e escrita: perspectiva para o ensino de língua*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FERREIRA, Giselly Duarte; BOTELHO, José Mario. Oralidade e escrita sob a perspectiva de um continuum tipológico. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, v. XIX, n. 11, 2015. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xix_cnlf/cnlf/11/011.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2016.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 1990.

FOLHA de São Paulo: *Manual de redação*. 18. ed. São Paulo: Publifolha, 2013.

- GALEMBECK, Paulo de Tarso. Marcas da subjetividade e intersubjetividade em textos conversacionais. In: PRETI, Dino (Org.). *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2002.
- GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. 15. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.
- GIBSON, Twila. Epilogue to Plato: The Bias of Literacy. *Proceedings of the Media Ecology Association*, v. 6, 2005. Disponível em: <http://www.mediaecology.org/publications/MEA_proceedings/v6/Gibson.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2015.
- GIL NETO, Antonio. *A produção de textos na escola*. São Paulo: Loyola, 1988.
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- GOODY, Jack. *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Lisboa: Edições 70, 1986. (Coleção Perspectiva do Homem).
- _____. *A domesticação da mente selvagem*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- GOIS, Karla Epiphania Lins de. *Variações linguísticas em textos de alunos do 5º ano da rede pública*. Unicap: Recife, 2010. (Dissertação de Mestrado).
- GOMES, Altair Martins. *A influência da oralidade na escrita: uma análise sociolinguística sobre as redações escolares de uma escola pública do Distrito Federal*. Brasília: UNB, 2008. (Dissertação de Mestrado).
- GOMES, Valéria Severina. *Traços de mudanças e de permanência em editoriais de jornais pernambucanos: da forma ao sentido*. Recife: UFPE, 2007. (Tese de doutorado).
- GUIMARÃES, Elisa. *A articulação do texto*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1993.
- ILLICH, Ivan. Um apelo à pesquisa em cultura escrita leiga. In: OLSON, David; TORRANCE, Nancy. *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1998.
- HANKS, Willian F. *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2008.
- HAUGEN, Heinar. Dialeto, língua e nação. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.
- HAVELOCK, Eric A. *The Alphabetic Mind: A Gift of Greece to the Modern World*. In: Oral Tradicion, 1986. p. 134-150. Disponível em: <http://journal.oraltradition.org/files/articles/li/6_havelock.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2015.
- _____. A equação oralidade – cultura escrita: uma fórmula para a mente moderna. In: OLSON, David; TORRANCE, Nancy. *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. *Prefácio a Platão*. Campinas: Papyrus, 1996a.
- _____. *A musa aprende a escrever*. Lisboa: Gradiva, 1996b.
- HORA, Dermeval da; BALTOR, Cristiane da Silva. Estudo variacionista do objeto anafórico no falar pessoense. In: CASTILHO, Ataliba T. de. *et al.* (Orgs). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo: FAPESP; Campinas: Pontes, 2007.
- ILARI, Rodolfo (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

JUBRAN, C. S. *A construção do texto falado: gramática do português culto falado no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015. v. 1.

_____. Revisitando a noção de tópico discursivo. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 48, n. 1, p. 33-41, 2006.

_____. Tópico discursivo. In: JUBRAN, C. S. *A construção do texto falado: gramática do português culto falado no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015. v. 1.

JUBRAN, C. C. A. S.; URBANO, H. et al. Organização tópica da conversação. In: ILARI, Rodolfo (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

ILLICH, Ivan. Um apelo à pesquisa em cultura escrita leiga. In: OLSON, David; TORRANCE, Nancy. *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995. P. 35-54.

JONES, C.; TURNER, J.; STREET, B. (orgs.). *Students writing in the university: cultural and epistemological issues*. John Benjamins: Amsterdam, 1999.

KATO, Mary A. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1993.

KLEIMAN, Ângela B. (org.). *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

_____. Os modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: _____. B. (org.). *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

KERSCH, Dorotea Frank. Preposição diante do pronome relativo no português brasileiro e europeu. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 51-72, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v24n1/v24n1a03.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2012.

KOCH, Ingedore G. V. *O texto e a construção do sentido*. São Paulo: Contexto, 1997. (Coleção Caminhos da Linguística)

_____. *A Coesão Textual*. São Paulo: Contexto, 1990.

_____. *A Coerência Textual*. São Paulo: Contexto, 1990.

_____. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C.. *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 1989.

KOCH, Peter; OESTERREICHER, Wulf. *Lengua hablada em la Romania: español, francés, italiano*. Madri: Editorial Gredos, 2007.

KOMESU, Fabiana; TENANI, Luciani. A relação fala/escrita em dados produzidos em contexto digital. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 13, n. 24, p. 211-225, 2009.

KOZOW, Lúcia. Recursos da oralidade na escrita: a linguagem das crônicas. *Revista Científica do IFAL*, v. 4, n. 1, 2013.

KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001[1962].

KUNDERA, Milan. *A insustentável leveza do ser*. Rio de Janeiro: Record, 1983.

LÉVI-STRAUSS C. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Anhembi Limitada, 1957.

LILLIS, Theresa. Whose 'Common Sense'? Essayist literacy and the institutional practice of mystery. In: STREET, Brian; JONES, Carys; TURNER, Joan. *Students writing in the university: cultural and epistemological issues*. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins Publishing CO, 1999.

- LIMA, Vânia Carmen. *As marcas de oralidade na produção escrita do aluno*. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/anais/anais%20III%20CNLF%2016.html>>. Acesso em: 27 jul. 2016.
- LONGHIN-THOMAZI, Sanderléia Roberta. Aquisição de tradições discursivas: marcas de uma escrita heterogeneamente constituída. *Alfa: São Paulo*, 55 (1): 225-248, 2011.
- LOPES, Maraisa. *Folha: do manual ao jornal ou do jornalismo ao pedagógico*. Campinas: Unicamp, 2012. (Tese de doutorado).
- LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.
- LUCENA, Felipe Casado de. *Falando a língua da gente: a simulação de oralidade como estratégia do jornal Aqui PE*. Recife: UFPE, 2011. (Dissertação de Mestrado).
- LUIZ SOBRINHO, Viviane Vomeiro. Heterogeneidade da escrita, gênero de discurso e pontuação não-convencional em bate-papos virtuais. *III Encontro Nacional sobre Hipertexto*, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/nehte/hipertexto2009/anais/g-l/heterogeneidade-da-escrita.PDF>>. Acesso em: 7 jun. 2016.
- LÚZIO, Ellen Regina Camargo; RODRIGUES, Marlon Leal. Marcas de oralidade em textos escritos. 3. ed., 2009. *Revista Página de debates: questões de linguística e linguagem*. Disponível em: <<http://www.linguisticaelinguagem.cepad.net.br/EDICOES/03/Arquivos/07%20Ellen%20Regina%20Camargo.pdf>>. Acesso em: 10 maio. 2016.
- LYONS, John. *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979.
- MACKAY, Ana P. M. G. *Atividade verbal: processo de diferença e integração entre fala e escrita*. São Paulo: Plexus, 2000.
- MAcLUHAN, Marshall. *A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- MAJOLO, Thiago Pereira. *Grafias na voz*. Estudos sobre a oralidade nos registros municipais da São Paulo do Século XIX (1820 – 1870). São Paulo: USP, 2009. (Dissertação de mestrado).
- MARCUSCHI, Luis; DIONISIO, Ângela Paiva. *Fala e escrita*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- _____. A oralidade no contexto dos usos linguísticos: caracterizando a fala. In: MARCUSCHI, Luis; DIONISIO, Ângela Paiva. *Fala e escrita*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- _____. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. *Análise da conversação*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- _____. A hesitação. In: NEVES, Maria Helena Moura (Org.). *Gramática do Português Falado*: São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- _____. Letramento e oralidade no contexto das práticas sociais e eventos comunicativos. In: SIGNORINI, Inês (Org.). *Investigando a relação oral/escrito*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

_____. Repetição. In: JUBRAN, Clélia Spinardi (Org.). *A construção do texto falado*. São Paulo: Contexto, 2015.

MARINE, Talita de Cássia. *Um estudo sócio-discursivo do sistema pronominal dos demonstrativos no Português Contemporâneo*. Araraquara: UNESP, 2009. (Tese de Doutorado).

MARTIN, Robert. O escrito como espaço de convenções. IN: CATACH, Nina. *Para uma teoria da língua escrita*. São Paulo: Ática, 1996.

MASO, LUCI Terezinha. K. F. *Hipotáticas de realce e(m) editoriais mato-grossenses: uma abordagem das tradições discursivas*. UFMT, 2014. (Dissertação de Mestrado).

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. A natureza dos gêneros e formatos jornalísticos. In: SEIXAS, Lia; PINHEIRO, Najara Ferrari (Orgs). *Gêneros: um diálogo entre comunicação e Linguística Aplicada*. Florianópolis: Insular, 2013.

MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. Campos de Jordão: Mantiqueira, 2003.

_____. *A opinião no jornalismo brasileiro*. 2. ed. revista. Petrópolis: Vozes, 1994.

MELO, Maria Albertina de. *Produções textuais de alunos do 1º ao 8º períodos do curso de Letras: análise comparativa das marcas da oralidade*. Recife: 2009. (Dissertação de mestrado).

MESA, Rafael Yanes. El artículo, un género entre la opinión y la actualidad. *Revista Latina de Comunicación Social*, 2004. Disponível em: <<http://www.ull.es/publicaciones/latina/20041858yanes.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

MORAIS, Maria Aparecida C. R. Torres; BERLINCK, Rosane de Andrade. “Eu disse pra ele” ou “disse-lhe a ele”: a expressão do dativo nas variedades brasileira e europeia do português. In: CASTILHO, Ataliba T. de *et al.* (Orgs). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo: FAPESP; Campinas: Pontes Editores, 2007.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. *Que gramática estudar na escola?* São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *Ensino de língua e vivência de linguagem: temas em confronto*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. *A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

NÓBREGA, Marlene Assunção de. *Quando os provérbios dão a manchete: a oralidade no texto escrito jornalístico – o caso Jornal da tarde*. São Paulo: Usp, 2008. (Tese de doutorado).

OECD. *Helping the weakest students essential for society and the economy*. Disponível em: <<http://www.oecd.org/education/helping-the-weakest-students-essential-for-society-and-the-economy-says-oecd.htm>>. Acesso em 16 fev. 2016.

OLIVEIRA, Claudia N. B. A. de. A língua: um eterno *continuum*. *Percursos Linguísticos*, Vitória, v.1, n.1, p. 78-91, 2011.

OLIVEIRA, Edna dos Santos. *Da tradição oral à escritura: história contada no quilombo de Curiaú*. Campinas: Unicamp, 2006.

- OLSON, David; TORRANCE, Nancy (Org). *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1998.
- _____. *O mundo no papel: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita*. São Paulo: Ática, 1997. Coleção Múltiplas escritas.
- _____. A cultura escrita e objetividade: o surgimento da ciência moderna. In: OLSON, David; TORRANCE, Nancy. *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1998.
- ONG, Walter J. *Oralidade y escritura: tecnologia de La palabra*. México: FCE, 1987
- PAIVA, Maria da Conceição de; GOMES, Christina Abreu. *Dinâmica da variação e da mudança na fala e na escrita*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.
- PASTERNAK, Suzana. *O Estado de São Paulo no Censo 2010*. Disponível em: <http://web.observatoriodasmetrolopes.net/download/Censo_2010_Sao_Paulo.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2015.
- PATTANAYAK, D. P. A cultura escrita: um instrumento de opressão. In: OLSON, David; TORRANCE, Nancy. *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995.
- PÉCORRA, Alcir. *Problemas de redação*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do Português*. São Paulo: Ática, 1995.
- PINHEIRO, Clemilton Lopes. O tópico discursivo como categoria textual interativa. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 48, n. 1, 2006, p. 43-51.
- PRETI, Dino (Org.). *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.
- _____. *O léxico na língua oral e escrita*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003.
- _____. *Estudos de língua oral e escrita*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- PIETRI, Émerson de. A constituição da escrita escolar em objeto de análise dos estudos linguísticos. *Trabalhos em Linguística aplicada*, Campinas, v. 46, n. 2, p. 283-297, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tla/v46n2/a10v46n2.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2015.
- PINTO, Edith Pimentel. *A língua escrita no Brasil*. São Paulo: Ática, 1986.
- POSSATI, Janaína Fernandes. A heterogeneidade da escrita: resposta de aluno à produção de uma dissertação e de um comentário. *estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 42 n. 2, p. 608-621, maio-ago 2013. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/42/el42_v2_maio-ago_t03.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2015.
- RATTO, Ivani. Ação política: fator de constituição do letramento do analfabeto adulto. In: KLEIMAN, Ângela B. (org.). *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado das Letras, 1995.
- RÊGO, Ana Regina; AMPHILO, Maria Isabel. Gênero opinativo. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo. Umesp, 2010.
- REY, Alain. Usos, julgamentos e prescrições linguísticas. In: BAGNO, Marcos. *Norma Linguística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- ROBERTS, Ian; KATO, Mary A (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

- ROCCO, Maria Thereza Fraga. *Crise na linguagem: a redação no vestibular*. São Paulo: Mestre Jou, 1981.
- ROCHA, Iúta Lerche Vieira. O sistema de pontuação na escrita ocidental: uma retrospectiva. *Delta*, São Paulo, v. 13, n. 1, 1997. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0102-4450/997000100005>. Acesso em: 08 abr. 2004.
- RODRIGUES, M. E. M. N. *A heterogeneidade presente na produção escrita de professores do interior do estado do Amapá: um olhar para a concordância e para a ortografia*. Campinas, Unicamp, 2001. (Dissertação de Mestrado).
- RUBLESCK, Anelise; BARICHELLO, Eugenia M. da R. (Orgs.). *Ecologia de Mídia*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2013.
- RUIZ, Eliana Maria Severino Donaio. *Como se corrige redação na escola*. São Paulo: Mercado de Letras, 2001.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística geral*. 30. ed. São Paulo: Cultrix 2008.
- SCOLARI, Carlos A. Más allá de McLuhan: hacia una ecologia de lós médios. In: RUBLESCK, Anelise; BARICHELLO, Eugenia M. da R. (Orgs.). *Ecologia de Mídia*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2013.
- SERAFINI, Maria Teresa. *Como corrigir textos*. 30. ed. Trad. de Maria Augusta Bastos de Mattos; Adap. Ana Maria Marcondes Garcia. 7. ed. São Paulo: Globo, 1995; São Paulo: Cultrix, 2008.
- SIGNORINI, Inês (org.). *Investigando a relação oral/escrito*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.
- _____. Por uma teoria da desregulamentação linguística. In: BAGNO, Marcos (org.) *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.
- SILVA, Ana Paula Santiago. *A construção da oralidade/escrita em alguns gêneros escritos do discurso escolar*. Três Corações-MG, 2008. (Dissertação de Mestrado).
- SILVA, Joseane N. L. Marcas da oralidade na escrita: um estudo reflexivo das produções textuais dos alunos da 5ª. Série, da Escola Estadual Edeli Mantovani. *Revista Eventos Pedagógicos*, v. 3, n. 1, número especial, p. 426-436, abr. 2012.
- SILVA, Rosa Virgínia. Variação, mudança e norma (Movimentos no interior do português brasileiro). In: BAGNO, Marcos (org.) *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.
- _____. *Contradições no ensino de português: a língua que se fala X a língua que se ensina*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- SOUSA, Pedro Jorge. Revisitando o pensamento jornalístico de José Marques de Melo. 8º Congresso LUSOCOM, 2009. Disponível em: <<http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/lusocom/8lusocom09/paper/viewFile/65/43>>. Acesso em: 22 out. 2015.
- SOUZA, Lynn Mario T. Menezes de. Para uma ecologia da escrita indígena: a escrita multimodal kaxinawá. SIGNORINI, Inês (org.). *Investigando a relação oral/escrito*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

STREET *et al* (Orgs). *Students writing in the university: cultural and epistemological issues*. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins Publishing CO, 1999.

STREET, Brian V. *Understanding and defining literacy*. Scoping paper for EFA Global Monitoring Report 2006, UNESCO, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001461/146186e.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2016.

_____. Dimensões “escondidas” na escrita de artigos acadêmicos. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 28, n. 2, 541-567, jul./dez. 2010.

_____. *Perspectivas interculturais sobre o letramento*. Revista de Filologia e Linguística Portuguesa da Universidade de São Paulo. n. 8, p. 465-488, 2007.

_____. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. São Paulo: Parábola editorial, 2014 [1995]. Trad. Marcos Bagno.

TARALLO, Fernando. *Tempos Linguísticos: Itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. *Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d’aquém e d’além-mar ao final do século XIX*. P. 69-102. In: CASTILHO, Ataliba T. de. *et al* (orgs). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo: FAPESP; Campinas: Pontes, 2007.

TANNEN, Deborah. *The Oral/Literate Continuum in Discourse*. Disponível em: <<http://www.novateller.com/images/Downloads/tannen.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Oral and Literate Strategies in Spoken and Written Discourse. In: BAILEY, Richard W.; FOSHEIM, Robin Melanie. *Literacy for life: The demand for reading and writing*. NY: The Modern Language Association, 1983

_____. Relative focus on involvement in oral and written discourse. In: OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy; HILDYARD, Ângela. *Literacy, Language, and learning: The Nature and Consequences of Reading and writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

THEREZO, Graciema P. *Como corrigir redação*. Campinas: Alínea, 1997.

THOMAS, Rosalind. *Letramento e oralidade na Grécia antiga*. São Paulo: Odysseus Editora, 2005.

UNESCO. *Education Strategy 2014-2021*. 2014. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002312/231288e.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

URBANO, Hudinilson. Aspectos basicamente interacionais dos marcadores discursivos. In: NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). *Gramática Do português falado*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999. v. VII: Novos estudos.

WATTHIER, Luciane; COSTA-HÜBES, Terezinha da Conceição. Marcas da oralidade na escrita nos níveis discursivo, morfossintático e fonético: análise de uma carta de apresentação produzida por um aluno do 5º ano. *Claraboia: Revista do Curso de Letras da UENP, Jacarezinho-PR*, n. 1/2, p. 107-122, jun./dez. 2014.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. trad. Marcos Bagno.

VIEIRA, Renata. *A influência da oralidade na produção da escrita de alunos do ensino fundamental de uma escola pública*. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/linguistica/textos/livro02/LTAA02_a18.pdf>. Acesso em: 22 out. 2016.

VANOYE, Francis. *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita* 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ZAVAM, Áurea Suely. *Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da tradição discursiva: um estudo com editoriais de jornal*. Fortaleza: UFC, 2009.

ANEXO

Acesso ao corp us nos links disponíveis a seguir.

Jornais Brasileiros

Folha de S.Paulo - SP

- FSP1 - <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/07/1482064-editorial-pedir-votos-e-pedir-agua.shtml>
 FSP2 - <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/166895-a-conta-que-nao-fecha.shtml>
 FSP3 - <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/08/1496846-editorial-o-pib-mais-maduro.shtml>
 FSP4 - <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/08/1506370-editorial-combinar-com-os-russos.shtml>
 FSP5 - <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/09/1512102-editorial-mantega-na-frigideira.shtml>
 FSP6 - <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/09/1523442-editorial-gestao-suprema.shtml>
 FSP7 - <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/10/1528482-editorial-proliferao-nociva.shtml>
 FSP8 - <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/10/1538805-editorial-os-desafios-de-dilma.shtml>
 FSP9 - <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/11/1544476-editorial-dilma-mudando.shtml>
 FSP10 - <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/11/1553860-editorial-perdendo-a-nocao.shtml>
 FSP11 - <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/12/1558723-planalto-de-pressoes.shtml>
 FSP12 - <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/12/1567675-editorial-as-cries-de-alckmin.shtml>

Jornal Primeira Página – SP

- PP1 - <http://www.jornalpp.com.br/editorial/item/64769-problemas-cronicos>
 PP2 - <http://www.jornalpp.com.br/editorial/item/66203-um-transito-que-mata-e-uma-sociedade-cega>
 PP3 - <http://www.jornalpp.com.br/editorial/item/67174-promessas-descumpridas#addcomments>
 PP4 - <http://www.jornalpp.com.br/editorial/item/68592-a-primeira-vitima>
 PP5 - <http://www.jornalpp.com.br/editorial/item/69427-trabalho-politico>
 PP6 - <http://www.jornalpp.com.br/editorial/item/71600-ultima-semana>
 PP7 - <http://www.jornalpp.com.br/editorial/item/73099-politica-e-desigualdade>
 PP8 - <http://www.jornalpp.com.br/editorial/item/75006-comecou>
 PP9 - <http://www.jornalpp.com.br/editorial/item/75905-brasil-oficial-e-brasil-real>
 PP10 - <http://www.jornalpp.com.br/editorial/item/77939-dilma-e-os-desafios>
 PP11 - <http://www.jornalpp.com.br/editorial/item/78757-corrupcao-filha-legitima-da-impunidade>
 PP12 - <http://www.jornalpp.com.br/editorial/item/80691-se-fizer-errado>

Diário de Cuiabá – MT

- DC1 - <https://diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=454143&edicao=13937&anterior=1>
 DC2 - <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=455423>

DC3 - <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=456066>
 DC4 - <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=457292&edicao=13981&anterior=1>
 DC5 - <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=457950&edicao=13990&anterior=1>
 DC6 - <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=459186&edicao=14007&anterior=1>
 DC7 - <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=459753&edicao=14016&anterior=1>
 DC8 - <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=460819&edicao=14034&anterior=1>
 DC9 - <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=461378&edicao=14043&anterior=1>
 DC10 - <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=462378&edicao=14058&anterior=1>
 DC11 - <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=463033&edicao=14067&anterior=1>
 DC12 - <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=463868&edicao=14080&anterior=1>

Gazeta do Vale – MT

GV1 - <http://www.agazetadovale.com.br/Default.asp?Pg=Noticia&Noticia=10879>
 GV2 - <http://www.agazetadovale.com.br/?Pg=Noticia&Noticia=10919>
 GV3 - <http://www.agazetadovale.com.br/?Pg=Noticia&Noticia=10968>
 GV4 - <http://www.agazetadovale.com.br/?Pg=Noticia&Noticia=11037>
 GV5 - <http://www.agazetadovale.com.br/Default.asp?Pg=Noticia&Noticia=11061>
 GV6 - <http://www.agazetadovale.com.br/?Pg=Noticia&Noticia=11126>
 GV7 - <http://www.agazetadovale.com.br/?Pg=Noticia&Noticia=11175>
 GV8 - <http://www.agazetadovale.com.br/?Pg=Coluna&Editoria=12&Page=35>
 GV9 - <http://www.agazetadovale.com.br/?Pg=Noticia&Noticia=11262>
 GV10 - <http://www.agazetadovale.com.br/?Pg=Noticia&Noticia=11325>
 GV11 - <http://www.agazetadovale.com.br/?Pg=Noticia&Noticia=11352>
 GV12 - <http://www.agazetadovale.com.br/?Pg=Noticia&Noticia=11391>

Jornais Portugueses

As Beiras – Coimbra

AB1 - <http://www.asbeiras.pt/2014/07/opiniao-defender-o-sns-garantir-acesso-aos-cuidados-de-saude/>
 AB2 - <http://www.asbeiras.pt/2014/07/opiniao-a-mochila-de-plastico/>
 AB3 - <http://www.asbeiras.pt/2014/08/opiniao-imoral/>
 AB4 - <http://www.asbeiras.pt/2014/08/opiniao-europa-em-estado-de-sitio-portugal-a-beira-da-falencia/>
 AB5 - <http://www.asbeiras.pt/2014/09/opiniao-banha-da-cobra/>
 AB6 - <http://www.asbeiras.pt/2014/09/opiniao-a-tropa-fandanga-em-posicao/>
 AB7 - <http://www.asbeiras.pt/2014/10/coios-universitarios/>
 AB8 - <http://www.asbeiras.pt/2014/10/opiniao-mais-agua-mais-sal-dilui/>
 AB9 - <http://www.asbeiras.pt/2014/11/opiniao-oh-nao-por-favor-nao-me-facam-dono-da-pt/>
 AB10 - <http://www.asbeiras.pt/2014/11/opiniao-que-justica-e-a-nossa/>
 AB11 - <http://www.asbeiras.pt/2014/12/opiniao-a-presuncao-o-cidadao-e-a-corrupcao/>
 AB12 - <http://www.asbeiras.pt/2014/12/opiniao-gestao-de-empresas-e-escolas-de-negocios/>

Jornal da Madeira - Funchal

JM1 - <http://www.jm-madeira.pt/artigos/distor%C3%A7%C3%B5es-i>
 JM2 - <http://www.jm-madeira.pt/artigos/rtp-agonia-portugal>
 JM3 - <http://www.jm-madeira.pt/artigos/uma-senhora-com-fato-de-homem>

- JM4 - <http://www.jm-madeira.pt/artigos/mudan%C3%A7a-que-mudan%C3%A7a>
 JM5 - <http://www.jm-madeira.pt/artigos/uma-caminhada-sem-sentido>
 JM6 - <http://www.jm-madeira.pt/artigos/nadar-contra-corrente>
 JM7 - <http://www.jm-madeira.pt/artigos/o-psm-e-projectada-secretaria-do-desterro>
 JM8 - <http://www.jm-madeira.pt/artigos/nunca-percebi-como-%C3%A9-que-se-faz-fortuna-na-carreira-pol%C3%ADtica>
 JM9 - <http://www.jm-madeira.pt/artigos/entre-bruma-e-o-clar%C3%A3o>
 JM10 - <http://www.jm-madeira.pt/artigos/cauteladas>
 JM11 - <http://www.jm-madeira.pt/artigos/mudan%C3%A7a-de-imagem>
 JM12 - <http://www.jm-madeira.pt/artigos/o-ano-do-aprofundamento-da-crise-de-regime>

Público – Lisboa

- P1 - <http://www.publico.pt/opiniao/noticia/da-vergonha-da-falta-dela-e-da-incapacidade-etica-1661950>
 P2 - <http://www.publico.pt/economia/noticia/como-roubar-e-sair-impune-roube-muito-e-use-gravata-1664854?page=-1>
 P3 - <http://www.publico.pt/economia/noticia/qual-era-a-alternativa-para-salvar-o-bes-1665791>
 P4 - <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/legalizar-a-cannabis-e-o-passo-que-se-segue-1666680>
 P5 - <http://www.publico.pt/mundo/noticia/o-nosso-homem-na-europa-1668235>
 P6 - <http://www.publico.pt/culturaipilon/noticia/um-bom-autoretrato-1671170>
 P7 - <http://www.publico.pt/portugal/noticia/o-circo-chegou-a-aldeia-1672376>
 P8 - <http://www.publico.pt/mundo/noticia/a-verdadeira-prova-de-dilma-1674239>
 P9 - <http://www.publico.pt/mundo/noticia/com-obama-em-fim-de-mandato-a-china-tenta-marcas-pontos-na-asia-1675809>
 P10 - <http://www.publico.pt/mundo/noticia/dilma-rousseff-confirma-joaquim-levy-na-pastada-financas-1677681>
 P11 - <http://www.publico.pt/mundo/noticia/policia-preparase-para-desmantelar-ultimos-acampamentos-prodemocracia-em-hong-kong-1679053>
 P12 - <http://www.publico.pt/portugal/noticia/arquivar-e-absolver-1680468?page=2#/follow>

Jornal de Notícias – Porto

- JN1 - http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=4011833
 JN2 - http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=4049059&page=-1
 JN3 - http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=4067279&page=-1
 JN4 - http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=4095120
 JN5 - http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=4112000&page=-1
 JN6 - http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=4147836
 JN7 - http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=4165085
 JN8 - http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=4202962
 JN9 - http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=4226887
 JN10 - http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=4263001
 JN11 - http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=4282279
 JN12 - http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=4314491&page=-1